



SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 3

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimento do Senado Federal nº 470, de 2025, para "apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor."

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão

RELATOR: Senador Alessandro Vieira

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quinze minutos do dia trinta e um de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Hamilton Mourão, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Veneziano Vital do Rêgo, Otto Alencar, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Wellington Fagundes, Magno Malta, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Jaques Wagner e Margareth Buzetti, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Esperidião Amin, Wilder Moraes, Augusta Brito, Sérgio Petecão e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberação de requerimentos. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 284 de 2026** que: "Requer a convocação do Sr. Renato Dias de Brito Gomes, ex-diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 287 de 2026** que: "Requer a convocação do Sr. Yan Felix Hirano, suposto facilitador da fase de colocação de recursos ilícitos no sistema financeiro formal." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 290 de 2026** que: "Requer a convocação do Sr. Macário Ramos Júdice Neto, desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 295 de 2026** que: "Requer, ao Banco Centro do Brasil, o envio de informações sobre procedimentos findos ou em andamento que tenham instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Master como parte ou objeto, nos quais os servidores Paulo Sérgio Neves de Souza ou Belline Santana tenham, de qualquer forma, praticado atos de ofício." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 296 de 2026** que: "Requer, ao Banco Central do Brasil, o envio de informações sobre o Processo nº 156967, em cujo bojo foi autorizada a transferência do controle societário do Banco Máxima S.A. e de sua controlada, Máxima S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, para Daniel Bueno Vorcaro, Armando Miguel Gallo Neto e Felipe Wallace Simonsen." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 298 de 2026** que: "Requer, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o envio de informações acerca da operação de crédito e da subscrição de debêntures conduzidas pelo Banco, no valor total de R\$ 5,05 bilhões, destinadas à Concessionária Nova Rota do Oeste, para a duplicação da rodovia BR-163/MT." **Autoria:**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 299 de 2026** que: "Requer a convocação do Sr. Cláudio Bomfim de Castro e Silva, ex-Governador do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 300 de 2026** que: "Requer, à Força Aérea Brasileira, o envio de informações com os dados dos planos de voos, do ano de 2025, das aeronaves Gulfstream G700 (prefixo aeronáutico PSMGG), Dassault Aviation Falcon 7X (prefixo aeronáutico PSFST), Gulfstream GV-SP/G550 (prefixo aeronáutico PRPSE) e Dassault Aviation Falcon 2000 (prefixo aeronáutico PPCFF)." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 301 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Kairos Fip EE, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 20 de março de 2026." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 302 de 2026** que: "Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Artur Martins de Figueiredo (diretor da empresa Fraction 024 Administracao de Bem Proprio S.A.), compreendendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 303 de 2026** que: "Requer a transferência do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Marcus Vinicius da Mata, CPF 184.805.378-92, presidente da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A., compreendendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 304 de 2026** que: "Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A., referentes ao período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 305 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Clínica Mais Médicos SA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 13 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 306 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Laguz I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 307 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal, de Ahmed Mohamad Oliveira, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 308 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal, do Sr. Fabiano Campos Zettel, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 2 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 309 de 2026** que: "Requer a a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Fraction 024 Administracao de Bem Proprio S.A., referentes ao período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 310 de 2026** que: "Requer a convocação do Exmo. Sr. Ibaneis Rocha Barros Junior Governador do Distrito Federal para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO Nº 252 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor Roberto Campos Neto, ex-Presidente do Banco Central, para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitivas. Finalidade:** Oitivas do Sr. Leandro Piquet Carneiro, Professor e Pesquisador com pós-doutorado pela Universidade de São Paulo, e do Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, ex-presidente do Banco Central do Brasil. Oitiva do Leandro Piquet Carneiro, Professor e pesquisador, em atendimento ao requerimento 3/2025; do Roberto Campos Neto, Ex-presidente do Banco Central do Brasil, em atendimento ao requerimento 252/2026. **Resultado:** Realizada a oitiva do Sr. Leandro Piquet Carneiro. Não compareceu à reunião o Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da CPI do Crime Organizado

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/31>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação dos requerimentos e oitivas dos Srs. Leandro Piquet Carneiro e Roberto de Oliveira Campos Neto. O Sr Leandro Piquet foi convidado por meio de aprovação do Requerimento 3, de 2025, de autoria do Relator, o Senador Alessandro Vieira. O Sr. Campos Neto foi convocado a partir de aprovação do Requerimento 185, do Senador Jaques Wagner.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª Reunião, realizada em 25 de março de 2026.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Temos em pauta 18 requerimentos, sendo 5 convocações, 4 pedidos de informações, 9 transferências de sigilos. *(Pausa.)*

Nos termos do art. 235, III, alínea "d" de dado, item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em globo dos requerimentos constantes da pauta, com relação às convocações.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 284/2026

Requer a convocação do Sr. Renato Dias de Brito Gomes, ex-diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central do Brasil.

Autoria: Senador Alessandro Vieira



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 287/2026

Requer a convocação do Sr. Yan Felix Hirano, suposto facilitador da fase de colocação de recursos ilícitos no sistema financeiro formal.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

Autoria do Senador Alessandro Vieira e outros.

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 290/2026

Requer a convocação do Sr. Macário Ramos Júdice Neto, desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Autoria: Senador Magno Malta

1ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 299/2026

Requer a convocação do Sr. Cláudio Bomfim de Castro e Silva, ex-Governador do Rio de Janeiro.

Autoria: Senador Alessandro Vieira



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 310/2026

Requer a convocação do Exmo. Sr. Ibaneis Rocha Barros Junior Governador do Distrito Federal para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

Os de informação são:

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 295/2026

Requer, ao Banco Centro do Brasil, o envio de informações sobre procedimentos findos ou em andamento que tenham instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Master como parte ou objeto, nos quais os servidores Paulo Sérgio Neves de Souza ou Belline Santana tenham, de qualquer forma, praticado atos de ofício.

Autoria: Senador Rogério Carvalho

1ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 296/2026

Requer, ao Banco Central do Brasil, o envio de informações sobre o Processo nº 156967, em cujo bojo foi autorizada a transferência do controle societário do Banco Máxima S.A. e de sua controlada, Máxima S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, para Daniel Bueno Vorcara, Armando Miguel Gallo Neto e Felipe Wallace Simonsen.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Rogério Carvalho

1ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 298/2026

Requer, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o envio de informações acerca da operação de crédito e da subscrição de debêntures conduzidas pelo Banco, no valor total de R\$ 5,05 bilhões, destinadas à Concessionária Nova Rota do Oeste, para a duplicação da rodovia BR-163/MT.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

1ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 300/2026

Requer, à Força Aérea Brasileira, o envio de informações com os dados dos planos de voos, do ano de 2025, das aeronaves Gulfstream G700 (prefixo aeronáutico PSMGG), Dassault Aviation Falcon 7X (prefixo aeronáutico PSFST), Gulfstream GV-SP/G550 (prefixo aeronáutico PRPSE) e Dassault Aviation Falcon 2000 (prefixo aeronáutico PPCFF).

Autoria: Senador Alessandro Vieira

Submeto aos Senadores e Senadoras que concordam com a aprovação de votação em globo, tanto das convocações como dos pedidos de informações: que permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados todos os pedidos constantes dos requerimentos de convocação e informação. *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de informar aos colegas Senadores e Senadoras que nós, por uma questão de cautela e de cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal: à exceção do item do Requerimento 301 – que é de minha autoria, que é transferência de sigilo, requerendo ao Coaf o envio de Relatório de Inteligência Financeira (RIF), que se proceda a transferência de sigilos bancários, telefônicos, telemáticos da empresa Kairos FIP, referentes ao período de 1º de janeiro a março de 2026 –, nós temos que proceder à votação nominal, inclusive daqueles demais, todos os demais itens, à exceção desse primeiro, que já foram votados de forma simbólica à unanimidade. Então, hoje nós só estaremos aqui cumprindo a determinação judicial do Supremo Tribunal Federal para fazer a votação nominal de cada um dos requerimentos.

Então, anuncio o Requerimento 301, de minha autoria, para votação.

(É o seguinte o item:

1ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 301/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Kairos Fip EE, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 20 de março de 2026.

Autoria: Senador Fabiano Contarato)

A votação será nominal; e solicito a abertura da votação para aqueles que puderem exercer seu direito de voto – a votação será nominal.

Aqueles que concordam votam "sim"; quem não concorda vota "não".

Está aberta a votação.

(Procede-se à votação.) (Pausa.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Enquanto os Senadores e Senadoras estão exercendo o direito de voto, eu gostaria de fazer uma leitura aqui, rapidamente, referente a uma decisão do Ministro André...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

É só porque eu cheguei agora, só para orientação de voto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone.*) – Voto "sim" pela quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Procedo a transferência...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Não é o Kairos, não?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É, Kairos.

Por meio da imprensa, esta Comissão tomou conhecimento da decisão proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes, no âmbito do Recurso Extraordinário 1.537.165, que trata das requisições de informações dirigidas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e suscita relevantes preocupações sob a perspectiva da autonomia constitucional das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito. Isso porque, ao estabelecer condicionamentos adicionais ao cumprimento das requisições formuladas por tais Comissões, a decisão judicial acaba por introduzir um elemento de controle externo, que, na prática, interfere diretamente na dinâmica e na efetividade da atividade investigativa parlamentar.

Um dos pontos mais sensíveis e controversos da referida decisão reside na atribuição conferida ao próprio órgão destinatário da requisição – no caso, o Coaf – para proceder à verificação da veracidade ou da pertinência temática dos fundamentos apresentados pela Comissão Parlamentar no momento da solicitação das informações. Tal entendimento, ainda que inspirado em preocupações legítimas com a proteção de direitos fundamentais, acaba por



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deslocar o juízo de admissibilidade da medida investigativa do âmbito do Poder Legislativo para um órgão administrativo.

Essa transferência de atribuição representa, em última análise, uma mitigação do princípio da separação dos Poderes e um potencial esvaziamento das prerrogativas investigativas constitucionalmente asseguradas às CPIs e CPMLs. Com efeito, o art. 58, §3º, da Constituição Federal, confere às Comissões Parlamentares de Inquérito poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, dentre os quais se incluem a possibilidade de requisitar informações e documentos necessários ao esclarecimento dos fatos sob apuração, independentemente de autorização prévia de outros órgãos. Trata-se de prerrogativa instrumental essencial ao exercício da função fiscalizatória do Parlamento e à concretização do princípio republicano da responsabilização dos agentes públicos e privados.

Ao condicionar o atendimento das requisições parlamentares à prévia avaliação por parte do Coaf acerca da pertinência temática ou da adequação dos fundamentos apresentados pela Comissão, a decisão judicial acaba por submeter o exercício de competência constitucional do Poder Legislativo ao crivo de um órgão administrativo, o que pode gerar sério comprometimento da autonomia institucional das CPIs e CPMLs e, por conseguinte, da própria autonomia do Poder Legislativo. Em termos práticos, abre-se espaço para a criação de um filtro administrativo não previsto na Constituição nem na legislação de regência, capaz de retardar, restringir ou mesmo inviabilizar a obtenção de informações indispensáveis à atividade investigativa parlamentar.

Além disso, a interpretação que admite tal condicionamento mostra-se tensionada com o disposto no art. 2º da Lei 1.579, de 52, que estabelece a legitimidade das requisições formalmente expedidas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito, as quais devem ser atendidas pelos órgãos e entidades públicas, sob pena de responsabilidade. A norma legal foi concedida justamente para assegurar a efetividade das investigações parlamentares, evitando obstáculos burocráticos ou resistências administrativas que comprometam a apuração dos fatos.

Nesse contexto, a atribuição conferida ao Coaf para avaliar a pertinência temática das requisições parlamentares pode ser compreendida como inovação procedimental que não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontra respaldo expresse no texto constitucional ou na legislação infraconstitucional, representando risco concreto de enfraquecimento da função investigativa do Parlamento.

Mais do que uma questão meramente operacional, trata-se de um tema que toca o núcleo da autonomia institucional das CPIs e CPMLs e a própria arquitetura do sistema de freios e contrapesos previsto na Constituição. Assim, impõe-se reflexão crítica sobre os efeitos institucionais da decisão, especialmente quanto ao equilíbrio entre a proteção de direitos fundamentais e a preservação das prerrogativas investigativas do Poder Legislativo, de modo a evitar que mecanismos de controle legítimos se convertam, na prática, em entraves desproporcionais ao regular exercício da função constitucional de fiscalização parlamentar.

Diante desse cenário, orienta-se aos membros desta Comissão que observem rigorosamente a adequação e minuciosa fundamentação dos requerimentos de transferência de sigilo, inclusive daqueles dirigidos ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), com clara demonstração da pertinência temática, da necessidade e da utilidade das informações solicitadas para esclarecimento dos fatos investigados. Tal cautela procedimental revela-se medida indispensável para resguardar a higidez jurídica dos atos da Comissão, prevenir questionamentos judiciais e evitar a criação de obstáculos que possam comprometer a continuidade e a efetividade das investigações conduzidas por esta Comissão Parlamentar de inquérito.

Eu só queria aqui fazer essa reflexão para os colegas, porque essa decisão do Ministro Alexandre de Moraes determinando condicionantes para transferência de dados é muito grave. Inclusive a decisão do Ministro, com todo o respeito, tem um efeito retroativo, ou seja, todas aquelas transferências que nós aprovamos pelo órgão colegiado, que tinham como base um requerimento fundamentado, que foi aprovado por esta Comissão, vieram os dados, agora, sob pena de nulidade de todos aqueles atos, têm que ser revistas – todas aquelas transferências daquelas informações.

Eu acho, assim, com todo o respeito... Eu sempre tenho aqui um comportamento de defender as instituições, porque um dos princípios que permeia as instituições é a impessoalidade. Então, a instituição Supremo Tribunal Federal tem uma fundamental importância dentro daquilo que eu chamo de espinha dorsal do Estado democrático de direito,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é a Constituição da República Federativa do Brasil. Mas nós não podemos admitir... Olha, eu não tenho como... Com todo o respeito, Senador Alessandro, Senador Mourão e Senador Magno, eu não tenho como, por exemplo... Eu queria me ver entrando numa sala de aula, por exemplo, num curso de Direito, porque eu amo ser professor, e falando: "Olha, é possível você ressuscitar um mandado de segurança arquivado há três anos, para direcionar a um Ministro A, B ou C, que recebe uma petição como forma de *habeas corpus*, concede a ordem de ofício para pessoa jurídica, sendo que *habeas corpus* é para pessoa física, estende o efeito não só para pessoa jurídica, mas para pessoa física, na pessoa dos diretores que nem eram polo, não eram sujeitos ativos no procedimento de legitimidade. Não tem como você explicar isso. Ora, não tem como você explicar...

Eu acho até razoável, porque, por exemplo, para sujeito objeto de investigação ou indiciado ou acusado, o comparecimento no ato de interrogatório é um ato de defesa. Até aí tudo bem, porque é uma premissa constitucional. Agora, a gente aprova aqui convocação de testemunha e vem decisão do Supremo falando: "Testemunha não é obrigada a comparecer". Nós aprovamos aqui convocação de testemunha que não foi obrigada a comparecer, quebra e transferência de dados que foi invalidada. E agora? Qualquer transferência que nós formos fazer aqui de qualquer um dos nossos Senadores e Senadoras, que têm a prerrogativa... Nós somos 81 Senadores para o país. Eu tenho que ter responsabilidade com a população capixaba que me elegeu, assim como todos os Senadores que aqui estão. Então, a CPI é um instrumento de minoria. Uma das funções do Parlamento é essa.

Então, quando você tem decisões judiciais do órgão máximo do Poder Judiciário que ressuscitam mandado de segurança arquivado, que é direcionado para um determinado ministro, para proferir uma concessão de um *habeas corpus* para pessoa jurídica... Eu fico estarrecido. Como que eu posso falar... Como que eu posso... Como que eu... Eu não posso perder minha capacidade de indignação, mas eu tenho que sempre estar defendendo, aqui, aquilo.

Então, eu só estou dando ciência aos Srs. Senadores e Senadoras de que nós temos que cumprir isso, na medida do possível, e por isso que eu volto a falar...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... que nós estamos aqui. Mesmo aquelas decisões em globo, que não tinham nenhuma controvérsia e foram aprovadas à unanimidade aqui, até essas nós temos que votar nominalmente, essas decisões.

Agora, eu acho sempre que são dois pesos e duas medidas, porque, se você verificar, muitos... Até nos órgãos superiores, STJ, por exemplo, julgam-se, em blocos, inúmeras ações, mas ninguém questiona que tem que ser julgadas uma a uma, né? Agora, aqui, um Senador faz um requerimento, tem a justificativa, fundamenta, os demais Senadores votam à unanimidade pela transferência daquela informação. Essa transferência de informação é uma prova de natureza objetiva. As provas de natureza subjetivas são testemunhas. E aí, o conjunto das provas de natureza objetiva com subjetiva, ao final, você conclui quem, de qualquer forma, tenha qualquer tipo de responsabilidade penal, civil ou administrativa.

Então, fica aqui a minha reflexão enquanto Presidente...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... desta Comissão, desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu, antes de conceder a palavra ao Relator, consulto se podemos abrir o painel com relação à votação e já iniciar a votação da segunda.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Abre...

Já vou conceder, Senador Magno.

Abra o painel só para proclamar o resultado do Requerimento 301, de 2026, para o Coaf, que é um requerimento de minha autoria, a transferência de sigilos fiscal, telefônico e telemático da empresa Kairos, referente ao período de janeiro de 2020 a 2026.

(Procede-se à apuração.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Votaram SIM, 7; NÃO...

Está aprovado.

Só vou anunciar e abrir o painel, porque já concedo a palavra.

Anuncio: está aprovado o Requerimento 301, de minha autoria.

Anuncio o Requerimento 302... Agora, todos esses requerimentos, Sras. e Srs. Senadores, já foram votados e aprovados de forma simbólica à unanimidade. Então, a gente só está cumprindo pró-forma a decisão do Supremo Tribunal Federal para fazer votação nominal.

Anuncio o Requerimento 302.

1ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 302/2026

Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Artur Martins de Figueiredo (diretor da empresa Fraction 024 Administracao de Bem Proprio S.A.), compreendendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026.

Autoria: Senador Humberto Costa

Aqueles que concordam com o requerimento, votam "sim". Quem não concorda, vota "não".

Determino a abertura da votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Por delicadeza aqui, eu vou passar ao Senador Magno. Depois, ao final, eu faço o meu comentário.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Senador Alessandro. Muito obrigado, Presidente.

Assim, nós estamos aqui diante dos servidores da Casa, concursados e preparados de universidades, e é uma cena absolutamente humilhante para nós, Senador Mourão, como Senadores da República.

Alexandre de Moraes e tantos outros, os seus pares que não representam a instituição, mas eles, para se defender, quando você toca no nome de um deles, dizem que você está ofendendo o Supremo. Eles não são o Supremo coisa nenhuma – a instituição. E aqui sabatinados, normalmente nesta Comissão, eles vendem até a mãe para botar essa capa nas costas. Depois não há ordenamento jurídico. Tão somente saem daqui com um título, não sei se com um anel ou com uma medalha que diz assim: "Guardião da Constituição". Não é isso, Senador Contarato? Mais nada que isso, não é isso, Senador Alessandro? Mais nada que isso. Como? E é ao gosto do cliente. É do jeito que ele acorda.

Você acha que Alexandre de Moraes, o Toffoli, cagados como estão, têm alguma autoridade moral para emitir algum juízo que seja do seu paladar? Eu acordei, fui notificado e eu estou dando a ordem. A ordem a quem? Porque uma CPMI e uma CPI têm poder de Justiça. O Senador Contarato, neste momento, está no nível dele – dele –: Senador Alessandro, a mesa, no nível do Supremo. Por isso, têm poder de fazer busca e apreensão, de quebrar sigilo, têm poder de tudo, mas o problema é que foram passando a mão na cabeça do monstro. É igual a um menino desobediente: faz desobediência, a mãe não corrige; faz desobediência, o pai não corrige; ele faz de novo, ele faz de novo e depois vira um monstro, bate no pai, bate na mãe. É isso aí, esse cidadão. É isso aí – é isso aí. E para mim é estarrecedor.

Olha, Senador Contarato, na CPI do Narcotráfico: o cara está mentindo; eu, com quórum qualificado, determinava a busca e apreensão na casa dele. Enquanto ele fazia o depoimento, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Polícia Federal ia, fazia a busca e trazia a prova. Eles já fizeram um monte de contorcionismo jurídico para poder abafar a vagabundagem.

Nós estamos vendo aí, está diante dos olhos de todo mundo, não é invenção. Todo mundo sabe. Alguns não querem verbalizar, mas sabem. Escritórios ricos. Ministros ricos. Filhos ricos, milionários, o salário é do tamanho do seu e do meu, que é até um bom salário. Graças a Deus, é um bom salário; dá para a gente viver, né? Eu sei que eu não tenho casa lá em Pedra Azul nem V. Exa. Nós não temos mansão lá, né? Porque esse salário não dá, né? Esse salário não dá, né? Mas o cara é dono de cassino, pô! Certo? O cara... É contravenção, Mourão. Mas a gente lutando aqui para derrubar, para não ter jogatina no Brasil; o cara está com a jogatina dele lá, né? E aí vem cuspir regra. Eu ia falar outra palavra, mas eu vou falar cuspir. Cuspir regra onde não existe.

Então, o seguinte: ou a gente se revolta e não cumpre nada, sabe? Porque ele não é maior do que V. Exa., sabe? Ele tem que esperar V. Exa. acabar o mandato e o meu, se quiser me processar. E o meu, porque ele não é maior e nem mais homem do que eu. Então, a gente tem que se levantar e começar a dizer: olha, isso aqui é inconstitucional, é ilegal, é uma coisa pessoal, como essa tara que ele tem por Jair Bolsonaro. Ele tem uma tara por Jair Bolsonaro! Ele dorme pensando em Bolsonaro, acorda pensando em Bolsonaro. E a gente tem que engolir vendo.

Por isso, Sr. Presidente, que eu vou aproveitar esses 30 segundos... Perdoe-me, Senador Alessandro, porque antes de a gente encerrar, eu queria pedir a V. Exa. que colocasse os meus requerimentos, convocando o Marcola, convocando o Marcinho VP, convocando o Fernandinho Beira-Mar. Eles conhecem tudo de crime organizado, entranhado com a política, entranhado com a política e entranhado também nas altas cúpulas do nosso Judiciário. Então, eu tenho esse requerimento. A sociedade quer ouvi-los. E, se V. Exa. sabe... E eles vão entrar pedindo *habeas corpus* também, e é possível até que ganhem – e é possível até que ganhem! É porque são pessoas muito importantes que fazem parte do esquema, enriqueceram muita gente e continuam enriquecendo muita gente com essa história de lavagem de dinheiro.

Encerro, Senador Contarato, lembrando que a gente está vivendo um drama no Espírito Santo. A matéria do Fantástico domingo... uma vergonha para nós. Eu acho que... Eu estou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo um requerimento não convocando, mas convidando o chefe de polícia para que venha aqui a esta Comissão narrar para nós, porque o principal hoje – chamado homem do Denarc – do departamento antidrogas, de repressão às drogas, é preso fazendo... O maior negociador, que apreende aqui tantos quilos de cocaína, vende para outro traficante, vende... Tudo isso um policial! E nove anos de corregedoria! Estão observando ele já há nove anos, e há nove anos não acontece... Eu até... Se V. Exa. quiser assinar junto comigo, não tem problema. Ontem, eu protocolei um voto de louvor ao Gaeco, à Polícia Federal do nosso estado, visto o desbaratamento dessa quadrilha dentro da própria polícia, que nós honramos – a polícia como polícia, como um todo. E vem uma matéria que deprecia de forma vil aqueles que fazem a segurança pública, daqueles mais simples que têm salários menores, que vão para a rua enfrentar bandido. E o crime organizado, o Comando Vermelho, então, tomou conta do nosso Estado do Espírito Santo. Eu vou fazer esse requerimento convidando com respeito para que a gente possa ter um entendimento daquela matéria de domingo com relação ao Estado do Espírito Santo.

Senador Alessandro, muito obrigado.

Senador Contarato, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Um complemento ao que V. Exa. já colocou – e o Senador Magno e tantos outros já falaram na tribuna, em veículos de imprensa.

Por mais que seja difícil assumir esta realidade, nós temos que constatar e relatar para a população brasileira que hoje nós temos Ministros da Suprema Corte trabalhando contra a investigação de crimes graves – isso é uma tragédia, isso é uma tragédia completa –, porque as decisões sucessivas de Ministros como o Ministro Alexandre de Moraes, o Ministro Gilmar Mendes, o Ministro Dias Toffoli ultrapassam qualquer razoabilidade, não têm lastro constitucional, não têm lastro legal. São apenas medidas tendentes a dificultar investigações.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que eu lamento não é o envolvimento dessas figuras, que são notórias, sempre estiveram envolvidas com *lobby*, com festas, com reuniões no exterior, sempre tiveram proximidade estreita com a advocacia, com a política... O que me incomoda, Presidente Contarato, é o silêncio dos bons, daqueles Ministros, daquela Ministra, a Ministra Cármen, sobre os quais nunca pairou dúvida com relação à honestidade, à lisura. Nós nunca tivemos notícia de envolvimento de determinados Ministros, como o Ministro Presidente Fachin, com escritórios de *lobby*, com a política partidária mais rasteira, com escritórios de advocacia de uma forma perniciosa... Esses é que têm que se manifestar, porque, quando eles silenciam, eles entregam a República brasileira nas mãos de pessoas que hoje têm um único objetivo: escapar das investigações dos crimes relacionados ao Banco Master. Esse é hoje o único objetivo...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... manifestado, expresso, nas decisões dos Ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Gilmar Mendes. Então, a gravidade disso é alarmante.

Na decisão mais recente do Ministro Presidente, Edson Fachin, que abriu o prazo para que o Ministro Gilmar explique como ele sequestrou a relatoria do *habeas corpus* da pessoa jurídica Maridt, como ele conseguiu fazer isso, ele tem embutido, nessa decisão, que parece tecnicamente respeitável e lógica, uma pegadinha, que é o prazo. A apuração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito tem prazo. E nós estivemos com o Presidente Fachin, dialogando sobre isso e apontando justamente este cenário: a manipulação dos prazos, porque basta...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Exatamente. Sempre o Prof. Contarato aqui dando esse verniz técnico, que ajuda o cidadão a entender.

O prazo concedido ao Ministro Gilmar, como é prazo impróprio, ele vai cumpri-lo quando Deus quiser, se ele quiser, assim como o prazo do agravo de instrumento que foi apresentado pela Advocacia do Senado, que ele vai cumprir quando Deus quiser. E o objetivo fica cada vez mais claro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o que eu digo a quem nos acompanha, aos colegas Senadores, Senadoras e ao cidadão brasileiro, é que a gente não vai parar nem vai desistir. Todas as ferramentas que estiverem à disposição da Justiça, do Senado serão acionadas. E aí cada um de nós será confrontado com a sua biografia. Cada um de nós vai responder na história, porque, se eu consigo chegar à constatação cabal – e eu já tenho essa constatação – de que eu tenho figuras na mais Alta Corte da Justiça brasileira que trabalham contra a investigação de crimes, o caminho, Senador Magno Malta, é inexorável, é o pedido de impedimento. Não há outro caminho. Cada vez mais! E não adianta aquele – na falta de uma palavra mais leve – mimimi de: "Não! É polarização, é ideologia, é bolsonarismo, é petismo". Não! É a defesa da República. Passou de qualquer limite, ultrapassou qualquer condição.

Vamos seguir a nossa jornada aqui, neste momento, submetendo-nos ao constrangimento, evidente, do abuso de autoridade praticado pelo Ministro Gilmar Mendes, que nos obriga a "revotar", a repetir a votação, atendendo a um critério criado da cabeça do Ministro Flávio Dino, que, no próprio despacho, na própria decisão, Presidente Mourão, reconhece que não tem previsão na lei, não tem previsão na Constituição, não tem previsão no Regimento, mas que ele acha que tem que ser assim.

Então, é trabalhar, é persistir e, cada vez mais, explicar para o cidadão brasileiro o que está acontecendo. Hoje, quem deveria ser a última palavra em garantia da justiça está se colocando como a última palavra em garantia do crime. Isso é absolutamente inaceitável, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, enquanto V. Exa. telefona... Telefona mais um pouquinho aí. Só um minuto, só um minuto. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador Magno, deixe-me só abrir o painel, porque senão a gente vai demorar demais. Temos pessoa para se ouvida.

Determino a abertura do painel para proclamação do resultado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Só estamos nós aqui...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É. Tinham que ser rápidas essas votações.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Votaram SIM, 7; NÃO, 0.

Está aprovado.

Anuncio o Requerimento nº 303.

1ª PARTE

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 303/2026

Requer a transferência do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Marcus Vinicius da Mata, CPF 184.805.378-92, presidente da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A., compreendendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026.

Autoria: Senador Humberto Costa

Aqueles que votam com...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Um por um, não é?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Um por um.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Me engana que eu gosto, viu?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... votam sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, declaro a abertura do painel para votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Aqueles que votam "sim"...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Nós precisamos ter um...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só queria que, antes, Senador Magno e colegas que estão aqui... Senador Alessandro, às vezes, você já deve estar até cansado de me ouvir falar, mas...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas V. Exa. é professor, não é?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu tenho uma coisa na minha vida, Magno – você me conhece já há muito tempo –, que me motiva a estar na política, né?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Você citou a omissão com relação ao discurso do pastor inglês negro Martin Luther King: "O que assusta não é a ousadia dos ruins, mas a omissão dos bons". O que me assusta aqui neste Senado é que nós também, às vezes, somos coparticipantes de um comportamento, eu diria assim, seletivo.

O Senador Alessandro foi delegado, com muito orgulho, como eu fui delegado de polícia, mas é muito difícil... Aqui está a Advocacia do Senado. Talvez aqui em Brasília vivam numa bolha ou em outro mundo, né?, e nas grandes capitais, nos bairros nobres. Mas é muito triste quando você vê que a lei é cumprida *ipsis litteris*, de acordo com o Código de Processo Penal, de acordo com a Constituição Federal, de acordo com o Código Penal, com um recorte socioeconômico e étnico. É muito difícil você... É muito triste para mim, eu não canso de falar isso... Eu fiz essa provocação, essa pergunta aqui ao Ministro, então Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. Eu virei para ele e falei assim: "Ministro, quantos políticos, quantos funcionários públicos estão



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprindo pena por crimes contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro, de sonegação fiscal, colarinho branco, corrupção ativa, corrupção passiva?". Não há. As cadeias estão lotadas de pretos, pretos e pardos. Sabe como é? Então, eu fico muito triste. Aí, você tem assim... Quando é um político, quando se consegue condenar um político por corrupção ou por qualquer coisa, vem uma decisão e concede a ele prisão domiciliar.

Agora, Senador Magno, quantas pessoas morrem dentro do sistema prisional e não têm direito à prisão domiciliar?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E eu acredito que a tornozeleira eletrônica foi para isto: para esvaziar o sistema penal.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então? Então, eu fico assim: quando a gente tem a oportunidade de efetivamente dar uma resposta à população, subir no andar de cima e falar: "Olha, todos somos iguais perante a lei"... Não basta ter uma letra da lei morta no art. 5º – ah, todos somos iguais perante a lei, independente de raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, pessoa com deficiência –, tá, isso é tão bonito e está escrito lá, mas, na verdade, infelizmente, no Brasil, uns são mais iguais que outros. Na verdade, uns têm acesso aos melhores advogados, outros têm acesso a decisões de cortes superiores, e, infelizmente, essa não é a realidade da população brasileira. Então, eu fico assim...

Essas decisões, como muito bem disse o Relator, demonstram claramente uma inviabilização de uma investigação por parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Onde já se viu, numa Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem atribuição no Estado brasileiro, eu não posso quebrar um sigilo, eu não posso ouvir uma testemunha, eu não posso convocar?! Olha, com todo o respeito, ao Campos Neto foi dada – ele é testemunha – a faculdade de comparecer e, se ele quiser também, de mandar as informações por escrito. Olha, não tem como...

Eu acho assim, era o mínimo que tinha que ser feito, era uma...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Tinha que vir.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O mínimo que se tinha que ser feito, Senador Magno, era, com todo o respeito ao Supremo, é uma padronização de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... padronização de procedimentos: as CPMLs e CPIs podem quebrar sigilo? Podem? Vai ter que ter condicionantes, não vai ter condicionantes? E coloca no Plenário e vota a maioria, porque aí a gente tem que cumprir a decisão judicial.

A uma pessoa que é testemunha é obrigatório comparecer à CPI e prestar o compromisso? Sim ou não? E padronizar isso.

O que não pode é você ter esta insegurança jurídica: vai para um ministro, fala que é facultativo; vai para outro, fala que é obrigatório; vai para um, fala que tem e permite a transferência; vai para outro, não permite a transferência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – E nós estamos aí nessa situação.

Eu só queria consultar...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu encerro a minha fala aqui, Sr. Presidente, porque eu também preciso me retirar. Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só um minuto...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só quero saber se já votaram. Todos já votaram? *(Pausa.)*

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Tem mais: vota, por gentileza. Tá, Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Qual é? *(Pausa.)*

Eu já anunciei este aqui, Marcus Vinicius da Mata, transferência de sigilo, 303. Eu já tinha pedido para abrir. Abriu agora.

Com a palavra o Senador Magno Malta ou o Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone.*) – É o Magno.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pode falar, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Não, Sr. Presidente, é porque também tem um requerimento meu de convocação do Juiz Federal Macário Júdice, que foi aprovado. E tem um requerimento meu que é a realização da acareação, porque, dentro lá da CPMI do INSS, aconteceram... Eu requeri, então, essa acareação, que ela fosse feita aqui, entre o Sr. Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure, o empresário e investidor Vladimir Joelsas Timerman, fundador da Esh Capital, e Daniel Bueno Vorcaro, Presidente do Banco Master, para uma acareação.

Estou lendo muito mais esse requerimento para que fique gravado e para que essas pessoas saibam, e os seus interlocutores que não me procurem. Não me procurem, não batam na minha porta, porque crime é crime. E, quem não cometeu, que seja inocentado no final.

É por isso que eu tenho uma norma na minha vida, Senador Alessandro. Pode até parecer falta de educação, mas não é. Quando V. Exa. se formou advogado, Senador Contarato, tinha uma banca para você mostrar seu TCC. V. Exa. é professor na universidade, e há uma banca em que você vai mostrar o seu TCC para ver se te aprovam. Agora, o cara quer passar numa prova, quer ser sabatinado aqui, ele quer fazer o TCC dentro do meu gabinete para já chegar aqui com



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma prova pronta. Eu não recebo, porra! Eu não recebo. Vai ter que fazer a prova aqui. "Ah, O Senador Magno não recebe." Não recebo – não recebo!

Aqui, todos aqui que são formados em Direito, os nossos assessores, fizeram um TCC. Fizeram? Fizeram um TCC. Agora o cara quer fazer TCC no meu gabinete?

Um foi fazer um TCC no meu gabinete e se mostrou um homem assim... Sabe? Parecia que era mais conservador do que eu. E eu com o perfil dele do Instagram aberto, e ele falando e eu olhando as fotos. Quando ele terminou, eu falei assim: "Ó, dá uma olhada no seu Instagram aí e vê se realmente é o que você falou".

E foi o primeiro erro... Não foi erro, não, porque atendi um amigo, que me pediu para receber, que é meu professor, é gente boa... Foi quando eu recebi o Gonet, para minha decepção – e continuo decepcionado –, porque Gonet só é um menino – não vou chamá-lo de *motoboy*, porque eu respeito *motoboy* – de recado de Gilmar Mendes.

O grande problema é que a gente faz uma CPI como esta, enfrentando tudo o que a gente está enfrentando, as coisas que sobram, que são boas e que fazem o relatório – aprovamos! –, e vai lá e entrega para Gonet. Não entregou para ninguém, irmão, desculpa. Não vai para lugar nenhum. Então, a gente tem que fazer o papel da gente que é o de expor quem cometeu o crime aqui – neste momento é o que nós podemos fazer – é o que nós podemos fazer, né? – e lutar, lutar e lutar, porque V. Exa. podia mandar buscar esses caras coercitivamente. É o poder que esta CPI tem, este instrumento tem esse poder. "Ah, não veio, não?". "Vou mandar buscar coercitivamente". Votou e manda buscar coercitivamente. Sempre foi assim, sempre foi assim. E esse instituto foi violado, foi violado de forma vil, abrindo concessões para bandidos.

Quando Deolane ganha um *habeas corpus* para não vir numa CPI, gente, aí o Brasil acabou. "Não, não precisa ir não, não precisa respeitar esses Senadores, não. Eles caíram lá de paraquedas, ninguém mandou eles irem para lá. Não, não, não atende, não, pode ficar em casa na piscina". Aí bota uma televisão enorme assim, fica na piscina, ligada na TV Senado, rindo de nós, zombando de nós, porque é só escolher um escritório bacana aí que seja ligado, porque eles decidiram que, consanguíneo, eles não se julgam impedidos. É só pegar o filho de alguém ou a mulher de alguém aí e colocar lá no escritório, não é? E pode receber uma bolada de 129



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões, pode receber bolada assim... Tem gente que se formou ontem e tem 500 – tem 500 – processos em andamento, né? Assim, cara, assim... Meu Deus do Céu! Mamãe me acode, viu? É um trem difícil demais de você aguentar.

Agora, eu acho que nós Senadores temos que começar a meter o pé na porta. Veio a ordem de lá, eu não obedeco – eu não obedeco. Vamos meter medida coercitiva, chamando todo mundo, e deixa eles correr para o Supremo, para o Supremo dizer... O Supremo... Alexandre de Moraes escreve uma peça dessas que o Senador Contarato leu bem devagarinho, como professor de Direito que é, falando em violação e distinção entre os Poderes. Que autoridade moral? Qual Poder? Distinção de qual Poder com qual Poder?

Eles invadiram isso aqui de uma forma vil não só juridicamente, porque não existe isso. Juridicamente, o peso desta Casa é muito grande, mas, infelizmente, não é porque está na ausência do Presidente Davi Alcolumbre... Infelizmente, essa dívida tem que colocar no colo dele, no colo de Pacheco, no colo de todo mundo que passa a mão na cabeça desses caras que estão lá com a toga suja.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Eu só queria complementar a fala do Senador, porque, quando, Senador Magno, eu tomei posse aqui, em 2019, eu apresentei uma PEC – olha só, uma PEC – para determinar que o Procurador-Geral da República fosse escolhido em lista tríplice pela categoria, ativos e inativos. Aí tudo bem. Só que ela nunca andou. Isso também tem que ser uma resposta nossa. Nós também temos que fazer uma autocrítica. Ora, se você tem uma proposta de emenda à Constituição falando que a escolha precisaria ser de uma lista tríplice, por que a gente não debate pelo menos isso? E aí nós não teríamos qualquer possibilidade de convivência ou omissão por parte daquele que tem esse poder de deflagrar uma eventual ação.

Solicito que proclamem o resultado, por favor.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Votaram SIM 5.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado o requerimento.

Anuncio o Requerimento 304.

1ª PARTE

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 304/2026

Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A., referentes ao período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024.

Autoria: Senador Humberto Costa

Aqueles que concordam votam "sim".

E, por gentileza, toda vez que der seis pessoas votantes, já vão abrindo para a gente ganhar tempo. *(Pausa.)*

Está aberta a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Determino a abertura do resultado da votação, por gentileza.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Votaram SIM 5.

Está aprovado o Requerimento 304.

Anuncio o Requerimento 305.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 305/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Clínica Mais Médicos SA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 13 de março de 2026.

Autoria: Senador Humberto Costa

Aqueles que votam "sim" votam com o autor.

Determino a abertura do painel para votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Determino a abertura do resultado, por gentileza.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Votaram SIM 5.

Está aprovado o requerimento.

Anuncio o Requerimento 306.

1ª PARTE

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 306/2026



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Laguz I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de março de 2026.

Autoria: Senador Humberto Costa

Determino a abertura do painel para votação.

Aqueles que votam com o autor votam "sim".

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Determino a abertura do resultado para proclamação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Votaram SIM 5; NÃO, nenhum.

Está aprovado o requerimento.

Anuncio o Requerimento 307

1ª PARTE

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 307/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal, de Ahmed Mohamad Oliveira, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.

Autoria: Senador Humberto Costa

Determino a abertura do painel para votação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem vota com o autor do requerimento vota "sim".

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Por gentileza, abertura do painel para o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Votaram SIM 5; NÃO, nenhum.

Está aprovado o requerimento.

Anuncio o Requerimento 307, transferência de sigilo... Desculpe. O 307 foi agora, não é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É o 308.

1ª PARTE

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 308/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal, do Sr. Fabiano Campos Zettel, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 2 de março de 2026.

Autoria: Senador Humberto Costa

Determino a abertura do painel para a votação.

Aqueles que votam com o requerente votam "sim".

(Procede-se à votação.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Determino a abertura do painel para proclamação do resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Votaram SIM 5; nenhum Senador votou contrário.

Está aprovado o requerimento.

Anuncio o Requerimento 309.

1ª PARTE

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 309/2026

Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Fraction 024 Administracao de Bem Proprio S.A., referentes ao período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024.

Autoria: Senador Humberto Costa

Determino a abertura do painel para votação.

Quem vota com o autor vota "sim".

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Determino a abertura do resultado, por gentileza.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Votaram SIM 5 Senadores; nenhum, NÃO.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado o Requerimento 309.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, considerando a informação prestada pelo ex-Presidente do Banco Central, o Sr. Roberto Campos Neto, alegando impossibilidade de comparecimento para a presente reunião, e considerando que isso já vem se arrastando – e é fundamental que a gente tenha aqui a coleta de informações com os dois Presidentes de Banco Central que estavam à frente da instituição durante todo esse périplo do Banco Master –, eu peço que V. Exa. tenha a compreensão de colocar, extrapauta, o requerimento de convocação do Sr. Roberto Campos Neto, para que ele possa ser ouvido aqui na condição de testemunha.

O requerimento é extremamente detalhado e embasado e coloca, com muita clareza, que o objetivo é receber a presença, aqui... Como teremos a presença do Galípolo, Gabriel Galípolo, atual Presidente do Banco Central, precisamos da presença também, aqui, de Roberto Campos Neto, porque nada disso teria acontecido sem que tivesse falha das instituições responsáveis pelo controle.

Essa falha está documentada, mas ela, até o momento, não atribui nenhum tipo de investigação ou acusação com relação a Campos Neto.

Então, eu peço a V. Exa. a colocação, em pauta, desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Tendo em vista a exiguidade do tempo, esta Presidência acolhe apenas esse requerimento, extrapauta, Requerimento 252, e a votação será simbólica.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com a convocação do Sr. Roberto Campos Neto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a convocação do Sr. Roberto Campos Neto.

Apenas para esclarecimento, a oitiva do Sr. Roberto Vieira Campos Neto, ex-Presidente do Banco Central, convocado pelo Requerimento 185, do Senador Jaques Wagner, por meio da decisão proferida em 2 de março pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no âmbito do Inquérito 5.026, o referido requerimento de convocação foi convertido em convite. Assim, a vinda do depoente tornou-se facultativa.

Por meio de comunicação recebida dos representantes legais do Sr. Campos Neto, esta Comissão foi comunicada de que ele não comparecerá para depor, prontificando-se a prestar informações por escrito.

Por isso que o Relator apresenta a convocação agora, que foi aprovada de forma simbólica, à unanimidade, por esta Comissão.

A segunda parte desta reunião é a oitiva do Sr. Leandro Piquet Carneiro, Professor do Instituto de Relações Internacionais, Coordenador da Escola de Segurança Multidimensional da Universidade de São Paulo, convidado por meio de aprovação do Requerimento 3, de 2025, de autoria do Relator, Senador Alessandro Vieira.

Convido o depoente a tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Bem-vindo, Sr. Leandro Piquet.

Neste momento, eu concedo a palavra ao senhor, para suas considerações iniciais, pelo prazo de 20 minutos, podendo ser prorrogado a critério desta Mesa.

Com a palavra o Sr. Leandro Piquet.

O SR. LEANDRO PIQUET CARNEIRO (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Fabiano Contarato; também aqui, na presença do Vice-Presidente da Comissão, Senador Mourão; e Relator Alessandro Vieira. Agradeço muito a oportunidade de compartilhar aqui algumas visões, algumas impressões e dados sobre a questão dos mercados ilícitos, do crime organizado.

E eu preparei uma apresentação – não sei se poderemos utilizá-la aqui –, mas o que eu queria, basicamente, pontuar nesta introdução é que nós estamos aqui vivendo hoje no Brasil um processo de expansão de vários tipos de crime relacionados a atividades ilícitas, tanto do ponto de vista das atividades ligadas ao comércio, a mercados de produtos que são proibidos, ou seja, são produtos ilícitos e que são transacionados, e também um processo muito importante relacionado...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria passar à seguinte ali, por favor.

Eu tenho um passador aqui, só para facilitar a minha vida aqui?

Funciona? *(Pausa.)*

Este funciona. Tá.

E só uma pequena diferenciação com relação aos tipos de crimes que eu gostaria de tratar aqui hoje. Eu acho que nós, na literatura sobre... Aqueles que estudam crime e economia estão acostumados a pensar um pouco nesses três tipos de crimes como crimes importantes e diferentes com relação ao tipo de motivação, ao tipo de lógica que apresentam, digamos, no seu processo de expansão e, também, com relação à dificuldade de controle dessas modalidades de crime.

O primeiro deles tem a ver com os crimes que são, basicamente, crimes baseados em mercados, ou seja, aqueles crimes em que há uma transação, uma operação de compra e venda. O preço é acordado entre as partes envolvidas; há um mercado, que pode ser físico, pode ser virtual; e há, portanto, acordo com relação a quanto vai ser transferido do comprador para o vendedor.

E há aquilo que é o tradicional – e um problema muito grave, por óbvio – dos crimes violentos, em que a transferência de renda se dá por meio de ameaça, certo? Ou seja, o assalto, o uso de arma de fogo, o roubo de banco. Os crimes violentos dessa natureza envolvem um tipo de estrutura, um tipo de relação entre vítima e agressor que é completamente diferente da dos crimes baseados em mercados.

E existe um tipo, também, muito importante no contexto brasileiro, que são as fraudes, os crimes financeiros, aqueles crimes que ocorrem por meio, por óbvio, de processos de organização desse tipo de atividade ilícita, em que a engenharia social tem um grande papel no processo de expansão dessas atividades. Isso significa... Hoje nós temos – eu vou mostrar alguns dados sobre isso – um aumento brutal de fraudes envolvendo vítimas que são ludibriadas, que são envolvidas nesses processos do crime – e o criminoso tem toda uma engenharia social para produzir esse tipo de situação –, e esses crimes estão em rápida expansão.

O que isso... *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só também apresentar uma diferenciação, senhores, com relação a um problema que nós podemos observar nesse quadro, é uma representação de, digamos, quatro mercados importantes para quando falamos em crime organizado, quando falamos em atividades ilícitas.

Na linha, nós temos duas situações quanto à natureza do bem segundo a sua regulação no país, ou seja, são bens lícitos ou bens ilícitos?

Então, existem vários bens lícitos que são provisionados no mercado de forma lícita, ou seja, tudo que é regulado, há arrecadação de impostos, o que é vendido dentro das especificações técnicas daquele produto específico, nós temos aquele quadrante verde ali, que são os mercados plenamente regulados.

E nós temos, na mesma linha de bens que são lícitos por sua definição, por sua natureza e regulação, mas que são comercializados de forma ilícita. E, nessa caixinha, eu queria chamar muito a atenção para a importância dessa dimensão no debate sobre crime organizado. Aí estão todas as atividades relacionadas à venda de produtos fora dos padrões técnicos, fora do padrão de arrecadação, fora da prescrição médica, fora das qualidades do produto necessárias e reguladas pela autoridade pública.

Então, quanto a essa grande dimensão que hoje se expande pelo Brasil, isso inclui medicamentos, inclui insumos de defensivos agrícolas, inclui todo tipo de serviços, mesmo mercados, como combustíveis, a falsificação, o contrabando, são produtos que, por definição, são lícitos, mas são comercializados de forma ilícita, ou seja, são oferecidos no mercado de forma ilícita.

Então, essa situação é diferente daquilo mais tradicional, que envolve o comércio ilícito de bens ilícitos, em que, aí sim, por definição, não há nenhuma forma de segurança jurídica. As organizações criminosas são o tipo predominante de agente econômico que atua nesses mercados ali representados naquela caixinha vermelha. E essa caixinha tem, portanto, uma série de características, como uso intenso de violência, mas se conecta ao problema anterior, como eu dizia, na medida em que, ali do lado direito do quadro, aparece todo o sistema, digamos, um ecossistema de informalidade, dificuldades de regulação, controle, de atividades econômicas e ilícitas também, na medida em que várias dessas atividades econômicas infringem leis, infringem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulações, são cometidas por agentes tanto econômicos quanto criminosos, e muitas vezes em associação.

E o dinheiro que vem desses dois quadrantes aí – dos bens lícitos comercializados de forma ilícita, e dos bens ilícitos comercializados de forma ilícita – se encontra no processo de lavagem de dinheiro.

Tem uma última situação ali, que é aquele quadrante amarelo, que são os processos de legalização de algumas substâncias. Então, em vários contextos nacionais e internacionais, há uma tentativa de legalizar algumas das substâncias que são proibidas e que passam a ter algum tipo de convivência entre a sua ilegalidade e, ao mesmo tempo, uma tentativa de trazer essas drogas, essas substâncias para a legalidade. Isso acontece, por exemplo, no caso da *Cannabis*, em vários países do mundo.

E o que isso importa para a gente neste debate? Principalmente, nós temos uma lógica aqui que é, tentando resumir o que eu falei até aqui, nós temos mercados que estão em expansão, certo? Nós temos problemas regulatórios que afetam quase todos esses segmentos importantes aí, desde medicamentos até combustíveis, então, problemas de fiscalização, problemas de controle e, basicamente, temos também um problema ligado à questão do consumo, de que eu vou apresentar alguns dados.

Então, esse é o ambiente regulatório que está hoje em crise e o ambiente de controle de atividades econômicas ilícitas, que estão se associando em vários desses mercados, e isso causa, por óbvio, uma enorme pressão sobre a estrutura do Estado, e é o tema que estamos aqui discutindo nesta CPI.

Eu queria, um pouco, só enfatizar que, nessa literatura econômica, organizações criminosas são agentes econômicos que buscam maximizar seus benefícios. Não são sindicatos, não são grupos identitários, não são grupos de defesa social, nada disso; são agentes econômicos que buscam maximizar seus ganhos e suas receitas com essas atividades. E uma coisa importante também é que, quando a gente fala de mercados, aqueles mercados ilícitos, de bens ilícitos, esses mercados estão sempre sujeitos a uma enorme instabilidade. Por óbvio, os direitos de propriedade não são estabelecidos e a violência é necessária. E aí surgem todos esses processos com que estamos aqui convivendo cotidianamente, como o controle territorial



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do crime organizado, com a presença de grupos armados que visam justamente a dar a segurança jurídica de que esses agentes criminosos precisam num ambiente onde não há nenhum tipo de segurança possível por parte do Estado. Então, a organização criminosa precisa ela mesma prover a sua capacidade de controlar território, controlar esses mercados, e o uso da força, o uso da intimidação é sempre o elemento mais importante.

E aqui entra uma questão que eu acho que é muito importante: entender que o gasto com violência, o gasto com armamento, o gasto com pessoal para defender essas atividades é parte da estrutura econômica, parte da lógica econômica desse processo. Então, onde não há segurança jurídica, há necessidade de as organizações criminosas terem o controle dos nichos, terem o controle das rotas, terem o controle de território para exercer essas atividades. O que é desafiador do ponto de vista hoje da realidade que enfrenta o país é que nós, ao mesmo tempo que lidamos, como país, com esse tipo de ameaça, também estamos enfrentando novos desafios no que diz respeito ao controle daquele quadrante ali que eu chamei de bens lícitos comercializados de forma ilícita. Então, é o combustível, é o defensivo, é a falsificação, é o contrabando, que articulam-se com outros agentes diferentes na sua natureza, mercados que são diferentes no que diz respeito até mesmo à sua capacidade de usufruir de algum tipo de proteção legal do Estado, como é o caso de vários desses mercados ilícitos que eu narrei.

Agora, rapidamente, eu queria só apresentar alguns dados, que são o seguinte: é muito interessante o que está acontecendo em toda a região das Américas. Nós estamos vivendo todo esse processo de expansão do crime e uma diminuição dos crimes violentos. Essa curva de homicídio, por exemplo, México, Brasil... México e Brasil estão diminuindo as taxas de homicídio de forma significativa. Isso não significa sucesso da política de controle das atividades ilícitas, significa uma característica da atividade ilícita que, digamos, se estabiliza a partir de um certo ponto em função de mecanismos como o controle de território, como a captura das estruturas regulatórias do Estado. Então, não necessariamente o que está acontecendo naquela curva do México, naquela curva do Brasil, ali, em termos de homicídio, traz uma boa notícia, e eu vou me aprofundar nisso.

Mais um exemplo: Colômbia. Colômbia tem essa taxa declinante de décadas, ainda muito violenta, por óbvio, mas na Colômbia caiu muito a taxa de homicídios, ao mesmo tempo em que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há uma presença muito significativa, sem interrupção, dessas organizações criminosas na operação do negócio da cocaína.

Honduras e Guatemala, dois países superviolentos, que também estão passando por redução das taxas de homicídio, ou seja, é mais crime organizado menos violência. É um pouco essa lógica em vários países do mundo e a gente não está fora dessa dinâmica.

E aqui os estados, todos os estados brasileiros mais importantes estão com reduções importantes de roubo de veículos e com redução importante de homicídios, nesse período 17-23, todos. Todos os Governadores, em todas as disputas políticas, todo mundo empenhado em falar: "O meu programa deu certo, foi aqui que eu fiz...". Mas está todo mundo passando por esse processo muito semelhante, assim como outros países estão. E isso tem, mais uma vez, relação com a própria dinâmica do processo de expansão do crime organizado e dessa mudança que eu introduzi aqui no começo, quando passamos dos crimes violentos, do predomínio do crime violento para o predomínio dos crimes baseados em mercado e nas fraudes, certo?

Então o que está acontecendo de também mais interessante?

Perdão, só um pouco, aqui é o... Não voltou... não voltou... Eu ia falar sobre o aumento do cultivo de cocaína. A Colômbia tem tido recordes de produção de cocaína, e toda a América do Sul também, em função da expansão do cultivo de folha de coca. Aqui é a expansão do número de imigrantes, do fluxo de migração para os Estados Unidos, outra fonte importante de ilícito na nossa região.

Isso é um dado da associação internacional das aduanas, que mostra o seguinte, ali não vai dar muito para ver, mas vocês podem ver no canto direito do gráfico: ali tem duas bolas verdes grandes, aquilo são apreensões de tabaco, cigarros e produtos de nicotina; enquanto que as bolas amarelas, a variação no eixo de x, o número de apreensões e a variação no eixo de y é de um ano para outro, de dois anos recentes aqui, 21 e 23.

Então, o que acontece? Quando o produto está para cima do eixo azul, ele está aumentando a apreensão dele nas aduanas internacionalmente. Então, quem é que está aumentando muito? Álcool, maconha e drogas químicas psicodélicas aumentando muito. E



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem é o campeão hoje de apreensão no mundo? Mais uma vez, cigarros e produtos de tabaco e nicotina. O que isso quer dizer com o que eu estava falando anteriormente? São produtos lícitos comercializados de forma ilícita. Isso exerce uma enorme pressão sobre o sistema de segurança pública. É um enorme poder de corrupção, há muito dinheiro envolvido nesses negócios, na lista desses negócios são vários e vários produtos importantíssimos que estão aí transitando pelo mundo e exercendo um enorme poder.

Vejam a diferença entre o volume de apreensão, o tamanho da bola. A posição no eixo de x indica o volume de apreensão, o tamanho, o volume de apreensão, e a posição no eixo de x, o número de apreensões. Então, vejam a diferença entre produtos lícitos que são comercializados de forma ilícita globalmente.

Uma coisa, Senadores, muito difícil sempre neste debate é encontrar estimativas confiáveis sobre esses mercados. Essa das nações unidas sobre o comércio internacional foi feita com os países, são estimativas em colaboração com o México, Colômbia e Peru, e mostra o fluxo de entrada financeira desses crimes que aparecem aí. De contrabando de imigrantes para o México, entra alguma coisa como 1,1 bilhão por mês para o México.

Tráfico de drogas... Oi?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LEANDRO PIQUET CARNEIRO – Por ano. E essas estimativas são melhores porque elas foram feitas todas com a autoridade tributária e financeira dos países em questão, então tem um rigor maior com relação a essas estimativas.

Tráfico de drogas também movimentando muito dinheiro importante, entrando, esse é o fluxo de entrada no país: 12 bilhões no México; na Colômbia o intervalo de confiança pela dificuldade, a Colômbia é muito porosa em termos da sua capacidade de exportar cocaína, então fica um intervalo de confiança grande entre 1 e 6 bilhões; e Peru, alguma coisa como 1,5 bilhão por ano. Agora Peru talvez, com os novos portos de conexão com a China, talvez tenha um aumento dessa realidade.

Então, isso apenas... Agora vindo para o Brasil, nós temos estimativas também bem adequadas feitas pela Fiesp sobre o total de movimentação desses mercados, mercados que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aparecem ali do lado, alimentos, produtos de higiene, medicamentos. Isso é só em São Paulo. No anuário dos mercados ilícitos que a Fiesp prepara, são 22,6 bi por ano, isso significa uma perda arrecadatória de 5,3 bi por ano.

E esse dado é muito bom também porque ele é muito confiável, fácil de ser produzido pela Febraban, são as estimativas de fraudes bancárias por ano, acontecidas em 24, a gente está falando de 10 bilhões, uma variação de 17% de um ano para outro, e golpes com cartões de 2,7 bi por ano. Então, isso é também, mais uma vez, essa grande mudança do crime violento para os crimes de fraudes, então isso exige outra estrutura, exige outra problemática.

E, caminhando aqui para a minha conclusão, eu queria simplesmente trazer para os senhores e senhoras um dado que foi coletado em uma pesquisa que realizamos na Universidade de São Paulo, em parceria com o Instituto Ipsos, que é um levantamento nacional da demanda de bens e serviços ilícitos. Isso é muito interessante porque a pergunta que nós fizemos nessa parte do questionário era a seguinte: em que condições o senhor ou a senhora compraria um produto sabendo que esse produto é ilícito? Certo? Então a expectativa é que o consumidor diga "não, sabendo que ele é ilícito, eu não consumiria". Mas nós oferecemos várias alternativas de resposta: se alguém indicasse, se fosse mais barato, se a qualidade fosse a mesma do produto legal. E o que é surpreendente é que nós estamos falando ali de taxas, digamos assim, de propensão, percentual de propensão a consumir produtos ilícitos, todos maiores do que 20%, em setores como bebida, vestuário, eletrônicos.

E fizemos uma classificação, fizemos uma bateria de perguntas sobre atitudes do consumidor diante das regras, diante das leis. Isso nos permitiu fazer aquela diferenciação entre legalistas, moderados, até transgressores. Transgressor é aquele respondente que diz o seguinte "eu acho que a lei não precisa ser sempre seguida", "se não fere ninguém não tem problema", "só pessoas que não são muito inteligentes obedecem todas as leis", etc. Esse tipo de atitude diante da lei, capturada aí nessa escala, mostra que quanto mais legalista o consumidor é, mais consciente ele é sobre o papel das leis e da regulação, menor é a propensão para consumir produtos ilícitos. Mas quanto mais ele transgride com relação à lei e ao seu caráter imperativo mais ele se abre para esse processo.

O resultado que eu queria destacar aqui é que nós temos...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. LEANDRO PIQUET CARNEIRO – ... um enorme problema ligado à questão do consumidor, que tem propensão para esse tipo de consumo, participar desses mercados, mais uma vez, ilícitos de bens lícitos. Então, as pessoas compram produtos sem nota, compram produtos falsificados, movimentam bilhões na economia, e isso tem um impacto direto no problema de fundo que nós estamos discutindo aqui.

Termino, Senadores, com dois pontos: um é esse conceito de convergência criminal, que eu acho que pode ser muito útil para organizar o problema. Nós estamos vivendo um grande processo global em que esses diferentes agentes se encontram em áreas cinzentas de negócios. Isso envolve os agentes econômicos antiéticos – e eu acho que os senhores discutiram bastante aqui um bom exemplo nessa manhã sobre isso –, agentes que encontram, num ambiente de negócios, também criminosos, encontram a corrupção política, e encontram um sistema de justiça criminal abalado e comprometido em alguns pontos. Essas zonas cinzentas de encontro de negócios, de articulação estão se expandindo globalmente, até por conta de novos fenômenos, como meios de pagamentos alternativos, mercados digitais, oportunidades que essa economia digital, esse processo de expansão econômica tem criado em escala global. Então, esse é um fenômeno que é muito importante para a gente modular um pouco, entender como os agentes criminosos entram num processo de expansão de crimes economicamente motivados.

Eu termino aqui com a agenda. Aonde a nossa agenda sobre esse tema me parece nos levar? Primeiro, eu acho que nós temos uma questão muito importante ligada ao problema da inteligência tributária e financeira, certo? Fiscalização, as estruturas de fiscalização, com a ANP incapaz de desempenhar sua função fiscalizando a qualidade dos combustíveis, fiscalizando uma série de problemas que existem em várias cadeias de abastecimento, de gasolina e combustíveis no país. Toda a parte da inteligência financeira, ou seja, Receita, autoridades financeiras e tributárias dos estados, Coaf, tudo isso tem um papel decisivo no processo de coibir e informar a investigação sobre esses crimes. E isso tem um rebatimento, como eu falei também, sobre o controle de territórios, os presídios... O crime organizado, quando se dedica àquele núcleo de produtos ilegais, precisa controlar esses territórios, precisa construir a sua capacidade local de controle.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos – o que eu acabei de mencionar aqui – um problema dos consumidores, que são sempre muito vulneráveis. E, por óbvio, nós temos uma questão que precisa ser muito diretamente tratada que diz respeito às plataformas de comércio *online*, que tem sido um facilitador de vários ilícitos importantes. E, obviamente, a flexibilização do setor financeiro, *fintechs* e tudo isso criou oportunidades, mas também criou muitos problemas.

Enfim, eu acho que a agenda do Estado para enfrentar o problema do crime organizado hoje precisa desse caráter complementar entre a dureza com relação ao controle de território e aos mercados ilícitos de base local e também instrumentos de inteligência financeira e tributária para fazer frente a essas ameaças e pensar toda a nossa capacidade institucional de fiscalização em setores-chave como uma variável superimportante para essa batalha que estamos discutindo aqui.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Prof. Leandro Piquet Carneiro pela sua apresentação, professor, extremamente objetiva, indo exatamente ao encontro daquilo que é o objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Passo a palavra ao Relator e autor do requerimento, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado.

Sr. Leandro, quero parabenizá-lo pela apresentação extremamente didática, que vai na linha daquilo que a gente vem tentando colocar em pauta nesta Comissão, que é a compreensão do que é crime organizado, rompendo aquele mito de que o crime organizado é representado exclusivamente pelo pobre preto armado numa favela. Essa figura tem que ser combatida, tem que ser enfrentada, mas ela representa uma franja do crime organizado, e foi muito importante sua colocação nesse sentido.

Eu gostaria que o senhor aprofundasse um pouco mais a sua leitura, enfim, a sua opinião técnica com relação ao enfrentamento de alguns pontos específicos, começando pela questão do adolescente infrator. Nós temos em discussão, nesta Casa e na Casa vizinha, uma série de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propostas que tratam sobre essa situação e que se dividem basicamente entre a ideia da redução da idade penal pura e simples e mudanças pontuais no tratamento de atos infracionais violentos. Eu gostaria de ouvir o senhor com relação a esse tema.

O SR. LEANDRO PIQUET CARNEIRO (Para expor.) – Hoje a questão do menor infrator e do adolescente coloca um problema muito desafiador porque o envolvimento com essas atividades que eu descrevi aqui, tanto do ponto de vista do tráfico de drogas, aquela coisa de base local, e também cada vez mais nesses outros mercados que se apresentam, começa muitas vezes em idade muito reduzida. Então, eu acho que o que é importante, na minha visão, seria um pouco tentar diferenciar a participação desses adolescentes em organizações criminosas e, a partir da confirmação, digamos, de um laudo criminológico, de um diagnóstico sobre esse envolvimento, diferenciar a execução penal desses que estão envolvidos diretamente com essas atividades.

Eu acho que a adolescência, em toda a literatura sobre crime, sempre coloca um problema muito grande porque é quando a carreira, digamos assim, os primeiros envolvimento acontecem, que são envolvimento que tendem a gerar desistência na medida em que encontram o sistema de justiça, encontram a punição. A parte mais importante desse segmento desiste de seguir naquela atividade, mas uma parte importante também continua, segue na sua carreira, segue cometendo outras infrações. Então, o que eu acho...

Principalmente num contexto em que há uma presença de grandes organizações criminosas, na forma de facções, na forma do que temos no Brasil, se conseguíssemos estabelecer novamente alguma coisa, como um laudo criminológico, uma avaliação criminológica e uma execução penal diferenciada, isso ajudaria a não cometer excesso com relação ao conjunto dessa população, mas a dirigir os esforços para aquilo que importa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

Com relação a outra pauta que está em ampla discussão no Congresso, que é a PEC de segurança, e que, num grande fundamento, a integração de forças policiais... O senhor já falou sobre isso. É meio que um óbvio ululante de que a gente tem que ter melhor integração de forças e de inteligência para ter resultado, mas a formatação disso... Como é que o senhor enxerga de melhor perspectiva de sucesso: a criação do ministério, a criação de uma agência



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antimáfia, criação de uma nova força policial federal... Enfim, quais são as hipóteses que o senhor já analisou, na literatura, e que lhe parecem fazer mais sentido para o nosso país?

O SR. LEANDRO PIQUET CARNEIRO – Senador, eu entendo que perdemos uma oportunidade, no que diz respeito, na PEC, de incluir, entre as instituições responsáveis pela segurança, as instituições de justiça criminal e as instituições de inteligência tributária e financeira. Então, nós não conseguimos, com a PEC, e também não conseguimos, no PL antifacção, incluir essa dimensão da inteligência financeira prospectiva, que é o fundamental nesse processo; é ter a Receita, o Coaf ter as autoridades tributárias, nos estados, autorizadas ou organizadas no processo de investigação, trocando dado com o Ministério Público, trocando dado com as polícias.

Eu acho que, sem essa inteligência financeira, nós vamos avançar muito pouco com relação a esse universo complexo de crimes que estamos aqui descrevendo.

Então, acho que essa foi... Assim, eu acho que há vários aspectos positivos, tanto no PL quanto na PEC, por óbvio, foi um grande esforço, principalmente a PEC, um grande esforço de articulação, de escuta, mas eu acho que esse ponto foi uma derrota importante; ou seja: nós perdemos a oportunidade de trazer para dentro do núcleo de investigação as autoridades tributárias e financeiras, e isso significa menos inteligência, menos efetividade contra esses crimes complexos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É mais um retrato da dificuldade que o Brasil tem de enfrentar o criminoso rico, vamos dizer assim, né? Aqueles que tem infiltração.

O SR. LEANDRO PIQUET CARNEIRO – Hum-hum...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Como eu disse, Professor, a sua apresentação foi bastante completa, aderente àquilo que a gente já vem colocando aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito, mas eu quero encerrar meu questionamento com uma pergunta objetiva: existe alguma esperança concreta de combate efetivo ao crime organizado sem enfrentar a corrupção em todo o aparato de justiça criminal?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO PIQUET CARNEIRO – Nenhuma chance de sucesso, Senador – nenhuma chance. Acho que o primeiro passo é sempre a reestruturação, a estrutura de correição, controle, integridade... Acho que esse é o grande desafio do Brasil hoje, é constituir instituições de segurança e justiça que tenham por base esses princípios de integridade e controle, e isso será a base para a construção da legitimidade que é necessária para termos alguma eficiência contra o crime.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu agradeço, Sr. Presidente, e encerro a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Alessandro.

Realmente, a apresentação do Prof. Leandro foi extremamente didática, e eu só vou concluir aqui com uma pergunta aí para o senhor.

Na sua opinião, a dificuldade de integração de esforços que existe no nosso país é cultural, proposital ou a mistura dos dois?

O SR. LEANDRO PIQUET CARNEIRO (Para expor.) – Senador, se o senhor me permite, eu contarei uma anedota que o Prefeito do Rio de Janeiro gosta muito de falar.

Ele fala assim: "O Brasil é um país estranho: ele é composto por vários clubes; o clube dos juízes, o clube dos promotores, do policial militar..."

Então, todo mundo vive muito uma dinâmica muito corporativa também. Nossas instituições são muito fechadas dentro dos seus interesses. E é muito difícil quebrar essas barreiras. Nós estamos vivendo esse problema agora com essas investigações justamente mais importantes agora, Carbono Oculto e outras, em que a cooperação foi possível, aconteceu, mas ela teve muitas turbulências durante o voo. Então, eu diria que essa cultura corporativa atrapalha enormemente, atrapalha em vários setores, na educação, na saúde... E, na segurança, como é um sistema extremamente complexo, tem a estrutura federal, a estrutura dos estados, são três polícias, o Ministério Público, o ciclo de policiamento é interrompido, o ostensivo e a inteligência e a investigação separados... Então, tudo isso cria barreiras institucionais muito poderosas à cooperação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um problema de interesse corporativo somado a um problema de desenho que precisaria ser azeitado. Talvez, por isso, a ideia de uma agência para investigar crimes complexos favorecesse essa solução em alguns momentos: "O objetivo é investigar esse grande problema, vamos agora sentar à mesa e cooperar de forma obrigatória com base nessas leis aqui". Então, eu acho que a gente precisa vencer essa cultura do clube corporativo, que esse é o nosso grande desafio.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Concordo aí com o senhor. É uma visão muito clara disso. E para isso a gente precisa – não é, Senador Alessandro? – de uma liderança estratégica que tenha a coragem e a determinação de enfrentar isso, porque a gente pode criar as organizações, mas, se a gente não tiver essa determinação de fazer funcionar, nós vamos continuar preso nesse cipó muito bem apresentado aí na última transparência que o senhor colocou. Nós temos essa tarefa; é uma tarefa enorme aí pela frente. Eu tenho absoluta certeza de que, no relatório que o senhor vai produzir, Senador Alessandro, estará isso aí bem caracterizado, mas fica aqui a minha visão de que a liderança estratégica determinada e corajosa é importantíssima para o nosso país neste momento.

Prof. Leandro, eu queria agradecer a participação do senhor.

E agradeço aqui a presença de todos, nosso Relator, Senador Alessandro Vieira.

Informo que a reunião de amanhã está cancelada. As pautas da próxima semana serão oportunamente publicadas pela Secretaria desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 02 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e treze minutos do dia sete de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Wellington Fagundes, Eduardo Girão, Rogério Carvalho e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Paulo Paim, Esperidião Amin e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Otto Alencar, Humberto Costa, Jorge Kajuru e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Oitivas. Finalidade: Oitivas do Sr. André de Albuquerque Garcia, Secretário Nacional de Políticas Penais, e do Sr. Ibaneis Rocha, Ex-Governador do Distrito Federal. Oitiva do André de Albuquerque Garcia, Secretário Nacional de Políticas Penais, em atendimento ao requerimento 60/2025; do Ibaneis Rocha Barros Junior, Governador do Distrito Federal, em atendimento ao requerimento 310/2026. Resultado: Realizada a oitiva do Sr. André de Albuquerque Garcia. Não compareceu à reunião o Sr. Ibaneis Rocha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da CPI do Crime Organizado

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/07>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se às oitivas do Sr. André de Albuquerque Garcia e do Sr. Ibaneis Rocha Barros Junior. O Sr. André de Albuquerque Garcia foi convidado por meio de aprovação do Requerimento 60, de autoria do Senador Eduardo Girão. O Sr. Ibaneis Rocha foi convocado a partir de aprovação do Requerimento 310, do Senador Alessandro Vieira.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 16ª Reunião, realizada em 31 de março de 2026.

As Sras. Senadoras e Senadores que a aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esclarecimentos quanto à oitiva do Sr. Ibaneis Rocha Barros Junior, Advogado e ex-Governador do Distrito Federal, convocado pelo Requerimento 310, de 2026, do Senador Alessandro Vieira. A convocação se deu por meio do envio de e-mail, correspondência e telegrama. Além disso, com o apoio da Polícia Legislativa do Senado Federal, houve a tentativa de intimação do depoente em sua residência, porém o convocado não se encontrava em casa e nem havia quem pudesse recebê-la.

Por meio de decisão proferida na última sexta-feira, 3 de abril, pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro André Mendonça, no âmbito da Petição 15.556, ficou afastada a obrigatoriedade do comparecimento do depoente nos seguintes termos, aspas:

Ante o exposto, restando configurada, pelo teor da justificativa apresentada pela Comissão Parlamentar para embasar a sua convocação, a condição de investigado do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peticionante Ibaneis Rocha Barros Júnior, e já tendo sido manifestada a objeção de sua defesa técnica, [...] afasto a obrigatoriedade de comparecimento, transmutando-a em [facultativa], deixando a cargo do peticionário a decisão de comparecer, ou não, à CPI do Crime Organizado.

Fecha aspas – fala do Ministro André Mendonça.

Por fim, a defesa do convocado, por meio do e-mail enviado ontem, dia 6 de abril, comunicou que o Sr. Ibaneis não compareceria a esta reunião.

Antes de conceder a palavra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... só um minuto. Antes de conceder a palavra ao Sr. André Garcia, que está aqui – a quem eu, desde já, mais uma vez, agradeço o comparecimento –, eu só queria mais uma vez aqui fazer a minha manifestação sobre a forma como o Supremo Tribunal vem se manifestando com relação aos trabalhos da CPI do Crime Organizado. Eu sempre falei e sempre vou falar que nós vivemos no império em que a premissa constitucional do art. 5º é de que todos – todos! – somos iguais perante a lei, independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual. Só que, no Brasil, uns são mais iguais que outros. Quando é para agir de forma contundente contra pobre e preto, vale tudo, as leis funcionam, o Código de Processo Penal funciona, o Código Penal funciona, a Lei de Execução Penal funciona, as instâncias. Às vezes, o pobre nem à segunda instância vai; é transitado em julgado em primeira instância.

Agora, quando a gente tenta fazer a apuração de qualquer conduta que envolva crimes de colarinho branco, crimes de sonegação fiscal, crimes contra a ordem tributária, crimes de sonegação fiscal, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, crimes envolvendo agentes políticos, crimes envolvendo outros agentes de outros Poderes, nós temos decisões que, com todo o respeito... Eu tenho que me curvar à decisão judicial, porque decisão judicial não se discute, cumpre-se; mas a Advocacia do Senado e eu, enquanto Presidente, estamos recorrendo de todas as decisões que, de alguma forma, vêm inviabilizando... Essa é a palavra que a população tem que saber. A população tem que entender que a CPI do Crime Organizado está tentando, com toda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isenção e responsabilidade, tanto da parte do Relator, como da minha parte, enquanto Presidente, e do Vice-Presidente, Senador Hamilton Mourão, que a gente apure.

Ora, ninguém está acima da lei – ninguém está acima da lei. Agora, não é razoável que nós tenhamos aí... A gente aprova, numa Comissão Parlamentar de Inquérito, oitiva de testemunha, o Supremo vem e fala: "A testemunha não é obrigada a comparecer. Convocação? Não é obrigada a comparecer. Transferência de sigilo? Não é obrigado". Invalida e não vai fornecer. Ora, então não quer que se apure? Por que não quer que se apure? É isso que tem que ser questionado. Quem nada deve nada teme. Quem nada deve nada teme!

Eu sempre falo isso. Se me falassem assim: "Senador Contarato, o senhor autoriza a quebra do sigilo bancário do senhor?" Pode pegar a quebra do meu sigilo bancário, pode pegar, porque eu vou lá falar: "Olha, eu recebo X como aposentado, Delegado de Polícia; recebo como Senador; essas são minhas fontes, essas são as receitas e dali que sai".

Agora, eu acho lamentável e acho isso uma afronta com a população brasileira, porque é muito triste você ver e falar... Com todo o respeito ao convidado que aqui está, porque essa mesma fala eu fiz com o então Ministro Ricardo Lewandowski. Eu falei: "Ministro, qual o percentual da população carcerária no Brasil que hoje está cumprindo pena de corrupção ativa e corrupção passiva, peculato?" Você não tem.

As cadeias estão lotadas com um segmento, com um recorte socioeconômico. E aí vale tudo. Aí a gente pode fazer, aí faz e acontece. A gente altera Código Penal, altera Código de Processo Penal, condução coercitiva. Está tudo bem. Agora, na hora em que a gente tem... Quando ousa condenar um político por corrupção, concede-se prisão domiciliar. Olha, as cadeias estão lotadas de pessoas com doenças, com comorbidades, com câncer, com HIV, com moléstias incuráveis, morrendo dentro do sistema prisional, e não é concedida prisão domiciliar. Mas, no Brasil, uns são mais iguais que outros.

Então, eu só quero trazer aqui o meu repúdio a qualquer decisão, com todo o respeito, porque, se eu não puder manifestar a minha contrariedade com relação a essas decisões que vêm inviabilizando o trabalho da CPI, não há razão de nós termos, dentro de um amparo previsto na Constituição Federal, a CPI, um instrumento de minoria. Nós temos aqui quantos Senadores e Senadoras de diversos espectros políticos partidários e que querem apurar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, nós estamos diante de uma das principais Comissões Parlamentares de Inquérito, a Comissão do Crime Organizado no país. E o que é que vem a ser crime organizado? Senão o *modus operandi* que já se aperfeiçoou, que está impregnado em organizações, que não é mais aquilo que era antigamente. Agora nós temos aí envolvimento de pessoas, de agentes públicos, agentes privados, instituições de todas as esferas que tem que ser apurado.

Então, eu queria aqui só fazer essa manifestação de discordância dessas decisões que estão inviabilizando o trabalho da CPI do Crime Organizado.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento os presentes, o nosso convidado.

Eu pedi a palavra, Presidente, para historiar, de forma mais precisa, a situação específica do ex-Governador Ibaneis Rocha. O ex-Governador Ibaneis foi convidado, ainda no cargo, a comparecer para prestar esclarecimentos aqui, com relação à política de segurança do DF. O Distrito Federal tem números consistentes, positivos no tocante ao combate ao crime. Então, esse era o primeiro objeto. E, já naquele momento, o Governador, de forma bastante acintosa, manifestou que não compareceria de forma alguma, ao contrário de outros Governadores. O Governador tem agenda, o Governador tem dificuldade, e alguns se puseram, se colocaram à disposição para comparecer, o Governador de Santa Catarina compareceu, mas apenas o Governador Ibaneis se recusou, de plano, a comparecer. E ele devia ter seus motivos para se recusar.

Quando ele renuncia ao cargo para se colocar como apto a concorrer nas novas eleições desse ano, a gente apresenta e aprova a convocação dele. Era importante a presença, e é importante a presença do ex-Governador Ibaneis para que ele possa esclarecer, novamente, a questão da política de segurança pública no combate a facções, mas também o envolvimento dele no escândalo do Master – Master-BRB. Até porque as notícias vão se avolumando e preocupam o cidadão do Brasil todo, mas especialmente do Distrito Federal, coisas como a notícia de que, mesmo após a constatação de que as carteiras de crédito eram fraudulentas, se fez a aquisição de mais de 20 bilhões em créditos podres do Banco Master, né?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então assim, não adianta tentar tapar o sol com a peneira. Aquilo que a gente não consegue fazer aqui, pela CPI, e aí? Lamento a decisão, a reiteração de decisões do Supremo Tribunal Federal, esvaziando CPIs. Esta CPI, Presidente Fabiano e colegas, tocou num ponto sensível que, em 200 anos, ninguém tocou, que é o envolvimento direto de Ministro do Supremo com figuras, no mínimo, controversas. Aquilo que a imprensa fala... Aliás, hoje, parabéns! Dia do Jornalista, parabéns para todos os jornalistas! Aquilo que a imprensa fala há décadas, aquilo que os corredores de Brasília falam há décadas, mas que ninguém nunca colocou no papel, a gente está colocando no papel, a gente está demonstrando essa realidade. Isso incomoda sobremaneira, porque, como diz o Presidente Fabiano Contarato, no Brasil, a lei penal só vale para preto e pobre – essa é a verdade. No Brasil, a lei só vale para pobre. Essa é a realidade, infelizmente.

Eu fico impressionado com como alguém tem a coragem de pedir a confiança dos brasileiros, ou dos moradores do Distrito Federal, e depois não tem a coragem de prestar esclarecimentos, prestar contas. Eu estou falando do correligionário; o ex-Governador Ibaneis Rocha é meu colega do partido MDB. Não tenho nenhum problema pessoal, não sou eleitor do Distrito Federal, não tenho questão nenhuma partidária envolvida, ideológica envolvida. Tenho a questão moral envolvida. Tenho a questão legal envolvida. E a gente precisa avançar como país, no sentido de que a lei efetivamente seja a mesma lei para todos. Porque eu desconheço, nesses quase 25 anos de polícia, a hipótese de pessoas que são convocadas para prestar depoimento que conseguem da Justiça uma salvaguarda de compareça se quiser, esclareça se quiser, entregue os sigilos que a Justiça mandou entregar se quiser. Porque o Coaf está nessa situação agora, o Coaf está constrangido. O Coaf está ameaçado pelo Ministro Alexandre de Moraes, flagrantemente constrangido, ameaçado para que não entregue relatórios de inteligência financeira, sob pena de cometer uma série de crimes e ilícitos. Por quê? O que é que tem de tão grave que tem que esconder? São os voos nos aviões do Vorcaro? Não dá mais para esconder, a CPI já mostrou. São os contratos multimilionários? Também não dá mais para esconder. A imprensa mostrou, a CPI comprovou. Então, qual é o passo que falta para que a gente transforme este país, de verdade, numa República? Então, temos muito a fazer, Presidente Fabiano.

Comunico a V. Exa. e ao Colegiado, que hoje à tarde tenho reunião com o Presidente desta Casa, Senador Davi Alcolumbre, para tratar do pedido de renovação de prazo, prorrogação de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prazo por mais 60 dias da CPI. Historio, para quem nos acompanha, como é que se dá o processo de prorrogação de CPIs.

O regimento da Casa é claro: se você tem um requerimento subscrito pelo número suficiente de Senadores, a prorrogação é automática, basta que se faça a publicação do requerimento. É isso que está escrito textualmente, literalmente. Mas, para que ocorra a publicação, é preciso que o Presidente da Casa despache para a publicação. Esse ato não foi realizado ainda pelo Presidente Davi. Teremos esta reunião hoje, às 2h30 da tarde, para tratar desse tema e para que a gente saiba se teremos a prorrogação ou se a CPI será encerrada na próxima semana.

Se for encerrada na próxima semana, garanto aos senhores e às senhoras, será encerrada com relatório completo, apresentando os fatos que pudemos apurar, atribuindo responsabilidades e apresentando indiciamentos, porque ninguém aqui veio para se omitir nem veio para brincar em Brasília, muito menos para fazer parte de quadrilha ou bando, muito menos para ter conluio com organização criminosa como tantos o fazem. Se tivermos mais prazo, melhor ainda. Vamos aprofundar mais ainda os trabalhos, vamos mostrar com mais clareza ainda essa radiografia de quão grave é a infiltração do crime organizado no poder público brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Sr. Relator Senador Alessandro Vieira.

Neste momento, convido...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Presidente, também queria fazer uma reflexão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Pela ordem.) – O que a gente assistiu desde o início dessa CPI do Crime Organizado foi uma tentativa de realização de uma investigação necessária para o país, partindo do crime organizado com suas conexões com o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo das finanças, e a lavagem de dinheiro é imprescindível para o crime organizado. E aqui há uma conexão óbvia com a Reag Investimentos, que, por sua vez, tem uma relação com o Banco Master. Dentro desse universo, diversos personagens, inclusive que foram investigados naquela operação Carbono Oculto, relacionada à infiltração do crime organizado no mercado de combustíveis, mas também – e digo infelizmente – surgiram essas conexões do Banco Master com Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Nós tentamos aqui fazer uma investigação em cima desses fatos, que é uma investigação de que o país precisa. Acho que tem uma coisa que a história revela: se nós varremos esses problemas para debaixo do tapete, eles voltam maiores, eles vão se agravando.

E toda a iniciativa aqui tomada... Eu vou destacar aqui a quebra do sigilo fiscal e bancário do fundo Arleen, que realizou pagamentos, compra de cotas do *resort* Tayayá, de propriedade do Ministro Dias Toffoli através da Maridt. Foi uma decretação de quebra aprovada por esta Comissão, requerimento amplamente fundamentado, e, de repente, vem uma decisão liminar impedindo que seja feita essa apuração. Quem vai fazer essa apuração? A Polícia Federal, a PGR? Quem vai fazer essa investigação necessária para o país? E aqui creio que esta Comissão cumpriu o seu dever cívico com o país de tentar realizá-la, mas muito surpreende toda essa atuação de parte dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, impedindo que fosse feita a apuração necessária, uma apuração importante para o país. Por isso, aqui, assinei, Senador Alessandro, o pedido de prorrogação da CPI, com a ressalva de que, no entanto, se nós não tivermos a liberdade de fazer essa apuração, vai ficar muito difícil. E, se não formos nós, quem então? Então que se apresente o Ministério Público, que se apresente a Polícia Federal para fazer esse trabalho. Mas, mesmo diante das limitações, teve elementos importantes que foram colhidos pelas Comissões, inclusive esses voos em jatinhos, absolutamente inapropriados, feitos por autoridades do Poder Judiciário com pessoas investigadas ou pessoas relacionadas a crimes financeiros. Então, é importante que essa CPI prossiga, mas que ela possa prosseguir com liberdade.

Eu faço aqui um paralelo. Vamos lembrar a história do Richard Nixon no escândalo Watergate, que acabou sofrendo *impeachment* porque atuou clandestinamente para obstrução das investigações – questão das fitas que foram colhidas, que buscou que não fosse ali, que isso viesse à tona. E vamos fazer um paralelo, porque, naquela época, na década de 70 do século passado, a Suprema Corte norte-americana teve a coragem de tomar a decisão certa: "Olha,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos fazer com que essas fitas possam ser utilizadas para investigação, que elas venham a público, para que as pessoas possam saber o que estava acontecendo ali dentro da Casa Branca, toda a tentativa de obstrução da Justiça". E aqui nós estamos passando por um momento vergonhoso, no qual essa obstrução das investigações está vindo do nosso Supremo Tribunal Federal – parte dos Ministros, parte dos Ministros, faço aqui a ressalva.

Também faço uma ressalva, a meu ver, necessária em relação ao Ministro André Mendonça. Ele tem feito um trabalho corajoso, um trabalho que não é destituído de risco. Todos nós aqui conhecemos, sabemos disso, mas ele tem feito um trabalho importante, tanto no caso relacionado ao roubo das aposentadorias e pensões do INSS como no caso do Banco Master. Discordo, respeitosamente, da decisão dele de dizer que não é necessário o comparecimento do investigado para uma extensão do direito ao silêncio. Mas aqui faço a observação de que, embora lamentavelmente esse entendimento, é o entendimento dele que vem desde longo tempo e é com base numa interpretação jurídica. Eu tenho certeza de que não é do interesse dele e não é do entendimento dele realizar qualquer espécie de obstrução. Agora, aquelas decisões de impedir quebra de sigilo bancário e fiscal, como do Ministro Gilmar Mendes, essas nós temos que lamentar porque juridicamente são vazias de conteúdo e impedem o trabalho aqui desta Comissão.

Por fim, só finalizando, apresentei uma proposta de emenda constitucional, que é a 05/2026, que foi assinada por mais de 40 Senadores desta Casa, temos a maioria, para deixar claro na Constituição que o direito ao silêncio não significa impedir o comparecimento na Comissão, ou seja, em qualquer lugar, que esse entendimento não existe em nenhum lugar do mundo. Espero que isso possa ter o apoio inclusive dos Srs. Senadores da Mesa, para que nós possamos aprovar, não a tempo dessa CPI, infelizmente, mas pelo menos que nós resgatemos a efetividade das Comissões Parlamentares de Inquérito do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só queria aqui falar que eu concordo plenamente com essa proposta apresentada por V. Exa., inclusive





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinei essa proposta. E, mais uma vez, eu quero falar para as pessoas que PCC, Comando Vermelho, eles não guardam mais dinheiro embaixo de colchão. A utilização de instituição financeira como instrumento do crime é uma realidade no país. E isso, por isso, tem que ser apurado.

Então, neste momento, eu só queria aqui enaltecer a presença do Secretário André Garcia, que é o Secretário Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça, que foi convidado por meio da aprovação do Requerimento 60, da autoria do Senador Eduardo Girão, a quem eu agradeço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Gostaria de fazer um...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu vou conceder a palavra ao senhor brevemente, por gentileza, porque é para a gente conceder a palavra para o convidado.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente Fabiano Contarato.

Eu acho que é importante essas preliminares que a gente faz aqui. Eu acho isso muito importante, porque é a única CPI que está acontecendo na Casa. E eu quero aqui dar meus parabéns ao Senador Alessandro Vieira pela obstinação dele, né? A obstinação em tentar, de todas as formas, furar esse bloqueio que nós estamos tendo, eu diria, nos três Poderes da República.

O senhor estava falando, eu estava acompanhando a questão de que a gente volte a ser uma República, de fato. Todo tipo de sabotagem e boicote nós estamos vendo aqui, e o senhor tem, tem demonstrado muita... de forma muito aguerrida tem buscado essa prorrogação, por exemplo, dessa CPMI... dessa CPI. Eu assinei o requerimento, acho que foram 27 colegas que assinaram. E eu fico feliz que o senhor tenha conseguido a reunião com o Davi Alcolumbre e que hoje possa ter uma decisão de bom senso para prorrogar, porque nós tivemos um recesso no meio aqui desta Comissão Parlamentar de Inquérito, tivemos que refazer votações aqui, porque





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teve uma decisão arbitrária, um malabarismo jurídico do Ministro que desfez o que sempre foi feito. E nós temos também, Presidente Fabiano Contarato – cumprimentando-o e cumprimentando também o nosso Vice-Presidente, Senador Hamilton Mourão –, muitos requerimentos que não foram pautados ainda e que a sociedade, pelo menos, não sei ao senhor, mas a mim me cobra muito, porque as pessoas têm acreditado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, tem questionamentos aqui que nós já fizemos. Inclusive, já reiterei o pedido a V. Exa., para que pudesse pautar. Eu não sei se será pautado hoje – não está na pauta –, mas amanhã o senhor tem condição de colocar alguns requerimentos, na esperança de que nós vamos conseguir prorrogar esta CPI. Independentemente de que não prorrogue, pelo menos a gente tem que cumprir o nosso papel. Um deles aqui é uma convocação que eu fiz, uma solicitação do Sr. Mattosinho, que é piloto de avião. Inclusive, coloquei a opção de ser ouvido em uma sessão secreta. Ele fala nomes de políticos, inclusive, de pessoas importantes da República, com transportes que foram feitos, com algo muito estranho. Que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é do crime organizado, possa colocar.

Também tem uma convocação do Sr. Anderson de Oliveira Gonçalves, que é muito conhecido aqui, em Brasília, como lobista dos tribunais. Como o caso do STJ, que teve o escândalo da venda de sentenças. E é importante que a gente ouça esse senhor aqui. Também tem um requerimento para que sejam prestadas, pela Polícia Federal, informações sobre essa investigação do esquema de venda de sentenças do STJ.

Para finalizar, também aqui tem a convocação do Sr. Rodrigo Falcão de Oliveira Andrade, ex-chefe de gabinete do Ministro Og Fernandes, do STJ. Nesse caso aí, de venda de sentença, requer a convocação do Sr. Márcio José Toledo Pinto, que atuou no gabinete de diversos Ministros do STJ, porque se fala muito em STF, mas a gente precisa averiguar aqui essa questão. Teve gente morta; não sei se o senhor soube. Teve um advogado que foi assassinado, e no celular dele foram encontradas várias mensagens de venda de sentenças, supostas vendas de sentenças e tudo, que a gente precisa ouvir.

Fora isso, tem também requerimentos que já foram aprovados por esta Casa e não foram marcadas as oitivas: Guido Mantega, Viviane Barci, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, o irmão de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Toffoli, o Fabiano Zettel – e a gente precisa sequenciar. É muito fácil a gente questionar a questão de invasões de competência do STF e tudo, mas a gente tem que fazer a nossa parte também. Tem aí diversos pedidos de *impeachment* que estão engavetados na mesa do Presidente do Senado. Eu assinei muitos, talvez a maioria deles, e a gente precisa fazer a nossa parte para que a República volte a ser República, como falou o Senador Alessandro Vieira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Eduardo Girão. Eu quero, mais uma vez, só manifestar a V. Exa. o meu comprometimento com esses requerimentos. É claro, havendo a prorrogação desta CPI, ao que eu clamo que o Presidente do Senado assim o faça, todos esses requerimentos que V. Exa. citou serão pautados oportunamente. Não tenho dúvida disso.

E nós temos um *modus*, uma forma de atuar aqui também. Você vê: hoje nós tínhamos aqui o ex-Governador Ibaneis e ontem nós tivemos uma decisão que não está obrigando. Então, tem toda uma logística para você chamar. Eu não posso chamar cinco pessoas aqui se eu não tenho um tempo ou condições para a gente proceder. Então, todos esses requerimentos, convocações e oitivas que o senhor citou, que já foram aprovados, havendo tempo para que a gente possa, assim, cumprir a convocação, isso vai ser feito, tanto da minha parte, como Presidente, como da do Senador Hamilton Mourão, que é o Vice, como da do Relator, não tenha dúvida disso, bem como esses requerimentos que V. Exa. cita, envolvendo esse comportamento espúrio por parte de tribunais superiores. Pode ter certeza de que esse é o meu comprometimento com V. Exa.

Concedo a palavra ao Secretário André Albuquerque Garcia, Secretário Nacional de Políticas Penais, do Ministério da Justiça, para sua manifestação, pelo prazo de 20 minutos. Claro, havendo necessidade, pode-se estender esse prazo.

Com a palavra o Sr. André Albuquerque Garcia.

O SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA (Para expor.) – Bom dia a todos e todas aqui presentes.

Cumprimento o Presidente Fabiano Contarato, Senador Fabiano Contarato, e Senador pelo meu estado de adoção, Espírito Santo; o Senador Hamilton Mourão, Vice-Presidente desta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão contra o crime organizado; Senador Alessandro Vieira, digno Relator da Comissão; o Senador Moro, aqui presente também; o Senador Girão; e a todos, estendo os cumprimentos a todos os Parlamentares que estejam aqui presentes ou nos vendo remotamente.

Para mim, é um prazer estar aqui, contribuindo, tentando contribuir com os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Como Secretário Nacional de Políticas Penais, a mim cabe, além da gestão direta do Sistema Penitenciário Federal, em suas cinco unidades, através do trabalho sempre competente e muito dedicado da Polícia Penal Federal, cujo diretor está aqui presente, também a execução penal, propriamente dita, do sistema penitenciário nacional.

Nós fomentamos as políticas penais nos estados, obviamente respeitada a autonomia federativa, respeitadas, portanto, a vontade e as determinações dos Governadores e secretários de administração penitenciária de cada estado da nossa Federação e do Distrito Federal.

Eu queria fazer, rapidamente, um relato, um apanhado sobre a situação que temos no país, da quantidade de presos que temos, em comparação inclusive com outros países.

Nós temos, hoje, a terceira maior população carcerária do mundo, apenas atrás dos Estados Unidos e da China. Nossa população, hoje, se considerarmos todos os regimes de cumprimento de pena, chega a 945 mil presos, próximo a 1 milhão de presos. Desses, 708 mil são presos que estão privados de liberdade. Desses 708 mil, Senador Contarato, a sua observação: nós podemos dizer que apenas 779 estão presos por peculato, 426 por corrupção passiva... Isso totaliza 1,2 mil presos no país.

Se nós formos contabilizar também os crimes praticados por particulares contra a administração pública, esse universo chega a 2,3 mil presos, de um total de 708 mil. Essa, talvez, seja a resposta à indagação que V. Exa. fez aqui.

Nós tivemos um aumento, nos últimos anos – isso não é novidade –, quase que exponencial da população carcerária, de 1990 até... Por exemplo, entre 1990 e 2019, a população carcerária aumentou em mais de 800%. Temos um déficit hoje que nós podemos definir de algo em torno de 200 mil vagas. Para suprir esse déficit, pensando apenas na geração de novas vagas, nós teríamos que disponibilizar em torno de R\$13,7 bilhões, mais R\$6 bilhões para custeio, porque às





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes se esquece de que não basta apenas construir, têm-se que manter em funcionamento essas unidades por parte dos estados em especial.

Nós temos hoje 1.375 unidades penais no país, 1.375 presídios e penitenciárias, incluindo as colônias penais, as colônias agrícolas em especial e algumas colônias industriais, e mais cinco penitenciárias federais. Então, no total de unidades penais no país, nós temos 1.380 unidades para esses 708 mil presos.

O sistema federal é um sistema diferenciado. Hoje ele possui 555 presos nas cinco unidades. As cinco penitenciária, acho que todos conhecem: uma fica em Mossoró; há uma penitenciária federal em Porto Velho; uma penitenciária federal em Campo Grande; uma penitenciária federal em Catanduvas, no Paraná; e a penitenciária federal aqui em Brasília. Então, são cinco, com um total em torno de 1,6 mil policiais penais federais que estão atuando nas penitenciárias, na Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), que é a sucessora – para quem ainda não está muito habituado à nomenclatura, porque ela foi criada em 2023, neste Governo e com a vinda do Ministro Flávio Dino – do antigo Depen (Departamento Penitenciário Nacional).

Esse Sistema Penitenciário Federal... Eu sempre faço essa distinção para ser um pouquinho mais didático: nós temos dois sistemas no país, o nacional, dos estados, administrado diretamente pelos estados e pelo Distrito Federal; e o federal, cuja destinação é o isolamento e monitoramento intensivo de lideranças criminosas. Portanto, não se destina ao cumprimento de pena; ele se destina a isolar lideranças, condenadas ou não, que sejam classificadas dessa forma e para quem seja importante um regime de isolamento. Mas eu já vou pontuar aqui, para V. Exas., que o nosso desejo – e nós estamos finalizando uma proposta no âmbito do Ministério da Justiça – é ampliar a capacidade de isolamento para os estados, fornecendo todos os equipamentos necessários do estado da arte, que são existentes hoje e aplicados no sistema federal, e também – não só isso, porque não bastam apenas os equipamento – nós vamos oferecer treinamento e capacitação para a aplicação de protocolos de segurança que são necessários, porque não há cenário em que haja ingresso, por exemplo, de material ilícito, seja droga, seja arma, seja celular, que não passe pela falha de protocolo ou pela corrupção. Não existe outro caminho para a entrada desses materiais ilícitos, e nós temos a obrigação, enquanto órgão central, de oferecer para os estados as condições para que eles possam controlar adequadamente essa população prisional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente, nós estamos falando de perfis muito heterogêneos: as lideranças criminosas e também a grande maioria da população, mais de 90% da população prisional, que são criminosos comuns, que também precisam ser monitorados, mas não no nível de isolamento que é necessário para as lideranças criminosas.

No âmbito do Sistema Penitenciário Federal, como eu disse, nos 555 presos, nós temos hoje – eu trouxe aqui uns dados, só para contribuir, que depois serão entregues à Comissão, Presidente – algo em torno de 180 presos do PCC, 165 – lideranças, todos lideranças considerados como tais – do Comando Vermelho e um restante de facções outras de articulação regional e algumas de articulação local, mas com perfil violento. Esse dado é importante, porque nós temos um produto da inteligência penal federal chamado de Mapa das Organizações Criminosas ou Mapa das ORCRIMs. Esse mapa tem sido fundamental para o trabalho nosso de articulação com os estados; nós trabalhamos isso intensamente com a inteligência penal dos estados.

E aí é sempre importante pontuar, Presidente, Relator, Vice-Presidente Mourão, Senador Girão, o seguinte: o advento da polícia penal – que foi um produto legislativo daqui desta Casa, tanto a Polícia Penal Federal, quanto as polícias penais nos estados – foi fundamental para uma virada de chave; eu tenho falado isso ao longo dos anos. Eu fui Secretário de Segurança Pública por muitos anos, até mais tempo do que Secretário de Justiça e Administração Penitenciária, mas eu tenho dito isso: virar a chavezinha do antigo carcereiro para se implementar uma nova carreira com valores, princípios e com a ciência policial, vamos dizer assim, foi algo revolucionário, que, às vezes, passa despercebido por grande parte dos gestores, inclusive, que não valorizam esse movimento, porque, a partir da criação das polícias penais, nós estamos fomentando um processo e acelerando um processo de profissionalização, da necessidade de conhecimentos outros que o chaveiro não tinha – vamos ser bem sinceros –, trabalhar com inteligência penal, correndo nesse processo de forma acelerada e com pressa mesmo, porque há um déficit, um *gap* de cultura e de tradição do trabalho policial entre as polícias que já estão instaladas. As polícias civis e as polícias militares são polícias quase todas elas quase bicentenárias, e essas polícias penais surgiram recentemente. Mas foi um movimento muito importante que eu queria pontuar aqui a criação das polícias penais.

E eu desejo que isso seja feito em um país inteiro, da forma profissional e da forma como a maioria dos estados vêm fazendo, e que o Governo Federal fez ao criar a sua Polícia Penal Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque, através disso, nós podemos trabalhar conceitos, valores, princípios que são próprios da atuação policial e que antes, no passado muito recente, eram muito difíceis de fomentar. E, através disso, o recrutamento deve-se fazer de forma diferenciada, os concursos também e as exigências para o provimento desses cargos. Nós não podemos negligenciar isso, porque não se faz segurança pública sem um homem, sem um recurso humano, sem que ele seja preparado e valorizado em todos os sentidos, não só do ponto de vista remuneratório – que é importante –, mas fundamentalmente na sua capacitação, na sua formação.

Então, eu queria só deixar este registro que eu acho muito importante: que o advento da polícia penal nos estados e da polícia penal federal foi um movimento fundamental.

Enfim, esse mapa das organizações criminosas aponta, em média... Então, assim, do ponto de vista de estudos de crime, de origem, gênese do crime organizado, todos nós sabemos que todas as facções e organizações criminosas surgiram nos presídios, todas elas. As 88 que existem hoje, em média, as 88 que atuam... Eu faço este parêntese para deixar bem claro: o nosso mapa das organizações criminosas é um mapa das organizações que atuam no sistema penitenciário. Eventualmente, pode existir uma ou outra que esteja atuando extramuros e que não tenha representantes no sistema penitenciário? Acho muito difícil, mas pode existir. É só uma pontuação importante. Então, dessas 88 organizações criminosas apontadas pelo mapa, duas são de articulação nacional, todos conhecem; outro quantitativo são organizações que têm articulação regional, mas que têm um modelo de "negócio", entre aspas, e um objetivo associativo voltado para, também, a articulação nacional e alguns locais que geram muitos problemas para a segurança pública dos estados.

Essas organizações criminosas que estão apontadas no nosso mapa das 88 organizações criminosas têm um modo de atuação e de ações cometidas também mapeadas no nosso mapa de organizações criminosas. E também mapeadas no nosso mapa estão lá as relações entre elas, porque é importante saber quem é aliado de quem, quem atua, quem é terceirizado de quem e quem, no estado, "representa", entre aspas, uma dessas organizações de articulação nacional. E o mapa também aponta, de acordo com a atuação dessas organizações, se elas têm impacto baixo, médio ou maior no contexto da segurança pública local e quais são as formas de enfrentamento que elas realizam.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí nós temos que avançar. Temos um diagnóstico, Senadora Damares, um diagnóstico razoável da existência dessas organizações e temos que partir então para as ações. O que deve ser feito no âmbito nosso, da Secretaria de Políticas Penais, com relação tanto ao sistema federal quanto ao sistema nacional, ao sistema penitenciário nacional? E aí eu diria: nós estamos atuando em algumas frentes importantes, e algumas mais silenciosas, que é a questão da capacitação de policiais penais. Nós realizamos diversas capacitações em diversas áreas, seja na classificação dos presos – e é importantíssimo isso –, tanto do ponto de vista de inteligência quanto do ponto de vista do plano individual para o cumprimento da pena, que é uma utopia que nós temos que perseguir, estabelecida na Lei de Execução Penal... Ou seja, cada preso tem que ter um plano individual para cumprir a pena, que é o ideal, necessariamente, é o ideal em qualquer modelo, porque aí você tem como estabelecer estratégias que são mais eficazes voltadas para a ressocialização.

Além disso, da capacitação nessa questão da classificação e na inteligência propriamente dita, desde modelos, de formas de entrevista, são diversos os cursos de inteligência que são realizados pela Diretoria de Inteligência Penal: treinamento em organizações criminosas; técnicas de entrevista, de recrutamento; segurança dinâmica, que é um conceito muito importante na área prisional, de se estabelecer uma constante vigilância do processo, inclusive de movimentação dos presos; técnicas de inteligência.

Nessa classificação, voltando para o conceito da classificação, há um grande desafio no país, que eu acho que precisa ser enfrentado, que é a questão da separação das facções nas unidades penais.

Eu vim para o Ministério da Justiça em 2024, a convite do então Ministro Lewandowski. Até janeiro de 2024, eu fui Secretário de Justiça do Estado do Espírito Santo, na minha segunda passagem. Eu fui duas vezes Secretário de Segurança, duas vezes Secretário de Justiça. Nessa segunda passagem, eu me deparei com uma realidade que eu acho que já foi questionada aqui, nesta Comissão, uma realidade, num presídio de segurança máxima, de separação de facções, as duas principais facções. O Senador Contarato conhece bem. Lá são dois presídios de segurança máxima: o Máxima I, o mais antigo, e o Máxima II, o mais novo e aquele em que nós fazemos um trabalho de controle de lideranças no estado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Máxima I, infelizmente, quando eu voltei para a secretaria, por força da pandemia – a justificativa tinha sido essa –, fizeram um processo de separação de facções. E, por decisão minha, como Secretário, nós realizamos um protocolo de retomada do controle da unidade. Para isso, foi importantíssima a liderança do Governador do Estado, o Governador Renato Casagrande, porque é necessário envolver a autoridade política, porque, normalmente, quando você faz um movimento desse, tem repercussão extramuros, na segurança pública, queima de ônibus, assassinatos.

Nós convidamos a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, a Defensoria Pública, o Ministério Público e apresentamos um plano de retomada da unidade. O que foi isso? Aproveitamos uma reforma que ia ser feita lá, retiramos os presos, distribuímos em outras unidades e, no retorno – o retorno era definido pelo estado –: "Você vai para a cela tal, você vai para a cela tal"; ou seja, nós acabamos com esse vício que se dava lá no estado de a facção determinar onde fica o preso. A verdade é essa. Quando você faz esse tipo de separação, o preso já chega sabendo para onde vai, qual a cela em que ele vai ficar, quais são os comparsas com quem ele vai conviver. E, nesse contexto, houve, sim, problemas. Nós tivemos homicídios. Nós tivemos um caso, Senador Contarato, de uma facção entregar um decretado para outra facção executar, para tentar pressionar o estado a mudar, a retomar a separação. Passeatas de parentes de presos, infelizmente, algumas financiadas pelo crime organizado também. Isso tem que ser dito. Essas passeatas...

No último ano da minha passagem lá, a única solicitação, Senador Girão, feita pelos parentes de presos era a de que o estado retomasse a separação das facções; ou seja,...

(Soa a campanha.)

O SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA – ... claramente, havia uma indução ali do crime organizado para que o estado abrisse mão do seu papel, que é controlar a unidade penal.

Então, nós fizemos esse movimento lá e sabemos que há outros dois estados que fazem também. Então, obviamente, essa não é uma decisão que cabe a Senappen tomar para o estado; cada estado, por sua autonomia, deve fazer, deve se preparar para isso e nós temos oferecido a nossa *expertise* para que isso seja feito da forma melhor possível e da forma mais controlada possível em cada estado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguindo na questão do fomento, nós temos um plano de fomento e de equipamento de inteligência penal para todos os estados. No ano passado, nós despendemos quase 50 milhões destinados à doação de equipamentos para inteligência penal nos estados. Neste ano, nós vamos aumentar e muito esses valores. Nós vamos aumentar e diversificar as doações. Estão previstos também equipamentos novos que vão permitir que a inteligência nos estados possa fazer varreduras eletrônicas nos presídios, como nós fazemos nos estados com as operações que realizamos, e também outros equipamentos que vão permitir verificar se há escavação de túnel, por exemplo o georadar, que é um equipamento muito importante, mas não precisa ter um equipamento desse por unidade penal, basta que a inteligência tenha e faça o trabalho nas unidades do estado. Enfim, a previsão é que neste ano nós vamos concluir atas de registro de preço disponibilizando para os estados, porque essa foi a estratégia que nós adotamos, Senador Girão, de enfrentar a burocracia já deixando a ata pronta para o estado aderir. Então, nós temos mais de 90 atas de registro de preço para equipamentos que os estados queiram, desde viaturas, agora georadar, portais eletrônicos, raquetes de revista, enfim... A nossa... Eu, como venho do estado... Então, a expectativa é de que a União faça esse papel, que cumpra os procedimentos administrativos necessários para que o estado vá lá e faça adesão. Se ele não tiver recurso, a União doa. Se ele tiver recurso, ele adere à ata de registro de preço e adquire o equipamento, que são, como disse, diversos equipamentos das mais de 90 atas de registro de preço.

E para concluir – sim, eu sei que eu já passei do meu tempo –, mas é importante só destacar que nós realizamos diversas operações no país, desde a Operação Mute, que é uma operação em que nós temos um relatório aqui que eu vou repassar para a Comissão também, em que nós realizamos a retirada de objetos ilícitos nas unidades penais do país, está aqui... Desde o final de 2023, quando foi a primeira fase da Operação Mute, passando pelas quatro fases de 24 e três fases realizadas em 25, nós realizamos a apreensão de quase 8 mil celulares em unidades penais espalhadas pelo país.

Fizemos uma movimentação de quase 40 mil policiais penais nessas operações e temos a previsão de intensificar essas operações ao longo deste ano, e muitas delas são antecedidas de uma Operação chamada Modo Avião, em que nós empregamos um equipamento que identifica onde ficam esses celulares dentro das celas e ele funciona também como bloqueador de sinal. Dependendo do contexto, nós estamos prestando apoio, por exemplo, hoje, ao Estado do Ceará,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a pedido do Secretário Mauro, e também ao Rio de Janeiro, a pedido da Secretária Maria Nebel. São operações que nós fazemos silenciosamente, porque não é de interesse nosso que isso seja muito divulgado, mas que elas são importantíssimas para a interrupção da comunicação entre algumas unidades ainda infelizmente onde há celulares e o mercado criminoso extramuros.

Nessa questão dos celulares, eu só queria dizer, não é para se assustar, mas, nos presídios federais, a incidência é zero, não há celulares em presídios federais – e também em alguns estados, tem que se destacar isso. No estado de que eu venho também, o Espírito Santo, em toda Operação Mute que realizamos, nos últimos anos, não há apreensão de celulares, porque não há celular dentro do presídio.

Por isso que eu falo, Senador Alessandro: é um estado da Federação – não é o sistema federal –, mas há um protocolo, há uma polícia comprometida e há, portanto, uma corregedoria atuante. Portanto, nós temos meios, sim, de permitir que os estados consigam atingir esse nível mínimo de controle da população prisional, não necessariamente apenas pensando no modelo federal, mas também com a contribuição das polícias penais nos estados.

Então, eu vou encaminhando...

Ah, sim. Antes do final da minha fala, é importante dizer que, além da Operação Mute, que nós realizamos, e da Modo Avião, nós temos algumas carteiras que acompanhamos de presos estrangeiros no país e as suas vinculações a organizações criminosas – também é importante fazer esse tipo de monitoramento – e de brasileiros presos no exterior. Essa é mais difícil, mas nós estamos contando com o Ministério das Relações Exteriores e com a Interpol, para termos esses dados e sabermos quais são os presos que estão fora do país, por que e se eles têm vinculação com alguma organização criminosa, seja daqui, seja do exterior.

Eu fiz uma visita, pouco antes de assumir a Secretaria Nacional de Políticas Penais, na Áustria, para conhecer o sistema penal deles, e fui ao maior presídio de Viena. O maior presídio de Viena, na ocasião em que fui lá, em 2023, ele tem mil vagas, 1.005 presos naquela ocasião, mas o preso que dava mais trabalho era um brasileiro, tanto que a diretora do presídio disse: "Ah, o senhor é do Brasil? Eu quero devolver esse preso aqui". Falou, obviamente, jocosamente, mas apenas para destacar que havia... E não era um caso de vinculação a nenhuma organização criminosa; era um caso mais de saúde mesmo: estava em crise de abstinência e estava dando muito trabalho para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os policiais penais lá naquele presídio. Mas isso é um retrato. Existem brasileiros presos em Portugal e presos em outros países, já com vinculações claramente estabelecidas com organizações criminosas que atuam aqui no país.

Portanto, nós temos, hoje, no país, 3,4 mil estrangeiros presos, segundo os dados nossos, da nossa carteira do Projeto Rastreio. E a nossa fase agora de trabalho, com esses dados, é saber quais são as vinculações desses estrangeiros, a que organizações eles pertencem, se eles não pertencem a organização alguma e, portanto, contribuir para as polícias, porque o nosso papel não é investigar; o nosso papel é fornecer informações, para que as polícias façam as investigações necessárias, principalmente a polícia judiciária da União – a Polícia Federal –, mas nós repassamos também... E a nossa relação é intensa, Senador Girão, porque existe uma rede de inteligência penitenciária, rede nacional, a Renipen, e o órgão central é a Dipen (Diretoria de Inteligência Penal) da Senappen, que coordena com os estados esses trabalhos.

E, por fim, é importante dizer que nós temos uma participação muito intensa nas FICCOs (Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado). Quando eu cheguei à secretaria, nós tínhamos sete ou oito... *(Pausa.)*

Onze. E nós temos quantos hoje? *(Pausa.)*

Pronto, nós temos 18 policiais penais federais em 18 FICCOs espalhadas pelo país. Fundamental, porque a dinâmica de fluxo de informações repassadas para o trabalho que essas FICCOs fazem facilita muito a investigação realizada no âmbito dessas Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado. E a nossa intenção é reforçar... Inclusive, a Senasp vai reforçar o orçamento para as FICCOs, e há uma proposta que será brevemente apresentada de uma Ficco nacional para coordenar as ações de FICCOs que, muitas vezes, quando você investiga um fato lá no Pará, por exemplo, muitas vezes a compartimentação de informação ou a falta de integração com uma agência mais centralizada, você deixa de obter informações importantes para a sua própria investigação e também para a investigação que possa vir a ser realizada no âmbito nacional. Então, a intenção é esta, é robustecer as FICCOs, a Secretaria Nacional de Segurança Pública fará isso, e nós também com a Polícia Penal Federal e as polícias penais estaduais participando dessas Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, Presidente, eu acho que eu fiz um apanhado geral aqui do que tem sido feito, tem mais coisas, temos a execução de um plano elaborado pelo CNJ em colaboração conosco, que é o Plano Pena Justa, que tem sido objeto de muitos questionamentos, mas que eu acredito que seja um dos roteiros, desde que seja bem aplicado, porque eu sei que, embora o Plano Pena Justa não tenha a previsão de geração de uma única vaga, Senador Alessandro, nós no Governo Federal trabalhamos com a perspectiva de geração de vagas. Então, o trabalho do Executivo permanece com essa mesma toada, porque nós temos um déficit significativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, colega Secretário Nacional André de Albuquerque Garcia. Eu quero aqui fazer um registro como testemunha da atuação do meu querido André Garcia à frente da Secretaria de Segurança Pública, à frente da Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo, que muito dignificou e contribuiu para que nós tenhamos uma segurança pública efetiva no Estado do Espírito Santo, como segurança pública como direito de todos e dever do Estado. Faço aqui publicamente meu registro e meu agradecimento.

Concedo a palavra ao Relator para as suas considerações.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Parabenizo o Dr. André pela apresentação, bastante completa, e contextualizar, colega Damares, Girão, enfim, para quem nos acompanha, partindo da experiência do Espírito Santo. O Espírito Santo já foi o que hoje é o Rio de Janeiro, o Espírito Santo já foi o Estado brasileiro com maior infiltração do crime organizado nos poderes públicos, e é também a demonstração de que é possível enfrentar esse mal. O Brasil não está condenado a ser governado por bandido, não; é uma escolha, antes de tudo, política. O eleitor tem que ter essa capacidade de compreensão. É possível, sim, virar essa página. O Espírito Santo fez esse dever de casa, não foi fácil, é objeto de estudo para quem trabalha com seriedade em segurança pública há muito tempo, e isso não se resolveu matando o pobre na periferia. Não foi essa a solução. A polícia do Espírito Santo fez o trabalho de confronto quando era necessário, mas fez, primeiro de tudo, o trabalho de cortar a carne, de combater a corrupção, de enfrentar a infiltração criminosa nos poderes. E aí você tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma longa história, não preciso me alongar aqui, nem é esse o objeto, mas é uma longa história, muito bonita, sob o ponto de vista de trabalho de segurança pública de verdade, que foi feito lá no Espírito Santo, contra todos os fatores que a gente tem hoje presentes pelo Brasil afora.

Dr. André, vou tentar ser bem objetivo nas nossas interações aqui, primeiro tentando responder a uma pergunta que o Senador Contarato faz a cada sessão e ninguém responde. É razoável dizer que o Sistema Penitenciário Federal é o mais seguro, é onde você deve colocar os presos mais perigosos, correto? *(Pausa.)* É razoável dizer que é no Sistema Penitenciário Federal que nós devemos colocar os criminosos mais perigosos, aqueles com maior impacto sistêmico, enfim. Partindo dessa premissa, quantos presos o senhor tem custodiados no sistema federal por corrupção, concussão ou peculato? O senhor tem esse número, mesmo que indicativo?

O SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA (Para expor.) – Não, acho que não! Acho que quase nenhum, apenas poucos e, normalmente, em situações muito específicas. Eu diria, dos 555, no máximo 3. Da população prisional nacional, eu disse aqui, os crimes praticados por agentes públicos contra a administração pública são 1,2 mil dos 705 mil.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E, desses 1,2 mil, em regime fechado, o senhor chegou a ter um levantamento?

O SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA – Privados de liberdade? Esses estão privados de liberdade, esses estão privados de liberdade!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Privados de liberdade. Ótimo!

Compreendendo isso e tentando avançar ao cerne do nosso problema: orçamento. O que a gente tem presenciado ao longo dos anos é uma redução do orçamento disponibilizado para o sistema penitenciário. No *status* atual, qual o orçamento de que o senhor dispõe para colocar essa política de pé?

O SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA – Eu agradeço pela pergunta. O senhor me dá uma grande oportunidade para eu fazer aqui uma rápida digressão, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já chegamos a ter um fundo... O Fundo Penitenciário Nacional é a única fonte orçamentária da Secretaria Nacional de Políticas Penais. Em 2015, esse fundo chegou próximo a R\$2 bilhões, um valor... Embora insuficiente para a dimensão do problema, que é histórico, é um valor considerável. A partir do momento em que houve uma decisão da Suprema Corte descontingenciando o fundo penitenciário, houve uma coincidência de processo, uma coincidência que eu diria que não é bem uma coincidência, mas uma desidratação anual desse fundo. Ele não foi descontingenciado, mas houve um contingenciamento velado, porque esses valores passaram a reduzir-se anualmente, de modo que, dos R\$2 bilhões, lá em 2015, nós chegamos, em 2023, a algo em torno de R\$600 milhões. Em 2024, é bom destacar que, a despeito disso, executa-se bastante o orçamento, o Orçamento da União... A Senappen executou, em 2023, 99,11% do orçamento, assim como, em 2024, 98%; ano passado, eu executei 99,76% do que me foi oferecido, seja fazendo as doações, seja custeando o sistema federal, seja fazendo os repasses para os estados. Neste ano, de 2026, o orçamento previsto está em R\$690 milhões.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É preciso registrar, Sr. Presidente, que a escolha política do Brasil, através deste Congresso, com a sanção do Presidente da República, ou seja, Legislativo e Executivo, é no sentido de intensificar o encarceramento. Inúmeras aprovações de legislações, sanções, pelo Governo de direita de Bolsonaro, pelo Governo de esquerda do Lula, todas no mesmo sentido: aumentar o encarceramento.

E aí, quando você confronta isso com os números, você percebe que é só jogo para a plateia. É só para enganar o eleitor, é só para fazer um jogo de vantagem política, porque, na vida real, que é o dinheiro, que é o orçamento, a gente está caminhando no sentido contrário, a gente está diminuindo o orçamento disponível. Esse aumento aqui incremental, de 90 milhões em três anos, é um aumento apenas incremental.

Dito isso, Secretário André, nós temos, no Brasil, essa evolução das facções, e aí esse número em torno de 80, 88; estudos variam um pouquinho, mas mais de 80 facções, todas elas com base no sistema penitenciário. Você tem estados com uma atuação mais contundente no controle do ambiente prisional, ou seja, você não permite a comunicação facilitada, mas, mesmo assim... E aí é bom – tem que ter vantagem de a gente ficar mais velho, não é, Fabiano? –, o bom de ficar mais velho é que você tem uma certa experiência nas coisas. Então, a gente foi, ao longo do tempo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tomando providências com relação ao crime. Então, a gente aumentou o encarceramento, aumentou o investimento em polícias, as polícias prendem mais, confrontam mais, criamos o Sistema Penitenciário Federal, criamos a estratégia de transferência e isolamento de lideranças.

Existe uma discussão técnica se foi uma boa ideia ou uma má ideia fazer essa circulação de lideranças relevantes pelo Brasil. Temos hoje, isoladas, e, salvo engano isoladas no sistema penitenciário federal, as principais lideranças das duas maiores facções, que são o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital, originárias de Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, mas a cadeia de comando não foi rompida. Então, existe alguma falha nisso que a gente está fazendo. Eu gostaria de ouvir do senhor o que está falhando? Por que a gente não conseguiu o sucesso em interromper a cadeia de comando das facções?

O SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA – Bem, da parte que me cabe falar, da minha perspectiva de gestor penitenciário, eu sempre faço esse tipo de comparação, Senador, e a sua fala vem ao encontro disso. Pense que o sistema de segurança como um todo e de defesa social é um grande hospital. O hospital está sucateado, lotado, tem pessoas nos corredores, falta médico, o médico é mal remunerado, o assistente dele, o auxiliar de enfermagem também mal remunerado, caindo aos pedaços, e o Estado opta – Estado que eu digo, o legislador, porque o legislador tem feito isso nos últimos anos também, é bom pontuar isso –, opta por robustecer e comprar ambulâncias as mais modernas possíveis. O senhor tem ambulância com georreferenciamento, ambulância blindada, mas esqueceu do hospital. O hospital é o presídio.

Se investe muito nas polícias, é importante se investir nas polícias, é importante se investir e continuar investindo. Eu sempre digo que o investimento de mais do mesmo tem sua parcela de importância, mas é mais do mesmo. O setor penitenciário responde por muitas coisas pelo fato de ter sido negligenciado ao longo de anos, vários. E isso aí independe de qualquer corrente ideológica. Todo mundo encara o presídio como um problema menor, sendo que é o nosso grande desafio. E aí eu tenho que dizer isso aqui, é uma perspectiva nossa no Ministério, tanto o Ministro Lewandowski e também o Ministro Wellington agora, principalmente o Ministro Wellington, têm claramente a visão de que sem controlar o sistema penitenciário nós não vamos conseguir reduzir os indicadores de criminalidade violenta. E eu digo isso...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor fez menção ao Espírito Santo. Eu elaborei o Programa Estado Presente, que é o programa de segurança pública lá de 2011, obviamente, não sozinho, mas com uma equipe de profissionais multidisciplinares – o Senador Contarato acompanhou isso. Apresentamos o programa de segurança. O Estado do Espírito Santo era o segundo estado mais violento do país. Na época, era Alagoas o primeiro. Conselheiros do Tribunal de Contas lá denunciados, gente presa, Assembleia Legislativa, tudo contaminado.

Fizemos um movimento, e aí a autoridade política é fundamental. Quem demoniza a política está completamente equivocado. Sem a liderança política, não se faz nada, especialmente na área de segurança pública. Sem um Governador presente, sem um Governador atuante, que cobre das polícias os resultados, nada é feito, até porque não é por questão do policial, não; é a cultura instalada no país, que é uma cultura, historicamente, de não conviver bem e ser até refratária a cobranças de produtividade, por exemplo.

Todas as vezes que se pensa em transparência e produtividade é um problema, principalmente nas polícias, e o senhor sabe disso, porque as pessoas enxergam isso como controle, mas o mais importante para a sociedade é saber: olha, como é que atua o nosso policial? A maioria, a imensa maioria deles, desses policiais, atuam corretamente, e pagam o preço dos que atuam no desvio. Aqueles que desviam fazem mais barulho. Aí ficam brigando por questões menores, como é o caso, com todo o respeito, dessa questão das câmeras de uso pessoal. Isso é questão menor. Se o policial atua corretamente, isso não é problema para ele.

Mas, enfim, no ponto de vista nosso, nós fizemos um movimento lá no estado que passou por entender o diagnóstico – ninguém faz política pública sem entender o problema –, estabelecer estratégias de enfrentamento a cada um dos problemas que apareceram no diagnóstico, mudar a lógica de comprometimento dos policiais para o enfrentamento ao crime, essa lógica de compatibilização territorial, Senador Girão, que hoje é comum no país, mas isto não era tão comum na época: você ter um delegado e um comandante de batalhão responsáveis pela mesma área de atuação e sendo cobrados pelos indicadores, porque, Senador, o senhor me permita, quando nós começamos esse processo no Espírito Santo, era comum... Assim, na primeira reunião que eu fiz como Secretário de Segurança, com Polícia Civil e Polícia Militar, com a Polícia Militar sentada de um lado e a Polícia Civil do outro lado da mesa, ou seja, falando comigo mesmo, eu falei: isso aqui vai dar um problema de integração grave, porque, se o comandante do batalhão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não conversa bem com o delegado que atua na área dele, alguma coisa está errada. E nós fizemos esse movimento de compatibilizar a área, de estabelecer: olha, não interessa, eu vou cobrar o resultado do coronel e do delegado, vocês vão ter que trabalhar juntos. Enfim, é algo que parece simples, mas se alguém me perguntar: qual é o pulo do gato nesses programas? O pulo do gato é compatibilidade territorial e integração entre as polícias, integração de verdade, não essa coisa que se fala eventualmente de operação conjunta. Isso não é integração. Integrar é outra coisa.

Mas, enfim, fizemos esse movimento, que teve um elemento silencioso, revolucionário, que foi a reconstrução do sistema penitenciário no Espírito Santo.

Quem acompanhou a história das masmorras medievais que se dizia lá, com preso em contêiner, preso em micro-ondas... Eu cheguei, Senador, a fazer uma inspeção na unidade da polícia civil, no Município da Serra, e os policiais civis constrangidos, porque aquilo não é lugar para preso, porque é uma delegacia, e tinha uma jiboia dentro da cadeia, que é porque... Eu perguntei para o preso, e o preso disse que aquela jiboia era para comer o rato que ficava circulando dentro da cadeia. Ou seja: era um caos! E esse sistema foi reconstruído. Esse caos é muito bom para a criminalidade, ele é excelente, porque ele é o famoso, como se fala no jargão popular, "*home office do crime*".

A partir do momento em que se começou... Não fui eu que iniciei esse processo de reconstrução de presídio, mas, enfim, quando se iniciou esse processo, um secretário foi muito importante lá, o Secretário Ângelo Roncalli, que fez um trabalho fundamental nesse processo – e depois foi dada continuidade por outros secretários –, era nítido, Senador Contarato, Senador Girão, quando a gente fazia transferência de uma unidade dessa, degradada, para um CDP novo... Assim, chegamos a pensar em tudo, até em dinheiro, em orçamento para síndrome de abstinência, porque os caras se drogavam o tempo todo lá dentro, e chegam a uma unidade nova, supercontrolada, tinha problemas, a gente tinha que medicar essas pessoas. A partir daí, Senador...

Era uma das questões menores que nós enfrentávamos, mas, depois que nós retomamos o controle, nós criamos as condições básicas para que a PM e a PC fizessem o trabalho delas. É por isso que eu digo: é um movimento conjunto. Não se reduz homicídio com um sistema prisional desorganizado, sem controle estatal. Não se reduz homicídio. O que pode acontecer, eventualmente, é a tal da "*pax criminosa*", alguns acordos lá entre lideranças que podem reduzir





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o impacto dos crimes letais intencionais, para não chamar a atenção da polícia. Pode acontecer. Mas, do ponto de vista de estratégia de atuação, é preciso recuperar a capacidade de controle e de...

E como é que se controla o sistema penitenciário? É só na base da polícia penal, do policial no muro? Não. A gente tem que ocupar um espaço, hoje, ocioso. Esse espaço ocioso é ocupado pelas facções, mas esse espaço ocioso precisa ser ocupado por intensa atividade laboral. Tem que colocar esses presos para trabalhar. Vamos colocar no jargão popular: preso tem que trabalhar. Preso tem que estudar. Tem que ser capacitado.

É uma visão ingênua do Governo Federal, em que se costuma associar isso a um governo progressista, do qual eu faço parte, mas nós não temos essa visão ingênua não. Nenhuma visão ingênua. Nós temos a visão do seguinte: nós precisamos disputar um espaço hoje que é ocupado pelas facções. Ponto. E como se ocupa esse espaço? Apenas jogando o preso, 40 mil presos, como se faz em um país da América Central, sem nenhum tipo de atividade, sem nenhum tipo de supervisão específica, intensiva, sem nenhuma capacitação profissional, sabendo que essas pessoas vão retomar, vão voltar ao convívio social? Não é assim que se controla.

O sistema prisional se controla oferecendo as condições, e eu sempre digo, e essa é a visão deste Governo, para se evitar interpretações equivocadas: não usamos a palavra "desencarceramento" em nenhum documento oficial do Ministério da Justiça nem da minha secretaria, porque... E, quando aparece, eu risco, porque a gente tem que trabalhar o contexto de superpopulação, o.k., mas existem estratégias para enfrentar a superpopulação: entre elas, gerar vagas; entre elas, trabalhar com a Central de Regulação de Vagas; entre elas, trabalhar com outros conceitos.

E não entendemos que o trabalho que deve ser feito no sistema penitenciário deve-se pensar apenas sob a perspectiva da segurança, que é fundamental. A minha experiência como Secretário de Segurança foi que me trouxe para a Secretaria de Administração Penitenciária, não foi o contrário. Eu fui trabalhar na Justiça, porque eu tinha experiência na segurança. E a visão do Governador de então era esta e é a visão do Ministro Wellington: não se faz enfrentamento à criminalidade sem um sistema penitenciário controlado.

Enfim, é isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que é tão importante se pensar em estratégias de ocupação desse espaço ocioso e na perspectiva de que essas pessoas vão retornar ao convívio social.

E aí, para fechar, Senador, é só para dizer: a nossa visão, enquanto Governo, do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Políticas Penais é que o Estado tem a obrigação de oferecer oportunidades a essas pessoas, elas vão fazer as escolhas. Se elas continuarem delinquindo, vão continuar no sistema e vão até sofrer outras consequências aí fora; se aceitarem a oferta dada pelo Estado... Porque é obrigação do Estado fazer isso – e, às vezes, eu vejo muito preconceito com relação a isso. Não se raciocina, não há muita racionalidade nesse processo, não há racionalidade na discussão desse processo. Se a gente não oferece oportunidade, que é obrigação do Estado... Se nós oferecemos oportunidade, ele faz as escolhas. A escolha dele é: vou continuar delinquindo – vai ficar no sistema –, ou vai ter outro desfecho, outro destino, fora dos muros, ou eu vou retomar a minha vida. E eu posso dizer para o senhor, Senador: eu sempre fui muito duro nesse aspecto – sempre tive, até no começo, muita dificuldade a lidar com as pessoas que eu custodiava, porque você vê os casos, vê a repercussão, vê as pessoas sofrendo, assalto, vê o estupro, vê as coisas lá fora –, mas eu posso dizer para o senhor que o que mais me agradava – e agrada, ainda hoje, como Secretário de Políticas Penais – é quando eu vejo alguém que deu um rumo na vida e que saiu do sistema penitenciário, mas ele só teve isso porque o Estado teve que oferecer para ele a oportunidade – é um marceneiro, é um eletricista, é um encanador. É isso que a gente tem que fazer. Ah, então, o Governo acha que todo mundo vai ser eletricista e encanador? E essas lideranças? Nessas lideranças eu não tenho esperança nenhuma. Sabe por quê? Porque eles são empresários do crime. Eles não são criminosos comuns; eles têm... a visão deles é de lucro com a atividade da facção que eles comandam.

Enfim, essa é a nossa visão, é a visão do Governo Federal. Não há nenhum romantismo nisso. É uma visão estritamente pragmática e baseada na experiência que vivemos – minha como gestor estadual e do Secretário Nacional de Segurança Pública, o Chico Lucas, também como Secretário de Segurança estadual.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ainda avançando um pouquinho mais e contando com a tolerância aqui do tempo do nosso Presidente, essa coisa do isolamento das lideranças... E a sua descrição é perfeita. E a gente tentou dar esse tratamento adequado aqui no projeto antifacção, teve uma alteração posterior na Câmara dos Deputados,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que retomou o viés mais tradicional, do mais do mesmo, que é mais pena para quem está na ponta, quase nenhuma distinção entre quem é líder e quem não é líder, e a consequência vai ser avolumar ainda mais o número de presos, com baixo resultado no ataque à liderança.

Mas eu volto a essa questão do isolamento de lideranças.

A política definida foi: vamos transferir essa liderança, eventualmente colocar no sistema federal, mas a cadeia de comando não foi rompida. Ainda hoje, figuras como Marcola, Marcinho VP são de extrema relevância na definição de rumos das suas facções. A gente está falando de 30 mil, 40 mil homens que são comandados já há muito tempo por pessoas que estão encarceradas, estão sob custódia do Estado, inclusive em unidade federal.

Então, onde é que está a falha? Porque é importante identificar onde está a falha para a gente poder corrigir essa falha de comunicação. E aí eu peço que o senhor avalie, porque eu imagino que é para aí que deriva. E uma característica que eu tenho pessoalmente, tenho como Parlamentar e essa CPI tem também, é tocar nos pontos que são sensíveis e muitas vezes desconfortáveis, que são a questão do acesso da família e a questão do acesso dos advogados. O advogado pombo-correio, a gente não está criminalizando advocacia nenhuma, pelo amor de Deus – quando me aposentar deste negócio eu vou ser advogado. Então, não tenho nenhum objetivo de brigar com a OAB; não é isso não, mas, de fato, a comunicação continua existindo. E ao longo dos últimos anos, pelo menos os últimos cinco anos, a gente fortaleceu as garantias da advocacia de uma forma bastante robusta, e isso gerou quase que *bunkers* para atuação de crime organizado, quando você tem um desvio de conduta por conta de alguém da carreira.

Eu queria ver a sua análise com relação a esses pontos no viés do isolamento de lideranças. Eu consigo fazer esse isolamento quando têm acesso advogado e família?

O SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA – Senador, não há isolamento de liderança... Eu não estou me referindo aos 97% dos presos comuns; estou me referindo às lideranças. Não há isolamento completo e perfeito se não há monitoramento integral de todos os ambientes da unidade penal, e de todos os ambientes eu me refiro inclusive aos parlatórios de atendimentos feitos por advogados, seja por áudio, seja por vídeo – não há.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pode haver... A própria história do sistema federal mostra isso, porque o famoso pacote anticrime e o endurecimento do Sistema Penitenciário Federal... O sistema federal não surgiu assim, pronto e acabado. Havia ainda as visitas... Não há visitas íntimas, mas havia mais acesso às visitas, e não havia o monitoramento dos atendimentos feitos por advogados, até o momento em que, infelizmente... Como o senhor bem disse, e é sempre bom pontuar isso, porque como Secretário de Justiça eu tive que tomar medidas duras também nesse aspecto, inclusive relacionadas a horários de atendimentos, disciplinar os horários, limitar os horários, porque havia uma esculhambação, me perdoem a expressão, muito grande nesse sentido. Os advogados faziam atendimento no dia 24 de dezembro às 11h da noite, por questões, assim, sem nenhuma urgência aparente. Então, nós fizemos esse movimento, houve uma reação forte. Eu também sou inscrito na ordem; então, eu sofri como membro também da advocacia, sou advogado público, mas enfim...

Aconteceu, no sistema federal, uma situação em que saiu um "salve" ordenando a morte de dois policiais penais federais por unidade. Nós tivemos três mortes – não é isso, Stona? Três mortes: dois policiais penais e uma especialista psicóloga do sistema que foi confundida com uma policial penal por causa do uniforme, foi assassinada no Paraná. E essa ordem ia seguir, mas aí houve um trabalho intenso da própria inteligência da Polícia Penal Federal, a Polícia Federal; se chegou aos mandantes, essas pessoas foram julgadas e condenadas e estão lá, são custodiadas no sistema federal. Se a realidade do passado estivesse em vigor hoje, essas pessoas poderiam repassar outros "salves" do sistema federal. Hoje não pode mais. Quer dizer, pode tentar, mas nós estamos acompanhando as degravações e estamos avançando. Estamos chegando agora a usar a inteligência artificial para esse processo, para facilitar o trabalho dos policiais e fazer as degravações, os cruzamentos de informações, de expressões usadas em uma ou outra unidade, que possam ter alguma relação com ordens ou decretações.

Enfim, respondendo a sua pergunta, quando se refere à liderança criminosa, não há isolamento perfeito, se houver algum ambiente que não seja monitorado, à exceção da cela para a intimidade e a privacidade do indivíduo, mas os corredores e todos os demais ambientes, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Última questão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Relator.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Posso só complementar, porque tem a ver com isso, por gentileza.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Claro, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu tinha até anotado essa pergunta aqui sobre o monitoramento das conversas no parlatório, Senador Girão.

Eu acho assim, a gente sonha tanto com um Estado em que toda legislação, em que todos os procedimentos tenham uma norma de padronização e que sejam cumpridos de forma igualitária.

O que me causa espanto é, por exemplo, nós temos uma decisão recente do dia 9 de março, Secretário André, do Ministro André Mendonça, proibindo a gravação de conversas do Vorcaro com os advogados. Isso é uma decisão muito delicada, e eu não estou falando isso porque foi do Ministro A, B ou C. Eu estou falando o seguinte: isso abre um precedente. Por que abre um precedente? Aí está aqui agora, matéria: "Marcola e PCC pedem ao Supremo o mesmo tratamento dado a Vorcaro".

Não é razoável que você admita que dentro dessa forma, desse sistema de monitoramento no parlatório, você tenha uma decisão impedindo – impedindo – o monitoramento dessas conversas entre o Vorcaro e os advogados. Porque abriu esse precedente de PCC, Marcola, e todos os outros terem e buscarem o mesmo tratamento.

Então, eu acho assim... Eu sempre... Me perdoe aqui, mas eu acho que passou da hora de o Brasil fazer uma faxina moral, fazer uma faxina moral nas instituições como um todo. Não é razoável...

E eu quero aqui aproveitar a paciência do Relator, a quem eu admiro. Eu vejo assim, eu fui professor de processo penal, com todo respeito, aí eu explicava para os meus alunos: olha, o inquérito policial é uma peça... Enfim, explicava qual o prazo para concluir um inquérito policial: dez dias, tratando-se de indiciado preso; 30 dias, solto, lá no art. 10 do Código de Processo Penal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí você tem lá toda a instrução: acusação, defesa, alegações finais, sentença. Se você somar todos os prazos processuais previstos no Código de Processo Penal – o problema não está em nós legisladores, não, Senador Girão –, se você somar todos os prazos, não poderia uma pessoa entre a prisão, autuação em flagrante e a sentença, não poderia chegar nem a um ano, seriam oito meses e alguns dias, no máximo, por uma elasticidade inclusive do CNJ. E aí você vê aí, seis, sete, oito anos, dez anos para você ter o proferimento de uma sentença de primeira instância.

Então como que você fica aí se nas próprias instituições nós não temos o cumprimento da própria legislação? Porque, quando se fala assim: "A Justiça é morosa", mas por que a Justiça é morosa? "Ah, porque o legislador não legisla." Não, o legislador legisla. Se você pegar lá, eu pontuo para você, desde a prisão até o trânsito em julgado, você tem todos os prazos. O problema, Senador Girão, é que não se cumpre. Mas sabe por que não se cumpre? Porque nós temos uma casta de servidores públicos – eu vou falar aqui – com 20 mil servidores públicos no universo de milhões, que ganham supersalários e penduricalhos, que têm dois recessos por ano, além de férias de 60 dias, que a cada três dias trabalhado vende o quarto e ganha um terço a mais, sobre o que não incide Imposto de Renda. E aí você tem 0,03% de funcionários públicos, que é a casta, essa casta, que a gente tem que passar, fazer o que é moral – teto é teto –, acabar com isso. O juiz e promotor que praticaram crime não têm que ser agraciados com aposentadoria compulsória. Acabou isso, tem-se que acabar com isso! Isso não acontece comigo, não acontece com o Alessandro, não acontece com qualquer outro servidor público. Vai lá se colocar lá como agente de trânsito, vai lá se colocar como soldado.

Enquanto o Secretário André estava falando, passou um filme na minha cabeça, sabe por quê? Porque eu fui plantonista no Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de Vila Velha, Senador Alessandro. Eu era delegado plantonista, 24 horas trabalhando, 24 por 72, em que o local era para 16 presos e tinha 120 presos. Essa era a realidade que nós tínhamos no local. E aí você tem aí toda essa falta de saneamento, de faxina moral nas instituições, e a isso tem que ser dado um basta. Mas o que a gente está fazendo aqui?

Nós temos um projeto na CCJ para acabar com esses penduricalhos, mas não anda. Aí você tem aí, quando se fala assim: "Vamos acabar com a escala 6x1". Eu queria ver, eu queria ver nós aqui servidores ganhando R\$1.621, trabalhando 6x1. Vai fazer isso, vai ser uma mulher trabalhando 6x1 e não ter um local para botar o seu filho numa creche, não ter como fazer um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exame de mamografia, estar morrendo no corredor do hospital público, ter uma escola de ensino integral e você não ter para o seu filho. E aí a gente fica... Parece que nós vivemos com uma população de Alice no País das Maravilhas. Essa é a sensação que eu tenho, porque, quando nós chegamos aqui ao Parlamento, cada um vive com sua trajetória, mas para atender interesses particulares. Eu vejo aqui que, quando tem um projeto que é para beneficiar, principalmente na questão salarial, determinados servidores, daqueles que mais ganham, nós estendemos um tapete vermelho, mas aí, na hora que é para atender um enfermeiro, na hora que é para atender um técnico de enfermagem, um policial civil, um policial militar ou quem quer que seja, um agente de trânsito, aí não pode, nós temos que ter responsabilidade fiscal. Responsabilidade fiscal com 20 mil funcionários públicos ganhando R\$200 mil por mês? Você acha razoável?

Isso fere um princípio. Não tem nenhuma norma que se sobrepõe a um princípio ético e moral. Isso está lá no art. 37 da Constituição. São princípios que regem a administração pública, entre eles a moralidade. Isso fere a moralidade numa população de pobres, desdentados, desvalidos, sem vez, sem teto, sem educação, sem saúde, sem nada, que não têm trabalho, que ganham R\$1.621, trabalhando numa escala 6x1. Isso é um comportamento aviltante que tem que nos envergonhar. Eu não posso perder a capacidade de me indignar com relação a isso, porque uma coisa está interligada à outra, não tem como. Como que ele vai ter lá se ele não tem orçamento para implementar políticas para dar efetividade? Como que eu vou falar? E aí – Secretário, perdoe-me, desabafo – eu falei isso quando o Presidente foi falar sobre a saidinha, eu desenhei. Eu falei, art. 121, matar alguém, pena de 6 a 20 anos. A tendência do direito penal moderno é condenar à pena mínima, por uma questão de política criminal, seis anos. Eu falei: vamos supor que ele foi condenado a nove anos; com um sexto, já sai para rua em regime aberto. A cada três dias trabalhados, remissão de pena pelo trabalho. Lê um livro, remissão de pena pelo trabalho. Um terço, livramento condicional. No final do ano, indulto e comutação de pena. E o Governo vai dar 35 dias para esse preso sair, que violou o principal bem jurídico que é a vida humana? Não é razoável isso.

Eu tenho um projeto aqui – não é porque eu fui autor, não, eu estou despido dessa vaidade – aumentando o período de internação para adolescente de conflito com a lei. É razoável um rapaz de 17 anos que pratica um estupro, mata a moça, oculta o cadáver e que vai ficar no máximo internado três anos? Eu busquei isso no G20: de todas as maiores democracias, o Brasil é o mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permissivo. Aumentamos para dez anos. Mas isso tem que ser um trabalho. E aí eu faço um apelo aqui hoje ao Presidente Hugo Motta – porque nós aprovamos isso aqui no Senado, Senador Girão –: aprova isso lá na Câmara!

Então, eu acho assim, não acho razoáveis essas decisões. Mais uma decisão do Supremo proibindo o monitoramento das conversas de Vercaro com os advogados. Aí você faz o quê? Abre um precedente para que outras pessoas tenham o mesmo tratamento. Nós temos que ter uma isonomia no tratamento, então olha o precedente pernicioso que se abriu. Nós temos que ter responsabilidade com relação àquilo que é uma determinação constitucional. Não sou eu que estou dizendo, está desde o dia 5 de outubro de 1988 no art. 144: segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado.

Desculpe por fazer essa deferência...

O SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA (Para expor.) – Presidente, eu posso só complementar a resposta para o Senador Alessandro?

Para ficar, deixar claro, Senador, que todo esse esforço de monitoramento e isolamento... Agora, não há uma incomunicabilidade absoluta, porque pode passar uma ou outra questão na vigilância, o que é um monitoramento intensivo, que é importante. E tem um ponto de fragilidade, porque esses presos que estão no sistema federal retornam para os estados. E aí, se nós não tivermos nos estados uma estrutura semelhante – e essa é a nossa proposta de robustecer pelo menos as unidades que permitam o isolamento de presos nos estados... E o PL antifacção, com todas as alterações que houve, pelo menos permite agora que seja feito esse monitoramento, inclusive dos atendimentos feitos por advogados.

E aí eu queria só pontuar, para finalizar minha intervenção, que existe um questionamento, uma ADI ajuizada no Supremo Tribunal Federal pelo Conselho Federal da OAB, questionando o monitoramento feito no sistema federal, que eu acho que deve ser objeto de preocupação também desta Comissão, se é que me permitem fazer esse tipo de sugestão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Todas as decisões do Supremo hoje são objeto de preocupação desta Comissão, Dr. André, infelizmente. Assim, temos muito tema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, para finalizar minha participação aqui e abrir espaço – o Senador Girão está aqui aguardando pacientemente –, eu gostaria de ter sua avaliação, Dr. André, da hipótese de intervenção federal em determinados sistemas estaduais penitenciários, em especial o do Estado do Rio de Janeiro, porque, quando você tem uma situação de tamanho descontrole, e esse descontrole gera impacto na Federação, me parece que é bastante razoável que a gente comece a estudar e avaliar essa hipótese. Porque eu preciso reestruturar aquela situação de lá. É um caos total. Então, no mesmo dia, eu tenho a polícia subindo o morro para uma operação dura de confronto com mais de 120 mortos, que não retomou território, que não prendeu liderança, que nem matar a liderança matou, e, ao mesmo tempo, as imagens mostram os líderes dentro do sistema prisional discutindo qual será a reação e determinando algumas interdições de vias, algumas ações lá simultaneamente. Quer dizer, isso demonstra um absoluto descontrole e desqualificação da atuação de segurança pública em todas as suas etapas que passa pela prisão.

E eu gostaria de ter uma avaliação, porque esta pode ser uma das recomendações desta Comissão Parlamentar de Inquérito: que se criem mecanismos e estruturas que permitam esse tipo de intervenção quando se percebe que um determinado estado não consegue cumprir com sua obrigação constitucional, e essa falha do estado afeta todo o Brasil, porque, a partir do Estado de São Paulo, nós tivemos a expansão do PCC e, a partir do Estado do Rio de Janeiro, a gente teve a expansão do Comando Vermelho. Esses dois estados, importantíssimos no nosso país, que merecem toda a nossa consideração, têm essa dívida para com a União, têm essa dívida para com a Federação, e o comando dessas duas facções continua nos dois estados, continua em São Paulo e continua no Estado do Rio de Janeiro.

Então, gostaria de ter sua opinião com relação a essa hipótese de intervenção federal no sistema prisional de determinados estados, partindo do caso do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA – Senador, é uma questão, uma decisão e algo, uma estratégia nesse relacionamento federativo que eu poderia dizer que foge um pouco à minha alçada, do ponto de vista de representante do Governo Federal, porque nós poderíamos ser acusados – como fomos, quando apresentamos a PEC – de tentativa de centralização excessiva, de descumprimento do pacto federativo, e, nessa linha, eu acho delicado para mim, como representante do Executivo, falar sobre isso. Agora, nós podemos intensificar e muito a colaboração, a cooperação, porque é fato, esse elemento político... Eu não estou me referindo à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política propriamente dita, que eu já falei aqui que sem autoridade política não se enfrenta à criminalidade, mas o elemento político tem atrapalhado muito a execução da política de segurança pública ao longo da história. A cooperação e a colaboração ficam muito circunscritas ao âmbito dos profissionais de segurança pública.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA – É, exatamente.

Então, teríamos que ter mecanismos que permitissem que nós superássemos essa barreira, porque eu posso dizer, por exemplo, que nem em todo estado nós temos uma ambiência propícia para realizar determinadas ações, por questões meramente políticas – isso é fato –, por divergências ou por posições, ou por posicionamentos autossuficientes: "Nós resolvemos o nosso problema", por exemplo.

Mas nós podemos superar isso se tiver os mecanismos que permitam acionamento, por exemplo, da aplicação de uma Força Penal Nacional, que existe hoje. Ela é limitada porque ela está hoje circunscrita a intervenções específicas, à cooperação intensiva maior.

Nós estamos no Rio de Janeiro neste momento – eu fiz até a referência a isso –, atuando em determinadas unidades prisionais, fazendo monitoramento e bloqueio de sinais nessas unidades, mas é fato que, não só no caso do Rio de Janeiro, mas como V. Exa. fez essa referência, existe uma dificuldade de controlar o fenômeno criminoso quando você tem um fato numa rebelião no Acre fomentado por alguém que está num presídio lá em Bangu, por exemplo. Quando você tem um assassinato de policiais penais no Pará, sob orientação do Comando Vermelho. E sabemos de onde vêm essas ordens, não é? É preciso, portanto, ter...

E eu sei que é um esforço muito grande lá. Nós temos uma relação, por força do meu cargo, com todos os secretários estaduais. Eu sei que há uma boa intenção, um trabalho muito grande, mas existe também outro elemento que é preciso enfrentar, como o Senador Contarato e V. Exa. fizeram referência, que é a autoridade política. Ela é fundamental. É preciso ter o bom exemplo de cima e um trabalho, uma orientação determinada no controle e no enfrentamento à corrupção, porque esse é um problema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não estamos dizendo que a polícia é corrupta, mas estamos dizendo que os corruptos causam um prejuízo muito grande para a polícia, porque, coincidentemente, se nós consideramos, no caso não só do Rio, mas em muitos casos, geralmente o policial que mata é o corrupto. E não são muitos. Por isso que eu digo que a imensa maioria dos profissionais de segurança pública são bons profissionais.

Eu tive o privilégio de ser secretário de segurança, tive um efetivo de PMs de quase 10 mil homens, e você vê, pontualmente, situações. Na polícia civil, pontualmente, situações. O profissional de segurança é um profissional dedicado.

Esse, talvez, seja o maior sacerdócio que se fala aí, quando se fala em outras carreiras. Talvez seja o da segurança pública.

Agora, é preciso ter respaldo de cima também, bons exemplos, a demonstração de que não há comprometimento das instâncias políticas com outro interesse que não seja o interesse público.

E eu acho que, em alguns estados, isso tem sido um problema. Não estou fazendo referência a nenhum, mas eu acho que, sem autoridade política efetivamente proíba e com determinação de enfrentar o problema, não se enfrenta a subcultura maior, que é a corrupção. Infelizmente, é isso.

É preciso ter uma corregedoria forte. Nós estamos fomentando isso, num plano nacional específico para ouvidorias e corregedorias do sistema penitenciário, que eu acho que esse é o elemento que falta para nós atingirmos aquele... Diminuirmos o *gap*, que eu falei, entre a polícia penal e as polícias tradicionais, e eu tenho dito, Senador: não que as polícias penais sejam um grande modelo, as tradicionais, civil e militar, sejam um grande modelo, porque também têm os seus problemas, mas elas têm uma estrutura, uma cultura muito mais robustecida, inclusive do ponto de vista correcional, que precisa ser implantado nas polícias penais. E esse é um caso.

Sem enfrentar a questão da corrupção, sem enfrentar a subcultura existente das facilidades e das questões... Do descompromisso com protocolos e outras coisas, nós não vamos resolver o problema.

Pode-se pensar até num aumento salarial, mas isso não vai resolver o problema, porque isso é uma questão cultural, e isso precisa ser enfrentado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Sr. Presidente, e só, pegando o gancho, fazendo um registro: se salário resolvesse, ninguém pegaria carona em jatinho de dono de *bet*, se salário fosse a solução para tudo. Não se andaria pendurado no colo de advogado, para se ter acesso a degustação de uísque, se fosse a questão salarial o grande problema do Brasil. Não é. O que falta ao Brasil – e, aí, me somo ao senhor – é liderança honesta.

Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Eu, antes de conceder a palavra ao Senador Eduardo Girão, queria aqui fazer um registro: encontra-se em tramitação e passou, na Câmara dos Deputados, Secretário Dr. André Garcia, a PEC da segurança. Eu acho que esse é um momento... E aqui faço um apelo também, público, ao Presidente Davi Alcolumbre para que distribua essa PEC. É de fundamental importância.

A gente não pode ter ainda um comportamento em que sequer essa proposta de emenda à Constituição seja distribuída para a gente debater esse assunto. Nós temos é que enfrentar aqui temas de relevância.

Eu não sou do tipo... E aqui eu quero enaltecer a conduta dos policiais, sejam civis, militares, federais. Eu lembro que, quando eu, Senador Girão, passei, novo, no concurso para delegado, de 24 para 25 anos, minha mãe falou assim: "Meu filho, você estudou tanto para ser delegado". Eu falei: "Mãe, a polícia precisa de pessoas boas".

O policial tem que ser visto como garantidor de direitos, e não como violador de direitos. Eu tenho orgulho de ser policial civil há 27 anos e eu tenho orgulho de todos esses soldados que estão lá na ponta: soldado, cabo, sargento, tenente, não importa a patente.

Agora, nós também temos que dar um tratamento, e aí eu faço uma ressalva aqui, nessa PEC da segurança pública, a gente tem que ter um olhar também para esses agentes de trânsito, para esses guardas municipais. Ganham um salário mínimo e fazem o trabalho de polícia lá na ponta. Eu presenciei isto no Espírito Santo, Senador Girão: uma vítima de um roubo aborda um guarda de trânsito. Na hora, ele não pensa duas vezes: ele coloca a vítima na viatura, sai atrás, ao encalço do autor do roubo, com emprego de arma, prende, dá voz de prisão, leva para o DPJ, faz





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a autuação em flagrante. É isso que ele faz. Por quê? Porque é uma determinação do Código de Processo Penal: qualquer do povo poderá, mas a autoridade policial e seus agentes devem prender quem quer que se encontre em estado flagrancial.

Então, eu tenho orgulho de ser policial. E o policial, eu volto a falar, tem que ser visto como garantidor de direitos e não violador de direitos. E eu ousar falar que você tem desvios de conduta pontual, como em qualquer outra instituição. Agora, a gente também tem que dar um tratamento digno para essas outras carreiras que, para mim, fazem parte da segurança pública, sim, e merecem todo o respeito e consideração e o tratamento nessa PEC da segurança que eu almejo aqui.

E eu só queria, mais uma vez, ouvir do senhor sobre o período de internação de adolescente em conflito com a lei. O senhor acha razoável três anos de internação para um adolescente, uma pessoa de 18 anos de idade incompletos, que pratica um latrocínio, que é um roubo qualificado pelo resultado morte?

O SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA (Para expor.) – Não, não, não tem razoabilidade alguma. E eu já disse isto para V. Exa.: eu apoio, se é que vale alguma coisa, mas apoio integralmente o seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então eu pediria que o Governo também se mobilizasse para que fosse aprovado isso. Vamos dar uma resposta para a população. Vamos dar uma resposta.

Eu quero agradecer ao Dr. André pelas considerações, me sinto contemplado.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para as suas considerações.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu acho que a gente, a cada reunião que a gente faz aqui, chega à conclusão, já está cristalizado, de que o exemplo tem que vir de cima. E a gente precisa fazer a nossa parte não só com discursos políticos bonitos e tudo, mas fazer a nossa parte com atitude. Estamos vendo aí uma série de abusos acontecendo e o que é que nós temos feito efetivamente, com ação, né?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acredito que eu acho que furou a bolha essa questão aí de interferências em Poderes, conflitos de interesses. Nós estamos vendo um caos institucional no Brasil por causa disso, e o Senado é o grande responsável. Não adianta a gente ficar colocando a culpa nos tribunais superiores, não. A responsabilidade é do Senado Federal, que é omissor, completamente omissor com relação a essa situação, porque poderia, pelo pedido de *impeachment*, colocar cada um no seu quadrado. E aí tem dezenas de pedido de *impeachment*. Eu e o Senador Alessandro Vieira assinamos vários.

Agora, Dr. André, eu queria cumprimentá-lo. Eu vi uma fala sua aqui bastante técnica. Não conhecia bem o seu trabalho no Espírito Santo, estava dando uma pesquisada aqui, e acho fundamental que a gente tenha pessoas qualificadas com esse tipo de visão à frente de instituições tão importantes, um departamento tão importante que é o Senappen, vinculado ao Ministério da Justiça.

Nós estamos vivendo no Ceará, o senhor mencionou rapidamente aí, uma situação crítica, onde as facções dominam o estado, e a população está aterrorizada. Eu pedi ao Governo Lula uma intervenção federal – a minha resposta foi o silêncio –, pelo menos para as pessoas terem um pouco de paz no direito de ir e vir, com a presença da força de segurança, mas vamos continuar insistindo nisso aqui.

Eu queria, algumas perguntas o senhor até já respondeu, mas, como eu só tenho oito minutos, eu vou fazer aqui uma série de perguntas; depois, o senhor terá tempo para responder sem problema.

Com relação aos presídios como centro de comando, há evidências reiteradas de que facções criminosas operam a partir de dentro dos presídios, coordenando tráfico, execuções e ataques. Isso indica uma possível falha estrutural no sistema penitenciário. Eu questiono: o sistema penitenciário brasileiro hoje reduz ou ainda permite a atuação das facções como centro de comando? Qual indicador concreto comprova essa resposta? Nos últimos três anos houve redução mensurável dessa capacidade? Qual foi o percentual dentro do trabalho que a Senappen está fazendo?

O isolamento de lideranças é um dos principais instrumentos de contenção do crime organizado, mas há relatos de manutenção de influência mesmo com regimes restritivos. Eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pergunto ao senhor: o isolamento aplicado hoje impede efetivamente a comunicação e o comando externo dessas lideranças? Quantos líderes estão hoje em isolamento considerado – entre aspas – "efetivo"? Existe auditoria que comprove a ausência de comunicação externa? O senhor falou até da Operação Modo Avião, no Ceará. Inclusive, o nosso, não sei se é parente seu, o nosso é Mauro Albuquerque...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não é não, é só uma...

Mas o senhor falou e eu fiquei até feliz em saber, porque é um problema grave que a gente tem lá de celulares dentro de presídios, enfim. Então, foi efetivado em todos os presídios cearenses? O senhor tem essa informação sobre essa Operação Modo Avião? E esse protocolo de retomada que o senhor deu início lá no Espírito Santo, de forma exitosa, de retomada dos presídios pelo estado, como é que está a situação em outros estados da Federação? O senhor falou que tinha mais dois que estavam atuando nesse sentido em que o Espírito Santo estava, não permitindo que as facções determinassem onde fica quem. Quais são esses estados? E o que é que falta para a gente ir a todas as unidades da Federação?

Gostaria de lhe perguntar também sobre essa integração União e estados. O combate ao crime organizado exige essa integração. A fragmentação operacional pode favorecer a atuação das facções. A pergunta que eu faço é a seguinte: a atuação entre União e estados hoje é coordenada de forma efetiva ou ainda há falhas estruturais? Quantas operações integradas foram realizadas, por exemplo, no ano de 2025? Quantas?! Qual o principal entrave dessa integração hoje? Qual é o gargalo que nós temos?

A capacidade do sistema federal... O Sistema Penitenciário Federal foi criado para neutralizar lideranças de alta periculosidade, mas sua capacidade é limitada. Eu pergunto ao senhor: o sistema federal tem hoje capacidade suficiente para isolar todas as lideranças do crime organizado? Qual é o déficit de vagas em relação a presídios federais?

Inteligência penitenciária. A inteligência é essencial para antecipar ações do crime organizado e não apenas reagir a elas. O Brasil possui hoje um sistema estruturado, integrado de inteligência penitenciária? É uma pergunta. Quantas operações foram originadas dessa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inteligência no ano de 2025? Há integração com outras agências de inteligência? O que é que falta para isso?

A sociedade também espera resultados concretos no enfrentamento ao crime, não apenas diretrizes formais. Eu pergunto ao senhor: diante disso, quais resultados objetivos o senhor pode apresentar que demonstrem que o sistema penitenciário deixou de fortalecer o crime organizado?

Outra questão aqui também sobre as APACs, que o senhor deve conhecer; o senhor é um estudioso também do tema. E nós temos essas Associações de Proteção e Assistência ao Condenado, que é um método de valorização humana e ressocialização de presos que atua como alternativa ao sistema prisional comum. O custo é lá embaixo; parece que é cinco vezes mais barato que o custo do sistema prisional, e a ressocialização é uma coisa espetacular. E eu vi a sua pegada humana, e isso aí também me motiva bastante. O que é que falta para as APACs serem uma política do Governo Federal? Porque ela está muito forte ali em Minas Gerais, e teve bons resultados. Eu queria ouvi-lo sobre isso, se o senhor pretende dar uma expandida nisso.

E, para fechar, Sr. Presidente, o senhor falou, Dr. André, sobre a questão de colocar o preso para trabalhar – *show de bola!* Segundo as informações oficiais da própria Senappen, em 2024, nós temos aproximadamente 158 mil presos trabalhando em um universo superior a 700 mil custodiados – 158 mil para 700 mil –, o que representa algo em torno de 24% da população carcerária. A pergunta que eu lhe faço: por que o Estado brasileiro ainda não consegue ofertar trabalho para a maioria da população carcerária? Objetivamente, qual é o percentual real de presos trabalhando e quantas vagas de trabalho estão disponíveis no sistema penitenciário? Exige hoje um déficit formal de vaga de trabalho? Qual o número disso? Há meta para ampliar esse percentual nos próximos anos? Qual é a meta do Governo Federal? O principal gargalo é estrutural, é orçamentário ou é de gestão?

O senhor falou aí sobre a questão que está sendo muito debatida na América Central, o senhor citou o caso lá. Eu acho que é El Salvador que o senhor quis dizer, sobre o Presidente Bukele. Eu não tive a oportunidade de visitar, tenho interesse em conhecer. Eu sei que essa questão de direitos humanos é preocupante, e a gente tem que ter esse cuidado, mas me parece que o resultado é muito efetivo...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... em termos de controle do sistema carcerário, em termos de resultado de redução a praticamente zero da criminalidade naquele país, que tem dimensões completamente diferentes dos nossos, características, enfim, legislações. Eu pergunto: o senhor esteve, o senhor já conheceu o sistema implantado pelo Presidente lá em El Salvador, o senhor que é estudioso do tema? Quais são as críticas? Há alguma coisa para se aproveitar daquele sistema? É interessante isso? O Brasil vive uma crise sem precedentes de segurança pública, é o fator disparado de maior preocupação da população brasileira, e eu queria ouvir a sua opinião sobre isso.

Muito obrigado pela vinda aqui.

Presidente, fica uma sugestão para o senhor. Pelas sessões que faltam, o Senador Alessandro Vieira vai tentar buscar conosco a prorrogação, mas olha que audiência positiva essa aqui, esclarecedora, a pessoa preparada que veio aqui. Eu reitero a sugestão que eu dei ao senhor em outra sessão: por que o senhor não marca duas, três pessoas, deixando uma margem para que, caso um depoente não venha, como o Ibaneis, a gente possa ouvir, na sequência, outra? Eu acho que tornaria essa CPI mais produtiva. É uma CPI que teve muitos cancelamentos no início e que, no final, está conseguindo, vamos dizer, cumprir o seu dever. Mas eu faço essa sugestão para, na próxima sessão, o senhor colocar mais pessoas para que a gente possa ouvir quem tem que ouvir aqui, que está pendente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Quero agradecer mais uma vez o comparecimento do Dr. André Garcia, meu colega do Espírito Santo, a quem mais uma vez quero aqui registrar a minha admiração e respeito. Quero falar, Senador Eduardo Girão que, no período em que eu entrei na polícia no Espírito Santo, essa contaminação nas instituições e nos Poderes era tão forte que nós tivemos um Presidente da Assembleia Legislativa que foi preso, nós tivemos operações que ocorreram dentro do Tribunal de Justiça, nós tivemos operações em que policiais efetivamente que tinham desvio de conduta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram responsabilizados. Houve sim, o Espírito Santo deu essa resposta, e eu quero aqui enaltecer isso, porque tem que ser reconhecido. Foi um caso em que nós tínhamos uma condição de um estado com alto índice de criminalidade, de vulnerabilidade e com uma sensação não, com uma certeza de insegurança, e nós viramos essa página. Pode não ser ainda o ideal, mas nós estamos na construção disso. E aqui eu tenho que enaltecer a sequência de Governadores. Daí a importância da gestão política. O Espírito Santo vem... E olha que eu estou aqui desprovido de qualquer cunho de partido político. Nós tivemos sequências de Governadores comprometidos com a pauta de segurança pública, com todas as áreas, mas especialmente com a pauta de segurança pública, que aqui eu nomino: o ex-Governador Paulo Hartung; e nós tivemos o Governador Casagrande, que também veio na mesma toada. Nós tivemos boas gestões, com saúde fiscal, mas também com saúde social e com responsabilidade, para dar efetividade a essa garantia constitucional.

Então eu acho assim, eu fico muito feliz quando eu vejo o Dr. André Garcia hoje na Senappen, fazendo esse trabalho, tendo esse olhar, tendo essa cautela, esse olhar criterioso para não interferir, porque não é fácil você falar, por exemplo, "ah, vamos fazer uma intervenção num estado X ou Y", quando você tem interesses, e quem é o gestor maior ali, quem é a autoridade política ali tem que estar nesse comprometimento com essa integração de forma muito mais responsável e deixando qualquer diferença de conteúdo político-partidário.

Eu sempre tento aqui... Eu vou dar um exemplo aqui, só para finalizar: eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o senhor sabe da minha defesa da pauta ambiental também, e eu fui o Relator daquilo que a imprensa... E aqui eu quero mais uma vez também enaltecer o trabalho da imprensa e parabenizar todos os jornalistas pelo Dia do Jornalista, pelo comprometimento com a verdade, com a notícia, com responsabilidade, mas eu lembro que foi batizado de forma equivocada de PL do veneno, e eu era o Relator. Eu chamei a Senadora Tereza Cristina, nós fizemos reuniões com o Ministério da Agricultura, do Meio Ambiente, com a Anvisa, Ibama, e chegamos a um texto palatável, e foi aprovado com quase unanimidade ou, salvo engano, com unanimidade, aquele projeto de lei. Então, é deixar de lado qualquer conteúdo ideológico partidário e ter responsabilidade com aquilo, porque eu não tenho dúvida de que só através da política é que nós transformamos a vida das pessoas. Às vezes a gente criminaliza a política... E eu fiz isso, eu falo isso confessando aqui, durante muito tempo da minha vida as pessoas falavam para eu entrar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na política e eu falava "ih, isso não é para mim". Um ledô engano. É aquilo que Martin Luther King disse, que o que mais assusta não é a ousadia dos ruins, mas a omissão dos bons.

Então, eu queria muito que neste Senado, por exemplo, nós tivéssemos uma participação maior das mulheres. Eu fui o proponente de uma emenda constitucional para dar paridade entre homens e mulheres. Ora, por que nós não fazemos este debate, pelo menos? Mas que nós tivéssemos uma participação maior daquela população que mais precisa, da população pobre. Eu queria saber quais são os Senadores aqui que efetivamente representam a população mais pobre. Quem efetivamente está representando aqui as mulheres, a população indígena, as comunidades tradicionais? Então, eu acho que esse é o Estado ideal que eu almejo, e é isso que me faz estar na política. Por isso eu agradeço a participação de todos vocês e agradeço ao Senador Alessandro e ao Senador Eduardo Girão.

Informo que a próxima reunião desta CPI ocorrerá amanhã às 8h. Às 9h estão previstas duas oitivas: do Sr. Roberto Campos Neto, ex-Presidente do Banco Central – o seu comparecimento ainda não foi confirmado a esta Comissão – e do Sr. Gabriel Galípolo, atual Presidente do Banco Central, que confirmou a sua presença na manhã de hoje.

Nada mais havendo a tratar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Ah, desculpa. Perdão, perdão, desculpa. Para mim ele já tinha respondido. Desculpa, Senador.

Concedo a palavra.

O SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA (Para expor.) – Serei breve, mas vou tentar responder aqui em conjunto.

Eu queria agradecer ao Senador Girão pelo convite que foi feito diretamente por S. Exa., através da Presidência, e dizer o seguinte: fica evidente ainda, Senador, que o sistema penitenciário nacional, não o federal... Embora eu tenha dito isso na minha fala respondendo ao Senador Alessandro Vieira, não há incomunicabilidade absoluta. Sempre pode haver uma ou outra falha de supervisão, de monitoramento, mas é importante que haja um monitoramento intensivo e que haja um controle, uma tentativa de se chegar a um controle dessas lideranças, da atuação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas lideranças dentro dos presídios, e há um problema, como eu falei, que é o retorno dessas lideranças para os sistemas estaduais.

E, aí, a nossa estratégia hoje é fomentar, nos estados, pelo menos, uma, duas, três, quatro unidades em que se permita um modelo, semelhante ao federal, de monitoramento dessas lideranças através de equipamentos que nós vamos fornecer para os estados, do treinamento que nós vamos também fornecer, aplicando a *expertise* da Polícia Penal Federal, que é uma polícia que nasceu vocacionada para controlar a liderança. Se existe uma polícia hoje que tem *expertise* nisso é a Polícia Penal Federal. Liderança é com eles, tanto na escolta, quanto na custódia.

Eu convido a Comissão, para quem não conhece – e eu faço questão de levá-los –, a conhecer o Presídio Federal aqui, em Brasília. Nós podemos fazer uma visita institucional, entender, verificar os protocolos de segurança, verificar como é a organização, como é o banho de sol, como é o isolamento, como é a aplicação do RDD nesses presídios, enfim, toda a rotina de um presídio federal, para que possam entender como funciona. É um presídio diferente porque não tem a vocação para a ressocialização, como tem as penitenciárias comuns, mas, ao mesmo tempo, ele, pelo menos, aponta-nos caminhos para a segurança orgânica, que é muito importante no caso dos estados.

Eu digo que o sistema penitenciário brasileiro, como apontam as CPIs, historicamente, daqui, desta Casa, do Congresso Nacional, tem falhado historicamente no controle e por ser a origem, a fonte da criação dessas facções criminosas. Por isso, nós estamos trabalhando intensamente para reduzir esse prejuízo para a sociedade brasileira, seja capacitando, seja oferecendo a *expertise* que temos no Governo Federal, seja oferecendo a *expertise* da Polícia Penal Federal.

Há um indicador que é difícil de mensurar, que é a redução, como diminui o impacto ou influência do presídio ou do sistema penitenciário na criminalidade que interessa ao cidadão, no homicídio, no latrocínio, no furto. Naqueles casos em que houve um movimento no controle do sistema penitenciário, como nós falamos aqui, várias citações ao Espírito Santo, nós vimos que é possível. Mas é preciso que haja esse comprometimento, esse controle efetivo; é preciso que haja...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando realizamos as operações múltiplas, V. Exa. perguntou a quantidade de operações que nós fizemos no ano passado, em 2025. São operações nacionais articuladas com todos os estados. Nós realizamos dez operações modo avião, estamos planejando, para este ano, 64 e já estamos executando algumas, como eu falei para a V. Exa., no Ceará. Nós estamos lá ajudando o Mauro. E quais são os presídios em que nós fazemos essas operações? São os presídios que a nossa inteligência aponta, junto com a inteligência local. Não é o secretário, não é o Mauro, nem eu, que vamos dizer onde é que têm que atuar esses nossos equipamentos que fazem as varreduras. Nós fazemos essas varreduras em diversos horários, porque alguns equipamentos só detectam celular em uso. Se ele estiver desligado, ele não é detectado. Então, nós não fazemos isso em determinados horários. Sabemos que há uma intensa atividade de comunicação, fazemos a nossa operação e indicamos o local em que a Polícia Penal deve realizar a sua operação de retirada desses equipamentos. Em algumas unidades, nós deixamos equipamentos de bloqueio. Nós estamos estudando nós financiarmos bloqueadores para os estados. V. Exa. deve ter ideia de que esse é um movimento muito robusto, orçamentário, porque não se trata de um investimento, é uma atividade de custeio propriamente dita: pagar o contrato para determinadas unidades, transferir o recurso para o estado fazer essa contratação. Aí nós estamos identificando em quais unidades deve ser feito esse trabalho de impedimento das comunicações por meio de telefonia móvel.

Então, nós fizemos... No Ceará, nós estamos presentes agora. Temos oferecido também apoio no campo de informações de inteligência e também nessas atas em que o Ceará não tiver condições de adquirir determinados equipamentos, nós vamos fazer a doação para o Estado do Ceará também, tanto para o Estado do Ceará quanto para aqueles estados que precisem de uma intervenção maior do Governo Federal no que for possível fazer.

A nossa estratégia hoje é ampliar a capacidade de isolamento e monitoramento dos estados. V. Exa. fez uma pergunta sobre vagas no sistema federal. Eu diria: nós teríamos demanda para construir outra unidade, ou mais uma, ou mais duas? Teríamos demanda, mas o que mais importa para a gente hoje é multiplicar essa capacidade de isolamento, porque nós não só temos mil lideranças criminosas no país, temos aquelas que não são de impacto nacional, mas há aquelas que atormentam o cidadão do dia a dia lá, que é de uma facção local e que precisa ser isolada também. Essa pode não ter o perfil do sistema federal, porque não somos nós que demandamos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, tem esta dúvida: por que só tem 555 presos e tem 1.008 vagas? Primeiro, porque a lei que criou o sistema federal diz que não pode superlotar: é uma premissa básica de controle de segurança. Segundo, nós adotamos uma estratégia de ocupar menos ainda – em torno de 50% a 60% das vagas –, para permitir um controle intensivo. O sistema federal, às vezes, é acusado até disso, porque o controle intensivo muita gente diz que viola os direitos humanos, mas, na verdade, o que nós estamos fazendo é uma vigilância efetiva desses indivíduos que estão lá custodiados.

O que atrapalha, por vezes, como o Senador Contarato fez menção aqui, é a entrada de pessoas que não têm perfil para serem custodiadas no sistema federal. Esse é um problema que é importante que a gente pontue. E a tendência legislativa, eu queria fazer... Não é uma reclamação, mas eu queria fazer essa observação de se pensar e de se repensar esses projetos que impõem o cumprimento de pena em presídios federais, porque nós só temos cinco. Daqui a pouco, nós não vamos ter condições de fazer a vigilância que deve ser feita dessas lideranças que importam, porque muitas dessas pessoas não têm necessidade de serem transferidas para o sistema federal.

Para você ter uma ideia, eu sempre trabalhei assim como Secretário de Segurança: eu passei seis anos como Secretário de Segurança e eu nunca transferi um preso para o sistema federal, porque eu acho, sempre achei, que eu tinha que fazer isso apenas de quem deveria realmente ser transferido. E, segundo, quando a gente manda alguém que não tem perfil de liderança para o sistema federal, ele volta empoderado, ele volta como liderança, ele retorna: "Pô, esse cara, fulano, passou no sistema federal, ele já é visto no mercado do crime de outra forma". Então, a gente acaba criando uma liderança que não existe, que não existia até aquele momento em que houve a transferência indevida. Por isso que é importante nós aumentarmos, ampliarmos a capacidade dos estados de isolar e estamos dispostos a isso, a fazer isso, a dar a *expertise* do sistema federal. Não é criar minipresídio federal, não; é criar mecanismos de protocolos e equipamentos necessários. Se o estado não tiver, nós vamos fazer a doação.

Inteligência: nós temos uma rede nacional de inteligência penal penitenciária, que é centralizada na nossa Diretoria de Inteligência Penitenciária e que realiza todos esses cursos a que eu fiz referência, o trabalho das operações multi, modo avião, faz o mapa das organizações criminosas, disponibiliza para os estados, e a doutrina de inteligência, porque essa é outra questão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a que eu fiz referência. As polícias mais antigas têm 200 anos de tradição nisso. A polícia penal está chegando agora, desde 2019, com a emenda constitucional à Constituição Federal.

Então, nós estamos correndo nesse processo para que essas polícias sejam estruturadas, como diz lá no meu Nordeste, lá em Pernambuco: "Para o menino nascer bonito", certo? Não para nascer com os vícios, com todos os problemas que existem nas outras polícias. A gente precisa fazer com que essa polícia seja uma polícia útil para a sociedade. Para ela ser útil, ela tem que custodiar adequadamente, não permitir a comunicação com o mundo exterior e facilitar o processo de ressocialização para aqueles que querem ser ressocializados.

Enfim, Apac, deixei por último. V. Exa. falou nas metas de também trabalho, né? Eu sou fã do modelo da metodologia Apac, conheço todos, já fui em Minas; tem no Espírito Santo, uma em Cachoeiro de Itapemirim, a terra de Roberto Carlos, lá tem uma Apac.

Eu fiz uma parceria com a FBac, que é a Federação Brasileira das Apacs, para nós robustecermos o modelo lá. Embora, Senador, não seja a solução para o problema do déficit de vagas, porque é um modelo seletivo. Para ser ressocializador intensivo, na metodologia Apac, você não pode ter muitos presos, você tem um número limitado de presos para fazer... Porque é um modelo de autogestão, né? Os presos próprios fazem isso, isso não é possível numa unidade com 500, com 600 pessoas. E é difícil às vezes você trabalhar com um secretário estadual que tem um déficit de 10, 15, 20 mil vagas, para ele pensar numa Apac para 150 presos, cem presos, para a emergência da questão do déficit.

Então, a gente tem que trabalhar nesse equilíbrio. Fomentar o modelo para aquele ambiente que permita isso, aqueles que estão mais equilibrados, que têm pouco déficit de presos, trabalhamos juntos, incentivamos, conversamos com os secretários, tentar diminuir o déficit e criar ambiência para que o secretário tenha conforto de fomentar uma Apac, porque tem repasses que devem ser feitos, e às vezes o recurso que ele tem é muito limitado.

Este é outro problema do sistema penitenciário: o sistema penitenciário nunca foi visto como segurança pública. Graças a Deus, nos últimos anos, até por força da representação Parlamentar, tem mudado essa lógica. E eu sempre digo: "Não se faz segurança pública sem o sistema penitenciário". Por isso que é polícia lá, é polícia penal é porque é polícia mesmo, tem que ser. Ela faz parte do processo de responsabilização do indivíduo que foi preso pela PM, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi investigado pela PC, condenado e foi lá cumprir pena. E a última fase desse processo é tão polícia quanto a primeira lá, que está fazendo a patrulha, na minha terra de adoção, na Praça do Papa, é a mesma coisa, é um trabalho de responsabilidade muito grande e que precisa ser valorizado.

E, para terminar, as metas de trabalho. Nós temos, para 2025, 2026, a meta de chegarmos a 30% do quantitativo de presos; 2027, 40%; e 2028, 50% dos presos trabalhando. Por que essa meta não pode chegar aos 100%? Por uma razão simples, porque isso depende de arranjos produtivos locais também, depende da vocação econômica. Tem estado, Senador, em que é só o estado que é empregador, a iniciativa privada não consegue absorver a mão de obra. Portanto, nós estamos trabalhando no Governo Federal, percentuais... Se o senhor perguntar: "Como era no Espírito Santo, de onde o senhor veio?". Nós temos um percentual de contratação de egressos nas obras do estado, um percentual pequeno, mas que, se for bem trabalhado, até do ponto de vista de comunicação...

Porque esse é um problema, como eu disse, para este momento que nós estamos vivendo, de polarização, porque ninguém pode falar: "Tem percentual para preso trabalhar em obra pública". E alguém vai dizer: "Estão dando emprego para preso e não estão dando emprego para o cidadão de bem". Esse discurso raso tem prevalecido e prejudicado as políticas públicas de qualidade, porque esse indivíduo também é cidadão, ele é egresso, ele saiu do sistema, ele precisa de emprego. Porque, se ele não trabalhar, ele vai voltar para o sistema; mas no caminho de voltar para o sistema, ele vai assaltar a sua filha; ou ele vai, num ato de desespero, fazer um furto, um furto até qualificado, eventualmente; mas a gente precisa dar condições para que ele não faça isso. Por isso que eu falo, se a gente afastar essa questão ideológica, esquecer que isso não é uma visão romântica, ressocializar, trabalhar, com capacitação, nada de romantismo nisso, nós vamos avançar muito, só no fato de permitir que essa discussão se dê no âmbito de racionalidade e não na emoção que hoje se toca nesse tema.

Então, a ideia é essa, nós trabalharmos com essas metas estabelecidas. E são metas importantes. Se nós chegarmos a 350 mil presos trabalhando no país, o senhor vai ver que é um número, dos 700 mil, significativo, que vai fazer a diferença, porque 70% desses indivíduos que estão trabalhando e estão sendo capacitados vão retornar ao convívio social normalmente. Muitas vezes, o camarada cometeu um deslize...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar, para o senhor ter uma ideia, eu tive o privilégio de conhecer um indivíduo que estava – numa das inspeções que fiz num presídio do Espírito Santo –, ele estava lá na biblioteca da unidade fazendo um curso *online*. Eu fui lá perguntar que curso que ele estava fazendo, aí ele contou a história dele. Ele entrou no sistema penitenciário com 18 anos porque ele cometeu um homicídio, dívida de droga – é ameaçado de morte até hoje por causa desse homicídio –, mas ele fez o ensino fundamental, o ensino médio, a graduação e estava fazendo uma pós-graduação em TI dentro da unidade penitenciária. E ele só me pediu uma coisa: "Secretário, quando eu sair daqui, não me deixe voltar para o meu município, não. Eu não quero. No semiaberto, eu quero uma unidade longe de onde eu estou porque eu estou jurado de morte". Enfim, nós levamos ele para a secretaria e ele está lá trabalhando na TI nossa, hoje ele é palestrante no país. Mas é um exemplo, de várias situações que nós encontramos na penitenciária, de pessoas que cometeram um erro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA – Muitos deles pagaram pelo seu erro, estão tentando se ressocializar, e a obrigação nossa, do Estado, é oferecer condições para isso. Se ele vai fazer a opção correta, o.k., vai ter nosso apoio; se não, vai voltar para o sistema.

Enfim, essa é a nossa lógica de trabalho e tenham certeza de que essa é a orientação do Ministro Wellington César para a sua equipe. Ele montou uma equipe de pessoas que têm vocação e têm experiência, nas áreas em que ele escolheu, com esse objetivo de fazer com que o Ministério da Justiça e Segurança Pública dê uma contribuição para a sociedade brasileira, e que a gente consiga, ao fim do nosso trabalho, ter orgulho da passagem nossa por lá.

Eu queria finalizar agradecendo a minha oportunidade de ter vindo aqui e conhecido – não conhecia – o Senador Girão, mas conhecia já o Senador Alessandro e o Senador Contarato. E quero dizer a todos que eu estou sempre à disposição. O convite que me foi feito, estarei aqui com toda disposição e boa vontade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu quero, mais uma vez, agradecer. Fico muito feliz com a disposição do senhor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso que o senhor deu o exemplo, desse preso, é de fundamental importância. Quando a gente vê a prática de um crime, a pena tem um caráter duplice: retributivo, pelo mal praticado; mas também de readaptação ao convívio sociofamiliar, que essa é uma determinação do nosso sistema.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia oito de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Wellington Fagundes, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Jaques Wagner e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Weverton, Paulo Paim, Wilder Moraes e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Otto Alencar, Humberto Costa, Jorge Kajuru e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Oitivas. Finalidade: Oitivas do Sr. Roberto Campos Neto, ex-Presidente do Banco Central, e do Sr. Gabriel Galípolo, Presidente do Banco Central. Oitiva do Roberto Campos Neto, Ex-presidente do Banco Central do Brasil, em atendimento ao requerimento 252/2026; do Gabriel Galípolo, Presidente do Banco Central do Brasil, em atendimento ao requerimento 173/2026. Resultado: Realizada a oitiva do Sr. Gabriel Galípolo. Não compareceu à reunião o Sr. Roberto Campos Neto. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 313 de 2026 que : "Requer que sejam prestadas pelo Banco Central informações sobre a liquidação do Banco Master e o compartilhamento, na íntegra, dos documentos, pareceres técnicos, relatórios de supervisão, comunicações internas e demais elementos informativos relacionados à liquidação do Banco Master, inclusive aqueles que tenham sido classificados como sigilosos por decisão administrativa, com previsão de restrição de acesso pelo prazo de até 8 anos." Autoria: Senador Eduardo Girão. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da CPI do Crime Organizado

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/08>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à oitiva dos Srs. Roberto Campos Neto e o Sr. Gabriel Muricca Galípolo.

O Sr. Roberto Campos Neto foi convocado por meio de aprovação do Requerimento 252, de autoria do Senador Alessandro Vieira. O Sr. Gabriel Galípolo foi convidado a partir da aprovação do Requerimento 173, do Senador Eduardo Girão.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 17ª Reunião, realizada ontem, 7 de abril de 2026.

Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esclarecimentos quanto à oitiva do Sr. Roberto Campos Neto, ex-Presidente do Banco Central, convocado pelo Requerimento 252, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

O Sr. Campos Neto foi inicialmente convocado para a reunião de 3 de março, nos termos do Requerimento 185, de autoria do Senador Jaques Wagner. Naquela ocasião, decisão de caráter sigiloso dada pelo Ministro do STF, Ministro André Mendonça, no âmbito do Inquérito 5.026, transformou o requerimento de convocação em convite, facultando a vinda do depoente. Em ato contínuo, a defesa do Sr. Roberto Campos Neto informou, por *e-mail*, que o depoente optava por não comparecer a esta CPI.

No dia 31 de março, foi, então, realizada a nova tentativa, também frustrada, de se ouvir o ex-Presidente do Banco Central, ainda com fundamento no Requerimento 185, de 2026, que fora transformado em convite, em obediência à decisão do Ministro André Mendonça. Nessa mesma reunião, aprovou-se o Requerimento 252, também de convocação, que esclarece que a vinda do Sr. Campos Neto se dá na condição de – aspas –: “[...] testemunha qualificada, cujo conhecimento sobre os procedimentos, os instrumentos e as práticas institucionais do Banco Central pode contribuir de forma relevante para os trabalhos desta Comissão”.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em petição de esclarecimento enviada nesta manhã à CPI, a defesa do Sr. Campos Neto informou que o convidado não irá comparecer a esta reunião, por entender que a aprovação de novo requerimento de convocação viola a referida decisão.

São esses os esclarecimentos a serem prestados.

Neste momento, convido o Sr. Gabriel Muricca Galípolo, Presidente do Banco Central do Brasil, por aprovação do Requerimento 173, de autoria do Senador Eduardo Girão. O depoente poderá fazer o uso da palavra por 20 minutos, podendo se estender, ao critério desta Presidência e dos colegas Senadores e Senadoras.

Com a palavra o Sr. Gabriel Galípolo.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO (Para expor.) – Obrigado, Presidente, Exmo. Senador Fabiano Contarato. Queria agradecer aqui também ao Exmo. Sr. Senador Alessandro Vieira, Relator dessa CPI, e ao Exmo. Senador Eduardo Girão, autor do requerimento para o meu comparecimento a esta Comissão, e agradecer a todas as Senadoras e Senadores que estão aqui.

Vou começar dizendo que eu estou agradecendo não só porque é um dever meu como, estando ocupando a posição que eu ocupo hoje, prestar satisfação para a sociedade, mas é um privilégio poder fazer isso por meio desta Casa aqui – esta Casa que aprovou a minha indicação. Então, agradeço aqui ter essa oportunidade para poder prestar esclarecimentos.

Sendo a temática aqui da CPI, acho que vale eu fazer um passo atrás, antes, para explicar um pouquinho o que é o mandato do Banco Central.

O Banco Central faz muita coisa e aparece muitas vezes com coisas que chamam mais atenção no noticiário ou na opinião pública, desde gestão de reservas, manejo da taxa de juros, operacionalização de mais de 8 trilhões de pagamentos por dia dentro do Banco Central, representar o Governo brasileiro, o Estado brasileiro em diversos órgãos multilaterais, conduta, educação financeira, mas os dois mandatos centrais de um Banco Central... geralmente ele está calcado na estabilidade monetária e na estabilidade financeira. Esses são os dois mandatos centrais que geralmente ficam com o Banco Central. A estabilidade monetária é justamente a questão do combate à inflação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, você vai ter um mandato geral e amplo sobre o combate à inflação; depois, esse mandato de combate à inflação é quantificado, a ele é estabelecida uma métrica objetiva a partir do Conselho Monetário Nacional; e cabe ao Banco Central fazer, através do manejo da taxa de juros, o controle da inflação, criando condições mais restritivas no momento em que a inflação está mais aquecida ou mais estimulativas no momento em que a atividade econômica está necessitando um suporte maior – e é basicamente através desse instrumento da taxa de juros que a gente vai cumprir este mandato.

Do outro lado, é o lado da estabilidade financeira. A estabilidade financeira justamente passa pela lógica da redação de normas, de observância e supervisão do mercado financeiro, e é aí que está mais relacionado com a lógica de autarquia. Eu costumo usar uma analogia de que o Banco Central, quando a gente olha do ponto de vista jurídico, ele é meio que um ornitorrinco, porque ele, apesar de ser uma autarquia, é também autoridade monetária. Então, ele tem um lado dele que se assemelha a outras agências de supervisão e fiscalização, mas tem esse outro lado também que está correlacionado com o lado de autoridade monetária. E, no lado de supervisão, vai ser toda a parte de normas e fiscalização justamente que vai seguir esse mandato.

Por que eu acho que é tão importante eu reforçar esses dois mandatos centrais? Desde a minha sabatina, eu venho repetindo que eu acho que existe uma função histórica neste momento do país, que é de normalizar as relações institucionais – a gente tem um papel de normalizar as relações institucionais. Disse e venho repetindo que entendo normalizar as relações institucionais como não recuar daquilo que são as suas obrigações legais e o seu mandato legal nem 1mm, mas também não exorbitar o que é a sua função e a sua obrigação legal.

Eu realmente acho que, num país, uma sociedade mais forte, mais resiliente e mais avançada é uma sociedade onde as instituições são fortes, as instituições cumprem os seus mandatos que foram determinados. Não vejo com simpatia protagonismos nem a necessidade de ter heróis; acho que vai ser mais avançada a nossa sociedade quanto menos corajosa parecer aquela pessoa que cumpriu o seu mandato e seguiu estritamente o que é a sua obrigação.

Para não parecer uma coisa vazia o que eu estou dizendo aqui e dar exemplos práticos, vou recorrer a dois exemplos relativos aos dois mandatos centrais do Banco Central.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É comum, por exemplo, a gente ver pessoas se queixando, por exemplo, da meta de inflação, achando que a meta está baixa ou está alta. Outro dia mesmo, vi uma jornalista que eu respeito muito – e, de novo, a imprensa tem sempre exercido um papel absolutamente essencial, a imprensa profissional, no processo da cobertura do Banco Central – lendo o que é o comunicado do Copom e pegando um parágrafo que replica exatamente o que é a lei que deu a autonomia ao Banco Central, que a gente repete no nosso comunicado das reuniões, aquele parágrafo estritamente que replica a lei – então, replicando a lei. E a jornalista estava indignada com o que continha aquele parágrafo. Cabe, obviamente, à opinião pública e ao jornalismo discutir se aquele mandato está adequado, não está adequado, se concordam ou não concordam; não cabe a quem está sentado aqui fazer isso. A quem está sentado na posição em que eu estou, cabe estritamente seguir o que é o meu mandato.

Do outro lado da estabilidade, essa semana, por exemplo, eu recebi, de um querido amigo com larga experiência em sistema financeiro, uma queixa, porque viu a notícia de que, no processo do voto de liquidação do Banco Master, tinha sido colocado um segredo de oito anos. Ele estava se queixando, dizendo que tinha... Pessoa que eu respeito demais, um querido amigo se queixando disso. E eu lembrei que existe uma determinação do Banco Central, desde 2018, que, inclusive, flexibilizou... Antes para os bancos, para todos os bancos eram dez anos, agora você teve uma flexibilização lá. Foi na época do Ilan, inclusive, que diz que para bancos maiores são dez anos, para bancos menores são oito anos e que para você mudar isso, você precisa ter uma justificativa. De 2018 para cá, todas as 16 resoluções que existiram, de instituições financeiras, seguiram estritamente essa regra.

A resposta foi: "Pô, mas essa regra é ruim, essa regra não é boa, essa regra é inadequada". Quando uma regra é inadequada, a gente deve desobedecê-la? Não, dois erros não vão fazer um acerto. Se você entende isso, que tem algum problema com a regra, que se debata, da maneira mais clara e republicana, a regra, e que quem tem o poder para fazer a mudança da regra faça a mudança da regra, mas em especial no caso, em questão, no caso do Banco Master, a gente entende, dentro do Banco Central, que é fundamental que seja seguido o rito mais estrito possível, justamente para evitar dar algum tipo de subsídio para eventualmente ter algum tipo de questionamento amanhã.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho lembrado que o Banco Central está se defendendo, ainda hoje – assim como o FGC – de dois casos de liquidação, um caso de 1975 e um outro caso que já tem mais de 20 anos. Esse segundo caso, que tem mais de 20 anos, apresentou fraudes análogas a essas fraudes que a gente encontrou, aos indícios de fraude – quem vai dizer no final do dia, de novo para respeitar o meu mandato aqui, é a Justiça, se aquilo efetivamente foi uma fraude –, mas análogos ao caso que a gente encontrou agora, e o Banco Central responde, depois de 50 e 20 anos, a pedidos de indenizações, dos acionistas desses bancos na época, bilionárias – bilionárias! E a gente sabe como esses processos se dão; com o tempo, vai se tentando usar qualquer tipo de expediente ou chicana jurídica para se tentar questionar amanhã e se tirar algum tipo de vantagem a partir dessa lógica.

E aí, voltando para os dois temas que eu acho que são mais correlatos com aqui a questão da CPI, do ponto de vista do Banco Central, o Banco Central, para combate a crime organizado, tem um dever de cooperar com as instituições que têm a competência legal e a competência técnica para poder investigar o crime organizado ou fazer qualquer tipo de movimento nesse sentido. E aí, na mesma linha, como eu disse, que eu acho que uma sociedade mais forte é aquela que não tem indivíduos que buscam protagonismo, e são heróis, ali, ao longo de todo esse processo, o trabalho dos servidores, dos funcionários, do Ministério Público, da Polícia Federal e do Banco Central foi realmente o que permitiu dar sequência a esse processo da maneira adequada. Acho que isso é uma demonstração de força dessas instituições, e o trabalho, ali, de informação e de passar informação para as instituições que têm o poder de investigar, fazer a persecução, foi fundamental, e o nosso processo era justamente esse. A cada momento que você descobre se, eventualmente, tem algum indício que deve ser informado ao Ministério Público ou à Polícia Federal, a gente informar ao Ministério Público e à Polícia Federal e subsidiá-los com esse processo, e, se houver algum pedido, obviamente também a gente responder a qualquer tipo de pedido nesse sentido.

E, ao longo do ano de 2025, o primeiro ano aqui do meu mandato, eu acho que os dois casos que tiveram uma correlação maior com isso foram os casos que a gente teve de ataques que ficaram conhecidos como "ciberataque", em grande medida, mas que não foram, efetivamente, ciberataque por definição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em quase todos esses casos, o que a gente encontrou foi que existia algum tipo daquilo que é conhecido como "engenharia social". Os senhores têm muito mais experiência do que eu nesse processo de investigação, mas eu aprendi que é conhecido como algum tipo de engenharia social, ou seja, tinha algum participante interno, alguém interno, que colaborava ali, naquele sentido, para que você conseguisse ter aquela fraude.

E também um segundo processo que é difícil de esclarecer... Antigamente, era muito mais visível quando você tinha algum tipo de assalto, vamos dizer assim. Você olhava lá, e o sujeito entrava numa agência, invadia uma agência, saía da agência com dinheiro e alguma coisa desse tipo. Quando eu estou falando de um sistema que está altamente digitalizado, essa digitalização do sistema dificulta você conseguir enxergar aquilo, e, muitas vezes, como você está utilizando a infraestrutura digital para fazer essas transferências, há uma certa confusão: "Que sistema foi atacado?". "Foi o sistema do Pix que foi atacado?". Dizer que o sistema do Pix foi atacado, quando alguém invadiu o recurso de uma instituição e pegou o dinheiro daquela instituição, seria equivalente a dizer que o dinheiro que é impresso pelo Banco Central é que foi roubado quando alguém teve o seu dinheiro roubado na rua ou numa agência bancária.

Então, em nenhum dos casos foi atacado o sistema, efetivamente, do Pix. Foram sistemas próprios, ali, de instituições, ou, muitas vezes, sistemas terceirizados, instituições que usavam prestadores de serviço terceirizados, e, nessa prestação de serviço terceirizado, o crime encontrou uma maneira de se infiltrar e, através disto, passar a conseguir fazer algum tipo de transferência de recursos.

E, aí, o Banco Central endureceu uma série de medidas, ao longo do ano de 2025, desde criar limitações e passar efetivamente a criar regras para esses prestadores de serviço terceirizado, limitar volumes de Pix e TED para quem dependia desses tipos de serviços terceirizados com instituições não autorizadas a funcionar, encurtar o prazo de autorização para instituições que não tinham sido autorizadas, impor a interrupção do funcionamento dessas instituições não autorizadas quando era o caso, e todas elas foram devidamente dialogadas com os diversos representantes, desde *fintechs* a bancos grandes e bancos médios, para que a gente tivesse certeza de que as medidas estariam ali combatendo o que eram janelas e aberturas, efetivamente, para você infiltrar a atividade criminosa, e não criar restrições para serviços dos quais a sociedade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desfruta hoje e pode utilizar. Esse é um tema que é bastante particular do Brasil, porque é um tema que tem poucas vezes a ver com a regulação do sistema financeiro efetivamente.

Eu tento também usar a metáfora do caso de como era o roubo antigamente: se você viajar para um outro país, é comum você ver esses caixas eletrônicos virados, às vezes, para a calçada, na rua, no meio da rua. Você os vê ali, e eles ficam ligados, disponíveis para qualquer pessoa em qualquer momento. No Brasil, você vai ver esse caixa eletrônico funcionando geralmente atrás de uma porta giratória, de uma porta blindada, o que demanda você ter algum tipo... Essa é uma questão de uma realidade da sociedade brasileira, mas, óbvio, o sistema financeiro está inserido nessa realidade. A gente precisa estar dialogando para entender como é que, neste processo, a gente vai estar criando caminhos para evitar que problemas como esse vão estar gerando novas tecnologias para o lado do crime, e isso tem que se acompanhar e avançar.

Do outro lado, a gente tem o caso do Banco Master efetivamente, que eu vou resgatar aqui, se eu tiver tempo, Senador, rapidamente, aqui um pouco do histórico.

Eu assumo em janeiro de 2025. Quando a gente chega, o banco já está sofrendo com um problema de liquidez. Era um banco que tinha dificuldades ali do ponto de continuar captando recursos com FGC, recursos com garantia do FGC, recursos nas plataformas, no varejo com garantias do FGC. E aí eu já fiz essa explicação algumas vezes, peço aqui licença para repeti-la.

O negócio de banco é um negócio basicamente que passa por você conseguir captar recursos do público em geral e emprestar esses recursos e que esses recursos que foram emprestados sejam pagos antes e por um juro maior do que você precisa pagar. Ou seja, o seu passivo precisa ter um juro menor e vencer num prazo menor do que o seu ativo. Se isso estiver bem, a gente chama de casamento de passivo e ativo, se ele estiver bem equacionado, se por acaso um banco não conseguir fazer novas captações, não conseguindo fazer novas captações, o que vai acontecer é que esse banco não vai conseguir crescer, porque, se ele não consegue tomar dinheiro novo, ele não consegue ter dinheiro para emprestar. Mas aquilo que ele emprestou vai começar a ser pago, sendo pago, ele vai pagar de quem ele pegou o dinheiro emprestado, e esse banco vai encolher gradativamente.

Porém, se esse banco tiver um descasamento entre passivo e ativo, ou seja, se ele depender de novas captações para pagar as velhas e tiver um passivo que está vencendo antes do dinheiro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ele começa a receber, esse banco começa a sofrer com problemas de liquidez. Nesse caso, é normal que um banco, assim como uma pessoa, passe a vender ativos seus para conseguir fazer frente a essas necessidades de liquidez.

De novo aqui vou usar uma metáfora, cada um de nós pode ter uma emergência na vida, alguma questão que surgiu, e você vai ter que vender um ativo que você tem para pagar aquela conta, que pode ser um automóvel, pode ser um imóvel, pode ser alguma aplicação que você vai ter que resgatar, você faz a venda daquele ativo para fazer frente àquilo. Então é normal ver bancos que estão passando por uma dificuldade de liquidez tendo que vender ativos para poder fazer frente a essas necessidades.

No caso do Master, o que chamou a atenção logo no começo do ano da fiscalização e da supervisão é que a carteira, ou seja, os ativos que estavam ali no balanço do Master, que estavam sendo vendidos para fazer liquidez, eram carteiras novas, não eram carteiras já existentes. É normal você vender um ativo que você já tem. Agora você comprar e constituir um ativo novo, depois vendê-lo para fazer liquidez, é algo meio como você perguntar para alguém: "Por que você está comprando o carro?". "Porque eu estou precisando de dinheiro; comprei um carro para depois vendê-lo." É pouco usual, pouco usual.

A partir da identificação dessas operações, da estranheza que isso gera no Diretor de Fiscalização e Supervisão, o Diretor de Fiscalização e Supervisão, já em fevereiro, constitui um grupo de trabalho específico, destaca pessoas para fazer uma análise dessa carteira, desses ativos. Isso ainda em fevereiro. Em março, o Diretor de Fiscalização sobe para a Presidência e fala assim: "Olha, eu estou investigando essas carteiras" – e investigar as carteiras significa encontrar evidências de que aquele empréstimo efetivamente ocorreu. Então ele não é um teste; negá-lo não é simples, porque você precisa esgotar todos os tipos de investigação possível. Se você encontrar evidência, ela se interrompe rapidamente; agora, ao não encontrar, demanda que você se desdobre e investigue ainda mais. Então em março ele sobe assim: "Estamos tendo dificuldade de encontrar evidências". E, só para dar um exemplo, se por acaso você não encontrou um depósito análogo ao valor do empréstimo na conta da pessoa, não quer dizer que a pessoa não tomou o empréstimo; a pessoa poderia ter uma dívida antiga e ela refinanciou essa dívida. Ao refinarciar aquela dívida, na verdade, o pagamento foi feito para a instituição que tinha a dívida





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

original e ela ficou. Então demanda uma série de checagens que não são simples de serem feitas num horizonte de tempo que também não é simples de ser feito ali ao longo deste processo.

Ainda no começo, ali entre março e abril, é colocado um processo sancionador em cima do Banco Master, por não estar conseguindo cumprir os requisitos mínimos de compulsório. Esse processo sancionador vem se somar a um processo que já existia desde novembro de 24, que a gente chama de termo de comparecimento, mas para fins de facilitar aqui, ele seria análogo a um TAC, a um termo de ajustamento de conduta, que foi assinado em novembro de 24, onde foram impostas exigências ao Master para que ele se adequasse do ponto de vista de liquidez, de patrimônio, de balanço e de governança. Esse TAC, esse termo de comparecimento, dava seis meses para que o banco fizesse essas adequações. Então ele tinha seis meses ali, a partir do final de 24, para poder fazer isso. Mas ainda, em abril de 24, vai existir esse não cumprimento do recolhimento de compulsório...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone.*)
– Abril de 24?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Perdão, abril de 25, Senador. Em abril de 25, ele não faz o recolhimento de compulsório, e a gente faz esse processo sancionador, abre esse processo sancionador contra o Master.

E aí surge a proposta de aquisição do Master pelo BRB. E aí há uma questão do ponto de vista legal que é importante: a legislação demanda do Banco Central que ele esgote as alternativas de mercado, ou seja, a gente precisa testar todas as alternativas de mercado antes de liquidar um banco, justamente porque é entendido que sempre uma solução de mercado é a menos custosa para o sistema. Essa é a lógica. E aí é importante a gente fazer uma separação. Muitas vezes há um processo de estímulo ou de incentivo a uma questão punitiva à instituição, ao banco, mas é preciso separar o que é a instituição do que é a gestão ou os acionistas do banco. O que é a gestão, o que é os acionistas, esses se tiverem feito qualquer tipo de malfeito, vai ser informado para a Polícia Federal, para o Ministério Público; sendo o banco depois, tendo ele encontrado uma solução de mercado ou não, isto de maneira nenhuma inviabiliza a continuação da investigação e penalização dos gestores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já o banco, o banco é uma instituição que trabalha com o dinheiro do público. O dinheiro que está lá não é do dono do banco, é do público, ele capta dinheiro do público, daí por que toda regra legal no mundo como um todo visa sempre a que o Banco Central deva preservar, deva buscar o menor custo possível para a instituição.

A gente tem um caso bastante exemplar porque, a partir da entrada do pedido de compra do BRB – é óbvio, aí uma outra diretoria, que a gente chama de Diorf, vai passar a fazer a análise dessa compra, da proposta de compra –, passam a surgir questionamentos nesse processo de compra, que envolve inclusive um pedaço do escopo que está no balanço do Master... no balanço do BRB, perdão, de ativos que haviam sido comprados vindos do Master. Esses questionamentos vão gerando trocas de informações ali entre a supervisão e os bancos, até que chega o momento em que os próprios bancos falam: "Não, nós vamos desfazer esta operação".

Então, de um lado, existe uma redução do perímetro sucessivo, a cada questionamento que o Banco Central fazia você tinha uma redução do perímetro da operação entre BRB e Master, foi encolhendo aquela operação. Do outro lado, houve uma manifestação por parte dos próprios bancos, dizendo assim: essa operação... Que, após todo esse processo de três meses de investigação, foi explicada da seguinte maneira: existia ali um originador, uma empresa originadora, que havia vendido uma carteira ao Master, o Master não havia pagado esta carteira para esse originador e havia vendido com valor maior ao BRB, e, a partir dos questionamentos e junto com as duas instituições, elas decidem desfazer esta operação. Como eu falei aqui, o desfazimento da operação de maneira nenhuma inibe ou deveria retirar a obrigação do Banco Central de informar o Ministério Público, como o Banco Central fez: informou o Ministério Público dos indícios que foram encontrados. E, de novo, quem vai realmente, efetivamente, dizer se teve uma fraude vai ser a Justiça, a partir do processo investigativo.

O esgotamento deste processo de análise do BRB vai se dar em setembro. Durante este período, o Banco Master subsiste, dado que ele já não conseguia mais fazer captações no mercado. Ele tinha um projeto de captações institucionais, com fundos de pensão, investidores institucionais, que é menor do que ele imaginava originalmente conseguir, e esse recurso de venda de carteiras para o BRB também se esgota a partir do processo que o Banco Central está fazendo ali. Então, para que o Master continue tendo liquidez ao longo do período, ele pede um suporte ao FGC, ao Fundo Garantidor de Crédito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que foi dado esse suporte do Fundo Garantidor de Crédito? O Fundo Garantidor de Crédito se comprometeu a pagar por aqueles CDBs que já tinham garantia do Fundo Garantidor de Crédito conforme eles fossem vencendo. Então, eu reputo uma decisão correta por parte do FGC, porque o que o FGC fez foi: se por acaso o banco não conseguir honrar as suas obrigações e for liquidado, for à liquidação agora, eu vou ter que honrar todo o estoque de passivo que tem garantia do FGC; se eu for pagando aquilo que já tem a garantia, eu vou pagando um valor de R\$5 bilhões até o final do ano; chegou no final do ano, se houver uma solução de mercado, eu não vou ter que pagar os outros 40, 45 bilhões que eu teria que honrar; se por acaso não conseguir, eu vou pagar exatamente aquilo que eu já ia pagar antes.

E esse processo foi importante para que você pudesse esgotar de maneira adequada todo o processo de análise de soluções e alternativas de mercado, sem aumentar o tamanho do banco. Vale a pena dizer: 2025, a captação líquida do Master no mercado, com garantia do FGC, foi de menos 9,2 bi; sem garantia do FGC, foi de menos 2 bi; e o acionista, entre conversão de letras financeiras e dinheiro, fez um aporte de 2,3 bi. Então, o banco encolhe ao longo de 25... está fazendo esse processo de análise, que foi importante não só por isso, mas também o FGC deixando claro que tomou todas as medidas cabíveis e possíveis para que o banco encontrasse uma solução de mercado possível e se preservando dos processos que ele está tomando até hoje, no caso de outros bancos que foram liquidados e que alegam que a falta de apoio ou a falta de linha foi o motivo de o banco ter se liquidado.

Em setembro, após a negativa por parte do Banco Central de aquisição do BRB, o Master tem renovada a linha de apoio ali pelo FGC, com novas condições e novas imposições que foram colocadas ali. O próprio Banco Master entrega uma comunicação, como se fosse um novo termo de comparecimento ao Banco Central, onde o banco reconhece a sua dificuldade, propondo uma saída do mercado: "Eu vou sair do mercado, vou fazer a venda do banco...". A venda do banco, já naquele momento, em setembro, é anunciada por investidores árabes – a gente jamais foi apresentado ou conheceu esses investidores árabes – e tinha um prazo para que ele pudesse conseguir organizar essa saída, mas, ao longo desse processo, aquele passivo que extrapolava o que o FGC conseguia garantir vai consumindo o caixa do banco, até que, no dia da liquidação, o banco tinha em caixa um valor que era 10% do valor de vencimento que ele tinha para pagar naquele dia efetivamente, e o que gera a liquidação do banco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ao longo desse processo, a cada nova evidência que ensejava algum tipo de comunicação ao Ministério Público e à Polícia Federal, o Banco Central foi fazendo essas comunicações ao Ministério Público e à Polícia Federal.

E aí o banco foi liquidado em novembro de 2025.

Só para terminar, eu sei que eu falei demais, extrapolei bastante aqui o tempo, mas, só sobre a questão interna também do Banco Central, o Banco Central, em setembro também, tem uma auditoria do Banco Central que roda de setores em setores, a auditoria do Banco Central fica já no Departamento de Supervisão, para a gente poder analisar procedimentos – isso é normal, o Banco Central está revisitando seus procedimentos a todos os momentos, né? –, e depois há a abertura de um processo de sindicância dentro do Banco Central, que levou ao afastamento de dois servidores de dentro do Banco Central já em janeiro de 2026. E esse processo acabou se desdobrando num processo em que a gente informa, imediatamente, a partir do momento que a gente tem suspeitas de vantagens indevidas, a gente faz a informação ato contínuo para a Polícia Federal. E, até para não atrapalhar a investigação da Polícia Federal, a partir da deflagração da operação da Polícia Federal, comunica e passa todo o processo à CGU, que é quem tem também a competência, neste caso, de seguir com os processos administrativos ali.

Peço desculpas por ter tomado tanto tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Sr. Gabriel Galípolo.

Transfiro a palavra, para os seus questionamentos, ao Relator, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado pela presença, Presidente Galípolo.

Eu vou dar um passo atrás, Presidente, para a gente poder retomar o eixo daquilo que nos conduziu aqui à CPI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O convite a V. Exa. é feito, em primeiro momento, para que a gente possa tratar da estruturação do Banco Central, do sistema de fiscalização no combate à lavagem de dinheiro, dentro da compreensão óbvia de que a lavagem de dinheiro é peça fundamental na expansão do crime organizado no Brasil e em qualquer país do mundo.

Então, o primeiro questionamento é no sentido de compreender e colher sua opinião, sua análise, do ponto de vista de infraestrutura legal, infraestrutura física, infraestrutura de pessoal e formatação que nós temos para fiscalização, considerando a clara expansão da atividade de lavagem de dinheiro, utilizando ferramentas do mercado financeiro.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO (Para expor.) – Agradeço demais, Senador, por essa questão.

Sim, o senhor tem toda a razão. A gente tem uma idiossincrasia aqui no Banco Central do Brasil. Essas instituições que os senhores conhecem muito bem que estão no pilar do Estado, de cunhar moeda, cobrar imposto, monopólio da violência... Há algum tempo, a autoridade monetária foi separada do orçamento fiscal. Você tem dois orçamentos: um orçamento monetário e um orçamento fiscal. O Banco Central do Brasil tem essa idiossincrasia de ter um pedaço do seu orçamento no orçamento monetário e um pedaço dentro do fiscal. E isso é uma limitação tremenda para o Banco Central, porque, naquilo que se refere a alguns tipos de atividade, você tem um nível de possibilidade de fazer coisas e, no outro, você tem uma limitação enorme.

Só para dar um exemplo, o Banco Central, nos últimos dez anos, perdeu quase um quarto do seu pessoal. Perdeu não porque o pessoal foi trabalhar no mercado, mas por aposentadoria – por aposentadoria efetivamente. Hoje nós temos aproximadamente 3 mil servidores. Só para dar um exemplo, o Banco Central dos Estados Unidos, o Federal Reserve, tem 23 mil servidores. O Banco Central da Índia tem 13 mil servidores.

E o Banco Central do Brasil conta com sistemas, como é o caso do Pix, que trabalham 24x7. Por exemplo, depois desses processos que ocorreram ao longo do ano passado, o Banco Central desenvolveu sistemas para que ele possa alertar o mercado – uma obrigação que não era dele, cada própria instituição deveria ter os próprios sistemas de alerta de movimentação atípica – para que a gente possa informar o que pode estar acontecendo para a instituição. Esses sistemas dispararam avisos para servidores do Banco Central, que muitas vezes estão trabalhando de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

madrugada ou de final de semana, pelo puro senso de responsabilidades que eles têm com o sistema financeiro. Não há qualquer tipo de adicional para quem trabalha de madrugada ou de final de semana. Mais do que isso, como o Senador bem colocou, o crime organizado encontra dinheiro para adquirir tecnologia e investir para encontrar maneiras novas todos os dias para tentar burlar e criar sistemas com isso.

Se a gente olhar para o que está acontecendo no resto do mundo, a gente tem dois grandes movimentos. Um primeiro movimento é não só investir em pessoas do ponto de supervisão, e assim é. A realidade é que o Brasil muitas vezes tem um servidor para acompanhar 30 instituições, e o Brasil é dos países que mais tem instituições justamente porque foi tão inovador do ponto de vista das mudanças no sistema financeiro, e a população se beneficia disso. Quando vem um banco central da Europa aqui, você tem 30 pessoas para cuidar de uma instituição, é o inverso; e, neste processo, além de pessoas, cada vez mais sistemas.

A inteligência artificial, por exemplo, permite você ter uma granularidade muito maior na supervisão. Eu falei de 8 trilhões por dia de operação. O sistema financeiro como um todo tem 15 trilhões em ativos. Falamos aqui de uma fraude, uma potencial fraude de 12 bi. Dentro de 15 tri, não é simples a identificação disso. E você imaginar que você vai conseguir identificar isso só com o material humano, só colocando mais gente, é pouco provável.

Os bancos centrais dos Estados Unidos, da Alemanha, da Inglaterra, de vários países, do México, estão desenvolvendo sistemas com inteligência artificial para poder aumentar essa granularidade. E essa granularidade diferencial que você pode ter, você não poderia fazer isso colocando num sistema tradicional de inteligência artificial, num armazenamento de dados, dado o sigilo que você demanda por aquilo e o fato de serem informações estratégicas. Então, cada um desses bancos vem desenvolvendo internamente essa tecnologia. Nós temos competência para isso, não conseguimos em função das limitações que nós temos hoje.

A última vez que eu estive no Senado, eu acho que foi na CAE, mas eu já venho... Desde a minha sabatina, eu fui mudando o pedido, viu, Senador? Eu pedi apoio de início, pedi ajuda; peço socorro. Tem um projeto que está aqui dentro da Casa há bastante tempo, que é o projeto da PEC do Banco Central, que nos faz equiparar ao que é o arcabouço legal e institucional dos bancos centrais do resto do mundo. Às vezes a palavra autonomia é mal vendida ou mal compreendida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De maneira nenhuma o Banco Central quer se eximir da responsabilidade de prestar conta sobre qualquer centavo que for gasto ao Banco Central. Quanto mais instituições tiver para o Banco Central prestar conta, melhor para o Banco Central. O Banco Central quer toda observância pública e transparência sobre o que o Banco Central possa vir a gastar.

Mas o que aconteceu naquele momento, inclusive, é que existiu uma divergência não só em relação às instituições públicas, mas também, até dentro do Banco Central, sobre se deveria permanecer como direito público ou privado. Até naquele momento foi dito: se superar essa questão, direito público e direito privado, podemos avançar. Isso foi superado, há um texto já, que foi produzido inclusive com o apoio da... elaborado pela AGU, que equaciona e endereça a questão do direito público. E realmente seria muito importante. Dado que o Brasil é dos países que mais tem fundos no mundo, que mais tem empresas financeiras no mundo, isso se desenvolveu muito. É muito importante que os órgãos de supervisão e fiscalização consigam se equiparar e avançar nisso. Que a gente não possa depender exclusivamente do senso de responsabilidade dos servidores, como a gente conta hoje, para que eles desempenhem o trabalho deles. Servidores esses que vão seguir se aposentando e a gente não está conseguindo fazer nem mesmo a reposição.

Então, esse é um tema, realmente, para que a gente pede muito apoio aqui do Senado, porque o negócio... Como diz o Presidente do Banco Central americano, de bancos centrais, a gente não consegue prever furacões, a gente não consegue evitar furacões; a gente consegue construir prédios sólidos para que possam suportar furacões. E a gente precisa de recursos para poder fazer isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Aproveitando aqui a presença do eterno Líder do Governo, o Senador Wagner, o quadro de pessoal só do Banco Central, um quadro oficial de 6.470 servidores, tem 3,4 mil vagas. Então, um trabalho sério de fiscalização, de controle, passa por reestruturar. Pode ser pela PEC, pode ser pelo mero cumprimento daquilo que está na lei de hoje. A gente tem que começar a cumprir lei. No dia em que a gente pegar essa mania no Brasil, as coisas melhoram.

Eu queria escutar também a opinião do senhor, Presidente, com relação à alteração do modelo que nós temos. Hoje nós temos um modelo setorizado. E se é caso de a gente já discutir,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma vez que nós estamos enfrentando uma crise que abre uma oportunidade de discussão, de trazer o modelo *twin peaks* ou alguma coisa parecida, que faça mais sentido, considerando a contemporaneidade dessa fusão de formas.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Perfeito, Senador. Esse também é um tema que está na ordem do dia dos debates internacionais dos órgãos de fiscalização, seja o FMI, seja o BIS.

O que aconteceu foi que, a partir da crise de 2008, a régua de regulação financeira para os bancos subiu muito, para evitar que voltasse a acontecer um sistema igual a 2008, então se apertou bastante a supervisão, fiscalização e regras de capital e alavancagem para bancos. E aí o que acabou acontecendo foi que o dinheiro acabou fluindo para aquilo que a gente chama de NBFIs, que são as instituições que fazem intermediação financeira não bancárias. Então, você foi criando essas outras instituições não bancárias, que passaram a desempenhar funções. E aí você cria uma arbitragem regulatória, ou seja, você aperta aqui, sobre esse aqui você está olhando de maneira mais... com mais foco, mas acaba você tendo ali um foco de vazamento de liquidez para essas outras instituições.

E aí é óbvio, como o Senador colocou muito bem: todas as instituições que fazem parte desse enxoval de agentes de regulação do sistema financeiro precisam do reforço de recursos tecnológicos e recursos humanos. Mas o tema que tem sido discutido é – aconteceu no caso Liz Truss de maneira mais clara na Inglaterra –: como a liquidez fluiu para lá, no momento em que você teve uma crise, às vezes essa crise acaba se despertando num fundo, numa seguradora, num instituto de previdência. E essas instituições hoje não têm acesso à infraestrutura do Banco Central. O que significa acesso à infraestrutura do Banco Central? O Banco Central, apesar de ser uma autarquia que supervisiona, é a autoridade monetária. É ele que pode e é ele que historicamente, quando você teve crises sistêmicas, tem a infraestrutura para poder socorrer o sistema, provendo liquidez ao sistema. E a grande discussão é: deveria se dar acesso a essas instituições para você ter acesso a essa infraestrutura, para, se estiver num caso como esse, ter esse recurso? O entendimento que existe hoje é: sim, porque, se você não fizer isso agora, provavelmente você vai ter que fazer como aconteceu na Inglaterra no meio da crise. E o processo de a gente conseguir desenvolver uma infraestrutura como essa no meio da crise não é simples.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até citei na coletiva do relatório de política monetária, falei: vale a pena voltar a assistir ao filme Too Big to Fail, em que, no meio de um momento de crise aguda, se está tentando desenvolver algum tipo de mecanismo e legislação. O Secretário do Tesouro nacional americano vai ao Senado para tentar construir em conjunto; se consegue chegar a uma construção, mas se fala: "Bom, o processo legal demanda três meses para você conseguir desenvolver isso e talvez ele não vá ser suficiente para conseguir fazer".

Então, esse tema que o Senador coloca é da ordem do dia, é o tema de fronteira de discussão hoje. E ele é essencial, porque, como cada vez mais você tem instituições que concentram liquidez fora do sistema bancário, você tem esse risco. E, além disso, você tem essa necessidade de integração, como bem falou o Senador, quando a instituição pode cometer um pedaço da infração – ou crime, como a Justiça entender – de um lado da fronteira e um outro pedaço do outro lado da fronteira, o que pode dificultar esse processo de supervisão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

Avançando aí para o caso específico que surge, ou os casos específicos que surgem, ao longo do andamento da CPI, o caso Master. O senhor gastou já algum tempo falando sobre esse caso Master, fez a linha do tempo. Eu quero colher do senhor algumas impressões com relação ao caso Master.

O senhor, de alguma forma, tem contato com o ambiente regulador a partir de julho de 23, correto? Porque é quando o senhor assume a Diretoria de Política Monetária, e assume a Presidência em janeiro de 25. Ao longo desse tempo, as notícias que apontavam os problemas de liquidez, a forma heterodoxa de atuação do grupo Master, como é que isso era tratado dentro do Banco Central?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Esse tema tem duas frentes aqui. A primeira frente que eu gostaria de explicar é: eu acho que até hoje há um entendimento de que o problema relativo ao Master estava relacionado ao passivo, aos CDBs do Master. E, de verdade, o tema estava relacionado ao ativo, o problema, ao ativo que era constituído, porque muitas vezes as pessoas dizem no noticiário "são CDBs fraudulentos". Aí você teria um passivo que não existiria e a situação financeira seria melhor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O passivo existia, o passivo foi emitido com 140 do CDI. O que acontecia é que, a partir deste modelo, ele constituía um passivo, que a gente chama de varejo, que faz uma captação do varejo, com um ativo que não era propriamente de um banco de varejo, muitas vezes ativos menos líquidos que estavam ali do outro lado, e isso que enseja aquele descasamento, não é? Mas raramente um banco S3 sobe para temas de diretoria efetivamente.

Então, esse era um tema que vinha sendo muito mais acompanhado ali dentro da fiscalização, supervisão. E a partir do momento em que existiam propostas de fusão ou aquisição, seja o Master comprando outros bancos ou, depois, já na minha gestão, quando tem a proposta do BRB comprar o Master, aí você tem uma outra diretoria, que é essa diretoria que vai olhar para a organização do sistema financeiro, que vai propor isso.

Então, dentro da divisão, a Diretoria de Política Monetária está mais associada àquele outro mandato de estabilidade financeira. O contato que existia ficou mais forte a partir dos descumprimentos do recolhimento compulsório com a Dipom (Diretoria de Política Monetária). Mas aí, já quando eu não estava na Diretoria de Política Monetária, foi inclusive neste momento que tem o processo sancionador com a Diretoria de Política Monetária.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A conduta lá dos Srs. Paulo Sérgio Neves e Belline Santana, que chegou a ser Chefe do Departamento de Supervisão Bancária – Paulo chegou a ser Diretor de Fiscalização do Bacen –, essa conduta deles nunca chamou a atenção? Salvo engano, são servidores de carreira do banco...

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... com longa trajetória.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A conduta deles nunca chamou a atenção do senhor ou de alguém da diretoria?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – É, acho que a pergunta está colocada em coisa que já me ajuda... em termos que já me ajudam muito. São dois servidores de 28 anos de carreira do Banco





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Central. O Paulo já vinha... o Paulo foi diretor em duas presidências anteriores, inclusive, com muito respeito dentro da instituição e também pelo mercado. Até na saída da diretoria recebeu uma série de propostas para eventualmente trabalhar no mercado.

Eu acho que essa situação como um todo mostra o quão difícil... às vezes, com o tempo, parece alguma coisa mais óbvia, mas quão difícil era aquele momento ali. Eu vou tentar resgatar algumas condições de contorno junto com o eventual comportamento ou posição dos dois diretores.

Em novembro de 24, o Banco Master recebe uma elevação do seu *rating*, da sua nota. O banco tinha auditoria de duas das grandes instituições de auditoria no seu balanço. Havia sido pedido ainda pela gestão anterior a análise de ativos por três escritórios de advocacia. E você tinha, fazendo a supervisão daquele banco, dois servidores – que, de novo, vai ser só a Justiça que vai dizer efetivamente se as vantagens indevidas comportaram... influenciaram nas atitudes deles – que estavam ali na supervisão e entendendo que não era o caso de você eventualmente migrar para algo mais grave.

Então, é muito difícil naquele primeiro momento você entender se, eventualmente, uma divergência que poderia existir, vamos dar um exemplo, sobre o balanço do banco... existia uma divergência entre a Presidência ou a diretoria com o servidor que estava lá.

Você pode entender que o servidor está simplesmente tendo uma divergência técnica. Pode até entender que, às vezes, quem está há muito tempo desempenhando aquela mesma função vai ter mais dificuldade de apresentar algum tipo de crítica àquela coisa.

Vou ser muito franco aqui qual era a minha primeira visão. Eu lembro que, quando a gente estava na discussão da auditoria, em setembro, uma das sugestões que eu faço é: "Precisamos voltar a fazer rodízio entre os supervisores". Um supervisor deveria ter um limite de tempo em que ele fica como supervisor daquela instituição para justamente entrar uma pessoa nova, porque, às vezes, o supervisor, se vem alguém que está acima daquele supervisor e discorda daquilo, pode ser normal que a pessoa queira justificar, porque ele é o responsável por aquele trabalho. Dali fazer um salto para entender se existia eventualmente algum dolo é sempre uma coisa com que precisa se tomar o devido cuidado. E, até se fosse um caso mais extremo de você ter uma divergência mais aguda, o senhor imagina, Senador, o que é você chegar a ter todo esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arcabouço de instituições de auditoria, de *rating*, escritório de advocacia dizendo que está tudo o.k., e aí você remove duas pessoas de 28 anos de carreira daquela posição e toma uma decisão numa direção diferente. Tudo isso ia ser utilizado, obviamente, para dizer: "Olha, isso é uma atitude política de perseguição contra aquele tipo de instituição". Então, por isso que a decisão nossa de gestão foi: "Vamos constituir um grupo apartado, separado para poder fazer as análises devidas ali". E aí, uma vez concluído o processo, a gente avançou para o afastamento e as investigações mais pormenorizadas, até para que, naquele momento, não fosse utilizado isso como um argumento.

Não sei se o senhor se lembra, Senador, mas, na semana da rejeição da compra do BRB pelo Master, eu me lembro de fazer o caminho da minha residência até o Banco Central e não havia um ponto de ônibus em que não tivesse a foto de um Diretor do Banco Central acusando o Diretor do Banco Central de rejeitar a aquisição, que ele estava fazendo um trabalho político por estar rejeitando. Inclusive, passando a tesourinha ali, no grande prédio, tinha uma foto enorme, num prédio enorme, com esse tipo de acusação contra o Diretor, entre outras coisas.

Então, a gente sabia que esse era um processo. Já lhe contei de outros processos anteriores ali, em que a gente tem até hoje a defesa, que, se a gente não tivesse a devida diligência... E veja, até hoje, os dois processos não foram encerrados que a gente tem no Tribunal de Contas: nem o de que a gente não deveria ter rejeitado a compra nem o outro de que a gente deveria ter liquidado o banco, ou seja, o processo de que se a liquidação foi equivocada ou precipitada continua aberto. A gente teve um parecer bastante favorável dos técnicos do Tribunal de Contas da União, o de bancos conclui ali de que foi feito de maneira tempestiva e seguindo as melhores práticas internacionais, mas, ainda assim, eles seguem em aberto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Olha só, eu só queria só complementar, porque eu fiquei numa dúvida aqui. Eu até entendo quando o senhor fala que, naquelas circunstâncias, com todos esses apontamentos em direção à legitimidade, à legalidade, mas, o Banco Master tentou se credenciar como instituição financeira junto ao Banco Central, em 2017?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone.*) – Ótima pergunta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Ele tentou?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Essa pergunta, eu tenho aqui a linha do tempo exata. Em 2018, no comecinho de 2018, em fevereiro de 2018, é a primeira negativa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Tá.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Ela foi a negativa por quê?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Porque a origem dos recursos que tinham sido apresentados, porque você precisa ter um capital, o acionista tem que ter um capital para ser autorizado. A origem dos recursos não estava clara, e o Diretor, então, na época, rejeitou.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Tá.

Aí isso foi em 2018?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Fevereiro de 2019, perdão; fevereiro de 2019!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Foi negado?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Foi negado, essa primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a presidência...

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Do Ilan Goldfajn.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Tá.

Chega...

Quando que foi...

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Autorizado?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... autorizado?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Outubro de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a presidência...

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Do Presidente Roberto Campos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Roberto Campos Neto.

Havia sido suprido a...

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – O entendimento da área técnica é que ele apresentou uma outra origem de recursos e que, a partir daí, estava atendido o que antes tinha sido rejeitado, ou seja, há um entendimento de que a origem dos recursos, a partir daí, estava o.k.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Entendi, perfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Para não perder o eixo do que o senhor está colaborando aqui, Presidente Fabiano Contarato, há análise do perfil do proprietário, porque me parece que, para poder ter autorização, há requisitos como reputação ilibada. Isso foi enfrentado, na época, pela concessão?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Esse é um outro tema, também, que é complexo.

Nesse caso específico, nem era a reputação ilibada que tinha originado a rejeição; tinha sido a origem dos recursos. Mas, mesmo na lógica da reputação ilibada, dentro da jurisprudência do Banco Central, precisa existir um processo, precisa existir um fato jurídico, efetivamente.

Muitas vezes, as pessoas falam: "Pô, já tinha algum tipo de boato ou coisa desse tipo". A gente não pode...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Hum-hum.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – ... ainda que se faça uma pesquisa de rede social ou no noticiário, se existe alguma coisa desse tipo, isso não enseja a gente poder rejeitar. E eu acho que tem um lado saudável nisso, para a gente retirar a subjetividade e não permitir que, por algum tipo de restrição ou, de alguma pessoa, por critério subjetivo, você rejeite a aprovação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

Retomando o eixo da minha inquirição, o senhor, em 4 de dezembro, é convocado para uma reunião no Palácio do Planalto, para tratar sobre o Banco Master, com a presença do Sr. Daniel Vorcaro. O senhor pode descrever essa reunião?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Posso.

Eu recebi uma ligação do chefe de gabinete da Presidência, que pediu para que eu comparecesse à reunião. Quando eu chego à reunião, o tema seguia uma narrativa que estava bastante disseminada e acho que foi até predominante durante boa parte de 2025.

Os acionistas do Master relatavam sempre uma história de que eles estavam sendo perseguidos pelo mercado financeiro e que a dificuldade de eles conseguirem fazer captação era justamente essa perseguição que existiria do mercado financeiro, em função da concorrência que eles estariam gerando com o mercado, algo que não era muito aderente, dado o próprio tamanho do banco. O banco não era um banco que tenha tamanho para isso.

E aí, naquele momento, para mim foi muito análogo a algo que acontece muitas vezes de maneira até dentro do Banco Central, que é: é comum quando tem um processo dentro de uma diretoria e que alguém que é parte do processo procure a presidência para falar: "Olha, eu estou com esse processo e queria dar uma explicação".

Ato contínuo, o que eu faço? Eu chamo o diretor da área, que é o responsável, e ele diz: "Olha, quem cuida disso é esse diretor; esse é o responsável". Foi exatamente a resposta que o Presidente Lula deu no momento: "O Galípolo vai assumir, daqui a um mês, o Banco Central; esse é um tema que não cabe à Presidência da República, cabe ao Banco Central; e lá dentro do Banco Central eu tenho certeza de que você vai ser tratado da maneira técnica e a análise vai ser técnica".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Quem estava presente nessa reunião?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Estavam presentes – deixe-me ver se eu lembro todo mundo aqui – o próprio Daniel Vorcaro, Augusto Lima, estava presente o chefe de gabinete, o ex-Ministro Guido Mantega, o Ministro Rui. Será que estou esquecendo alguém aqui? Eu acho que era isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O Ministro Haddad estava presente?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – O Ministro Haddad não estava presente.

Posso estar esquecendo alguém, tá?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O Ministro Alexandre Silveira estava presente?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Estava presente o Ministro Alexandre Silveira. Ótimo, bem lembrado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Esses interlocutores se manifestaram em que sentido?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Nada. Na verdade, quando eu cheguei, a reunião já estava nessa coisa de... Quem falou mais foi, propriamente, o Daniel Vorcaro. E o Daniel Vorcaro falou muito nessa linha de contar o que estava acontecendo, dizer que o sistema financeiro é muito concentrado e que ele tinha métodos inovadores, que geravam mais concorrência, e que ele estava incomodando com a concorrência. Foi isso, basicamente, o que aconteceu.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E de lá o senhor não recebeu nenhum tipo de orientação com relação à conduta a ser adotada?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Recebi. Sempre assim: "Olha, seja técnico, o mais técnico possível, você tem toda a autonomia nesse processo para você perseguir seja quem for, investigar seja quem for, mas também não faça nenhum tipo de pirotecnia". A orientação sempre foi essa: "Não proteja ninguém, não persiga ninguém. Faça o trabalho técnico, você tem toda a autonomia, não importa quem seja, doa a quem doer, vá até o final desse processo". Essa sempre foi a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orientação, e jamais me foi perguntado sobre nenhum outro tipo de representante, quem estava no meio, quem não está no meio. Sempre gozei de toda a autonomia para poder fazer meu trabalho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Após essa reunião, o senhor teve novas reuniões no Palácio para tratar desse mesmo tema Banco Master?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Não, nunca tive.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor já reportou aqui, ao longo do depoimento, esse processo de pressão midiática, política, que foi imposto ao Banco Central...

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Hum-hum.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – um ataque reputacional, hoje se sabe que um ataque reputacional financiado...

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Exato.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... pelo Sr. Daniel Vorcaro...

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Exato.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... e seguramente o senhor teve interlocuções sobre o tema.

O senhor teve alguma interlocução com o ex-Governador Ibaneis Rocha com relação a esse tema?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Não, nunca tive com ele.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor teve alguma interlocução sobre esse tema com o Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Não. O que eu acho que vale a pena a gente fazer é uma explicação aqui, para pegar nome a nome... Eu acho que é importante a gente fazer uma explicação aqui. O primeiro tema é: o Ministro Alexandre, ou qualquer outro ministro do Supremo, sempre teve uma relação da mais cordial possível comigo – da mais cordial. Então, eu sei que muitas vezes há ilações... Mas da mais cordial! De todas as crises que a gente teve ao longo de 2025, talvez a mais complexa, do ponto de vista sistêmico, foi a relativa à Magnitsky. A Magnitsky... Não sei se o senhor lembra, Senador, existiam informações que vinham a público e você tinha um bombardeio, do ponto de vista da internet, que inclusive geravam ameaças sobre a solvência de grandes instituições. A partir de notícias, instituições financeiras sofrem com esse tipo de complexidade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – E aí eu passo a ter uma reunião com uma série de ministros do Supremo sobre temas relativos à Magnitsky.

Essas reuniões tinham dois tipos de cuidados que precisavam ser tomados. De um lado, a publicidade sobre a reunião ensejava qualquer tipo de ilação, que podia se reverter em risco para o sistema financeiro. Até agora, recentemente, quando vem algum representante do Governo americano, se repete esse tipo de coisa para alguns perfis nas redes sociais. De outro lado, cada um desses ministros que estavam envolvidos na questão da Magnitsky tinha discussões aí que envolviam a sua privacidade, e a sua privacidade do ponto de vista de sigilo bancário e financeiro, a qual eu tenho a obrigação de zelar e não dar publicidade sobre isso. Então, todos os temas relacionados a essas conversas que possam ter surgido com qualquer ministro do Supremo, eles surgiam a partir desse tema específico, que era envolvendo questões que são abertas a mim em função disso. E reforço a questão da cordialidade, porque era um momento bastante difícil ali, para todo mundo que estava passando por aquilo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Especificamente sobre o tema Banco Master, o senhor não tratou com nenhum ministro da Suprema Corte?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Todos os temas que a gente tratou com ministros da Suprema Corte estavam sempre relacionados a isso que eu comentei agora, de você ter ali dentro um sigilo que possa ser de qualquer pessoa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Especificamente...

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Não, sempre relacionado com isso, sempre relacionado com isso!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Nada a ver com o Banco Master?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Nenhum processo relacionado com quem se está colocando aqui. Todo processo que tenha... era envolvido o sigilo, que aí envolve sigilo de familiares e envolve sigilo do próprio Ministro, dado que a Magnitsky estava nesse processo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Já é fato público e reconhecido em nota oficial, pelo próprio escritório, a contratação e o pagamento pelo Banco Master para o escritório da família do Ministro Alexandre em um montante de aproximadamente R\$80 milhões pelo Banco Master.

Este tema – recursos pagos pelo Banco Master – foi, em algum momento, objeto de diálogo do senhor com o Ministro?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Eu tenho acesso ao sigilo dos ministros a partir da conversa com eles e com os familiares. E aí eu tenho o dever fiduciário por zelar por esse sigilo. Então, as informações que eu possa ter tido do Ministro – de esse Ministro ou qualquer outro ministro – eu tenho a obrigação fiduciária de zelar por isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

Traduzindo, para que a gente possa ter o registro claro: o senhor não pode responder se teve, no conjunto dos seus diálogos com o Ministro Alexandre, referência a movimentações financeiras realizadas pelo Banco Master. É isso que o senhor está me dizendo? Por conta do sigilo, o senhor não pode publicar...?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – O que eu estou dizendo é: qualquer tipo de movimentação ou extrato ou sigilo de qualquer ministro que possa ter vindo falar comigo – ou qualquer outro representante público –, eu tenho a obrigação de zelar por esse tipo de sigilo nessas conversas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao Banco Regional do Brasília, o BRB, o senhor pode reportar para a gente qual é o *status* da avaliação da higidez desse banco?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Atual?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – O que acontece é que, a partir da identificação dos indícios, vamos chamar assim, de fraude e existe a proposta de desfazimento, vamos dizer assim, da fraude do negócio, esse desfazimento envolve o BRB escolher outros ativos num valor até – ponto de balanço – um pouco superior ao valor que existia ali no balanço do Master. Essa troca de ativos, assim como as compras originais, o Banco Central não pode entrar e dar qualquer tipo de opinião sobre esses ativos. A gente não pode julgar a conveniência de um negócio entre dois privados. Não posso julgar a conveniência! Ainda que eu possa dizer para um gestor, falar assim: "Olha, estranho, só você está comprando esse tipo de ativo", mas eu não posso julgar a conveniência.

Foi desfeito esse negócio e adquiridos esses outros ativos, e a partir daí a supervisão do Banco Central vai se debruçar sobre esses ativos, vai analisar os ativos e vai falar: "Olha, a gente entende que esses ativos não valem o que está lançado no balanço. Eles valem menos do que isso, e você precisa fazer uma provisão adicional sobre isso". Desde então, desde essa comunicação, o que se aguarda é a publicação do balanço com o reconhecimento dessa provisão e uma solução por parte dos acionistas para o tema do balanço.

Por que eu digo dos acionistas? Porque esse é um tema de patrimônio e balanço, e não de liquidez. Liquidez é aquele processo que a gente comentou de ter recebimento de receitas – percepção de receitas – e pagamento de passivos, e, nesse processo de receber receita e pagar passivos ou vender ativos, ele pode equacionar temas de liquidez, mas nunca aumentar o seu patrimônio. Ele só aumenta o seu patrimônio se ele conseguir vender um ativo com um ágio muito grande, que é raramente o caso de quem está fazendo venda de ativos num momento de restrição patrimonial.

Melhorar o patrimônio depende efetivamente de um aporte por parte dos acionistas, e é isto que a gente aguarda e vem fazendo todo tipo de comunicação ao BRB, aguardando esse equacionamento da questão do acionista, para fazer o devido aporte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor foi chamado para tratar da situação jurídica, financeira, enfim, de estabilidade e de solvência de qualquer outra instituição financeira que não o Banco Master pelo Palácio do Planalto?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Não, nunca.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor também não foi demandado pelos Ministros do Supremo, fora da questão da Magnitsky, em outras oportunidades, para tratar de temas da alçada do Banco Central?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Não.

A gente tem uma convocação agora do Ministro Flávio Dino para discutir justamente a questão de tarifas relativas à CVM, muito na linha da pergunta que o senhor colocou. Eu tive uma reunião também com o Presidente Fachin, na mesma linha de quais são as medidas que podem ser tomadas para tentar reforçar a robustez no combate... Vou dar um exemplo bem cotidiano aqui. A gente tem uma série de instituições de pagamento – são milhares ali. Se eu tiver que liquidar uma a uma, eu vou ter que ter liquidante para cada uma dessas instituições. Tem um custo para o Banco Central, e eu preciso achar todos esses liquidantes. Então, é importante aquilo que está previsto do ponto de vista legal e infralegal por parte do Banco Central de que eu possa retirar a licença de uma instituição de pagamento, mas pode ser que as instituições entrem com recursos nos diversos tribunais existentes na Federação. Se a gente não tiver um entendimento pacificado, isso pode virar um caos do ponto de vista jurídico. Então, esse é um tema, por exemplo, para citar, em que a gente já chegou a ter discussão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor foi procurado por interlocutores ou pelo próprio Ministro Jhonatan de Jesus, do Tribunal de Contas da União, para tratar da questão do Banco Master?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Naquele momento em que tinha discussão sobre fazer uma inspeção, a gente chegou a ter uma reunião com o Ministro Jhonatan de Jesus e com o Presidente Vital, no próprio Banco Central, para que a gente pudesse dar início a esse processo de auditoria ali.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor pode reportar como se deu essa reunião?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Então, o entendimento foi de que haveria uma inspeção feita pela área técnica, que é a AudBancos, que geralmente é com quem a gente tem o diálogo e que... Estou repetindo aqui, porque o Presidente Vital até disse publicamente que isso seria resolvido ainda em fevereiro, que o tema teria sido todo resolvido em fevereiro.

O trabalho da AudBancos foi absolutamente irretocável, exemplar, técnico – absolutamente técnico –, já concluído em fevereiro, mas, desde então... Eu até liguei recentemente para o Ministro Jhonatan para saber se existia algum tipo de previsão de isso ser concluído, ter o relatório e ser votado ali pelos demais ministros do Tribunal de Contas, mas ainda continua lá em aberto o processo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Os dois servidores que não viram nada de errado no caso Master estão expostos já, Belline e Paulo Sérgio, mas o senhor referiu duas auditorias e três escritórios de advocacia. O senhor pode nominá-los, por favor?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Se eu nominar, eu vou falhar aqui. Eu sei que são uma das quatro grandes as duas auditorias. São auditorias em que os balanços publicados sempre têm que ser publicados e auditados por uma auditoria externa. E aí era uma das quatro grandes auditorias que fazem ali. E os escritórios também: foram três escritórios de advocacia que foram indicados como especialistas em precatórios, inclusive para poder ver se o precatório estava lançado no valor correto e especialmente se o precatório existia.

Este tema talvez valha a pena explorar aqui, que é a discussão sobre valor de ativo pouco líquido, vamos chamar assim, valor que a gente chama não listado em bolsa. Ela é uma discussão bastante complexa e que dá bastante margem para debate, porque se você tem um ativo que é negociado em bolsa diariamente, está o preço de tela ali. De um ativo que não é negociado assim, você pode ter lançado o balanço a partir de negociações de ativos análogos e uma série de metodologias, mas ele pode guardar mais subjetividade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso específico do Master, o que permitiu a gente conseguir avançar de uma maneira mais linear, vamos dizer assim, no processo da nossa auditoria, que foi feita a partir de fevereiro – em janeiro e fevereiro –, é que a gente não estava mais discutindo o valor dos ativos, mas a existência dos ativos. E aí você passa a ter algo mais binário, vamos dizer assim.

Por que eu estou dizendo isso? Lá fora, é supercomum a gente ver discussões de liquidação de bancos, até bem maiores do que o Master, que envolviam justamente essa precificação do ativo, se limitavam à precificação do ativo. E aí é por isso que a liquidação sempre é extrajudicial, para que você preserve a autoridade da autoridade monetária, do supervisor, para que ele possa fazer um juízo em cima disso e em cima disso possa discutir.

Aqui o que acontece é que, nesses recursos que vão para o Judiciário, como é o caso dos dois bancos que eu comentei, a discussão é justamente esta: "Não, o valor daquele ativo, na verdade, era muito maior". Imagina a discussão num caso é de 1975; nós estamos discutindo valores de ativos num balanço de 1975. Depois de 30 anos, algum escritório de advocacia pega aquele caso, faz uma correção pela taxa básica de juros e chega a um valor bilionário de indenização, que acaba depois responsabilizando e penalizando o próprio Erário público.

Então, esse tema também é na linha da primeira pergunta que o senhor fez, Senador, que merece a devida segurança jurídica.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Para concluir, Presidente, agradecendo a paciência, que sugestões o senhor tem específicas para que a gente possa avançar em termos de regulação e combate à flagrante lavagem de dinheiro que nós temos com a utilização destes artifícios: fundos estruturados, compra e venda de precatórios com ágio que foge do padrão de mercado? O que o senhor pode ter de contribuição com relação a isso?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Eu acho que tem aquilo que está relacionado com fazer o que a gente chama de *catching up*, tirar o atraso ali, que é bem na linha do que o Senador comentou, ou seja, quantidade de vagas em aberto, ter os recursos adequados para que as instituições possam desempenhar suas funções, isso eu acho que é essencial. A gente deve avançar com aquelas inovações jurídicas que seriam inovações para o Brasil, mas que já estão relativamente atrasadas, olhando para a jurisprudência internacional, que envolvem tanto o PLP de resolução bancária quanto a autonomia do Banco Central, entendida como a questão orçamentária, e que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu possa ter o devido instrumento legal para contratar as pessoas, para ter investimentos em tecnologia para que a gente possa fazer isso, e por fim, a discussão de fronteira que o Senador também capturou, que é essa discussão sobre se você deve fazer uma regulação baseada no que é o CNPJ ou no que é a atividade. As mesmas atividades deveriam ter a mesma regulação, a mesma exposição de risco deveria impor a mesma regulação.

Então, essa lógica, que eu acho que está hoje na fronteira, sendo discutida, é muito bem-vinda para a gente poder fazer aqui.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então, aí sim, encerrando, Presidente, beneficiário final, identificação de beneficiário final de fundos e a questão das criptomoedas, dos criptoativos.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – A gente, no criptoativo, até teve agora recentemente a missão do FSAP, do FMI aqui, e eles olharam a regulação recente que o Banco Central fez.

Vai haver uma apresentação para as demais jurisdições sobre como que o Banco Central está fazendo, dado que a gente está sendo pioneiro nisso. Não estamos sendo pioneiros porque gostamos de ser pioneiros. É porque, justamente, esse é um mercado que se desenvolveu muito aqui no Brasil e impôs essa necessidade.

A solução que o Banco Central encontrou foi: em vez de criar toda uma regulamentação nova, paralela, separada do sistema financeiro, toda vez que um criptoativo for um ativo subjacente, ou seja, for um ativo derivado de um ativo existente, como se fosse um avatar, um *token* de algum ativo subsistente, aplica-se a ele a regulação do ativo original.

Então, vamos supor o caso de um *stablecoin*. O *stablecoin*, em última instância, é uma maneira em que você compra, geralmente, dólar. Uma grande maioria dos *stablecoins* tem como dólar. Não deveria existir uma regulação mais pertinente ou atenciosa quando você compra dólar diretamente e uma mais flexível e leniente quando você compra *stablecoin*. Você tem que equiparar as duas regulações efetivamente. E, sendo muito sincero, tenho geralmente desconfiança de quem não gosta desse tipo de regulação. Quando fala: "Pô, não... Estava querendo observar aqui...". Por que é que você quer fazer uma operação de câmbio sem prestar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas as obrigações de informação que, ao longo do tempo, se entendeu que um acordo de câmbio deveria prestar?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A gente está agora numa etapa de buscar a recuperação de ativos, no caso Master, em qualquer outro caso de crime em que se tenha que ressarcir vítimas. A possibilidade e a perspectiva real, concreta, de recuperação de ativos que foram investidos em criptomoedas e em fundos que estão abrigados em paraísos fiscais no exterior... Qual é a expectativa real com relação a isso?

E a quantificação de vítimas, porque, quando o crime financeiro desse estilo, do Banco Master, acontece, tem-se a percepção inicial de que não tem vítima, não é?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Uhum. Perfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu precisaria que o senhor me ajudasse a materializar as vítimas que estão lá nos fundos de pensão, enfim, que vão sofrer os custos pelo buraco causado no FGC, enfim, isso tudo.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – De um lado, tem esse trabalho do liquidante, que é exatamente esse que o Senador comentou. O liquidante, inclusive, contratou empresas especializadas em recuperação de ativos fora do país. Então, quanto a tudo que estiver dentro do sistema financeiro brasileiro, a gente tem uma infraestrutura que dá conta de a gente conseguir acompanhar e monitorar esses pagamentos. Só necessitamos sempre que venha uma demanda judicial do Ministério Público, da Polícia Federal ou da Justiça, para que a gente possa fazer essa incursão.

Então, o Banco Central nunca faz sem uma ordem judicial, mas o que estiver dentro do sistema a gente consegue. Fora do sistema, e fora tem empresas especializadas que fazem isso, e é esse processo que está sendo feito pelo liquidante. É o liquidante que conduz e tem autonomia para fazer esse processo ali.

Do lado das vítimas, como bem falou o Senador, a gente tem duas... A gente pode separar em dois o que é o passivo, vamos chamar assim, do Master.

Existe aquele lado do passivo que é o garantido pelo FGC. O garantido pelo FGC o FGC paga, pagou ali essas pessoas. Depois, você tem uma recomposição do FGC e você absorve parte





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa recomposição, inclusive com instrumentos prudenciais que existem por parte do Banco Central, como o recolhimento de compulsório, para você dar tempo de o sistema se recuperar. Então, é o recompor ali.

O Master não era um tema sistêmico. Ele representava... Até por isto que eu dizia que a narrativa anterior era pouco crível: ele representa menos de 0,5% dos ativos e passivos do sistema como um todo. Mas, como bem falou o senhor, existia também um lado passivo que não tinha garantia.

Esse lado passivo geralmente era realizado através de instrumentos de dívida, que quem adquiria são investidores institucionais, profissionais, para facilitar aqui, que é um gestor de fundo, um gestor de algum tipo de riqueza maior que tem esse conhecimento e a autorização para fazer investimentos de monta maior.

Aí o que acontece é que o liquidante vai fazer a venda dos ativos existentes e, a partir da venda dos ativos existentes, você vai pagando numa hierarquia: quem tem direitos trabalhistas, o FGC e outros investidores que vão recebendo ali. Aí tem duas ordens de dimensionamento disso: tem uma primeira ordem de dimensionamento, que passa justamente pelo balanço que o liquidante faz, mas, mesmo o liquidante fazendo o balanço, a gente volta para aquele ponto de como é que você valora um bem que é um bem que não é listado em bolsa? Essa é a segunda dificuldade.

E aí, como diz um banqueiro internacional famoso, ele fala: "Olha, liquidez em ativo é mais ou menos que nem água a três mil metros de altitude, durante o dia com luz do sol, ela tem uma grande liquidez, flui bem; à meia-noite, com aquele frio ali, ela tem menos liquidez". Então liquidez de ativos, a partir de um banco liquidado, pode ter valores que podem divergir. Até por isso que, no expediente da liquidação, sempre se tenta achar uma solução para que os ativos possam ter um valor maior para serem melhor aproveitados e ter um impacto menor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Estou satisfeito, Presidente.

Obrigado.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado.

Eu queria fazer algumas considerações também. Eu queria saber, Sr. Presidente, na gestão anterior, quantas auditorias foram feitas no Banco Master, do Banco Central? Com o Presidente do Banco Central anteriormente, porque nós temos aqui... Eu volto a falar no resgate da linha do tempo disso, em 2017, o Banco Master tenta se credenciar, Senador Girão, junto ao Banco Central, como instituição financeira, ele não preenche os requisitos. É negado, em 2018, me corrija se eu estiver errado. Em 2019, foi autorizado.

Eu quero saber, na gestão anterior da Presidência do Banco Central, quantas auditorias foram feitas junto ao Banco Master?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO (Para expor.) – As auditorias a que eu me referi lá, das grandes auditorias, são as auditorias de balanço, que todo ano são publicadas e são auditorias externas, que os próprios bancos contratam e fazem esse tipo de auditoria.

Eu sei que – de novo, estou falando sem ter o dado efetivamente –, eu sei que o Presidente Roberto pediu ao Diretor Paulo, em 23, para que fosse feita uma análise na carteira, no balanço do banco; e também depois, ao final, em 24, foi solicitado, junto à fiscalização, que esses três escritórios de advocacia fizessem esse tipo de análise. Eram essas duas informações que eu tenho para além das auditorias externas de balanço que são todo ano publicadas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O senhor tinha informado que, no final de 2024, foi feito, entre aspas, "como se fosse um termo de ajuste de conduta".

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não é isso?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – É isso, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – E que, diante disso, o não cumprimento, é que foi ensejando a possibilidade da decretação da...

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Perfeito. Em novembro de 24, foram dados seis meses...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – ... para que o Master se adequasse do ponto de vista de governança, liquidez e capital.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. O senhor entende que, tendo todos esses indícios que foram coletados, haveria indício suficiente para ser determinada a liquidação do Banco Master antes, anteriormente? Porque...

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Não...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Porque é...

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – É difícil para mim. Assim, eu cheguei em janeiro de 25, e, ainda assim, a gente teve que cumprir todos esses ritos, justamente para que a gente tivesse bem-calçado. Volto a dizer aqui: ainda em meados de 25 existia, na opinião pública, um debate de que a rejeição da compra do BRB não deveria ter ocorrido, e eu ainda estou hoje respondendo, a processos de órgãos de controle, se a liquidação não foi feita de maneira precipitada. Então existe essa dificuldade, que é efetivamente você cumprir todo o rito e passar por todo o rito para que você esteja devidamente bem-protégido, para que amanhã não se torne um subsídio para quem quer juridicamente algum tipo de indenização.

Eu acho que, em nenhum momento, as defesas de bancos que foram liquidados querem efetivamente uma reversão de liquidez, porque eles mesmos sabem que o banco está, do ponto de ser de liquidez, inviável. O que se quer sempre é criar algum tipo de *chicane* para conseguir ali uma indenização.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Foi noticiado pelo *O Estado de S. Paulo* que, pelo menos por duas vezes, o Presidente do Banco Central anterior teria atuado para evitar uma intervenção ou liquidação do Banco Master ao longo do ano de 2024, quando ele estava no último ano à frente do Banco Central. O senhor teve conhecimento disso?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Não tive.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Nem procurou saber se teve?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Não há nenhuma... A sindicância que foi feita, a investigação não encontrou nada nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O senhor teria como disponibilizar?

O Sr. Vorcaro esteve no Banco Central na gestão do senhor quantas vezes?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Ah, eu não saberia...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Foram muitas vezes?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Durante o ano de 25, eu tenho certeza de que sim, porque o banco já estava em problemas graves com o termo de comparecimento e demandando realmente um acompanhamento muito diário. Ele chega até a dizer, no depoimento dele ao Supremo, que ele se sentia quase como se estivesse em um regime especial dado o nível de observância e acompanhamento que a gente tinha ali, tanto que...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O senhor falou também que o Sr. Belline Santana e o Sr. Paulo Sérgio são funcionários de carreira, só que eles foram alçados a cargos de confiança. Foi na gestão do senhor?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Não, o Paulo vira Diretor na gestão do Ilan e permanece na gestão do Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Do Roberto Campos Neto.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O Sr. Paulo. E o Belline?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – O Belline era de carreira e estava ali como Supervisor, ele não chegou a ser Diretor.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. Hoje eles estão afastados.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Afastados do Banco Central. Isso. Foram afastados do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu estou satisfeito e queria conceder a palavra ao proponente do requerimento...

Mais uma vez, quero agradecer ao Presidente Gabriel Galípolo por suas intervenções, por suas colaborações.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado.

Eu quero, em primeiro lugar, agradecer a presença do Sr. Gabriel Galípolo aqui. A última vez que eu estive com o senhor, não sei se o senhor lembra, foi na Presidência do Senado, era o Rodrigo Pacheco. Na época, se tinha reunião de Liderança, hoje não tem mais. E eu... O senhor estava lá anotando tudo ao lado do Ministro Haddad, e eu disse: "Olha, que o Governo Lula não coloque as digitais nas *bets*". Você lembra disso ou não? Porque isso é uma tragédia humanitária. Eu avisei lá atrás. Infelizmente, a gente viu aí a força do centrão junto com o próprio Governo Lula, e o Brasil está pagando o preço: o brasileiro endividado até a medula, e o crime organizado dançando e sambando em cima da gente.

Por falar em crime organizado, nós estamos aqui hoje e eu quero manifestar minha solidariedade ao senhor, Senador Alessandro Vieira, que brigou pela prorrogação desta CPI, foi atrás de assinatura por assinatura, conseguimos, mas infelizmente o Presidente Davi Alcolumbre enterra mais uma CPI. Muita gente comemorando aí, a gente sabe, mas o ideal fica, né? E a gente está tentando fazer o nosso trabalho e nós vamos fazê-lo no limite das nossas forças.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Galípolo, o Senador Alessandro foi muito feliz aqui nas perguntas, mas eu quero me aprofundar um pouco mais em algumas delas. Primeiro, sobre o que o Senador Fabiano Contarato também perguntou: considerando que o Banco Central do Brasil indeferiu, em fevereiro de 2019, a transferência do controle do Máxima por Vorcara, na época o Banco Máxima, direta ou indiretamente, sob o fundamento de ausência de capacidade financeira e de comprovação de origem de recursos... E o senhor falou aí que a origem depois foi atendida, a origem desses recursos. Mas esse sigilo que o Banco Central impõe, de oito anos, sobre os documentos da liquidação do Master, tudo bem, amparado aqui, mas deixa dúvida para mim e para a população. Eu queria saber até onde o senhor pode esclarecer, porque o senhor está respondendo tudo, e eu lhe agradeço. Fica um pouco dúbia essa questão para mim.

Os documentos novos ou complementares apresentados, quais foram, de forma objetiva?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Hum-hum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – As eventuais alterações na estrutura societária ou cadeia de controle? Os elementos concretos que permitiram ao Banco Central concluir, em outubro de 2019, pelo atendimento dos requisitos anteriormente não cumpridos, ainda em caráter sintético e resguardadas as informações protegidas por sigilo legal?

Eu lhe pergunto isso e complemento: o senhor acha... De forma objetiva, por favor, até porque o Presidente é tolerante e ele sabe que talvez seja a última sessão que a gente está tendo aqui, por essa determinação do Alcolumbre de não prorrogar. Eu lhe peço: o senhor acha que o ex-Presidente, seu antecessor, Roberto Campos Neto, teve culpa ou foi leniente? Isso é importante.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Hum-hum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso é uma coisa que, às vezes, pela não resposta a gente fica... Queria saber o seu posicionamento sobre isso, o Brasil quer saber disso.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO (Para expor.) – A primeira parte da pergunta, que remete à questão do sigilo, eu comentei logo no começo: a gente tem uma determinação do Banco





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Central, que existe desde 2018 – e até essa determinação de 2018 flexibilizou, antes eram dez anos de segredo para todas as instituições, aí ela flexibilizou e colocou dez anos para as grandes e oito anos para as menores. Desde lá, as 16 resoluções que existiram de bancos ou instituições, todas elas seguiram essa regra, e elas têm uma necessidade, a regra impõe uma necessidade de justificativa para você não fazê-la. Eu até fiz uma fala no início comentando sobre: eu posso ter opiniões pessoais, mas o meu papel aqui...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – ... é seguir a lei, e a abertura de uma exceção para esse caso, eu acho que, na verdade, se prestaria muito mais a ser um subsídio para quem quer dizer amanhã que qualquer decisão foi tomada por algum tipo de motivação não técnica. Então, daí a necessidade de a gente cumprir isso aqui, independentemente de a gente poder amanhã eventualmente discutir se será que precisa efetivamente, se esse é o melhor caminho, mas, neste momento, mudar a regra sobre isso, no meio de um processo que está sob esse escrutínio e envolvendo tudo que está envolvendo, a gente entende que é bastante complexo. Então, por isso que está sendo colocado.

Mas, como bem... Agradeço a fala do Senador e estou aqui à disposição para esclarecer tudo que a gente puder esclarecer. E entregamos todos os documentos a todos os órgãos de controle ou até de persecução.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com a CPI o senhor pode compartilhar?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Eu preciso saber com o meu Procurador, eu não conheço juridicamente quais são as limitações que a gente tem, mas eu só peço essa... Eu sou, infelizmente, um mero economista. Como eu não sou advogado...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu peço ao Presidente que a gente possa fazer um requerimento conjunto, se o Relator concordar, e já aprovar hoje aqui para que...

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – O que a gente costuma fazer nesses processos, assim, é – como a gente estava comentando para outras perguntas –: muitas vezes, ao você abrir algumas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisas a que o Banco Central tem acesso, você vai encontrar ali a movimentação de alguém que é um correntista do banco. E, aí, o que a gente não pode também é permitir que o sigilo dessas pessoas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – ... que não tinham nenhum tipo de correlação com a questão acabe sendo utilizado da maneira mais equivocada. Então...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu só me preocupo com o tempo. Se o senhor puder...

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Ah, perdão, perdão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu sei que o Presidente vai ser tolerante, mas é para não tomar o tempo de todos aqui.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Imagina.

E aí o que aconteceu lá do ponto de vista da aprovação... Eu consigo relatar o que está nos autos ali, o que está nos autos foi exatamente isto: ele apresenta em 2019; em fevereiro de 2019, é rejeitado pela origem; e, depois, em outubro de 2019, ele é aprovado. Não há, em nenhum processo de auditoria ou de sindicância, nada que encontre qualquer culpa por parte do ex-Presidente Roberto Campos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

A gente tem o Ministério Público aí apontando, a Polícia Federal investigando, o Ministério Público e a Polícia Federal investigam o empresário Nelson Tanure como sócio oculto do Banco Master, operando por meio de estruturas societárias complexas. Ele é apontado como beneficiário final de desvios e influência da instituição que foi liquidada pelo Banco Central. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – A gente tem o conhecimento daquilo que vem da imprensa, e as informações que nós passamos para o Ministério Público ou passamos para a Polícia Federal não entram nessa granularidade de pessoas. A gente vai estar informando assim: esse dinheiro saiu do banco, do banco foi para o fundo, com essa complexidade – eu sei que eu estou tomando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bastante tempo aqui – que o Senador Alessandro colocou, mas acho que vale a pena explorar, que é: quando eu estou olhando para um balanço de um banco, o balanço do banco para mim, o ativo, é mais ou menos como um prédio em que eu vejo todo mundo que entra, todo mundo que sai e sei quem mora em que andar. Quando eu vejo num fundo, eu sei quantas pessoas entraram, quantas pessoas saíram; eu não sei quem são aquelas pessoas que estão morando em cada andar. Então a gente tem um pouco dessa restrição também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá.

Há relatos consistentes e amplamente divulgados na imprensa, essa semana, de que o Ministro Alexandre de Moraes, aquele mesmo que teve o patrimônio aumentado em 266% desde que foi para o STF – estou com a matéria inclusive aqui: R\$31 milhões só em imóveis –, que ele teria feito múltiplos contatos com o senhor, inclusive até seis ligações. O senhor explicou um pouco dessas ligações. Mas seis? Era para complementar alguma outra informação? E, coincidentemente, a mídia divulgou como sendo sobre o Banco Master. O senhor disse que não, o senhor foi em termos gerais. Mas eu lhe pergunto: seis ligações? Essa insistência justifica esses contatos todos? Eu lhe pergunto aqui com relação a... porque o senhor está sob o compromisso de dizer a verdade, né? O senhor confirma que recebeu essas ligações, né? E eu lhe pergunto...

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Desculpa, Senador, só para interromper. Eu não confirmo que recebi essas ligações, aliás...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, não?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Não. Deixa eu lhe dizer. Eu acho que eu nunca falei ao telefone por ligação com o Ministro Alexandre. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, foi pessoalmente?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Eu tive reuniões pessoais com ele no momento da Magnitsky.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – No Banco Central?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Não, não. Não foi no Banco Central, foi no Supremo Tribunal mesmo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, o senhor foi ao Supremo, no gabinete dele?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Fui no gabinete dele, e não só no dele. Naquele momento da Magnitsky, eu estava tendo reunião com uma série de ministros, mas, curiosamente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, não teve ligação? Foi *fake news* da mídia brasileira.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – A memória pode estar me falhando, mas eu lembro que, quando saiu a notícia, eu resgatei tudo. Eu jamais falei com ele ao telefone, por uma ligação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

Mas contato com a esposa dele, a Viviane, o senhor teve?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Eu não tive, não tive.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Eu encontrei socialmente, mas nunca fiz uma reunião com ela de trabalho, jamais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Porque, segundo as informações, ela teria um contrato com o Banco Master de R\$129 milhões. Nunca teve reunião no Banco Central?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Com ela, jamais. Com ela, jamais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – O Sr. Ministro Alexandre também jamais esteve no Banco Central. Eu preciso...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas não foram seis reuniões com o Ministro? Foi uma só?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Não, não. Tiveram mais reuniões, não só com o Ministro Alexandre, do tema da Magnitsky, mas eu jamais tive uma ligação, uma conversa telefônica de ligação com o Ministro Alexandre.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

Deixa eu, já agradecendo ao Presidente Fabiano Contarato... Deixa eu lhe perguntar aqui também sobre essa questão desta reunião que teve no Palácio do Planalto, que foi em 4 de dezembro.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor esteve presente justamente com Guido Mantega, Rui Costa...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... Presidente Lula, Daniel Vercaro. O senhor sabia que o Guido Mantega tinha um contrato com o Banco Master de consultoria de R\$1 milhão? Ou não?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – O valor eu não sabia, mas imaginei que ele estava prestando consultoria.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor imaginou que estava prestando? O senhor chegou no meio da reunião, foi isso que o senhor falou?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Exato, exato.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Certo.

Então, o senhor... Pergunta que eu lhe faço aqui: considerando que o Banco Master já era alvo de questionamentos à época, já estava na mídia, já tinha uma certa polvorosa, como se fala, qual foi exatamente o objetivo institucional da sua presença nessa reunião? Eu sei que o senhor respondeu ao Senador Alessandro Vieira, tinha outros agentes políticos... Agora, o senhor já tinha tido acesso aos relatórios de supervisão ou alertas de risco sobre essa instituição? Houve pauta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formal, ata ou tratou-se meramente de algo informal? Se não, por que um banco sob questionamento teve acesso ao senhor dentro do Palácio do Planalto...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... fora da agenda oficial – isso é uma coisa que me deixa preocupado – quando outros bancos não têm esse tipo de canal? Teve algum privilégio do Banco Master? E por que teve esse privilégio?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Eu comentei aqui. Eu recebo a ligação do chefe de gabinete pedindo para eu comparecer na reunião. A reunião estava acontecendo e, quando estava acontecendo, a narrativa que estava sendo colocada ali pelo Daniel Vorcaro naquele momento era uma narrativa que foi bastante predominante, acho, aí ao final de 24 e até ao longo de todo 25, na pressão, vamos dizer assim, que era feita no debate público, vamos dizer assim, de que o Master era um banco que estava sendo injustiçado pelos outros bancos e que as dificuldades de liquidez que ele vinha sofrendo era porque os outros bancos não queriam a concorrência do Master.

Como eu comentei, o Presidente fez basicamente o que eu também faço quando alguém que está com algum processo dentro de uma diretoria tenta pedir uma reunião com o Presidente para poder falar. Você chama o diretor responsável e fala assim: "Olha, isso é cuidado por aquele diretor ali e ele vai cuidar do seu caso". E assim que segue o caminho natural. O Presidente fez exatamente isso, falou assim: "Olha, o Gabriel vai assumir aqui a Presidência do Banco Central a partir de daqui a um mês e ele vai analisar isso tecnicamente. Esse é um tema que não deve ser tratado aqui na Presidência da República, é para ser tratado lá no Banco Central e ele vai tocar isso tecnicamente". Foi essa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quanto tempo durou esta reunião?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Puxa vida, eu tenho dificuldade de precisar aqui, mas eu não diria que eu fiquei mais de meia hora lá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor teve o mesmo sentimento do Daniel Vorcaro, que teria dito que a reunião foi ótima?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Não tive, porque, do meu lado, eu já vinha com essa visão de que dificilmente um banco que respondia por 0,5% dos ativos do sistema financeiro pudesse estar causando um problema de concorrência para o sistema. Ele era um banco relativamente pequeno olhando para o papel dele no sistema como um todo. Mas essa narrativa estava bastante difundida de que de verdade ele estaria sendo injustiçado e por isso que ele estava com dificuldade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E por que o senhor acha que ele disse que foi ótima a reunião? Porque estava o Presidente Lula, estava o senhor, estava o Guido Mantega, e ele saiu com esse sentimento de que...

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Não tenho ideia. São percepções subjetivas, não tenho ideia mesmo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu que agradeço.

O Relator quer fazer alguma colocação?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – É só mais um esclarecimento, isso por conta... Enfim, a equipe técnica vai fazendo seus registros.

Quando a gente fala da reunião, das reuniões que aconteceram com Ministros da Suprema Corte, inclusive com o Ministro Alexandre, o senhor falou que essas reuniões se deram no contexto da aplicação das sanções da Magnitsky, pelo Governo americano. E eu perguntei especificamente com relação ao Banco Master, e o senhor respondeu que questões que envolveriam sigilo bancário, o senhor teria a restrição de falar. Então, para deixar bem claro, o senhor não afirmou que não tratou de Banco Master, o senhor afirmou que o contexto era Magnitsky, mas que outros assuntos de movimentação financeira e bancária foram tratados, mas o senhor tinha limitações em falar. É esse o...

O SR. GABRIEL GALÍPOLO (Para expor.) – É, o que eu tenho dito é: qualquer tipo de Senador, Deputado, Ministro, seja onde for, que possa abrir para mim informações de sigilo dele,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiares ou pessoas que ele tem autorização para abrir, eu tenho o dever fiduciário de não abrir. Então, isso remete muito mais a dizer, bom, o que você tem ali no seu extrato, o que você não tem, em questões desse tipo, de familiares.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Eu concedo a palavra ao Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Para interpelar.) – Bem, primeiro, faço aqui uma referência do trabalho importante que foi feito pelo Banco Central de intervenção e liquidação do Banco Master.

Os fatos que vêm sendo revelados são no sentido de que aquilo era uma fábrica de fraudes e que não havia liquidez necessária ali no banco. Então, num primeiro ponto, quero cumprimentá-lo pelo seu trabalho e o do Banco Central.

Uma pergunta que é feita, Dr. Galípolo, é por que essa intervenção não foi feita antes? Se poderia ter feito... isso ter sido feito antes e diminuído os prejuízos? Dois, o que nós poderíamos mudar na legislação atual para evitar que esse fato acontecesse novamente? Me parece que um dos esteios dessa fraude foi essa garantia do fundo garantidor, que acabou sendo abusada por pessoas inescrupulosas. E três, aqui eu não entendi muito bem a resposta, a pergunta é objetiva. O senhor tratou desse assunto do Banco Master com autoridade judiciária? Isso foi objeto das conversações que o senhor teve ou não? É uma pergunta objetiva. E se sim, que o senhor pudesse aí descrever esse fato específico. São basicamente essas questões que eu colocaria ao senhor.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO (Para expor.) – Ótimo.

Do tema de o que pode ser feito para evitar, eu acho que passa muito pelas perguntas que o Senador Alessandro levantou aqui e me deu essa oportunidade de falar sobre a necessidade que a gente tem de ter recursos humanos e financeiros, para que a gente possa acompanhar tudo o que venha a acontecer no sistema financeiro.

Houve uma revolução no sistema financeiro brasileiro. O sistema financeiro brasileiro é dos mais respeitados e admirados no mundo, dada toda a inovação tecnológica que foi feita, mas é importante que a gente consiga atualizar os instrumentos e as ferramentas que a supervisão pode ter. Como eu comentei aqui antes, Senador – o senhor não estava aqui –, a gente tem hoje, por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, sistemas que foram desenvolvidos pelo Banco Central para poder alertar instituições quando elas estão tendo movimentações atípicas. Isso de maneira nenhuma tira a responsabilidade que é da instituição. É a ela que cabe acompanhar esse tipo de movimentação, seja ela de qualquer natureza, mas o Banco Central passou a desenvolver questões como essas. E os avisos que o Banco Central dá muitas vezes são de madrugada, de final de semana. E eu tenho ali servidores que estão trabalhando nessa questão exclusivamente pelo senso de responsabilidade que eles têm com o sistema financeiro. Então, que a gente possa ter os incentivos adequados para quem trabalha no Banco Central desempenhar o seu trabalho; que eu possa ter recursos tecnológicos para fazer esse devido acompanhamento, isso é absolutamente essencial – absolutamente essencial.

Do ponto de vista das garantias, algumas questões já foram endereçadas e existem questões que vão precisar sempre. Infelizmente, esse tema de supervisão é um tema que não tem um ponto de chegada: você vai ficar o tempo todo fazendo atualizações e inovações, porque você faz algo, vai se encontrar um caminho novo para tentar contornar e você é obrigado a estar acompanhando.

No caso específico do ponto de vista bancário, como bem o Senador colocou, você tem dois recortes. Tem o recorte de ordem criminal, que cabe ao Banco Central informar aos órgãos de persecução, e eles vão determinar se houve crime ou não houve crime. Não cabe ao Banco Central fazer um veredito sobre isso; cabe à gente informar. E eu acho que é esse o tema que tem chamado mais a atenção da sociedade. Quando você compara do ponto de vista de estabilidade financeira e liquidação bancária, eu acho que ele está numa outra dimensão. A dimensão que eu acho que tem chamado mais atenção é essa dimensão de ordem potencial criminal. E, de novo, não cabe a mim; cabe aos órgãos competentes dizer isso. Mas, quando eu olho para a supervisão, não existia essa questão de você evitar que um banco possa utilizar a captação de varejo para ter ativos que não são ativos de varejo, que são ativos muitas vezes que têm menor liquidez. E, ao longo dos últimos anos, antes mesmo da minha gestão, já foram tomadas medidas para restringir o que são ativos elegíveis, para você considerar o que você pode oferecer como garantias do FGC, para você captar passivo com garantia do FGC. Você colocou limitações de valor, cobrando mais – de acordo com o nível de alavancagem que você tinha, você cobrava mais – e depois se entendeu que, mesmo que se cobre mais, ele pode repassar para o preço do consumidor. Então,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se colocou um muro, se colocou um limite. A partir de um volume, ele é obrigado a esterilizar. O que significa esterilizar? Comprar título público. Se você vai captar uma taxa acima do título público e vai aplicar no título público, você vai fazer arbitragem negativa e vai acabar não fazendo isso. O Banco Central também fez mudanças para exigir índices de liquidez dos ativos, para correlacionar com isso. Então, essas são medidas que já foram tomadas e novas serão tomadas. É um processo contínuo.

E aí, como eu disse na última pergunta, todos os debates com todos os Ministros do Supremo foram sempre relativos ao tema Magnitsky.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Objetivamente, então, não foi discutido o Banco Master com nenhuma autoridade judiciária?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Eu repito a resposta que eu dei anteriormente, eu já respondi a essa pergunta.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – É que eu cheguei depois, peço então a gentileza...

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Todos os temas que foram debatidos com os Ministros do Supremo foram relativos a Magnitsky. E qualquer tema que possa ter surgido envolvendo familiares, sigilo bancário de familiares, sigilo financeiro de familiares, eu tenho o dever fiduciário de preservar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Eu não entendi o dever de sigilo para responder se conversou ou não sobre o Banco Master.

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Imagina que eu tenha conversado com o senhor, e o senhor falou assim: "Eu estou com um problema aqui num pagamento que eu fiz para uma pessoa, e esse pagamento que eu fiz para a pessoa... eu comprei a casa de uma pessoa e eu quero receber de volta esse dinheiro dessa pessoa", alguma coisa desse tipo. Eu tenho o dever de não comentar isso com ninguém, quando o senhor me contar quem te pagou, quem não pagou.

E naquele momento o que estava acontecendo é: estava sendo discutido se familiares de Ministro poderiam ser sancionados ou não, naquele momento. E aquela discussão de ter sancionado familiares de Ministro ou não envolve uma abertura de dados sobre a qual eu não...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Perfeito.

Então, uma pergunta um pouco mais geral: se o senhor conversou sobre intervenção ou liquidação do Banco Master – que não é um tema envolvendo uma transação individual – com alguma autoridade judiciária?

O SR. GABRIEL GALÍPOLO – Não, só sobre temas atinentes à Magnitsky.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Obrigado.

Eu consulto os Senadores se a gente pode submeter à votação simbólica o requerimento verbal do Senador Eduardo Girão sobre o compartilhamento de dados, que ele vai formalizar num momento oportuno, só para a gente ganhar tempo. *(Pausa.)*

Aqueles Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Eu agradeço mais uma vez a presença do Sr. Gabriel Galípolo.

Informo que a data e horário da próxima reunião dessa CPI serão oportunamente divulgados nos canais de comunicação do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia quatorze de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência dos Senadores Fabiano Contarato e Jaques Wagner, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Beto Faro, Teresa Leitão, Marcio Bittar, Otto Alencar, Humberto Costa, Soraya Thronicke, Camilo Santana, Magno Malta, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Jaques Wagner e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Sergio Moro, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos Rogério e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dezoito horas e quarenta e cinco minutos e reaberta às dezoito horas e cinquenta e três minutos. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Oitiva do Sr. Cláudio Bomfim de Castro e Silva, ex-Governador do Rio de Janeiro. Oitiva do Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro, em atendimento ao requerimento 299/2026. **Resultado:** Oitiva não realizada. **2ª Parte - Leitura e deliberação do Relatório Final da Comissão. ITEM 1 - Relatório Legislativo - SF260879873862. Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Resultado:** Rejeitado. Ao fim da reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da presente ata, que é aprovada e, após assinada pelo Senhor Presidente, publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e quatro minutos.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da CPI do Crime Organizado

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/14>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da CPI do Crime Organizado, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de abril de 2026.

A presente reunião divide-se em duas partes. Na primeira, teríamos a oitiva do Sr. Cláudio Castro, ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro. Na segunda, teremos a leitura e a deliberação do relatório final dessa CPI.

Ressalto que a convocação do Sr. Cláudio Castro, na condição de testemunha, foi feita a fim de se obter colaboração do depoente sobre temas sensíveis e tem o intuito de contribuir com o avanço das investigações que apontem as falhas e os gargalos institucionais que dificultam o combate à lavagem de dinheiro e a asfixia financeira do crime organizado, nos termos da aprovação do Requerimento 229, de 2026, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião, realizada em 8 de abril de 2026.

As Sras. Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Primeira parte desta reunião.

Esclarecimentos quanto à oitiva do Sr. Cláudio Bomfim de Castro e Silva, ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro, convidado inicialmente com base no Requerimento 1, de 2025, e, posteriormente, convocado nos termos do Requerimento 229, de 2026, ambos de autoria do Senador Alessandro Vieira.

O Sr. Cláudio Castro foi inicialmente convidado para a reunião no dia 3 de dezembro de 2025, nos termos do Requerimento 1, de 2025, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Naquela ocasião, após confirmar sua participação na referida reunião, o Sr. Cláudio Castro, por meio de sua assessoria, em momento posterior, alegou ter assumido compromissos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inadiáveis para o mesmo dia em que fora agendada a reunião que o impossibilitaram de comparecer.

Posteriormente, esta Comissão deliberou por renovar a tentativa de oitiva do Sr. Cláudio Castro, tendo sido aprovada para tanto sua convocação, por meio do Requerimento nº 299, de 2026, com reunião designada para o dia 7 de abril de 2026.

O ex-Governador entrou em contato com esta Comissão, semana passada, e disse que poderia ser ouvido na data de hoje, 14 de abril. Contudo, ontem recebemos *e-mail* dos advogados do Sr. Cláudio Castro, informando que, por questões de saúde, ele está impossibilitado de comparecer à presente oitiva.

São esses os esclarecimentos a serem prestados por esta Presidência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente... Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só um minuto, por favor. Eu não terminei aqui. (*Pausa.*)

Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nós estamos chegando, de uma forma forçada, prematura, de uma forma covarde com a população brasileira, no último dia desta CPI que o senhor comanda, e o Senador Alessandro Vieira tem se debruçado, com muito afinco, nas informações que aqui chegaram, nas oitivas que nós conseguimos fazer. Infelizmente, nós tivemos mais sessões canceladas, Senador Magno Malta, do que sessões realizadas aqui.

Mas o que me deixa indignado – e eu quero deixar aqui o meu ponto de vista – é que, a partir do momento em que o relatório foi disponibilizado do Senador Alessandro Vieira para todos nós, sugerindo aí indiciamentos de Ministros do Supremo, de Procurador-Geral da República, pedidos de *impeachment* e uma série de recomendações de aprofundamento de investigação, nós começamos a ver, Senador Marcos do Val, tuítes de ministros do Supremo,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manifestações públicas... E o pior de tudo: isso a gente não pode controlar. Isso a gente não pode controlar, porque a gente já era para ter feito o nosso dever de casa, de *impeachment*, há muito tempo. Mas o que a gente pode controlar... E esta manobra nefasta – eu quero chamar a atenção do povo brasileiro – de mudança de membros desta Comissão, na hora do jogo, na hora da decisão.

Isso é muito ruim, porque nós temos, por exemplo, o Senador Marcos do Val presente em todas as sessões, praticamente, que estava votando... Votou requerimentos, votou tudo, e foi tirado.

Nós temos, também, outros Senadores aqui, como o Senador Sergio Moro, presente em quase todas as sessões, e que não vai poder votar hoje, foi retirado.

E isso, Sr. Presidente, me parece uma manobra nefasta, de última hora, com a intenção de enterrar esse relatório – feito com muita responsabilidade, de forma técnica – do Senador Alessandro Vieira, que é independente.

Então, eu queria manifestar esse meu repúdio, porque eu acredito...

Eu vi poucas vezes isso acontecer aqui, desde que assumi em 2019. Uma delas foi na votação de cassino e bingo.

Na hora da votação, na CCJ, trocaram os nomes de quatro membros, e o Brasil teve que ver aprovado, na CCJ – ainda bem que no Plenário nós seguramos –, a jogatina, que já está destruindo o povo brasileiro com endividamento em massa, com suicídio, com perda de receita do comércio para magnata, com as digitais deste Governo Lula, porque foi aprovado com a base do Lula e também com as digitais do centrão. E sancionado pelo Presidente Lula, que agora está dando entrevista, dizendo que esse negócio de *bet* tem que acabar, mas ele foi o responsável, Senador Magno Malta, por isso.

Coincidentemente, numa manobra feita aqui, neste Plenário, entram nomes do PT...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que nunca participaram desta CPI e que vêm hoje para votar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico indignado com essa coisa, fico indignado com esse tipo de manobra, porque é uma jogada para enterrar, fazendo de bobo o povo brasileiro, que tem aí a história desta CPI toda. Pega as votações, vê quem votou...

E eu acho que hoje, Senador Alessandro Vieira, vai ficar para a história esse seu relatório, independente do resultado final. Vai para a biografia de cada um que aqui está.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Presidente...

O SR. MARCOS DO VAL (AVANTE - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Antes de passar a palavra aos demais Senadores, Senador Eduardo, eu tenho que fazer um registro aqui, retificando uma informação equivocada do senhor, quando o senhor fala que tiveram mais reuniões canceladas.

Nós tivemos 19 reuniões realizadas e 6 canceladas. Então, é importante que seja registrado isso.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E as não marcadas valem também?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Foram 19 realizadas....

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – As que o senhor poderia ter realizado, e o senhor não realizou.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O senhor falou...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, o senhor não assinou esta CPI. O senhor não assinou.

Nem aí o senhor era para estar sentado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com todo o respeito. O senhor não assinou esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu respeito a democracia, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pois é, mas democracia é você poder participar...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador Eduardo Girão...

Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MARCOS DO VAL (AVANTE - ES) – Eu só queria...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, Gilmar Mendes acaba de se manifestar, Senador Alessandro, dizendo que a CPI não tem base legal para pedir indiciamento.

Eu nunca tinha ouvido ou visto isso na minha vida. Para que CPI que não tem base legal? Mas o que tem base legal mesmo é ministro andar com o Vorcaro, nos aviões de Vorcaro, nas festas de Vorcaro... Eles não têm vergonha na cara! Esse cara de pau, de toga suja! Porque esse instituto aqui está desmoralizado, CPI, CPMI, pode acabar com isso, porque não existe. O Presidente desta Casa está envolvido até o pescoço.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta CPMI, em que o Senador Alessandro tentou se manter como Relator, fazendo convocações e perguntas duras, eu esperei que uma CPI que investiga o crime organizado... E eu pedi isso não com base em achismos, mas como V. Exas. são estudiosos, gostaria de propor que V. Exas. lessem o relatório final da CPI do Narcotráfico.

Eu fiz o requerimento convocando, pedindo a convocação de Marcinho VP, comandante do Comando Vermelho; Marcola, comandante do PCC; e Fernando da Costa Beira-Mar. Assim, nós iniciaremos realmente o entendimento de crime organizado no Brasil, porque isso crime não é só uma biqueira. Não é tomar o ponto de droga do outro, não é tomar a comunidade do outro, não, eles estão na entranha dos estados, do Estado como um todo.

É só ver como os tentáculos deles estão dentro dos Poderes e como são soltos rapidamente os seus aliados, como o crime organizado no Brasil faz parte hoje dessa cooperativa que governa o Brasil; é tanto que há essa resistência da Presidência da República em não reconhecer PCC e Comando Vermelho como organizações terroristas.

Trazendo aqui Fernando da Costa, trazendo aqui Marcinho VP e/ou Marcola, aí sim esta CPMI, por força do povo, esta CPI seria renovada, porque os tentáculos alcançam todos os lugares.

O Silvio Almeida, que era Ministro de Direitos Humanos, comprou as passagens da "Dama do Tráfico", quem recebeu ela? Flávio Dino. As entranhas, os tentáculos estão em todos os lugares.

Então, eu requeri que o Sr. Nayib Bukele, Presidente da República de El Salvador, fosse convidado a vir falar a nós, como deu cabo à violência e ao crime organizado no seu Estado. E ninguém deu bola, para você que está assistindo em casa, a palavra é esta: ninguém deu bola.

Eu entrei com um requerimento de diligência, para que nós fôssemos numa comissão em El Salvador, para ouvir especialistas, quem realmente enfrentou organizações criminosas, e os colocou no lugar, e colocou a sociedade livre, mas a sociedade do Brasil, não. Pode roubar um celular, atirar na cabeça de um estudante para tomar uma cervejinha, que está tudo certo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, eu entrei com requerimento pedindo que o Sr. Marcos Willians Herbas Camacho, que é o chamado Marcola, que era assessor de Geleirão, que foi quem fundou o PCC, não foi ele, Geleirão morreu de diabetes, e ele então assumiu...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Convocação do Sr. Márcio dos Santos Nepomuceno, convocação do Sr. Luiz da Costa, que eu coloquei, eu quero gente... Estou mostrando, porque isso aqui é documento que eu vou levar.

A convocação do Sr. Ronaldo Grinaldi, ex-Subsecretário de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo. V. Exa... Nós somos do mesmo estado e sabemos desse escândalo ocorrido nas vísceras da polícia civil, da polícia militar, e foi desvendado pela Polícia Federal, que nós dois deveríamos ter todo o interesse do mundo de que ele fosse ouvido aqui.

Segundo, terceiro, quarto lugar, acareação entre o Sr. Nelson Tanure – esse aqui mandou interlocutor me procurar... Vocês são doidos, é? Você é doido? Você não me conhece, não, é? Para mandar interlocutor vir falar comigo, porra? Ele foi citado, Sr. Nelson Tanure, empresário e investidor...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, para concluir, por favor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... porque alguém o acusou.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Para concluir, por favor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Me dê dois minutos, Sr. Presidente, que eu concluo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Um minuto para concluir, por favor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Dois.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Por favor, um minuto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É... um minuto consigo não, já foi um.

Waldemir...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu vou passar a palavra para o Senador...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não desliga o microfone, não, por favor.

... fundador da Esh Capital; Daniel Vorcaro, Presidente do Banco Master; convocação do Sr. José Renato Casagrande, Governador do Espírito Santo – ninguém deu bola.

Já vou encerrar, porque eu tenho três aqui: encaminhamento das imagens das câmeras de segurança da carceragem da Superintendência Regional de Polícia Federal em Belo Horizonte, Minas Gerais, referente ao período de custódia do Sr. Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, o chamado Sicário, que até hoje não tem nada aqui. Tem uma manifestação da família dizendo que nem a família foi chamada, nem a família sabe o dia que ele morreu, como morreu, e não deixaram a família ver o corpo.

Trazer a esta Comissão a convocação do Sr. Erildo Rosa Júnior Pimentel, civil do Estado do Espírito Santo; convocação do Sr. Eduardo Tadeu Ribeiro Batista Cunha, policial civil do Estado do Espírito Santo; convocação do Sr. Richard Murad Macedo, Superintendente Regional da Polícia Federal do Estado de Minas Gerais, para explicar a morte do Sicário.

Eu li todo o relatório do Senador Alessandro, o seu esforço e contorcionismo – volto usando essa palavra de uma maneira não pejorativa – para responder um pouco à sociedade, mas o que fica no seu relatório, eu já findo, é o pedido de indiciamento de Gilmar Mendes, de Toffoli, que comete crime, que tem cassino, que tem jogatina, que tem máquina de caça-níquel dentro do seu *resort*, o Toffoli Tayayá...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... o indiciamento de Alexandre de Moraes, um criminoso, violador de direitos humanos, e isso tem no seu relatório, e é isso, tão somente, que vai ficar. Que Deus tenha misericórdia deste país que blinda e esconde bandidos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Com a palavra, Senador Marcos do Val. Eu só pediria brevidade na intervenção, por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (AVANTE - ES. Pela ordem.) – Bom, eu quero só entender, porque eu estou presente aqui no sistema. Eu estou aqui porque, às 9h01, eu marquei presença aqui, pode comprovar, e no painel não está aparecendo meu nome, e eu soube que tiraram meu nome para colocar dois do PT que não estavam nem na lista.

Bom, eu quero só entender, porque eu estou presente aqui no sistema.

Inclusive, eu vou até falar para o povo brasileiro: Brasil, o sistema ainda opera com muita força aqui. Nós só temos uma chance, são as eleições agora deste ano, botar Senadores que não têm rabo preso e não compactuam com o crime organizado e têm coragem de estar aqui botando a cara a tapa. É vocês colocarem, ou recolocarem, ou reconduzirem para mais um mandato, porque não tem jeito. Eu já disse para vocês: nada vai mudar se não for nas eleições agora deste ano.

Eu estou aqui, está presente – entrando no sistema, eu estou presente na sessão como titular –, e agora apareceu no painel que eu não estou mais como titular. Então, o sistema já dominou essa CPI. Eu já disse desde o início que até o Presidente não tinha nem assinado o requerimento para abertura da CPI e está assumindo a Presidência. Então, não é da pessoa que estou dizendo, é da função que ele exerce aqui, como Presidente. Quer dizer, o Governo presidindo a CPI do Crime Organizado, onde o Governo é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vou dizer para vocês, Brasil: até 2018, assim como o PCC e o Comando Vermelho, o PT vai ser incluído também como grupo narcoterrorista! Os órgãos internacionais vão incluir o PT. Está avisado para o Brasil e para o mundo isto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado. Eu só queria deixar claro ao Senador Marcos do Val que esta Presidência recebeu o ofício da S. Exa. o Senador Davi Alcolumbre, comunicando a substituição e estabelecendo o senhor como não membro desta Comissão.

Agora, passamos à leitura do relatório final da Comissão, elaborado pelo Relator Alessandro Vieira.

Passo a palavra ao Relator para que faça a leitura do seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Colegas Senadores e Senadoras, esta CPI, ao longo de toda a sua jornada, teve que ultrapassar uma série de obstáculos. A expressão que o Senador Magno Malta utiliza é a do contorcionismo, e vou ter que adotar mais um pouco disso agora para que a gente não caia no risco que o meu Presidente, querido Senador Fabiano Contarato, alertou, que é de coincidência...

Pois não?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone.*) – Ele quer se manifestar?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – O senhor quer se manifestar?

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Não, agora não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito, então retomo.

O Presidente Fabiano Contarato me alertou com a questão da instalação, abertura da sessão plenária, que interromperia a possibilidade de votação. Embora, nesses sete, quase oito anos, isso nunca tenha acontecido, tanta coisa que nunca aconteceu acontece, eu vou pedir licença aos senhores, senhoras e ao Presidente para ir diretamente à parte mais dispositiva do relatório, que são as sugestões, encaminhamentos, e apresentando tópicos e comentários dentro desse formato, uma vez que o relatório é público, já foi dado por lido, não há por que se gastar tempo.

Com a vênua de V. Exa. e dos colegas, eu inicio pelas propostas legislativas.

Item 10.2., especificamente 10.2.1. Modernização de mecanismos de combate a organizações criminosas.

A legislação contra organizações criminosas estruturadas demorou a ser implementada efetivamente no Brasil em razão da impossibilidade de criação de tipos penais por meio de acordos internacionais, exigindo-se legislação penal estrita (lei ordinária).

É assim que determina o princípio da estrita legalidade aplicável à nossa legislação penal, bem como os tratados internacionais a respeito ao tema.

Mesmo com a edição da Lei nº 12.694, de 2012, que dispõe sobre processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas, não houve a criação, de fato, do tipo penal "organização criminosa".

Essa lacuna só foi preenchida em 2013, por meio da Lei 12.830, comumente denominada de Lei das Organizações Criminosas, ou Lei das Orcrim, que criou o referido tipo penal no art. 2º, *caput*, apenado com três a oito anos, e multa.

Apesar dos avanços normativos, a Lei das Orcrim não atendeu à demanda social legítima de punição de grupos criminosos cujas condutas destoavam de meras organizações.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As facções criminosas e outras organizações estruturalmente organizadas para a prática de condutas como domínio territorial e de cidades, extorsões cotidianas de comunidades inteiras e outros atos devem ser tratadas com rigor penal muito mais acentuado.

E isso se dá agora, só, muito recentemente, com legislação sancionada no ano de 2025, aprovado o Projeto Antifacção. E aí faço um descritivo do antifacção, mas registro, por oportuno, que aquela proposta, aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente da República, optou por não fazer alterações legislativas nas leis pré-existentes, como é o caso da Lei das Organizações Criminosas.

O marco optou por criar novas figuras: o crime de domínio social estruturado, pena de 20 a 40, de forma a responder à atuação criminosa em curso em várias cidades brasileiras, como nas comunidades periféricas da cidade do Rio de Janeiro. Teve a previsão, num rol extenso, de causas de aumento de pena.

Além disso, a Lei de Execução Penal também sofreu alterações, recrudescendo as exigências para a progressão de regime. Na Lei Antidrogas, na Lei de Lavagem de Capitais, foram introduzidas importantes modificações, sempre no sentido de aumentar a severidade penal e endurecer o regime de progressão penal para as condutas nelas previstas.

Mas aí chamo a atenção dos senhores para o seguinte ponto: o foco do texto aprovado, ao final, pelo Congresso Nacional, operou-se sobre a chamada organização criminosa ultraviolenta, ou facção criminosa, definida como "o agrupamento de 3 (três) ou mais pessoas que emprega violência, grave ameaça ou coação para impor controle territorial ou social, intimidar populações ou autoridades ou atacar serviços, infraestrutura ou equipamentos essenciais ou que pratica atos destinados à execução dos crimes tipificados".

Aqui, no Senado, nós tínhamos avançado no tocante à prática de crimes por organizações criminosas que não são de extrema violência. E agora tratamos da necessidade de retomada desses pontos.

Destaco os pontos que entendo relevantes: criação de novos mecanismos de obtenção de elementos de prova, o aprimoramento já existente na Lei das Ocrims e outras, como, por exemplo, na Lei das Interceptações Telefônicas; o aprimoramento do financiamento da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança pública, principalmente baseado no aumento do Fundo Nacional de Segurança Pública; o bloqueio cautelar e emergencial de bens ligados ao delito de lavagem de dinheiro, bem como a submissão de pessoas físicas e jurídicas ligadas a serviços de advocacia e consultoria jurídica ao controle específico previsto no art. 9º da lei – e aí cito aqui a referência legal –; regulamentação aprofundada do setor de combustíveis por meio da alteração das Leis 9.478 e 9.847, visando maior controle sobre esse segmento econômico, considerando que tenha sido amplamente utilizado pelas organizações criminosas para lavar dinheiro ou para a criação de empresas de fachada; e mecanismos para regularização de pessoas jurídicas residentes no Brasil que tenham ofertado produtos ou serviços de aposta de cota fixa, *bets*, sem previsão, sem autorização legal.

E aí nós temos aqui o texto da proposta legislativa resgatada, nas páginas 115 a 148.

E aí, nesse ponto, acho importante, Presidente, até para já antecipar um debate vazio: não se trata de forma nenhuma de criminalização das atividades de consultoria ou, muito menos, da advocacia, da qual nós somos orgulhosos membros potenciais. Se trata apenas de exigir a obrigação de reporte, como já é uma regra internacional – OCDE, todos os países mais sérios no combate à lavagem –, para que esses profissionais sejam obrigados a reportar, quando têm acesso a informações relativas ao possível manejo de ferramentas de lavagem de dinheiro.

É muito importante que a gente enfrente isso. Esse já é um debate que eu tenho feito com a OAB Nacional há, pelo menos, dois anos e meio. A OAB já estabeleceu comissão para tratar do assunto, mas ainda não conseguiu avançar.

Um segundo ponto, Sr. Presidente e colegas, é o aprimoramento da detecção e repressão de crimes financeiros. Cada vez mais, o Sistema Financeiro Nacional e o mercado de capitais têm sido utilizados pelo crime organizado para a prática de fraudes diversas e lavagem de dinheiro.

Os principais órgãos responsáveis pela regulação, supervisão e fiscalização do mercado financeiro, no Brasil, são o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários.

O Banco Central é o guardião da estabilidade do sistema financeiro nacional. É ele o responsável por regular e fiscalizar as instituições que captam, intermedeiam e movimentam



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos financeiros. Estão aí incluídos bancos, mas também cooperativas de crédito, instituições de pagamento e *fintechs* que atuam na concessão de crédito.

Já a CVM regula a emissão, distribuição e negociação de valores mobiliários. Seu papel é regular e fiscalizar o mercado de capitais, assegurando que as operações sejam transparentes, justas e alinhadas ao perfil de risco dos investidores.

Nos tempos recentes, a atuação desses órgãos reguladores tem se tornado mais desafiadora. Recentemente, tivemos o caso das Americanas, uma fraude contábil de aproximadamente R\$25 bilhões. Essa fraude não foi detectada nem por empresas de auditoria tampouco pela CVM. Essa fraude só veio à tona com o ingresso de um novo diretor, após anos de crime.

Em outro escândalo mais recente ainda, a Operação Carbono Oculto, deflagrada pela Polícia Federal em parceria com o Ministério Público do Estado de São Paulo, identificou que fundos administrados pela Reag Investimentos teriam sido usados para movimentar cerca de R\$250 milhões para uma das maiores organizações criminosas do país, o PCC.

E aí resalto para os colegas, pela brevidade do tempo que nos é disponibilizado, que a referência a cada uma dessas facções – a sua estruturação, a sua forma de atuação, o alcance histórico delas – está na parte inicial do relatório devidamente detalhada. Deixo de fazer a leitura em benefício da economia de tempo.

A Reag Investimentos também estaria envolvida no escândalo do Banco Master. Como demonstrado nesta CPI, identificou-se, no âmbito do Banco Master, um enorme esquema de captação da poupança popular, seguido de desvio e lavagem de dinheiro, com cooptação de altas autoridades com o intuito de tentar garantir a continuidade do funcionamento das fraudes.

Parte substancial dos valores captados da poupança popular foi desviado por meio de fundos administrados ou geridos pela Reag Investimentos. Conforme constatou esta CPI, foram utilizados diversos fundos de investimento para o trânsito contínuo desses valores, de modo a dificultar a identificação dos próprios valores e de seus efetivos proprietários. Além disso, fundos foram utilizados para inflar fraudulentamente valores de ativos em enormes proporções.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem paga a conta dessas fraudes é a sociedade brasileira. São os fundos de pensão, os pequenos investidores, os aposentados, pessoas de boa-fé que tiveram os recursos obtidos com o suor de seu trabalho simplesmente surrupiados.

É preciso aprimorar esses mecanismos de detecção e repressão desse tipo de conduta.

Avançamos no item seguinte, defendendo a melhor definição de competências entre CVM e Banco Central. E aí é importante acompanhar e fortalecer o debate que hoje há em andamento na CAE, desta Casa Alta do Parlamento, que cuida justamente da atualização das atribuições e mecanismos de controle, mas registro de plano que existe uma lacuna, sob o ponto de vista de financiamento e pessoal, nesses organismos, absolutamente marcante. É uma coisa impressionante o descaso do poder público para com atividades que são fundamentais.

Defendemos também, Sr. Presidente, maior efetividade na repressão a crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e mercado de capitais.

Defendemos a ampliação da transparência das pessoas jurídicas e dos fundos de investimento – eu mesmo sou autor dum projeto nesse sentido – para que seja mais simples e mais objetiva a identificação do chamado beneficiário final de pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras que tenham atividades no país. E aí aponto e relato as várias iniciativas e projetos de lei que correspondem ao que agora apresento.

Trato, Sr. Presidente, também do fortalecimento do Coaf e dos demais órgãos de controle financeiro. E aí já vamos, senhores, para a p. 159.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) desempenha papel central no combate aos ilícitos financeiros, especialmente à lavagem de dinheiro, ao atuar como a unidade de inteligência financeira do país. Por meio do recebimento e da análise de comunicações de operações suspeitas enviadas por instituições obrigadas, o Coaf identifica padrões atípicos de movimentação de recursos e produz relatórios de inteligência que subsidiam a atuação de órgãos como a Polícia Civil, Federal e o Ministério Público.

Essa atividade permite transformar dados dispersos em informações qualificadas, viabilizando a detecção precoce de esquemas ilícitos, o rastreamento de fluxos financeiros e a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desarticulação de organizações criminosas, sendo, portanto, elemento essencial para a efetividade do sistema de prevenção e repressão à lavagem de dinheiro.

E aí dou um passo atrás, Sr. Presidente e colegas, para reiterar: a lavagem de dinheiro, ao lado da corrupção, é alicerce fundamental da existência e do sucesso das organizações criminosas no Brasil e em qualquer lugar do mundo. Não há organização criminosa sem lavagem de dinheiro, não há organização criminosa sem corrupção.

E, por alarmante que seja – e os dados são todos juntados, a gente teve depoimento de profissionais, a gente teve juntada de documentos –, a fragilidade do Coaf é uma coisa absurda. O financiamento é inadequado, os equipamentos são inadequados, o quantitativo de pessoal é absolutamente inadequado. É urgente que o Executivo – e aí há de ser uma iniciativa do Executivo – faça os devidos investimentos para que a gente tenha a reestruturação integral desse órgão tão importante, desse agente tão importante no combate à criminalidade estruturada no Brasil.

E aí cito projetos de Flávio Arns, Soraya Thronicke, Damares Alves, Izalci Lucas e também da Deputada Tabata Amaral e do Deputado Rubens Júnior, todos eles voltados para o fortalecimento dessas atividades.

Por fim, ainda nessa seara, Sr. Presidente, reitero a necessidade de regulamentação do processo de cessão de precatórios e direitos creditícios. Quando se analisa a lavagem de dinheiro realizada pela Reag, estruturada juntamente com o Banco Master e demais coligadas, seja para atender o PCC, seja para atender a interesses outros, muito provavelmente ligados à corrupção de agentes públicos, se percebe o uso da ferramenta da cessão de precatórios e direitos creditícios, onde você tem a compra de um ativo e, depois, a sua revenda ou repasse por valor inflacionado, sendo uma atuação de difícil detecção por ausência ou insuficiência de regulamentação.

Apresentamos projeto de lei nesse sentido, está aqui também, às pp. 164 e 165.

Inserimos sugestões que ampliam, de forma significativa, a robustez da lei que trata do combate à lavagem de dinheiro, que é a Lei nº 9.613, de 1998. Defendemos, Sr. Presidente e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colegas, que se avance na regulamentação do *lobby* como medida estrutural de prevenção à captura de Estado.

E aí é importante uma distinção para quem nos acompanha: o *lobby* no Brasil não é regulamentado, ao contrário da maior parte dos países no mundo. A consequência é que o *lobby* no Brasil se confunde, muitas vezes, com cooptação e corrupção de agentes públicos. Essa zona cinzenta é de interesse exclusivo do crime e, infelizmente, este Congresso há muitos e muitos anos patina nas tentativas de regulamentação básica que seja da atuação de *lobby*, porque o *lobby* pode ser, e é em qualquer lugar do mundo, uma atividade legítima desde que siga regras de transparência, integridade e mecanismos de supervisão e responsabilização.

Então, aqui referimo-nos ao substitutivo apresentado ao projeto de lei em 2014, que, salvo engano, se encontra sob a relatoria do Senador Efraim, e hoje tramita, também salvo engano, na CAE. É importantíssimo... Na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do Senador Efraim Filho. É importante. E solicitamos, na parte final do dispositivo, a celeridade na aprovação desse PL.

Apresentamos, também, sugestões de aperfeiçoamento do controle interno e externo da administração pública, Sr. Presidente. E aí fazemos algumas inovações, trazendo experiências de países que já avançaram mais nessa coisa da transparência e do controle interno e externo. Primeiro, tratar de forma mais cuidadosa da regulamentação das pessoas politicamente expostas. As pessoas politicamente expostas são centrais nos modelos antilavagem de dinheiro adotados pelo mundo afora. O conceito de pessoa politicamente exposta, as PEPs, diz, em síntese, que são pessoas singulares a quem estão ou foram cometidas funções públicas proeminentes, bem como os membros próximos de sua família ou pessoas conhecidas que, com elas, estreitamente sejam associadas. Ressaltamos que a qualificação de um cidadão como pessoa exposta politicamente não tem o objetivo de rotular ninguém como agente público potencialmente corrupto, mas apenas reconhecer, a exemplo do que ocorre no direito comparado, que indivíduos que exercem ou exerceram relevantes funções públicas são mais sujeitos a risco e, portanto, devem estar mais submetidos à transparência, à atuação expressa nesse sentido. E aí apresentamos projeto de lei nesse sentido, que reforça a regulamentação e que garante uma maior transparência no tocante às atividades econômicas das pessoas expostas politicamente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sugerimos também, Sr. Presidente, a criação de um sistema de declaração de bens e direitos de servidores públicos. A integridade da administração pública exige que agentes públicos estejam submetidos a padrões reforçados de transparência e controle, compatíveis com as funções que exercem. Assim, o monitoramento da evolução patrimonial constitui um instrumento essencial para a detecção de enriquecimento ilícito, recebimento de vantagens indevidas e práticas de corrupção e improbidade administrativa. Nesse contexto, apresentamos, a seguir, proposta legislativa que institui um sistema moderno, integrado e orientado por dados, apto a permitir o controle efetivo da evolução patrimonial dos agentes públicos.

Em termos concretos, o que esse projeto prevê? A obrigatoriedade de declarações eletrônicas detalhadas de bens e valores, abrangendo não apenas o agente público, mas também seu cônjuge e filhos; a inclusão de informações sobre participações societárias relevantes, com extensão à situação patrimonial de pessoas jurídicas, quando houver concentração significativa de cotas; criação de sistema eletrônico de ajustes de bens e valores, com a finalidade de armazenar, cruzar e analisar dados patrimoniais, permitindo a identificação de inconsistências e variações atípicas; atribuição também da gestão do sistema aos órgãos de controles – controladorias, tribunais de contas –, garantindo institucionalidade e independência na análise das informações; e, por último, a previsão de sanções rigorosas, inclusive demissão, no caso de omissão ou prestação de informações falsas.

E aí, Presidente Fabiano Contarato, faço aqui uma citação de uma referência que tem um jeito rude, mas muito legítimo, da ex-Senadora Heloísa Helena, que disse, com todas as letras, que quem enriquece na política, se não ganhou na Mega-Sena, é ladrão. Não há como enriquecer na política. Não há como evoluir patrimonialmente de forma significativa e expressiva na condição de servidor público, salvo por eventos extraordinários, e aí ela se refere a uma felicidade de um sorteio na Mega-Sena.

Apresentamos também, Sr. Presidente, uma proposta de autorização para auditoria patrimonial aleatória de agentes públicos. Existe, Sr. Presidente e colegas, uma preocupação legítima da sociedade brasileira com o aumento do patrimônio de pessoas que exercem altas funções públicas, sobretudo diante da recorrência de escândalos envolvendo enriquecimento ilícito. Não são poucas, não são raras as notícias de um agente público A, B ou C participando de leilões milionários de gado ou de cavalos, fazendo parte de empreendimentos também de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dezenas de milhões de reais no setor imobiliário, usufruindo e ostentando um padrão de vida compatível apenas com a de empresários milionários, mas que são apenas agentes públicos.

Então, nesse contexto, a realização de sindicâncias patrimoniais por amostragem, mediante seleção aleatória de autoridades ocupantes de carros relevantes, apresenta-se como instrumento eficaz sob dois aspectos: de um lado, permite identificar irregularidades que dificilmente viriam à tona por outros meios, podendo, inclusive, desencadear investigações mais amplas; e, por outro, exercendo um relevante efeito dissuasório, ao criar a percepção de que qualquer agente pode ser submetido a escrutínio a qualquer momento. Isso tem alicerce, tem base na convicção de que todos devem ser iguais perante a lei. É aquela dúvida que permeia a vida de qualquer cidadão brasileiro comum: por que eu caio na malha fina do Imposto de Renda? Porque declarei de forma equivocada um recibo do dentista? Mas eu vejo evoluções patrimoniais milionárias e circulação de dinheiro na escala que presenciamos nos escândalos que passaram por essa CPI e não há notícia de admoestação pela Receita ou por outro agente. E aí descrevemos esse formato. O projeto de lei está apresentado às pp. 180 e 181.

Defendemos que a gestão de informações para a detecção de corrupção de funcionários públicos tenha centralização nas controladorias, com referência específica e facilitação de acesso de dados para a CGU. E aí a proposta está aqui nas pp. 182 a 184.

Defendemos a aprovação de um marco legal da atividade de inteligência, Sr. Presidente, porque a atividade de inteligência é fundamental para o combate ao crime organizado. E o órgão público, de todos esses que foram aferidos pela CPI, por esse Relator, o que tem a situação mais trágica é justamente a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A Abin tem 80% de cargos vagos no seu quadro efetivo. Isso a imobiliza completamente, inviabiliza completamente. E a atividade de inteligência é fundamental para a tomada de decisão. E aí se separa: uma coisa é a atividade de inteligência para a segurança pública, outra coisa é a atividade de inteligência pura, focada na segurança nacional, focada na construção de informações para a tomada de decisão de agentes públicos. Então, sugerimos essa atualização. Nós temos um projeto que, inclusive, vai hoje a Plenário, que trata desse tema e que a gente espera ver aprovado hoje, ainda nesta tarde, na sessão plenária.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Avançando mais para o final do dispositivo, Sr. Presidente, tratamos da modernização do sistema socioeducativo e da legislação infracional. E aí faço uma longa citação do nosso modelo, a constatação de que o Brasil é seguramente o país, entre aqueles que se podem comparar com o nosso tamanho, envergadura e desenvolvimento socioeconômico, que tem o tratamento mais leniente com adolescente infrator e que menos cuida de criança, adolescente e vítimas.

Então, reiteramos, ao final deste arrazoado, a importância da conclusão da tramitação do Projeto 1.473, de 25, que é da autoria do Senador Fabiano Contarato, que foi aprovado pelo Senado, que hoje se encontra na Câmara dos Deputados e que altera as regras para que, no caso de atos infracionais praticados com violência ou grave ameaça, o prazo de internação possa ser de até cinco anos e, se o ato doloso for contra a dignidade sexual da vítima ou resultar em morte, esse prazo de internação possa ser de até dez anos. E, aí, para quem não acompanha a legislação, hoje se limita a três anos. Então, o projeto foi muito bem instruído, muito bem elaborado pelo Senador Fabiano, relatado, à época, pelo Senador Flávio Bolsonaro.

Apresentamos, também, à p. 193, no item 10.2.7, uma proposta de alteração legislativa que toca no funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito.

As Comissões Parlamentares de Inquérito estão presentes na Constituição Federal em seu art. 58 e têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Esses poderes devem ser entendidos no prisma da teoria dos poderes implícitos, a qual defende que, ao ser concedido determinado poder a um órgão do Estado, também se lhe devem ser concedidos todos os meios para que efetivamente exerça sua função institucional em sua plenitude. E aí estou citando aqui julgados que vão de Cezar Peluso a Gilmar Mendes.

Entretanto, experiências recentes demonstram que os poderes de investigação das CPIs estão sendo progressivamente limitados, de forma inconstitucional, inclusive por sequenciais decisões monocráticas de ministros da Suprema Corte, em franca violação à Constituição Federal, da qual deveriam ser fiéis guardiões.

Um dos problemas verificados na recente CPMI do INSS e que também teve consequências nesta CPI do Crime Organizado foi a decisão adotada monocraticamente pelo Ministro Dino, que questionou o modo de votação de requerimentos de quebras de sigilo. Veja,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a quebra de sigilo segue, obedece a requisitos de fundamentação e individualização, mas a forma de votação é uma escolha, naturalmente, desta Casa ou da Casa Legislativa onde estiver em andamento a votação. Por essas razões, apresento o projeto de lei que traz o detalhamento do que pode e do que não pode atuar numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Esse projeto está nas pp. de 194 a 196.

Avançamos também, Sr. Presidente, no item 10.2.8, p. 197, na questão do Código de Ética para os tribunais superiores.

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito se deparou com fatos extremamente graves relacionados à conduta ética de ministros, em especial da nossa Suprema Corte.

Ao contrário dos demais membros dos órgãos do Poder Judiciário, sujeitos ao controle dos respectivos tribunais, corregedorias e do Conselho Nacional de Justiça, os ministros do STF submetem-se a um regime disciplinar e ético muito menos rigoroso, o que, muito provavelmente, possibilitou a ocorrência de fatos altamente suspeitos.

Alguns dos fatos graves, noticiados amplamente pela imprensa, estão sendo objeto de investigação criminal, o que retira sensivelmente a credibilidade do Poder Judiciário como um todo. Descrevemos essas condutas no tópico 5 e no tópico 10.1, que trata dos indiciamentos.

Infelizmente, as denúncias de irregularidades não se limitam aos membros do STF, autoridades que deveriam ser as mais zelosas pelo decoro, pela respeitabilidade e pela honra do órgão a que pertencem. Há inúmeros casos graves também em outros órgãos de cúpula do Poder Judiciário, em especial nos tribunais superiores. Esses órgãos concentram causas de extrema relevância para o país, pois decidem questões jurídicas em sistemáticas processuais próprias, gerando precedentes de obediência obrigatória pelos demais juízes de hierarquia inferior.

Apesar de todo esse quadro que merece extrema preocupação, autoridades como o PGR estão, até o momento, silentes. Recentemente, inclusive, uma decisão altamente questionável do Ministro Gilmar Mendes tentou conferir ao PGR a atribuição exclusiva de denunciar crimes de responsabilidade praticados por ministros do Supremo, em descabida e ilegal manobra para



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reduzir as prerrogativas constitucionais que são deste Senado Federal, o que prejudicaria ainda mais a apuração de infrações ético-disciplinares.

Lamentavelmente, observamos que as tentativas de adoção de um código de ética, de iniciativa do Presidente Edson Fachin e de relatoria da Ministra Cármen, têm sofrido fortes questionamentos dentro e fora da corte. Diante desse quadro, entendemos que é urgente e imprescindível a atuação conjunta do Congresso Nacional, por meio de uma emenda à Constituição, para que haja maior rigor ético no regime jurídico aplicável aos membros de tribunais superiores.

E aí apresento, pp. 197 a 200, uma proposta de PEC que nada mais faz, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, do que traduzir na Constituição o que já é regramento de obrigação moral e institucional para qualquer membro da magistratura. Não há inovações, não há restrições de maior vigor para com os ministros.

E aqui abro um parêntese, Sr. Presidente, para apontar a necessidade urgente de que este Senado ajude o Brasil e ajude a Suprema Corte a superar o que me parece um complexo de Luís XIV. Luís XIV era aquele Rei francês... A fama ficou para o XV, mas, na verdade, o XIV é que aparentemente dizia esta frase: "O Estado sou eu". Nós temos ministros que efetivamente incorporam esse espírito ao dizerem ou entenderem que críticas direcionadas à conduta individual deles se traduzem como críticas à democracia ou críticas à instituição Supremo. Isso não corresponde à verdade. Os ministros, assim como nós Senadores, Parlamentares, são seres humanos, cometem erros, eventualmente podem cometer crimes, precisam estar submetidos ao controle e à fiscalização – eles, mais ainda, dada a relevância do cargo que ocupam. Tenho dito também várias vezes, Presidente, que o uso da toga não gera impunidade e imunidade plena para ninguém.

Então, apresentamos essa PEC e espero colher assinatura e apoio e depois a aprovação dos colegas.

No ponto das recomendações, Sr. Presidente, tratamos da necessidade urgente do fortalecimento das instituições de combate ao crime organizado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segurança pública desponta como um dos maiores problemas dos brasileiros, segundo diversas pesquisas recentes. Em uma das pesquisas do Ipsos, 41% dos entrevistados mencionaram crime e violência como sua principal preocupação.

E aí sigo: o Poder Executivo, por excelência, é o maior condutor das políticas públicas dentro de um sistema presidencialista, como é o brasileiro. Apesar de o Legislativo também ter sua cota de responsabilidade na formulação de políticas públicas, especialmente no aspecto normativo, é a administração pública, em sentido estrito, a principal executora das funções estatais que impactam o dia a dia da população brasileira.

Conforme se diagnosticou neste relatório e ao longo da CPI, há mecanismos efetivos de combate ao crime organizado que já existem, mas que precisam ser fortalecidos. A carência de recursos e a carência de pessoal demandam ações que são de iniciativa privativa do Poder Executivo. Nesse sentido, recomendamos apenas seis itens:

Apresentação ao Congresso Nacional de um projeto de lei (PLN) de crédito adicional para o exercício de 2026, que contemple a suplementação da dotação discricionária da Polícia Federal para que atinja ao menos R\$2,5 bilhões. E esse não é um número aleatório, esse é um número que corresponde ao valor indicado como necessário pelo Diretor-Geral e pelos seus assessores, aqui presentes na Comissão Parlamentar, para que a Polícia Federal possa efetivar o seu trabalho nas fronteiras, no combate estruturado ao crime organizado no Brasil.

Deveremos também... Recomendamos também o restabelecimento da dotação do Funpen (Fundo Penitenciário) a um patamar compatível com as demandas do Sistema Penitenciário Federal. O Sistema Penitenciário no Brasil tem uma lacuna de 200 mil vagas. Não existe política séria que implique combate ao crime, o que resvala naturalmente em prisões, que não cuide do sistema prisional. O sistema prisional no Brasil virou ao mesmo tempo um depósito de gente e um escritório do crime. Nós precisamos enfrentar.

Foi muito marcante, muito ilustrativo o momento da famosa Operação Contenção, no Estado do Rio de Janeiro, onde você tinha um confronto armado na Penha, com 120, 130 mortos, inclusive cinco policiais, 17 policiais feridos, e, simultaneamente, líderes do tráfico dentro de uma unidade prisional do mesmo Estado do Rio de Janeiro discutiam quais seriam as



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas de retaliação. Isso tudo está filmado. E o Estado fecha os olhos e finge que nada aconteceu.

Se a gente quer tratar de verdade isso, tem que meter a mão do bolso e tem que tratar de orçamento. Que o Governo Federal autorize a nomeação para os cargos vagos existentes da Polícia Federal, Rodoviária Federal, Senappen, Abin, Receita, CVM e Banco Central e que encaminhe, se for necessário, e realize concurso público para o preenchimento das vagas. Não dá para ter órgãos tão importantes, tão fundamentais atuando em desalinho completo com aquilo que os países sérios fazem. A gente brinca de fazer segurança pública no Brasil. A gente faz muito discurso e atua muito pouco na prática.

Sugerimos também que seja reavaliada a estrutura do Coaf, apresentando alteração legislativa para que ele passe a contar com quadro próprio de servidores e seja compatível com a gravidade e a importância das atividades desempenhadas, e que se realize, depois, concurso público para o preenchimento de vagas. Esse estudo já foi apresentado à Ministra Esther e não teve ainda resposta com a apresentação da proposta legislativa.

Sugerimos também a proteção das receitas de apostas esportivas e loterias federais, que hoje são destinadas ao Fundo Nacional de Segurança Pública. Que elas sejam protegidas da incidência da desvinculação por meio de emenda constitucional ou mecanismo legislativo equivalente que permita recuperar o fluxo de financiamento da segurança pública que essa regulamentação das *bets* permitiria. E aí retorno no texto do relatório, em que está descrito detalhadamente: um financiamento que tinha potencial de 2,5 ou 2,6 bilhões, quando da desvinculação, cai para 1 bilhão ou menos. Então, a gente precisa enfrentar isso.

E a modificação do plano plurianual para incluir o Sistema Nacional de Segurança Pública e Inteligência no horizonte de quatro anos e detalhamento das suas necessidades de custeio, investimento e pessoal por órgão, instrumento cuja ausência foi a principal lacuna identificada nas audiências, em que os dirigentes dos órgãos declararam reiteradamente não serem capazes de quantificar o quanto seria necessário precisamente para atender às suas missões institucionais.

Sugerimos também, Sr. Presidente – está na p. 201 –, a criação do ministério específico, ministério próprio, o Ministério da Segurança Pública. E aí recorde que foi uma promessa de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campanha dos dois candidatos no segundo turno: o Presidente Lula e o ex-Presidente Bolsonaro. Os dois prometiam a criação do ministério, e, até hoje, isso não aconteceu. E não é à toa essa sugestão, ela é de base técnica, porque, no curto espaço de tempo em que o Brasil teve um ministério específico, logrou grandes avanços. Especialmente na gestão do Ministro Jungmann, você teve um avanço com uma série de programas, uma concentração melhor de atividades, e tudo isso me parece relevante. Fazemos essa indicação por meio de proposição, propondo, sugerindo ao nosso Presidente, ao Líder do Executivo que faça a recriação desse Ministério da Segurança Pública.

No item 10.3.3, Sr. Presidente, tratamos de estratégias para o enfrentamento da criminalidade organizada que domina territórios. O enfrentamento da criminalidade organizada é política pública altamente complexa, que demanda atuação em diversas frentes: administrativa, legislativa e judicial. Do ponto de vista legislativo, com a recente aprovação do PL antifacção, entendemos que, ao menos do ponto de vista do enfrentamento normativo, passamos a ter penas bastante severas, de 20 a 40 anos, para este tipo de conduta: domínio territorial.

Entretanto, a previsão normativa de penas em abstrato não é suficiente para combater a criminalidade, exigindo-se, igualmente, que o Poder Judiciário e o Ministério Público, entre outros órgãos atuantes na persecução penal, compreendam a premente necessidade de combater com a devida rigidez os delitos. A Lei 15.358, de 26, além de prever aumentos de pena, também restringiu severamente a progressão de regime para determinados crimes de alta gravidade. Nesse e em outros casos, esperamos que os dispositivos legais sejam respeitados e mantidos em vigor, por representarem legitimamente o desejo popular de enfrentamento à criminalidade.

O que desperta maior complexidade, entretanto, é justamente a atuação administrativa, ou seja, a efetiva ação operacional do Estado contra as organizações que dominam espaços importantes do território nacional.

Em primeiro lugar, deve-se reconhecer que o combate às atuais organizações criminosas e violentas que atuam no Brasil, principalmente aquelas que despontam no âmbito nacional e internacional – e aí falo de Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital, ao menos –, não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é tema exclusivamente afeto à segurança pública. É preciso avançar com acesso a serviços públicos complexos, mas o primeiro passo há de ser a retomada do controle territorial pelo Estado.

E aí fazemos um relato de estratégias anteriores já utilizadas, da necessidade da desfavelização de locais, urbanização adequada, inclusão e acesso à educação, creches e tudo mais. Todo esse relato desemboca na sugestão seguinte, que é uma sugestão de análise pelo Executivo federal da hipótese de intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro concentra, de forma singular no cenário nacional, um conjunto de fatores que tornam a intervenção federal na área de segurança pública medida não apenas constitucionalmente cabível, mas operacionalmente indispensável. A crise fluminense transcende os limites de um problema ordinário de segurança pública: trata-se de uma situação de comprometimento estrutural da soberania estatal sobre parcelas significativas de seu território, agravada pela infiltração sistêmica do crime organizado nas instituições públicas estaduais, circunstância que compromete a própria capacidade do ente federado de conduzir, com autonomia e idoneidade, as ações de enfrentamento necessárias.

O Rio de Janeiro é o único estado da Federação que concentra, simultaneamente, a atuação de facções criminosas originárias do sistema prisional, como o Comando Vermelho e o Terceiro Comando Puro, e de milícias armadas de origem paraestatal, herdeiras dos antigos esquadrões da morte e grupos de extermínio. Essa dupla dimensão criminal – facções e milícias – gera dinâmicas próprias de disputa, reacomodação e, em casos crescentes, de hibridização, com o surgimento das chamadas "narcomilícias", que combinam métodos de extorsão e controle paramilitar típicos das milícias com a exploração do comércio ilegal de entorpecentes. A complexidade dessa configuração criminal não encontra paralelo no restante do país e exige, por si só, uma resposta estatal de magnitude correspondente.

A história recente demonstra, ademais, que as iniciativas estaduais de enfrentamento, embora por vezes meritoriamente concebidas, têm sistematicamente fracassado pela ausência de continuidade e pela própria vulnerabilidade das instituições estaduais à captação criminosa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí cito programas, como foi o caso das UPPs, que tiveram um breve sucesso, mas, logo em seguida, foram descontinuadas. Falo do Programa Cidade Integrada, que, da mesma forma, não logrou resultados sustentáveis. O próprio Governo do Estado do Rio de Janeiro, no Plano Estratégico de Reocupação Territorial apresentado ao Supremo em dezembro de 2025, reconhece expressamente as falhas das experiências anteriores, como as UPPs e o Cidade Integrada, e a necessidade de uma governança de longo prazo para evitar a retomada dos territórios pelo crime na hipótese de ocupação pelo poder público.

Nesse cenário... E aí justifico e fundamento qual seria a necessidade e a oportunidade de uma intervenção, mas faço registro de que a intervenção – caso seja essa a decisão a ser tomada por quem tem a capacidade privativa para tanto, que é o Presidente da República – deve ser limitada à área da segurança pública, tal como a anterior, preservando-se as demais competências do Governador de estado.

O interventor deve assumir o controle operacional dos órgãos estaduais da segurança pública, incluindo polícias, administração penitenciária, corpo de bombeiros e perícia, de forma a assegurar unidade de comando e integração das ações.

Diferentemente da experiência de 2018, a nossa sugestão aponta que é imprescindível que a intervenção contemple um eixo robusto de enfrentamento patrimonial e financeiro às organizações criminosas, com atuação coordenada da Polícia Federal, Receita e Coaf, no combate à lavagem de dinheiro, captação ilegal de recursos e ao financiamento das facções e milícias. A mera ação repressiva, como demonstrada pela Operação Contenção e várias outras operações anteriores, não logra desarticular organizações cujo poder econômico é capaz de reconstituir estruturas em curto espaço de tempo.

Outro ponto de extrema importância diz respeito ao prazo de intervenção, que deve ser o suficiente para permitir a consolidação das ações, evitando-se repetir o padrão de 2018, onde a duração de dez meses foi claramente insuficiente para gerar mudanças estruturais.

Parece-nos também, Sr. Presidente e colegas, que a intervenção deva se revestir de caráter eminentemente civil, com o interventor vinculado diretamente à Presidência e sujeito ao controle político do Congresso Nacional e ao controle judicial do Poder Judiciário. A eventual utilização de efetivos das Forças Armadas deve ocorrer de forma subsidiária e circunscrita a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operações específicas de retomada territorial, em coordenação com as forças policiais, sem que se confundam as funções de defesa nacional com as funções de segurança pública. O monitoramento por órgãos de controle, como o MPF, a Defensoria Pública da União e o Conselho Nacional do Ministério Público, também é indispensável para assegurar que a intervenção observe estritamente limites constitucionais e o respeito a direitos fundamentais.

É fato que a intervenção federal é medida excepcionalmente grave, impõe restrições à autonomia do ente federado e acarreta consequências políticas significativas, como, por exemplo, a impossibilidade de aprovação de emendas constitucionais durante sua vigência. No entanto, a gravidade da situação no Rio de Janeiro é proporcional a essa excepcionalidade. São milhões de brasileiros que vivem hoje sob o jugo de organizações criminosas armadas, sem que o Estado consiga lhes assegurar os direitos mais elementares: direito à vida, à propriedade, à liberdade de ir e vir, acesso a serviços públicos e participação no processo democrático. Quando a Constituição traz a previsão da intervenção pensa, justamente, em situações como essa.

Diante do exposto, a gente faz essa recomendação.

Faço aqui uma análise rápida da questão da discussão, já em grande parte superada no tocante à potencial qualificação de facções criminosas e violentas como entidades e organizações terroristas. Aponto as vantagens e desvantagens dessa definição e aponto que, sob o ponto de vista normativo, punitivo, não há nenhum ganho em fazer isso e, pelo contrário, se colocam em risco, de forma intensa, interesses de soberania e de comércio internacional do Brasil.

Dito isso, Sr. Presidente, retomo à parte inicial de encaminhamento de sugestões para tratar dos indiciamentos. Fiz nesse formato para que as pessoas pudessem compreender que o relatório ataca, alcança diversos pontos. O indiciamento é apenas um ponto, um fragmento, que eu diria de 10% do relatório como um todo, mas que, naturalmente, tem uma repercussão porque se trata de medida inédita. E aí passo, Sr. Presidente, se o senhor me permite, a este ponto específico, o ponto dos indiciamentos.

Embora se trate de ato cotidiano em Comissões Parlamentares de Inquérito, é oportuno apresentar a definição do ato de indiciamento. No dizer do Prof. Aury Lopes Júnior: "o indiciamento é o ato de atribuir a alguém a prática de determinado fato punível e [esse ato, o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indiciamento] pressupõe um grau mais elevado de certeza da autoria que a situação de suspeito". E cito a obra.

No mesmo sentido, é fundamental compreender a distinção entre os crimes comuns e os crimes de responsabilidade. Os crimes comuns são infrações penais julgadas pelo Judiciário, com penas de prisão e multa. Já os crimes de responsabilidade são infrações político-administrativas, julgadas pelo Legislativo, resultando em perda de cargo e inabilitação política. Dito isso, é consequência lógica a compreensão de que o mesmo fato pode configurar crime comum e crime de responsabilidade.

Essa distinção é determinante para a definição da competência, do rito processual e da própria finalidade da responsabilização. No caso de Ministros do Supremo e do Procurador-Geral da República, a competência para processo e julgamento por crime de responsabilidade é do Senado Federal, nos termos do art. 52, II, da Constituição da República, cabendo ao órgão Legislativo exercer, nessa hipótese, função jurisdicional de caráter político. Para os crimes comuns, eventualmente imputáveis a essas mesmas autoridades, a competência originária recai sobre o próprio Supremo Tribunal Federal, mediante provocação do PGR, art. 102, I-B, Constituição Federal, o que, como se verá adiante, suscita questões relevantes de imparcialidade e de autocontrole institucional.

Nesse sentido, a responsabilização por crimes de responsabilidade viabiliza o controle parlamentar efetivo sobre agentes públicos que, em razão do foro privilegiado da sua condição, somente poderiam ser processados por crimes comuns perante o próprio órgão a que pertencem. No caso dos Ministros do Supremo, a apuração de crimes comuns dependeria da atuação do próprio tribunal como julgador de seus pares, contexto esse insuficiente para assegurar a devida *accountability*.

Reitere-se, a opção de indiciamento pelos crimes de responsabilidade não exclui nem prejudica eventual apuração, em sede própria, de crimes comuns que possam ter sido praticados em conexão com os mesmos fatos, as esferas de responsabilização são autônomas e independentes.

É igualmente necessário explicitar que o *standart* probatório exigido para a configuração dos crimes de responsabilidade é, por natureza, menos rigoroso do que aquele aplicável aos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crimes comuns. No processo penal ordinário, vigora o princípio da presunção de inocência em sua máxima extensão, exigindo-se prova além de dúvida razoável para a condenação, prova essa que deve ser produzida sob o crivo do contraditório e aferida por magistrado togado, segundo critérios estritamente jurídicos.

Essa diferença de *standart*, de padrão não é acidental, mas decorre da própria finalidade do instituto. Como se ressaltou, enquanto o processo penal comum visa à aplicação de sanção punitiva – pena privativa de liberdade, restritiva de direitos ou multa –, o processo por crime de responsabilidade visa à proteção de ordem constitucional e da integridade das instituições, removendo do cargo o agente cuja conduta comprometa a confiança pública depositada na função.

Trata-se, portanto, de um juízo de adequação entre a conduta do agente e os deveres inerentes ao cargo, e não de um juízo de culpabilidade penal. Por essas razões, os indícios reunidos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, de variadas naturezas, são plenamente suficientes para fundamentar o indiciamento.

Considerando a flagrante limitação de recursos que esta Comissão Parlamentar de Inquérito enfrentou, agravada pelas enormes barreiras políticas e institucionais levantadas, na medida em que as informações sobre fatos relacionados a figuras imponentes da República se avolumavam, bem como observando a miríade de potenciais crimes comuns vislumbrados no curso das investigações, os quais podem ser também apurados pela via ordinária da persecução criminal, é razoável que a decisão desse Relator sobre indiciamento se concentre naqueles fatos e indivíduos que estão fora do alcance dos meios usuais de persecução e que podem ser sujeitos ativos de crime de responsabilidade.

Essa decisão ganha ainda maior relevo histórico e consistência, na medida em que se compreende que, numa República, todos devem ser tratados de forma isonômica perante a lei, mas que, ao mesmo tempo, se constata que, ao longo de mais de dois séculos, os integrantes de uma poderosa elite jamais tiveram suas condutas avaliadas com o rigor devido. O Brasil, ao longo da sua ainda breve jornada democrática, já testemunhou investigações, julgamentos e condenações de figuras de grande relevo, ocupantes de cargos no Executivo e no Legislativo, mas jamais de integrantes das altas cortes da Justiça. Deputados Federais, Senadores e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidentes da República, mesmo ostentando milhões de votos e intenso apoio popular, já foram, eventualmente, alvo de processos e condenações, o que, seguramente, contribuiu para o fortalecimento das instituições e para a consolidação democrática da nação, dentro de um conceito central, que é o de que todos são iguais perante a lei.

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, conclui a apuração dos fatos relativos à infiltração do crime organizado em instituições públicas e ao comprometimento de órgãos estatais por interesses privados de natureza criminosa, consolidando o seu papel irrenunciável como Poder Legislativo no exercício do sistema de freios e contrapesos, imprescindível para a higidez do Estado democrático de direito.

A responsabilização político-jurídica de agentes públicos é corolário inafastável do princípio republicano e do princípio da separação de Poderes. E aí, cito o saudoso Ministro e ex-Senador Paulo Brossard.

O dever de transparência, responsabilidade e prestação de contas do Poder Judiciário é, ademais, uma exigência do próprio conceito de democracia constitucional. E aí, cito os juristas Dieter Grimm e Oscar Vilhena Vieira para registrar ao final.

A presente investigação é compatível, portanto, com o exercício legítimo e constitucionalmente imperativo de controle Parlamentar sobre o Poder Judiciário, em defesa do equilíbrio institucional que a Constituição de 1988 consagra, e está perfeitamente integrada ao escopo desta CPI, na medida em que os fatos apurados estão intimamente ligados à atuação de organização criminosa já fartamente descrita e documentada.

No curso das investigações, foram colhidos indícios robustos, documentados e convergentes de que as autoridades a seguir nomeadas teriam incorrido em crimes de responsabilidade previstos na Lei 1.079, de 1950, em condutas específicas relacionadas, direta ou indiretamente, ao esquema investigado envolvendo Daniel Vercaro, o Banco Master S.A. e a rede de operadores a eles vinculados.

A CPI do Crime Organizado, portanto, no exercício das atribuições constitucionais e com fundamento no art. 58, §3º, da Constituição Federal, nos arts. 1º e seguintes da Lei nº 1.579,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem como nos arts. 40 e 41 da Lei nº 1.079, de 1950, determina o indiciamento das autoridades abaixo arroladas, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

E aí, senhores, eu já antecipo que chegamos a essa quadra, nesta CPI, por conexão inafastável de fatos. Em que momento a Comissão Parlamentar de Inquérito, que cuida do crime organizado, chega ao caso Master? Ela chega a partir da constatação de que um fundo ligado, um parceiro do crime, o fundo Reag, foi fartamente utilizado pelo Primeiro Comando da Capital para lavagem de dinheiro.

No passo adiante, percebemos que Reag e fundo Master dedicam uma parte significativa dos seus recursos, dos seus lucros, para a cooptação de agentes públicos, nas mais diversas esferas de poder.

E, por último, chegamos à ligação, documentada, desse mesmo grupo com os Ministros integrantes da nossa Suprema Corte. O indiciamento não é um ato de condenação. O indiciamento é um ato, um registro de que foram coletados suficientes indícios de determinada conduta.

E aí passo, especificamente, Sr. Presidente, ao primeiro item de indiciamento, referente ao Ministro José Antonio Dias Toffoli.

O indiciamento é pelo art. 39, pela incursão, no art. 39, 2, da Lei 1.079, de 1950 – Proferir julgamento quando, por lei, seja suspeito na causa.

Primeiro, vamos tratar do tipo legal e da sua finalidade. O art. 39, 2, da Lei 1.079 tipifica como crime de responsabilidade de ministro do Supremo Tribunal Federal o fato de – abro aspas – "proferir julgamento, quando, por lei, seja suspeito na causa".

A hipótese normativa não exige dolo específico nem a demonstração de que o julgamento foi proferido em favor do beneficiário da relação que gera a suspeição. O tipo se consuma com o mero ato de julgar encontrando-se em estado de suspeição objetivamente configurado. A *ratio legis*, a razão da lei, é proteger a administração da justiça da aparência de comprometimento, garantindo a imparcialidade do julgador e a confiança pública no Poder Judiciário.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A garantia de imparcialidade julgadora é consagrada no art. 8º,1, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que é o Pacto de São José da Costa Rica, e no art. 14, 1, também, do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, e integra o bloco de constitucionalidade brasileiro e constitui direito subjetivo das partes e pressuposto de validade de qualquer ato jurisdicional. Nesse sentido, o princípio *nemo iudex in causa sua* – em latim, ninguém pode ser juiz em causa própria – é reconhecido como norma fundamental do devido processo legal, aplicável tanto às hipóteses de suspeição como de impedimento.

Falo agora das hipóteses legais de suspeição e impedimento. Nos termos do art. 254 do Código de Processo Penal, o juiz é suspeito quando: (I) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes; (II) quando ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes; (IV) tiver aconselhado qualquer das partes; (V) for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes; ou (VI) se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

O art. 252, incisos I a IV, também do CPP, cuida das hipóteses de impedimento, sendo especialmente relevante o inciso I, que veda a atuação do juiz quando seu cônjuge ou parente tiver funcionado no processo como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da Justiça ou perito.

Ressalte-se ainda que o termo "suspeito" empregado pela Lei 1.079 abrange dogmaticamente tanto as hipóteses de suspeição como as de impedimento (causas objetivas e absolutas de presunção de parcialidade).

E aí trato agora, no item 3, da situação de suspeita objetiva do Ministro Dias Toffoli. O Ministro Dias Toffoli assumiu a relatoria do caso Banco Master no STF após acolher reclamação apresentada pela defesa de Daniel Vercaro, atraindo para a Corte investigação que tramitava na 10ª Vara Federal de Brasília, no âmbito da Operação Compliance Zero.

Nessa qualidade, praticou uma série de atos decisórios qualificados pela Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal como "atípicos", causadores de "legítima perplexidade institucional" e que representariam "afronta às prerrogativas legalmente conferidas aos delegados de Polícia Federal", conforme a nota pública, datada de 17/01.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre os atos praticados pelo Ministro Toffoli, destacam-se: primeiro, a imposição de sigilo máximo ao processo, em 2 de dezembro; segundo, a determinação de lacração e acautelamento, no STF, dos celulares apreendidos de Vorcaro e de Nelson Tanure, retirando-os do controle pericial da Polícia Federal; terceiro, a convocação, em 24 de dezembro de 2025, véspera de Natal, de acareação entre Vorcaro, o ex-Presidente do BRB e o Diretor de Fiscalização do Banco Central, marcado para o dia 30 de dezembro, sem que nenhum dos três houvesse prestado depoimento prévio; e a viagem a Lima, no Peru, para assistir à final da Libertadores da América, no mesmo jatinho privado em que se encontrava advogado da defesa de investigado no caso.

Todos esses atos foram praticados ocultando-se o fato de que o Ministro tinha mantido relação financeira, por intermédio da empresa Maridt, com fundo de investimento ligado a Fabiano Zettel, cunhado de Daniel Vorcaro e também investigado na Operação Compliance Zero.

Trato agora da transação financeira com operador do investigado.

A empresa Maridt, da qual o Ministro Toffoli é sócio, transacionou com o Fundo Arleen, administrado por Fabiano Zettel – cunhado de Daniel Vorcaro e identificado pela Polícia Federal como um dos principais operadores do esquema criminoso investigado.

A rota do dinheiro, detalhada em relatório da Polícia Federal, revela que a Maridt vendeu sua participação no *resort* Tayayá ao Fundo Arleen, em setembro de 2021, recebendo R\$3,1 milhões. O Fundo Arleen, por sua vez, recebeu R\$19,9 milhões do Fundo Leal, cujo único cotista era Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro. O instrumento contratual foi formalizado em 2024, mas o recebimento efetivo dos valores ocorreu anteriormente ao exercício da função jurisdicional sobre o mesmo caso, comprometendo-a de modo inegável.

A gravidade identificada: o operador como investigado.

A situação do Ministro Toffoli não se confunde com a do magistrado que, sem saber, mantinha algum vínculo comercial remoto com familiar de investigado. Fabiano Campos Zettel não era mero parente periférico de Daniel Vorcaro: é seu cunhado, casado com a irmã. Zettel foi identificado pela Polícia Federal como operador financeiro central do grupo investigado, tendo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuado, segundo decisão do Ministro André Mendonça, que fundamentou sua prisão, na operacionalização de pagamentos destinados ao grupo informal conhecido como “A Turma”, estrutura utilizada para realizar atividades de monitoramento, coleta de informações, coação e intimidação de pessoas.

Especificamente, Zettel teria participado da elaboração de proposta de contratação simulada voltada a formalizar vínculo contratual fictício com servidor do Banco Central, por meio de empresa de fachada. Além disso, Zettel é fundador e CEO da gestora Moriah Asset, com portfólio bilionário, e foi diretor da Super Empreendimentos, empresa que, em 2024, adquiriu imóvel usado aqui, em Brasília, como uma espécie de *hub* de articulação política de Vercaro, no valor de R\$36 milhões.

A trajetória de Zettel no âmbito da Operação Compliance Zero evidencia a sua centralidade no esquema investigado. Na primeira fase da operação, em novembro de 2025, Zettel foi preso quando se preparava para embarcar em jatinho privado com destino a Dubai. Em janeiro de 2026, na segunda fase, foi novamente preso. Em 4 de março, também de 2026, na terceira fase, teve decretada sua prisão preventiva pelo Ministro André Mendonça, sob a acusação de integrar grupo suspeito de movimentar quantias bilionárias por meio de créditos fraudulentos, em esquema voltado à lavagem de capitais e manipulação de mercado.

É precisamente este Fabiano Zettel – preso três vezes, apontado como operador financeiro do grupo criminoso, suspeito de coação, lavagem de dinheiro e corrupção – que figura como investidor do Fundo Arleen, o mesmo fundo que adquiriu, em setembro de 2021, a participação da empresa Maridt, no famoso *resort* Tayayá.

A Maridt, como o próprio Ministro Dias Toffoli admitiu em nota pública, é empresa da qual ele era sócio oculto, sócio juntamente com seus irmãos. A conexão, portanto, não é remota nem indireta: trata-se de relação negocial entre empresa do magistrado relator e fundo de investimento controlado por empresa investigada, pessoa investigada e presa no mesmo inquérito que o magistrado relatava.

Essa configuração faz incidir, de forma objetiva, ao menos três hipóteses legais de suspeição e impedimento. Primeiro, o art. 254, V, do Código de Processo Penal, que prevê a suspeição do juiz que for credor ou devedor de qualquer das partes: a Maridt, de propriedade



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Dias Toffoli, era credora do Fundo Arleen, cujo investidor é investigado no mesmo feito. Não preciso registrar aqui, mas todos nós testemunhamos a ação do jornalismo profissional que identificou e entrevistou os familiares do Ministro Toffoli, pessoas que exibem sinais de padrão de vida de classe média, incompatível com a posição de proprietários milionários de *resort* e de cotas em fundos de investimento.

Segundo, o caso de incidência objetiva da hipótese ilegal de impedimento ou suspeição, o art. 254, VI, do CPP, que tipifica a suspeição quando o magistrado for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo. Novamente, o Ministro era sócio oculto – hoje, sócio público – da Maridt, que transacionou diretamente com fundo vinculado ao esquema criminoso sob apuração.

Terceiro, o art. 252, IV, do CPP, que cuida do impedimento quando o próprio magistrado ou seu parente tiver interesse direto na causa: a apuração das fraudes do Banco Master e da rede de Zettel alcança necessariamente as operações do Fundo Arleen, de modo que o resultado da investigação pode repercutir sobre os negócios da empresa familiar do próprio relator.

O item seguinte trata da comunicação pessoal com o investigado e vínculos de proximidade social.

No que tange aos elementos de convicção colhidos pela autoridade policial, o relatório da Polícia Federal entregue ao Ministro Edson Fachin consolidou provas materiais de que o canal de comunicação entre o magistrado e o investigado extrapolava a liturgia do cargo.

A perícia realizada no celular de Daniel Vorcaro documentou não apenas registros de chamadas telefônicas diretas para o Ministro Dias Toffoli, mas também a existência de um convite formal, de caráter estritamente pessoal, enviado pelo banqueiro para a celebração do aniversário do magistrado.

Tais detalhes foram amplamente confirmados por matérias jornalísticas de veículos idôneos e de alta respeitabilidade – CNN, Globo, G1 –, que destacaram a relevância dessas interações para o desfecho da relatoria.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa convivência, quando analisada em conjunto com a relação financeira estabelecida por intermédio da Maridt e do Fundo Arleen, caracteriza um vínculo multidimensional que abrange as esferas financeira, social e pessoal. Sob o prisma jurídico, a existência desses laços de amizade íntima e a demonstração de um interesse pessoal na causa configuram causas objetivas de suspeição, nos termos anteriormente ressaltados.

A gravidade desses registros, que indicam uma relação de confiança e proximidade com o principal alvo da Operação Compliance Zero, principal autor do maior escândalo financeiro da história recente do Brasil, reforça a configuração da suspeição sob múltiplos fundamentos legais concorrentes, tornando insustentável a manutenção da imparcialidade jurisdicional necessária para a condução do feito.

Em seguida, no item 7, trato da irrelevância do resultado para a consumação do tipo. É importante frisar: o crime de responsabilidade previsto no art. 39, 2, da Lei nº 1.079 consuma-se pelo simples ato de julgar sob suspeição. Não é necessário demonstrar que a decisão foi favorável ao investigado, nem que houve acordo ou trato explícito entre o magistrado e a parte.

A objetividade do tipo serve exatamente para proteger a administração da justiça da aparência de comprometimento, independentemente do resultado concreto do julgamento.

No caso de Toffoli, contudo, os resultados das decisões proferidas em suspeição – a centralização de provas, a restrição à atuação da PF, a restrição da perícia... O Ministro Toffoli chegou ao extremo de escolher os peritos que poderiam ter acesso aos equipamentos eletrônicos apreendidos, o que impediria ou levaria a décadas de trabalho para que se colocasse de pé um laudo daqueles equipamentos, dado o volume de dados. Essas decisões foram sistematicamente favoráveis ao investigado com quem o Ministro tinha relação financeira, o que agrava a conduta, ainda que não seja elemento necessário para a configuração do tipo.

A convergência entre os resultados decisórios e o interesse financeiro documentado do relator constitui, sob a perspectiva probatória, indício corroborante que reforça a conclusão de que a suspeição não era meramente teórica, mas produziu efeitos concretos sobre a condução do processo investigatório.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo item de indiciamento referente ao Ministro Dias Toffoli: art. 39, 5, da Lei nº 1.079/1950 – Proceder de modo incompatível com a honra, dignidade e decoro de suas funções

Parágrafo primeiro: o tipo legal. O art. 39, 5, da Lei nº 1.079 tipifica como crime de responsabilidade o fato de o Ministro do STF "proceder de modo incompatível com a honra, dignidade e decoro de suas funções". Trata-se de tipo aberto – cláusula geral de decoro funcional –, cujo preenchimento exige a verificação de que a conduta, objetivamente avaliada segundo o padrão de comportamento exigido da magistratura de cúpula da República, é manifesta e gravemente incompatível com a dignidade do cargo.

A cláusula de decoro funcional nos crimes de responsabilidade opera como norma de encerramento do sistema de responsabilização política, abrangendo condutas que, mesmo não previstas em tipos específicos, comprometem de forma irreparável a confiança pública depositada no agente e no órgão que ele integra.

O Código de Ética da Magistratura Nacional, aprovado pelo CNJ por meio da Resolução nº 60, de 2008, complementa a densificação normativa do tipo ao prescrever, em seu art. 8º, que "o magistrado imparcial é aquele que busca nas provas a verdade dos fatos, com objetividade e fundamento, mantendo ao longo de todo o processo uma distância equivalente das partes".

E aí vamos a um fato concreto: a viagem ao Peru com advogado de investigado. No mesmo dia em que foi sorteado relator do caso Banco Master, o Ministro Toffoli viajou ao Peru para assistir à final da Copa Libertadores da América de 2025 na companhia de um advogado de um dos executivos do Master.

O jatinho particular que transportou o Ministro e o advogado Augusto de Arruda Botelho, defensor de Luiz Antonio Bull (Diretor de Compliance do Banco Master e investigado pela Polícia Federal), foi cedido por Luiz Osvaldo Pastore, empresário com interesses no setor financeiro, ex-Senador da República.

A conduta é objetivamente incompatível com o decoro da função: o magistrado, que, no mesmo dia de sorteio para relator de caso de grande repercussão, mantém relação pessoal de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lazer com patrono de investigado do mesmo processo, age de modo que compromete, de forma irreparável, a aparência de imparcialidade que a função exige.

Cumpra ao magistrado, na sua relação com os membros do Ministério Público, da advocacia e da Defensoria Pública, tratá-los com urbanidade, em respeito às suas prerrogativas, evitando, contudo, relações de proximidade pessoal que possam comprometer a independência funcional ou suscitar dúvida sobre a imparcialidade do julgador em casos concretos em que atuam.

O magistrado não deve manter contato reservado com advogado que tenha interesse em processo sob sua condução, de sorte que a viagem compartilhada em jatinho particular – ambiente de convivência reservada e prolongada – extrapola mesmo a noção mais ampla de contato social casual, configurando violação frontal do dever de distanciamento funcional. O fato de a viagem ter ocorrido no mesmo dia do sorteio como relator demonstra que o contato foi estabelecido em momento de máxima sensibilidade institucional.

Item seguinte: a manutenção dos negócios da empresa Maridt com o Fundo Arleen sem declarar suspeição, sem comunicar o fato às partes e sem dar conhecimento ao tribunal é conduta que, independentemente de sua subsunção ao art. 39, 2, já citado, configura também violação autônoma do decoro funcional.

O magistrado que oculta de todos a existência de relação financeira pessoal com operador do investigado sob sua relatoria, mantendo-se no exercício da função como se nada houvesse, age de modo manifesta e objetivamente incompatível com a honra e a dignidade do cargo de Ministro da mais alta corte do país.

A omissão na revelação de fato impeditivo do exercício jurisdicional constitui, em si mesma, violação ao dever de transparência que a Constituição e a lei impõem ao magistrado, devendo ser interpretada como indício de ciência da irregularidade e de vontade deliberada de permanecer na condução do feito a despeito do conflito de interesses. E aí recorro que a condição de sócio efetivo só foi reconhecida pelo Ministro Toffoli após divulgação maciça na imprensa desse vínculo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No item 4, trato da questão da imposição de sigilo máximo sobre processo em que o próprio relator tinha interesse financeiro documentado. Nos termos da Resolução nº 878, de 17 de julho de 2025, do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Toffoli classificou o processo da Operação Compliance Zero como de "sigilo máximo" (nível 4), o grau mais restritivo previsto no ato normativo.

A utilização desse mecanismo para blindar o acesso às informações do processo em que o próprio relator tinha interesse financeiro documentado inverte a finalidade do instituto: o sigilo serve para proteger a investigação, não para proteger o investigador ou o investigado.

Advogados das partes relataram sistematicamente a impossibilidade de acesso aos autos, comprometendo o contraditório e a ampla defesa, enquanto o Ministro relator interessado preservava acesso privilegiado às provas que lhe diziam respeito.

O art. 5º, LX, da Constituição Federal, admite a restrição da publicidade dos atos processuais apenas quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem. O art. 93, IX, também da Carta Maior, determina que todos os julgamentos do Poder Judiciário serão, em regra, públicos. O art. 189 do CPC e o art. 792 do CPP disciplinam as hipóteses taxativas de segredo de justiça.

A classificação de um inquérito criminal como de "sigilo máximo", sem fundamentação suficiente e idônea, cumulada com o obstáculo para o acesso dos autos pelas partes, advogados e investigadores, constitui clara violação ao princípio da legalidade, afrontando diretamente, inclusive, o teor imperativo da Súmula Vinculante nº 14, do próprio Supremo, que garante ao defensor o acesso aos elementos de prova já documentados.

Violou-se, igualmente, o art. 7º, inciso XIV, da Lei nº 8.906, que é o Estatuto da Advocacia, que assegura ao advogado o direito de "examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de investigações de qualquer [...] [espécie]".

Trata-se, portanto, de conduta de gravidade inequívoca, que instrumentaliza um mecanismo de tutela processual em benefício pessoal do próprio magistrado que o aplica.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interferência na condução técnica das investigações: questão dos peritos e questão das restrições à PF.

Ao longo do seu tempo de relatoria, o Ministro Dias Toffoli determinou a nomeação de peritos de sua escolha pessoal para examinar as provas, circunstância que a própria Polícia Federal registrou formalmente como geradora de atritos institucionais. Adicionalmente, proferiu decisões restritivas contra a Polícia Federal e a acusou – a Polícia Federal – publicamente de "morosidade". Lida em conjunto com o interesse financeiro pessoal do relator na causa, essa conduta revela padrão sistemático de interferência na instrução investigatória que é manifesta e objetivamente incompatível com a imparcialidade exigida do magistrado – e que, no caso, gerou efeitos concretos de proteção ao investigado.

Trato, em seguida, Presidente, da questão da omissão e blindagem processual em favor de investigado.

Daniel Vorcaro foi preso em 17 de novembro de 2025, no Aeroporto de Guarulhos, enquanto tentava embarcar para Dubai. A Polícia Federal apontou indícios concretos de risco de fuga como fundamento da custódia cautelar.

Dez dias depois, a Desembargadora Solange Salgado da Silva, do TRF1, revogou a prisão e determinou a soltura, mediante uso de tornozeleira eletrônica.

O Ministro Dias Toffoli – já no exercício da relatoria e em situação de conflito financeiro de interesses com o investigado – não adotou qualquer providência para restabelecer a custódia, limitando-se a impor sigilo máximo ao processo, blindando-o de escrutínio público.

A adoção de providências a esse respeito pela decisão do Relator subsequente, Ministro André Mendonça, com fundamentação expressa na existência de aparato de vigilância e intimidação organizado pelo investigado solto, constitui comprovação documental, nos autos do próprio processo, de que os pressupostos cautelares que justificavam a custódia seguiam presentes, o que evidencia que a inércia do Ministro Dias Toffoli a respeito do restabelecimento da custódia não decorreu de avaliação jurisdicional legítima.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As condutas acima delineadas apontam para a utilização dos poderes institucionais da relatoria para interferir na direção e no conteúdo das investigações em causa, na qual o Relator tinha interesse pessoal – com efeitos concretos de proteção ao investigado.

Então, Sr. Presidente, é evidente o desvio de finalidade: o agente exerce poder que formalmente lhe pertence, mas o faz para finalidade diversa daquela que a lei previu, instrumentalizando a prerrogativa pública em benefício de interesse privado, revelando um padrão sistemático de utilização dos poderes de relator – centralização de provas, imposição de sigilo, nomeação de peritos, restrição à PF – em benefício do investigado com quem a empresa do Ministro tinha relação financeira documentada.

Em suma, o abuso concretiza-se sob a modalidade de desvio de finalidade processual, em que o poder geral de cautela e a prerrogativa de relatoria são instrumentalizados não para garantir a lisura da investigação, mas para blindar o próprio magistrado e seus associados financeiros.

Nesse contexto, cada ato individual, embora isoladamente pudesse ser interpretado como exercício legítimo de competência jurisdicional, adquire significado diverso, quando lido no conjunto do padrão decisório: a convergência sistemática entre o sentido das decisões e o interesse financeiro do relator constitui prova indiciária qualificada de desvio de finalidade.

A evidência da suspeição, aliás, Presidente e colegas, foi tacitamente reconhecida pelo próprio colegiado do Supremo Tribunal Federal. Em 12 de fevereiro de 2026, após reunião de emergência convocada pelo Presidente Edson Fachin – motivada pela entrega, por parte da Polícia Federal, de relatório pericial contendo menções ao Ministro Toffoli em mensagens extraídas do celular de Daniel Vorcaro –, os dez ministros subscreveram nota conjunta, na qual, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que declararam “não ser caso de cabimento para a arguição de suspeição” e reconheceram “a plena validade dos atos praticados pelo Ministro Dias Toffoli”, acolheram o pedido do próprio Toffoli para a devolução da relatoria e sua livre redistribuição pela Presidência.

Essa decisão é atípica e sem previsão legal expressa. O ordenamento processual brasileiro não contempla a figura da “devolução voluntária” de relatoria: o relator é fixado pela distribuição (art. 66 do RISTF), e sua remoção do feito somente se dá por meio dos institutos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processuais típicos – à exceção de suspeição, do reconhecimento de impedimento ou da arguição perante o tribunal.

A criação *ad hoc* de um mecanismo para fundamentar a saída de um relator de investigação criminal é construção sem precedente na história do tribunal, revelando a excepcionalidade da situação e a necessidade de contorná-la sem o ônus formal da declaração de suspeição.

O significado material dessa decisão não pode ser obscurecido pela nota de apoio que a acompanhou. Se verdadeiramente inexistisse qualquer motivo para suspeição ou impedimento – como afirmaram os ministros signatários –, não haveria razão jurídica ou institucional para aceitar a devolução da relatoria: a permanência do relator natural seria a única conduta coerente com a tese da inexistência de óbice.

A aceitação unânime do afastamento traduz, portanto, a compreensão real do colegiado de que a suspeição era evidente e que a manutenção de Toffoli na relatoria se tornara insustentável – conclusão que o Tribunal preferiu implementar por via atípica, evitando o reconhecimento público de que um de seus membros tinha atuado como relator de investigação criminal em que era, ele próprio, suspeito.

E aí faço só um registro, Presidente e colegas. Ao longo dos últimos dez anos, nós tivemos aproximadamente 320 incidentes de impedimento ou suspeição com relação a ministro do Supremo, mais ou menos 320 em dez anos. Nenhum deles foi julgado pelo Supremo, nenhum deles foi reconhecido. Todos foram resolvidos por decisão monocrática da respectiva Presidência da época, o que reforça a blindagem institucional excessiva adotada pelos ministros.

E, por último, no tocante ao Ministro Dias Toffoli, o trato das múltiplas viagens em aeronaves privadas de empresas ligadas ao investigado.

Para além da viagem ao Peru já descrita no item b.2, o cruzamento de dados da Anac e do Decea (Departamento de Controle do Espaço Aéreo) revela um padrão sistêmico de utilização de aeronaves privadas ligadas ao entorno de Daniel Vercaro pelo Ministro Toffoli, sem que tenha sido identificada justificativa funcional para os deslocamentos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os registros indicam que o Ministro acessou o terminal executivo do aeroporto de Brasília ao menos dez vezes ao longo de 2025. Em seis dessas ocasiões, foi possível associar os horários de entrada ao terminal com decolagens específicas, sendo que cinco delas envolveram aeronaves pertencentes a empresários vinculados à rede de interesses do Banco Master.

Em especial, no dia 4 de julho de 2025, Toffoli ingressou no terminal executivo às 10h e, dez minutos depois, uma aeronave de prefixo PR-SAD, da Prime Aviation – empresa de compartilhamento de bens de luxo da qual Daniel Vorcaro era sócio por meio do fundo Patrimonial Blue –, decolou com destino a Marília, cidade natal do Ministro e próxima do famoso *resort* Tayayá, em Ribeirão Claro, no Paraná.

Na mesma data, seguranças do TRT da 2ª Região requisitados pelo STF haviam sido deslocados para Ribeirão Claro, para atender a uma “autoridade”.

Em outras duas ocasiões, os registros coincidem com voos da Petras Participações – empresa que tem entre seus sócios Paulo Humberto Barbosa, atual proprietário do *resort* Tayayá –, incluindo um trajeto de Brasília para Ourinhos, São Paulo, aeroporto ainda mais próximo do *resort*.

Também há registro de deslocamento em aeronave da Ibrame, que é a empresa do empresário Luiz Pastore, amigo pessoal do Ministro, no mesmo avião que Toffoli usou para viajar para a final da Libertadores e que utilizou também para retornar de um evento em Roma, na Itália, em 2024.

O conjunto dessas viagens configura conduta incompatível com a dignidade e o decoro da função jurisdicional em grau ainda mais acentuado do que o episódio isolado do Peru, porque revela não um fato pontual, mas um padrão reiterado de aceitação de benefícios materiais – transporte aéreo privativo de altíssimo valor, sem registro de pagamento – oferecidos por empresários direta ou indiretamente vinculados ao investigado.

A reiteração dos deslocamentos afasta a possibilidade de caracterização como mera cortesia social eventual, configurando relação continuada de dependência e proximidade com o círculo do banqueiro, em violação frontal ao dever de independência e ao princípio de que o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

magistrado deve evitar qualquer situação que possa comprometer sua imparcialidade ou suscitar dúvida legítima sobre ela.

Sr. Presidente, passo ao item 10.1.2, que trata da conduta do Ministro Alexandre de Moraes.

Novamente, seguimos a mesma lógica que adotamos no item anterior. Tratamos primeiro do art. 39, 2, da Lei 1.079, de 1950: proferir julgamento quando, por lei, seja suspeito na causa.

A relação financeira do escritório da cônjuge com o investigado é notória. O escritório de advocacia de Viviane Barci de Moraes, esposa do Ministro Alexandre de Moraes, manteve contrato de prestação de serviços com o Banco Master S.A., no período de fevereiro de 24 a novembro de 25, recebendo remuneração global, prevista no contrato, de R\$129 milhões, dos quais R\$80 milhões foram efetivamente desembolsados, conforme farta documentação financeira e fiscal examinada e consolidada por esta Comissão.

A relação entre o cônjuge do magistrado e o banco é causa objetiva de impedimento, nos termos do art. 252, IV, do CPP, segundo o qual o juiz está impedido quando ele próprio ou seu cônjuge for parte ou "diretamente interessado no feito". Trata-se de hipótese de impedimento absoluto, insanável e cognoscível a qualquer tempo, que independe de comprovação de prejuízo ou de influência subjetiva.

A magnitude da remuneração – R\$129 milhões contratados e R\$80 milhões efetivamente pagos – exclui qualquer possibilidade de caracterização dessa relação como relação profissional ordinária ou de baixa relevância econômica, tratando-se de vínculo de dependência financeira substancial entre a família do magistrado e a instituição investigada.

Dito de outra maneira, Presidente e colegas, esse é um contrato que muda a vida das pessoas; esse é um contrato que transforma um cidadão servidor público em milionário, que muda totalmente seu padrão de vida.

O segundo trata da extensão e natureza dos serviços prestados.

O próprio escritório Barci de Moraes afirma, em nota, que teria realizado, ao longo da relação contratual, 36 pareceres jurídicos, 79 reuniões presenciais e 13 encontros com a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presidência da instituição, sendo dois deles presenciais, muito embora não haja qualquer comprovação da efetiva prestação desses serviços.

O engajamento, segundo a versão apresentada pela banca de advocacia, teria sido, portanto, contínuo, intensivo e de alto nível, durante quase dois anos – período que coincide integralmente com a fase mais crítica das investigações regulatórias e judiciais realizadas sobre a instituição Banco Master.

Não se trata de vínculo incidental, mas de assessoria de grande vulto a banco submetido ao escrutínio de órgãos públicos, entre os quais o Banco Central do Brasil e o Poder Judiciário.

O volume das supostas interações – média superior a três reuniões presenciais por mês, além dos pareceres escritos – revela integração funcional do escritório na estrutura decisória do banco, e não uma mera prestação de serviços jurídicos esporádicos, o que agrava a intensidade do vínculo econômico para fins da configuração da suspeição.

Mesmo no cenário em que esses serviços não tenham sido substancialmente realizados, o que se afigura provável, justamente em razão da não identificação de documentos que comprovem sua suposta realização, a suspeição continua a se revestir de gravidade: uma remuneração tão alta para uma quase nula contrapartida indica que os serviços foram prestados de maneira diversa ou por pessoa diversa daquela ajustada contratualmente.

Falo, em seguida, Presidente, da questão do objeto do contrato como agravante qualificador.

A gravidade da suspeição é potencializada pelo objeto específico dos serviços prestados.

Segundo declaração do próprio escritório Barci de Moraes, as atividades contratadas compreendiam governança, política de relacionamento com o poder público e revisão da política de captação para o regime próprio da Previdência Social.

A expressão "política de relacionamento com o poder público" revela que o Banco Master contratou o escritório titularizado pela esposa do Ministro para gerir justamente a interface institucional do banco com órgãos estatais, incluindo potencialmente o Poder Judiciário.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A remuneração recebida pela família Moraes, através do escritório de advocacia, estava, portanto, diretamente associada à gestão das relações do banco com Poderes e órgãos perante os quais o banco tinha interesse em processos pendentes.

O valor pago ao escritório do cônjuge do Ministro Alexandre de Moraes foi o maior entre todos os escritórios de advocacia contratados pelo Banco Master. Mensagens apreendidas no celular de Vorcaro revelam que o pagamento ao escritório Barci De Moraes era tratado como prioridade absoluta dentro do banco, com o banqueiro orientando sua equipe de forma categórica, no sentido de que os repasses não poderiam deixar de ser feitos em hipótese nenhuma.

O escopo contratual, como se ressaltou, não se limitava a causas judiciais específicas. O contrato estabelecia que o escritório deveria acompanhar de forma estratégica a atuação de órgãos do Poder Executivo, como Banco Central e Receita, bem como coordenar monitoramento perante os Poderes Judiciário e Legislativo, inclusive acompanhando projetos de lei de interesse do banco.

A contratação do escritório da esposa do Ministro do Supremo Tribunal Federal, em valores extraordinariamente superiores ao padrão de mercado, para serviços que incluíam articulação institucional perante os próprios Poderes em que o banco era investigado ou regulado, configura, a um só tempo, comprometimento objetivo da imparcialidade do magistrado e violação ao dever de decoro funcional previsto no art. 39, V, da Lei 1.079, de 1950.

Vou tratar agora, Sr. Presidente, da tentativa de atribuir a revelação do conflito de interesses a um vazamento de dados.

Em vez de enfrentar a substância do conflito de interesses revelado pela imprensa, exercendo – como se deve exercer, numa democracia – sua liberdade de atuação, o Ministro Alexandre de Moraes utilizou a Presidência interina do STF, exercida durante o recesso judiciário de janeiro de 26, para abrir, de ofício, inquérito destinado a apurar se a Receita Federal e o Conselho de Atividades Financeiras do Coaf teriam vazado dados sigilosos de integrantes do Supremo e de seus familiares.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O inquérito foi instaurado logo após a revelação pela jornalista Malu Gaspar, no jornal *O Globo*, de nove de dezembro de 25, desse contrato de R\$129 milhões entre o escritório de seu cônjuge e o Banco Master, contrato cujo teor foi localizado pela Polícia Federal no celular apreendido de Daniel Vorcaro durante a Operação Compliance Zero.

A iniciativa do Ministro, portanto, não se dirigiu a esclarecer os vínculos financeiros da sua família com o banco Investigado, mas se dirigiu a investigar e, eventualmente, responsabilizar os órgãos de controle e os veículos de imprensa que os trouxeram a público, redirecionando o foco institucional da conduta do magistrado para a conduta de quem a revelou.

Agrava a situação o fato de que apenas duas semanas antes da abertura do inquérito, 27 de dezembro de 25, o PGR, Paulo Gonet, já havia arquivado o pedido de investigação sobre a atuação do Ministro Moraes, no caso do Banco Master, indicando a ausência de lastro probatório mínimo e concluindo que a representação se fundamentaria estritamente em matérias jornalísticas, que são fontes secundárias, segundo o PGR, destituídas de confirmação compratória autônoma, decisão que, por si, merece análise, no item que trataremos mais adiante sobre a conduta do próprio Procurador-Geral da República.

Item B, Sr. Presidente. Trato da incidência do art. 39, V, da Lei 1.079, de 50: Proceder de modo incompatível com a honra, a dignidade e o decore de suas funções.

Trato primeiro da comunicação com o investigado no contexto de prisão cautelar.

A Polícia Federal extraiu do celular de Daniel Vorcaro mensagem que perguntava, direcionada ao celular utilizado pelo Ministro Alexandre de Moraes, se este, Moraes, teria conseguido – abro aspas – "bloquear" algo que iria acontecer no dia da primeira prisão do banqueiro.

A mensagem aponta para interlocução direta entre o Ministro do Supremo Tribunal Federal e o investigado preso pela Polícia Federal, em contexto que sugere tentativa de interferência na medida cautelar.

Essa conduta, se confirmada pelo conjunto probatório que a Comissão reuniu, é das mais graves e incompatíveis com a função de magistrado. Essa conduta sugere, essas informações sugerem que um Ministro do Supremo Tribunal Federal pode ter utilizado sua posição



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institucional para interferir em ato de polícia judiciária sobre investigado que remunerava sua esposa, a banca de advocacia titularizada pela sua esposa.

A mensagem, uma vez contextualizada no conjunto de relações financeiras documentadas entre a banca de advocacia da família do Ministro e o investigado, adquire valor probatório qualificado como elemento corroborante de hipótese de interferência jurisdicional indevida – sendo certo que a simples existência de canal de comunicação direta entre magistrado e investigado, em contexto de prisão cautelar, já constitui, por si só, uma violação grave ao decoro mínimo funcional que se exige.

E aí, Sr. Presidente, como disse, suprimimos a leitura de uma série de trechos do relatório, mas, ao tratar da atuação do Banco Master, este foi um dos pontos: o Banco Master é contratado por criminosos para infiltração no aparato público, o Banco Master é contratado por criminosos para ter acesso a dados sigilosos e, com base nesses dados sigilosos, no caso específico da prisão cautelar decretada pela vara – se não me engano a 10ª Vara aqui do Distrito Federal, de Brasília –, se chegou a essa interação de mensagens com o número de telefone de celular utilizado pelo Ministro Alexandre de Moraes.

Quer dizer, a prisão era sigilosa, o investigado tem acesso aos dados por meio de um hackeamento ou pela corrupção de agente público. Com base nisso, atua através da sua representação de advogados e atua também juntamente ao Ministro Alexandre de Moraes.

Interlocução junto ao Banco Central durante o processo regulatório sobre o qual...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Relator, sem impedi-lo...

Sr. Presidente, o Senador Davi já tocou a campainha, está chamando. A minha pergunta é: vamos suspender e sair sem relatório ou ele suspendeu lá?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Ele suspendeu a sessão já.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Reabriu o painel lá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, eu só vou suspender na hora da deliberação do relatório. Vai continuar o Relator. Ao término do relatório do Relator, eu vou abrir a discussão e, se, no momento da votação, tiver o Plenário, eu suspendo para a gente, posteriormente, voltar à votação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Depois da reunião, volta.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito, perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nem que seja meia-noite.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não. Com certeza, não tenha dúvida disso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vamos votar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Agradeço ao Sr. Presidente pela compreensão e pela responsabilidade de V. Exa.

Retorno à leitura.

A interlocução junto ao Banco Central durante processos regulatórios sobre o qual o escritório do cônjuge assessorava o banco.

Segundo amplamente repercutido pela imprensa nacional, o Ministro Moraes teria reiteradamente contatado o Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, para obter informações sobre o processo de venda do Banco Master ao BRB e para intermediar a posição do banco perante o regulador. Tal conduta é especialmente grave porque teria ocorrido enquanto o escritório de sua esposa prestava ao mesmo banco serviços de – abro aspas – "política de relacionamento com o poder público, pelos quais recebeu dezenas de milhões de reais".

A conduta do Ministro, ao manter potencial interlocução junto à autoridade reguladora em favor da instituição financeira que remunerava generosamente a banca de advocacia de sua



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

família, configura o que se denomina de captura regulatória, situação em que o agente público utiliza o seu prestígio institucional para influenciar o resultado de um processo administrativo em benefício de particular com quem mantém vínculo econômico, comprometendo não apenas a independência do Judiciário, mas a autonomia funcional do próprio Banco Central.

A gravidade da conduta, caso venha a ser confirmada, é potencializada pela natureza do processo regulatório em questão, a venda do Banco Master ao BRB, que envolvia potencial risco sistêmico para o Sistema Financeiro Nacional e, portanto, era a questão de interesse público da mais alta relevância.

Inquirido diretamente por esta CPI, o Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, confirmou a realização de reuniões com o Ministro Alexandre de Moraes, contextualizando os fatos no âmbito das repercussões de sanções aplicadas pelo Governo americano contra o citado Ministro, mas se recusando, sob pretexto de preservação do sigilo bancário, a confirmar se o Banco Master foi objeto de discussão nestas reuniões.

Consoante às notas taquigráficas da reunião de 8 de abril, Galípolo justificou sua recusa afirmando, aspas: "Eu tenho acesso ao sigilo dos ministros a partir da conversa com eles e com os familiares. E aí eu tenho o dever fiduciário por zelar por esse sigilo. Então, as informações que eu possa ter tido do Ministro – desse Ministro ou qualquer outro ministro –, eu tenho a obrigação fiduciária de zelar por isso".

Este Relator insistiu e questionou o depoente Gabriel Galípolo: "Traduzindo, para que a gente possa ter o registro claro: o senhor não pode responder se teve, no conjunto dos seus diálogos com o Ministro Alexandre, referência a movimentações [...] [e atuação do] Banco Master. É isso que o senhor está me dizendo? Por conta do sigilo, o senhor não pode publicar...?". E Galípolo reiterou a sua justificativa: "O que eu estou dizendo é: qualquer tipo de movimentação, ou extrato, ou sigilo de qualquer ministro que possa ter vindo falar comigo ou qualquer outro representante público, eu tenho a obrigação de zelar por esse tipo de sigilo nessas conversas".

Ao final do depoimento do Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, diante da manifestação de outros colegas, este Relator retomou o ponto para afastar qualquer ambiguidade, destacando para os registros da Comissão que o Presidente do Banco Central



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"não afirmou que não tratou de Banco Master", mas, sim, que alegou limitações em falar sobre o tema devido ao sigilo bancário. Galípolo confirmou a premissa da restrição fiduciária, arrematando que possui o dever de não revelar os dados quando autoridades lhe confidenciam "informações de sigilo dele, familiares ou pessoas que ele tem autorização para abrir", referindo-se a discussões sobre, abro aspas, "o que você tem ali no seu extrato, o que você não tem [...]", esse tipo de questão referente a familiares.

E aí, Presidente Fabiano Contarato, colegas e quem nos acompanha, é muito relevante ressaltar, neste tópico, que obviamente a simples negativa do fato questionado não configuraria rompimento das regras de sigilo, mas o depoente não o fez. É muito evidente que o Presidente Gabriel Galípolo poderia negar, sem romper qualquer questão de sigilo bancário, se assim o pudesse, se assim o quisesse, mas ele não o fez.

Em seguida, Presidente e colegas, trato do uso do aparato jurisdicional para perseguir quem revelou o conflito de interesses. A instauração de procedimentos destinados a apurar o vazamento das informações sobre o contrato do escritório da esposa com o Banco Master, em vez de declarar suspeição e afastar-se dos feitos, configura uso abusivo do cargo para fins de autopreservação institucional, incompatível com a honra e incompatível com a dignidade exigidas de Ministro do Supremo; na verdade, honra e dignidade exigidas de qualquer julgador.

Na mesma esteira de proteção institucional, em 27 de março de 2016, o Ministro proferiu decisão liminar no RE 1.537.165, restringindo severamente a requisição e o uso de relatórios de inteligência financeira do Coaf. A decisão estipulou novas diretrizes para o compartilhamento de dados, exigindo a existência de investigação criminal formalmente instaurada e proibindo o uso de RIFs em apurações preliminares.

Determinou-se, expressamente, que essas severas restrições se aplicam também às requisições de informações feitas por Comissões Parlamentares de Inquérito. O momento da decisão, coincidente com o avanço das apurações sobre os milionários repasses do Banco Master ao escritório de sua esposa, reforça a percepção de que a jurisdição constitucional foi utilizada para criar obstáculos à rastreabilidade de capitais ilícitos e esvaziar o trabalho investigativo deste Colegiado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí – V. Exa. é testemunha, todos os colegas são testemunhas –, após essa decisão, nós não tivemos mais acesso à documentação oriunda do Coaf, mesmo baseada em solicitação devidamente fundamentada e aprovada por esta Comissão.

Ademais, no dia 8 de abril de 26, o Ministro liberou para julgamento no Plenário do Supremo a ADPF 919, uma ação apresentada em 2021 que visa impor novos limites e parâmetros para os acordos de delação premiada. Esse movimento de levar ao Plenário a possibilidade de julgamento de novos limites para delações ocorre exatamente no momento em que Daniel Vorcaro, ex-controlador do Banco Master, e seu cunhado, Fabiano Zettel, preparavam-se para firmar acordos – ou prepararam-se para firmar acordos – de colaboração premiada no inquérito hoje relatado pelo Ministro André Mendonça. A ação pautada pede, entre outros pontos, que as declarações de delatores não possam ser usadas isoladamente para decretação de cautelares ou bloqueios de bens.

A liberação atípica desse processo, em uma conjuntura na qual a delação dos operadores do esquema poderia atingir diretamente integrantes do núcleo familiar do magistrado, configura nítido desvio de finalidade e instrumentalização da pauta da Suprema Corte para autoproteção, conduta frontalmente incompatível com o decoro, a imparcialidade e a honra exigidos da função. Trata-se de conduta que inverte a lógica do sistema de responsabilização. O agente público que deveria ser fiscalizado utiliza os instrumentos de poder do próprio cargo para fiscalizar e intimidar quem exerceu o legítimo direito de informar a sociedade sobre irregularidades de interesse público.

Trato agora, Sr. Presidente, das múltiplas viagens em aeronaves de empresas ligadas ao investigado.

O cruzamento de dados da Anac, do Decea e do Registro Aeronáutico Brasileiro revela que o Ministro Alexandre de Moraes e sua esposa, a advogada Dra. Viviane Barci de Moraes, realizaram ao menos oito viagens em jatos executivos associados a empresas com participação de Daniel Vorcaro, entre maio e outubro de 2025, período no qual o escritório do cônjuge recebia simultaneamente R\$3,6 milhões mensais do Banco Master.

Sete desses deslocamentos foram realizados em aeronaves da Prime Aviation, empresa de compartilhamento de bens de luxo da qual Vorcaro era sócio, por meio do fundo Patrimonial



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Blue, até setembro de 25. O oitavo voo, realizado em 7 de agosto, utilizou um Falcon 2000, pertencente à FSW SPE, sociedade que tem entre seus sócios Fabiano Zettel, o já multicitado cunhado de Vercaro, multicitado operador financeiro do esquema – aeronave que, segundo a Anac, nem sequer tem autorização para serviço de táxi-aéreo. Os custos estimados desses deslocamentos, desses oito deslocamentos, segundo levantamento técnico divulgado pela imprensa, superam a casa de R\$1 milhão.

Mensagens trocadas entre Vercaro e sua então noiva, Martha Graeff – obtidas pela Polícia Federal e compartilhadas com a CPMI do INSS –, confirmam encontros pessoais entre o banqueiro e o Ministro em datas imediatamente anteriores a vários desses voos, afastando a hipótese de mera coincidência.

Em 21 de maio, véspera de um dos deslocamentos, Vercaro relatou a Graeff que estava em casa com Ciro e Alexandre, em referência ao Senador Ciro Nogueira e ao Ministro Alexandre de Moraes. Na manhã seguinte, informou que os convidados sairiam cedo. Na mesma noite, Moraes acessou o Terminal Executivo de Brasília e embarcou em aeronave da Prime Aviation com destino a São Paulo. Em agosto, Vercaro volta a citar Moraes em mensagens no mesmo período em que o Ministro e sua esposa viajaram em aeronave de Zettel.

A convergência entre encontros pessoais e viagens em aeronaves do investigado configura indício grave de relação de proximidade sistemática e mutuamente benéfica entre o magistrado e o banqueiro, cujo caso ele poderia vir a julgar.

O gabinete do Ministro Alexandre de Moraes classificou as informações como “ilações” e afirmou que o magistrado “jamais viajou em nenhum avião de Daniel Vercaro, em sua companhia ou na companhia de Fabiano Zettel, a quem nem conhece”. O escritório Barci de Moraes, por sua vez, confirmou a contratação de serviços da Prime Aviation, mas sustentou que esses deslocamentos seguiam “critérios operacionais” e que os valores eram “compensados com honorários advocatícios nos termos contratuais”.

Essa justificativa, longe de elidir a irregularidade, a agrava: se os custos de transporte aéreo do Ministro do Supremo Tribunal Federal eram compensados com os honorários advocatícios milionários pagos pelo Banco Master ao escritório de sua esposa, tem-se a configuração de um circuito fechado, em que o investigado financia, simultaneamente, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remuneração do cônjuge e o transporte pessoal do magistrado – situação que compromete de forma irremediável a aparência de imparcialidade e que é frontalmente incompatível com a honra, a dignidade e o decoro que se exigem de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente e colegas, passo à descrição do indiciamento do Ministro Gilmar Ferreira Mendes.

Art. 39, 5, da Lei 1.079, de 1950: "proceder de modo incompatível com a honra, dignidade e decoro de suas funções".

A suspensão da quebra de sigilo da Maridt e do Fundo Arleen, no caso Banco Master. Esse é um tópico fundamental.

Em 27 de fevereiro de 2026, o Ministro Gilmar Mendes concedeu *habeas corpus*, de ofício, para anular a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Maridt Participações S.A. – da qual o Ministro Dias Toffoli é sócio –, aprovada essa quebra por unanimidade pela CPI do Crime Organizado.

Importante registrar que os sócios impetraram *habeas corpus*, as pessoas físicas, perante o relator natural do caso Master, mas a empresa, não; a empresa não apresentou ação própria perante o mesmo relator natural, Ministro André Mendonça. A empresa, o fundo Maridt Participações S.A., optou por peticionar no bojo de um mandado de segurança da empresa Brasil Paralelo contra a CPI da covid, arquivado desde o ano de 2023, cuja relatoria pretérita pertencia a Gilmar Mendes.

O Ministro acolheu o pedido, converteu a petição incidental em *habeas corpus*, desentranhou-a dos autos originários e determinou que órgãos como o Banco Central, a Receita Federal e o Coaf se abstivessem de encaminhar quaisquer dados, bem como ordenou a imediata inutilização ou destruição das informações já enviadas.

Em 19 de março de 26, o Ministro Gilmar Mendes estendeu a mesma lógica para anular a quebra de sigilo do Fundo Arleen, de titularidade de Fabiano Zettel, que adquiriu a participação da Maridt no *resort* Tayayá.

Item 2, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A manobra processual e o desvio do relator natural. O Ministro Gilmar Mendes não era o relator natural do caso Banco Master – competência que pertence ao Ministro André Mendonça desde a redistribuição ocorrida no dia 12 de fevereiro de 2026, após o próprio Ministro Toffoli ter deixado a relatoria.

A Maridt não ajuizou ação nova, que teria sido remetida à relatoria do Ministro André Mendonça por prevenção. Em vez disso, direcionou deliberadamente sua petição ao Ministro Gilmar Mendes, mediante o artifício de atravessar petição no seio de processo arquivado desde 2023 e relativo a CPI diversa – a CPI da covid, encerrada há vários anos.

O Ministro, em vez de declinar da competência e remeter os autos ao relator natural, acolheu a manobra, desarquivou o processo, converteu o instrumento processual – de mandado de segurança em *habeas corpus* – e proferiu decisão de mérito em favor de empresa de colega de tribunal, no mesmo dia em que a petição foi protocolada.

A distribuição dos processos no Supremo Tribunal Federal obedece a regras regimentais que visam a garantir a aleatoriedade e a impessoalidade na escolha do relator, princípios que são desdobramentos naturais do princípio do juiz natural, que está consagrado na Constituição.

O artifício processual empregado pela Maridt – e acolhido pelo Ministro – subverteu essas regras ao permitir que a empresa escolhesse, de antemão, o magistrado que apreciaria sua pretensão. A gravidade dessa conduta não reside na tese jurídica adotada, porque teses jurídicas podem ser objeto de legítima deliberação. A gravidade da conduta reside no veículo processual utilizado e na decisão deliberada de acolhê-lo: o Ministro Gilmar Mendes sabia que não era o relator natural da matéria, sabia que o processo no qual a petição foi protocolada estava arquivado e sabia que versava sobre CPI em condições diversas, mas ainda assim proferiu decisão de modo absolutamente ilegítimo.

Reiteração da conduta e a configuração de padrão sistemático. A atuação do Ministro Gilmar Mendes não se esgotou no episódio da Maridt. Em 19 de março de 2026, o Ministro estendeu a mesma lógica para anular a quebra de sigilo do fundo Arleen – fundo citado na Operação Compliance Zero, ligado a Fabiano Zettel, cunhado de Daniel Vorcaro, preso três vezes no curso dessa operação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa segunda decisão, o Ministro invocou a identidade de contexto fático-probatório para estender a ordem anterior a sujeito formalmente diverso, bloqueando por via oblíqua o acesso a informações financeiras sobre o fundo que, entre outras atuações, adquiriu a participação da empresa de Toffoli, dos irmãos Toffoli, no resort Tayayá.

Essa reiteração não foi episódica. Ela configurou padrão de atuação em que o Ministro, utilizando-se do mesmo processo desarquivado e da mesma técnica de conversão processual, promoveu a blindagem sucessiva de todos os entes ligados à cadeia comercial entre a família Toffoli e o esquema do Banco Master – a empresa Maridt e o fundo Arleen –, impedindo que a CPI acessasse os dados financeiros de qualquer deles.

Essa conduta não pode ser interpretada como decisão jurisdicional isolada sobre caso concreto: trata-se de estratégia articulada de contenção investigatória, executada por magistrado que não detém a relatoria da matéria, em favor de interesses de colega de tribunal.

Item 4. O contexto institucional e a conduta esperada do magistrado. Em fevereiro de 2026, o STF viveu uma de suas mais graves crises de credibilidade, quando o Ministro Toffoli admitiu ser sócio da Maridt e deixou a relatoria do caso Master após a entrega de relatório da Polícia Federal ao Presidente do STF contendo menções ao seu nome em mensagens do celular de Vorcaro e outras informações.

Nesse contexto, a conduta que se esperaria de qualquer magistrado da corte seria a de máxima cautela e distanciamento em relação a atos que pudessem ser interpretados como proteção corporativa. O Ministro Gilmar Mendes agiu em sentido diametralmente oposto: ele acolheu manobra processual que lhe permitiu atuar como relator de fato em causa que deveria estar sob a competência de outro ministro, e proferiu decisões que beneficiaram diretamente a empresa de colega que acabara de deixar a relatoria do caso em circunstâncias de reconhecido conflito de interesse.

A proximidade temporal entre a saída de Toffoli da relatoria (12 de fevereiro) e a decisão de Gilmar Mendes em favor da Maridt (27 de fevereiro) – apenas 15 dias – reforça a percepção de que a atuação do Ministro foi reativa e protetiva, e não motivada por genuína preocupação com os limites constitucionais das Comissões Parlamentares de Inquérito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 5 e último. A incompatibilidade da conduta com a dignidade do cargo. A conduta do Ministro Gilmar Mendes, objetivamente considerada segundo o padrão de comportamento exigido da magistratura de cúpula da República, é incompatível com a honra, a dignidade e o decoro de suas funções, nos termos do art. 39, 5, da Lei nº 1.079/1950.

A magistratura constitucional tem o dever institucional de submeter-se, e não de obstruir, aos mecanismos de controle democrático previstos na Constituição – especialmente quando as investigações possam alcançar membros do próprio Poder Judiciário.

O Ministro utilizou sua posição na Corte para, por via de manobra processual que subverteu as regras de distribuição regimental, subverteu as regras do processo, neutralizar investigação parlamentar que atingia a empresa de colega de turma, determinando inclusive a destruição de dados já remetidos por órgãos de controle.

A convergência entre o beneficiário das decisões (empresa da família Toffoli e fundo de investigado no caso Master), o método empregado (desvio do relator natural mediante processo desarquivado) e o resultado obtido (bloqueio total do acesso a dados financeiros pela CPI) evidencia conduta que transcende a mera divergência interpretativa e configura uso da jurisdição constitucional para fins de proteção corporativa – conduta que compromete a legitimidade institucional do tribunal perante os demais Poderes e a sociedade.

Aí, nesse ponto, Presidente, eu faço uma pequena interrupção para referir à mais recente manifestação do Ministro Gilmar, que em uma rede social fez afirmações referentes à condução desta CPI e deste Relator e, em particular, sinalizou para a possibilidade ou sugeriu ao Procurador-Geral da República a hipótese de cometimento de abuso de autoridade, com a necessidade de processamento criminal, no caso deste Relator que vos fala. Não é uma ação isolada do Ministro Gilmar; é a reiteração do *modus operandi*, que mistura politização de decisões técnicas e uso da ameaça constante, através de manifestações truculentas, utilizando veículos de imprensa ou redes sociais.

É preciso lembrar que esse mesmo Ministro, o Ministro Gilmar Mendes, anteriormente, já em decisão absolutamente atípica, tentou e, de fato, interferiu na regulamentação do processo de *impeachment*, configurando, demonstrando aquilo que aparentemente é uma ação sistêmica, estruturada, organizada de blindagem de integrantes da Corte, ao decidir monocraticamente,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro, que é necessário um quórum qualificado e não o quórum previsto em lei para abertura do processo de *impeachment* e, segundo, para fazer a limitação das pessoas legitimadas para apresentar, porque a legislação refere a qualquer cidadão e, na decisão do Ministro Gilmar, seria apenas o PGR, o mesmo PGR que se queda inerte no que estamos fazendo aqui.

E aí, esse ponto final ele reviu, posteriormente, diante da reação do Senado da República, e ele suspendeu esse trecho da decisão dele, mas manteve e está vigente a necessidade de quórum qualificado e não do quórum previsto em lei para a instalação de processo de *impeachment*.

E, por fim, Presidente, colegas Senadores e Senadoras, trato da sugestão de indiciamento do Procurador-Geral da República Paulo Gustavo Gonet Branco.

Art. 40, 3, da Lei nº 1.079/1950 – Ser patentemente desidioso no cumprimento de suas atribuições

O tipo legal e o sujeito ativo. O art. 40, 3, da Lei nº 1.079/1950 tipifica como crime de responsabilidade do Procurador-Geral da República o fato de "ser patentemente desidioso no cumprimento de suas atribuições". Diferentemente dos tipos previstos no art. 39, que exigem conduta ativa, o art. 40, 3, constitui crime omissivo próprio: a responsabilidade do PGR é configurada pela descrição legal direta da omissão como conduta típica, sem necessidade de recorrer à cláusula geral de garantidor.

O tipo se consuma pela simples inação do PGR diante de evidências que, pela sua clareza e quantidade, tornariam inaplicável a discricionariedade que o cargo normalmente comporta.

O princípio da obrigatoriedade da ação penal e seus limites ao poder de disposição do PGR.

O Ministério Público tem o dever constitucional de promover a ação penal pública (art. 129, I, CF/1988). A discricionariedade do PGR na avaliação da suficiência de indícios para a deflagração de ação penal não é ilimitada: quando os indícios reunidos são robustos, públicos, documentados e convergentes ao ponto de tornar qualquer avaliação contrária manifestamente irrazoável, a omissão do PGR deixa de ser exercício legítimo de discricionariedade e passa a configurar a omissão típica do art. 40, 3, da Lei nº 1.079/1950.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O princípio da indisponibilidade da ação penal pública, indissociável das atribuições do Ministério Público, impede que a conveniência política sobrepuje o dever funcional de persecução penal e disciplinar. Tal princípio impõe ao *Parquet* o dever de agir sempre que presentes os pressupostos legais para a persecução penal, não lhe sendo lícito dispor da ação por conveniência ou oportunidade. A margem de apreciação do PGR restringe-se à avaliação técnica da suficiência dos indícios, não abrangendo a decisão política de não investigar condutas sobre as quais pesam indícios públicos e robustos de autoria e materialidade.

Trato agora do conjunto probatório disponível ao PGR.

No presente caso, o Procurador-Geral da República tinha acesso, ao longo do período investigado, às seguintes informações, entre diversas outras: (a) o relatório da Polícia Federal entregue ao Ministro Fachin em 9 de fevereiro de 2026, documentando a relação de Toffoli com operador do investigado pelo caso do Banco Master, caso que àquela época estava sob sua relatoria; (b) as reportagens amplamente divulgadas sobre a existência de um contrato do escritório da esposa de Alexandre de Moraes com o Banco Master, no valor astronômico de R\$129 milhões; (c) as notícias sobre a interlocução de Moraes junto ao Banco Central durante o processo regulatório sobre o Banco Master; e (d) os resultados das operações da Polícia Federal, incluindo a prisão de Fabiano Zettel.

A convergência de todos esses elementos sobre o mesmo complexo de fatos e autoridades torna a inércia investigatória não apenas injustificável do ponto de vista técnico, mas incompatível com o dever funcional que a Constituição e a lei impõem ao titular da ação penal perante o STF.

A inexistência de providência ministerial compatível com o conjunto probatório.

Diante desse quadro probatório – público, documentado e de amplo conhecimento –, o Procurador-Geral da República não adotou nenhuma providência concreta no sentido de promover a investigação e/ou a eventual responsabilização das autoridades envolvidas.

A inércia do PGR contrasta frontalmente com a atuação proativa da Polícia Federal, que produziu relatórios circunstanciados, deflagrou operações e executou prisões no curso das mesmas investigações, evidenciando que a paralisia não decorreu de insuficiência probatória,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas de decisão deliberada do chefe do Ministério Público Federal de não exercer as atribuições que a Constituição lhe confere com exclusividade.

A notoriedade dos fatos é circunstância que elimina qualquer alegação de desconhecimento. Trata-se de informações amplamente veiculadas nos principais veículos de imprensa do país, discutidas em sessões públicas deste Congresso Nacional e objeto de pronunciamentos oficiais de órgãos de controle.

O volume e a solidez de indícios de crime impõem ao Ministério Público o dever de agir de ofício. A inação do PGR, nesse contexto, não pode ser atribuída a lacuna informacional, mas apenas a uma decisão – expressa ou tácita – de não agir.

O quinto item, Sr. Presidente, é a distinção entre discricionariedade legítima e omissão típica. A presente Comissão reconhece que o PGR goza de margem de apreciação larga sobre a suficiência dos indícios para a formulação de denúncia. Essa margem, contudo, pressupõe que o PGR avalie os fatos e forme convicção sobre sua insuficiência para a ação penal.

O que se observou no período investigado não foi avaliação negativa fundamentada: foi ausência de qualquer avaliação documentada ou providência investigatória. A omissão total – o silêncio institucional do PGR diante de indícios públicos e robustos de crimes de responsabilidade e eventualmente comuns praticados por integrantes da mais alta corte do país – extrapola o exercício legítimo da discricionariedade ministerial e configura a omissão tipificada no art. 40, 3, da Lei nº 1.079.

Ao furtar-se do seu papel de *dominus litis*, a autoridade operou verdadeira blindagem por meio da inércia, abdicando do mandato persecutório estatal. A omissão qualificada do PGR, no contexto de monopólio funcional que a Constituição lhe confere para a ação penal perante o STF, produz efeito equivalente ao de uma anistia de facto: ao não agir, o único agente público com legitimidade para instaurar a persecução penal contra Ministros do STF torna materialmente impossível a responsabilização daqueles que deveria investigar, convertendo a discricionariedade em instrumento de imunidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O agravante da posição institucional do PGR. O Procurador-Geral da República ocupa posição funcional única no sistema constitucional brasileiro: é ele o titular privativo da ação penal contra Ministros da Suprema Corte.

A omissão do PGR, nesse contexto, não é comparável à de qualquer outro agente público: é a omissão do único agente do Estado com poderes formais para dar início ao processo eventual de responsabilização das autoridades aqui indiciadas.

A posição de monopólio funcional agrava objetivamente a repercussão institucional da inação. O sistema constitucional brasileiro depositou no PGR a confiança exclusiva para a tutela da legalidade perante o Supremo.

A violação dessa confiança, por meio da inação deliberada, compromete não apenas o caso concreto, mas a própria credibilidade do sistema de responsabilização de autoridades com foro privilegiado – razão pela qual a conduta do PGR deve ser avaliada com rigor proporcional à magnitude da confiança institucional depositada no cargo.

Por fim, Presidente, a omissão como violação do princípio da eficiência e da moralidade administrativa. A inação do PGR não viola apenas o art. 40, 3, da Lei nº 1.079/1950: ofende também os princípios constitucionais da eficiência e da moralidade administrativa (art. 37, *caput*, CF/1988), que vinculam todos os agentes públicos, inclusive o chefe do Ministério Público da União.

O art. 127 da Constituição Federal atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

A renúncia à persecução de crimes comuns ou de responsabilidade praticados pelos mais altos magistrados do país é a negação radical dessa missão constitucional. Quando o titular da ação penal se omite diante de indícios claros e suficientes, sua conduta deixa de ser exercício de discricionariedade e passa a configurar omissão funcional.

E aí, vejam que curioso – e aí já concluo a leitura desse tópico, Presidente. Mas faço uma referência aqui curiosa: na sabatina do Procurador Gonet, eu fiz uma pergunta objetiva com relação a essa situação, por essas coincidências da vida. Eu perguntei o que ele achava da criação de alguma espécie de instância recursal, porque não era razoável numa República



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concentrar todo o poder em uma única pessoa, porque os seres humanos cometem erros, eles falham, eles omitem e, eventualmente, cometem crimes. E ele me reportou naquele momento, ele me respondeu que era contrário a essa criação, porque acreditava que o Procurador-Geral da República teria a efetiva capacidade e responsabilidade de exercer sua missão. O que apontamos aqui no nosso entender é que essa atividade, no exercício dessa atividade, o atual PGR se omitiu, o que gera prejuízos.

Sr. Presidente, dentro desse contexto de benefício da velocidade, concluí a leitura daquilo que considero a parte mais impositiva do que fizemos. Passo a palavra a V. Exa. Estou à disposição para todos os outros pontos e também para esses pontos já lidos do processo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Alessandro Vieira.

Início a discussão sobre o relatório apresentado pelo Relator.

Neste momento, eu concedo a palavra, por dez minutos, ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A gente tem as formalidades, os tempos para obedecer, a gente tem o Regimento, mas essa manobra é difícil de engolir, essa manobra que aconteceu, uma manobra que tem as digitais do Governo Lula. E é importante que a população brasileira entenda o que está acontecendo aqui. Não é de hoje que eu alerto para essa situação.

Eu tenho participado de praticamente todas essas sessões, participado das oitivas, fiz dezenas de requerimentos que sequer foram votados. V. Exa. não colocou para votar os requerimentos que eu pedi, inclusive de outros togados, de crimes supostamente efetuados com venda de sentença do STJ, o do piloto, que eu, inclusive, sugeri, Sr. Mattosinho, para que a gente o ouvisse, em reunião secreta, justamente para evitar questão de contaminação eleitoral, e nada disso foi votado. Então, eu tenho aí que demonstrar a minha insatisfação, Sr. Presidente, com todo o respeito à sua pessoa, que eu respeito demais, mas a sua condução como Presidente desta CPI deixou muito a desejar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós temos um relatório que vai, aí sim, ao encontro da população brasileira, que quer a verdade, um relatório que traz o Banco Master, de novo, à cena, repito, que furou a bolha completamente. Brasileiro de esquerda, brasileiro de direita, brasileiro de centro, quem é contra o Governo, a favor do Governo entendeu a maior fraude do sistema do Brasil. Quem vai pagar é o cidadão. Vai pagar com mais taxas bancárias, vai pagar com mais juros. Sempre quem paga o pato é a população. E aqui nós vamos ver daqui a pouco.

Eu fico feliz, Senador Alessandro Vieira, que nós vamos ter a votação, pelo menos, do relatório, como foi comprometido pelo Presidente, nem que seja meia-noite. Vamos colocar digitais.

Mudaram, de última hora, os membros desta Comissão, Senador Magno Malta. Trocaram na última hora. É mudar a regra do jogo na hora do jogo, aquela coisa que a gente repudia, esse tipo de coisa acontecer no Parlamento brasileiro em pleno século XXI, com o brasileiro desperto para a política.

Banco Master e pagamentos a escritórios ligados a familiar de Ministro do STF: documentos juntados a esta CPI comprovam pagamentos, pelo Banco Master, de valores superiores a R\$80 milhões a escritório ligado à esposa do Ministro do STF Alexandre de Moraes, sem atuação conhecida perante órgãos públicos. E a CPI, infelizmente, não conseguiu esclarecer, até porque esta CPI foi forçada a acabar prematuramente em outra manobra da Presidência desta Casa. Então, que prestação de serviço foi essa? Que possível uso dessa estrutura como canal de influência houve?

O *resort* Tayayá, Senador Magno Malta, e as relações com familiares também de Ministro, o Ministro Toffoli: operações financeiras envolvendo fundo associado ao Banco Master indicam a aquisição de participação em *resort* ligado a familiares do Ministro, sem que a CPI tenha esclarecido eventual conflito de interesse ou o uso indireto de estruturas financeiras para benefício privado. Claro que não podia, porque ela foi sustada na última hora.

Reuniões fora da agenda com autoridades do Executivo – reuniões fora da agenda. E a gente ainda vem aqui falar que está preocupado com a questão ética, que o Brasil precisa de uma faxina moral.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Quem falou isso aí?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Reunião fora da agenda...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Quem falou isso aí?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... reuniões não registradas diretamente, oficialmente, em ata. Eu perguntei ao Sr. Galípolo aqui, ele não falou se teve ata ou não, repeti a pergunta. Sem pauta oficial entre Lula – Lula –, Galípolo, Rui Costa, Guido Mantega com Daniel Vercaro, sem que a CPI tenha conseguido esclarecer, porque, infelizmente, foi sustada aqui. Foi blindado. Até em quebra de sigilo que nós fizemos teve manobra dentro do STF, ao tirar lá processo antigo para blindar colegas. Foi isso que nós vimos. Quando eles fazem votações em bloco o tempo todo... Sempre foi assim, aqui sempre foi assim, aí muda a regra do jogo na hora do jogo.

Nós tivemos também, Sr. Presidente, uso de aeronaves por autoridades. Há relatos de uso de aeronaves vinculadas a empresas relacionadas ao Banco Master por autoridade dos três Poderes: Dias Toffoli, Cláudio Castro, Alexandre de Moraes, sua esposa Viviane, Gilmar Mendes, Kassio Nunes Marques e até colegas Senadores.

Personagens-chave não ouvidos, diversos nomes diretamente ligados aos fatos investigados não foram ouvidos, inclusive Fabiano Zettel, apontado como figura central do Banco Master, e o piloto Mauro Caputti Mattosinho, de que eu falei há pouco, que relatou ter realizado voos com autoridades dos três Poderes. Ele manifestou interesse em depor, comprometendo o contraditório e a apuração completa. Olha só que interessante.

Aí você tem entraves operacionais e decisão de Alexandre de Moraes sobre o Coaf, oitivas não realizadas em larga escala, muitas vezes o Supremo Tribunal Federal negando, ou seja, foi um trabalho em conjunto que acabou retirando da população brasileira a verdade, a busca pela verdade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Blindagem, proteção, e hoje aqui a gente está vendo a proteção final: trocar dois Senadores atuantes que estão desde o começo dessa CPI: Senador Sergio Moro, Senador Marcos do Val, que iam votar a favor do relatório, porque sempre questionavam esse tipo de situação, eles sempre estavam aqui atentos perguntando sobre isso; trocar por dois petistas, isso é uma vergonha!

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Fora do microfone.*) – É defeito?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, mas você trocar por dois... Ou será que o PT vai votar a favor? Aí eu queimo minha língua e eu vou pedir desculpa publicamente, Senador Magno Malta, se o PT votar a favor do relatório. Mas o que eu estou vendo aqui... Pelo pouco que eu conheço na política, o que eu estou vendo aqui é uma manobra para derrotar o relatório. Eu posso estar errado e pedirei desculpa se eu estiver errado, mas eu estou vendo aqui a tropa de choque do Governo Lula agir para derrotar esse relatório – de um Senador que vocês reconhecem como independente, a base do Governo Lula, votou muitas vezes inclusive com o Governo Lula.

Estranho o que está acontecendo aqui. Então nós temos...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... a não prorrogação, limitação institucional da CPI. Foram pedidos 60 dias, o Presidente Davi Alcolumbre negou. Conexão com o crime organizado e sistema financeiro: a CPI revelou indícios de integração entre o crime organizado e estrutura do sistema financeiro formal. Falou aí do fundo da Reag com o PCC, a Operação Carbono Oculto que o diga. Blindagem institucional no Senado Federal, decisões judiciais controversas e impacto sobre investigações. Nós estamos vendo aí várias decisões incomuns no âmbito da relatoria do Supremo, desse caso do Banco Master, como tentativa de lacrar aparelhos apreendidos na própria corte e retirada de dados relevantes de investigações parlamentares, o que suscita questionamento sobre os limites de interferência em apurações conduzidas pelo Legislativo, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, uma síntese final. Não faltaram indícios, tanto que o Senador Alessandro Vieira acerta em fechar o relatório pedindo esses indiciamentos de Ministros do Supremo e da PGR. Agora, o que faltou foi aprofundamento. A CPI se aproximou, sim, do núcleo sensível de poder, mas foi interrompida antes de entregar respostas completas à sociedade brasileira.

Então, fica aqui a minha manifestação, mas a verdade, mais cedo ou mais tarde, mesmo que uns não queiram, vai prevalecer, vai triunfar!

Que Deus abençoe a nossa nação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, eu lhe pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Desculpe, Senador Magno, serei breve.

Primeiro, para reportar, levar a conhecimento da Comissão as manifestações já de três Ministros da Suprema Corte.

O Ministro Flávio Dino se limitou a ser agressivo na mensagem, mas não fez nenhuma ameaça direta. O Ministro Gilmar e mais vocalmente o Ministro Toffoli verbalizaram diretamente a ameaça de cassação, processamento e etc., por conta disso que a gente está fazendo aqui. E aí eu fico pensando que democracia essa turma defende, porque a defesa da democracia já serviu de biombo para um monte de canalhices.

Veja, aqui você tem a leitura de uma opinião jurídica de um Senador da República, que pode ser confirmada ou não pelo Plenário. Cada fato referido aqui encontrou lastro específico, fático, foi demonstrado. E as conclusões com relação a isso ficam na esfera da liberdade de cada



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um. Cada um dos Senadores e Senadoras vai se confrontar com a sua biografia, cada um vai botar sua digital, vai dizer o que acha e o que não acha.

Para mim, é muito importante, eu acho que por uma questão de... Não sei, acho que eu fui educado assim, criado assim. Para mim, o pequeno tem que ter o mesmo valor do grande. Esse é um Congresso que se sente à vontade, diuturnamente, para aumentar a pena para o pobre, para ser duro com o pobre e que, em 200 anos, nunca teve a coragem de investigar a conduta... Porque isso aqui não condena ninguém; é apontamento de que "olha, reunimos indícios suficientes de autoria desses fatos, desses crimes". Simples. A tramitação é prevista na Constituição e na legislação, não é lei nova. Esse é um país que já investigou a conduta de todo mundo, de Presidente da República a Vereador, todos; mas existe efetivamente esta confusão, que precisa ser resolvida: as pessoas que estão sentadas na Suprema Corte não são donas do país. Elas têm o direito de falar por último sobre o direito, sobre a lei. E se espera sempre que o façam baseados no melhor interesse da Constituição. Mas já de há muito se habituaram a atravessar a rua, a interferir nesta Casa, a interferir na Casa vizinha, a fazer manifestações que são de cunho claramente político e também, infelizmente, mais recentemente, a usar da ameaça como expediente.

E aí eu tenho a obrigação de apontar com clareza: eu não me curvo à ameaça. Não me curvava cidadão, não me curvava delegado, não vou me curvar como Senador da República. Eu não pedi a confiança dos sergipanos para chegar aqui e me acovardar no momento em que é preciso colocar o dedo na ferida e apontar as dificuldades que nós vivemos como país – um país desigual, um país injusto e onde tem gente que se acha no direito de apontar o dedo e arrogantemente dizer o que pode e o que não pode um representante do povo falar, entender, se manifestar.

Mas o enfrentamento disso há de ser feito dentro dos limites democráticos. Nós precisamos enfrentar o abuso, essa tirania, dentro dos limites democráticos. Isso significa que a gente tem que votar, que a gente tem que discutir, que a gente tem que orientar o cidadão. E o cidadão também, por sua vez, vai novamente ser chamado a votar agora muito brevemente. E cada etapa institucional vai ser rompida, porque, vejam, se a gente der passos atrás na história, investigar poderoso sempre foi difícil – sempre foi difícil – na nossa história e na história de qualquer país. Investigar rico, dono de cargo poderoso, dono de cadeira poderosa sempre foi



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

difícil – sempre foi difícil –, mas não foi impossível, porque a sociedade foi amadurecendo e chegando. Ninguém nunca imaginou que fosse ver um bilionário preso, Presidente da República afastado e preso. Ninguém nunca pensou em ver general quatro estrelas preso, representantes desta Casa, da Casa Baixa, da Câmara dos Deputados presos. Por que há de existir no Brasil uma categoria que não pode ser admoestada, que não pode ser questionada de forma técnica e respeitosa? Não há aqui nenhuma palavra de ofensa, de agressão nem aos membros do Supremo, nem aos seus familiares, muito menos à instituição; mas, de novo, renovam a mesma estratégia.

E eu fico alarmado de ver que colegas atravessam a rua para pisar na casca de banana, que o Governo, mais propriamente, faz isso, porque essa não é uma crise do Governo.

Essa é uma crise de integrantes do Supremo Tribunal Federal, que precisam prestar contas da sua conduta – simples assim –; que precisam compreender os limites que a Constituição impõe também a eles, como cidadãos que são, brasileiros. E a gente persiste nessa rotina de erros e abusos.

Presidente, na leitura que fiz, eu não apresentei as considerações finais. Elas estão disponíveis para todos.

Não vou ocupar o tempo de vocês, apenas reforçar aquilo que eu falei das lacunas, da insuficiência orçamentária: Polícia Federal com 40% de déficit de quadro funcional; Abin com 80% de vacância nos cargos; a Receita com 40% de efetivo vago; o Banco Central perdeu 25%, só na última década, para a aposentadoria; na CVM é absurdo; no Coaf, mais ainda.

E, ao final dessa fala, quero registrar, Sr. Presidente, que os resultados aqui consolidados demonstraram que a CPI cumpriu a sua missão constitucional: a CPI investigou, diagnosticou e propôs.

Os indiciamentos dos Ministros do Supremo e do Procurador-Geral da República por crime de responsabilidade são medidas inéditas e historicamente necessárias, porque representam a reafirmação do princípio republicano de que nenhum agente público, por mais elevada que seja a posição, está acima da lei ou imune ao controle democrático.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se trata de atacar ou enfraquecer o Poder Judiciário e muito menos de disputa eleitoral; trata-se de fortalecer o Poder Judiciário por meio da exigência de condutas éticas e probas.

O crime organizado no Brasil não é um problema limitado, circunscrito à segurança pública, é uma questão de soberania nacional. Enquanto organizações criminosas, violentas ou não, exercerem o seu poder sobre territórios, populações e instituições, o Estado democrático de direito permanecerá fragilizado.

A resposta a esse estado de coisas exige vontade política, recursos compatíveis, integração institucional e, acima de tudo, o compromisso inegociável com a legalidade e com a transparência.

Confio que o Senado Federal, que esta Comissão, que os Deputados e o Poder Executivo darão o devido encaminhamento às propostas aqui feitas, que são em benefício – as propostas – da segurança de todos os brasileiros.

E, por fim, Presidente Fabiano Contarato, eu resgato aqui uma constatação dura de uma entrevista de Ariano Suassuna, que disse que era pernambucano, Humberto, porque é tão amado em Pernambuco, e quase apanha dos paraibanos, porque é paraibano, por muito tempo radicado em Pernambuco. Resgato a constatação dele, segundo a qual "é muito difícil você vencer a injustiça secular, que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos". E complemento com as minhas palavras: é mesmo muito difícil enfrentar essa injustiça secular, mas não há de ser impossível.

Na verdade, esse enfrentamento da injustiça se constitui uma missão urgente e fundamental, porque desistir do Brasil não pode ser uma opção.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Concedo a palavra o Senador Magno Malta, por dez minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, inicio a minha fala, Sr. Relator, sendo solidário a V. Exa. e temendo pela sua integridade física e da sua família.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deus é grande, está vendo essa injustiça e essas ameaças, e elas não são difíceis de se consolidar. Nós sabemos – eu posso dar uma série de nomes aqui agora – de acidentes e incidentes. Mas eu quero ser solidário a V. Exa.

Eu quero citar que, quando o Toffoli foi indicado ministro, sem qualquer saber jurídico, e indicava isso por ser novo, indicado por Zé Dirceu, ele sentou nessa cadeira aqui, e o PSDB era muito forte, o PFL era muito forte, Zé Agripino, e pegaram ele de porrada.

E eu fui misericordioso, como sempre sou, vi ele acuado aí, e ele fazendo todas as juras de amor à Constituição.

Nesse momento, esse cidadão que aqui bateu à porta, de forma humildezinha, com um currículo muito, muito "borocochozinho" na mão, fraco pra cacete, fraco, fraco... Eu defendi ele aqui, sabia? Eu sou desse jeito.

Estou mentindo, Bahia? Eu defendi o cara aqui, tu sabe que eu defendi, pô.

Aí, o cara diz agora que ameaça, vai perder mandato, não sei o quê... Vai, ameaça o mandato! Faz, Toffoli!

Quero te explicar uma coisa: apologia ao crime é crime e cometer o crime é mais crime ainda.

Falar de apologia, eu me refiro ao Barroso, que já foi embora, porque ele gostava tanto dos Estados Unidos, e agora não pode entrar mais. Tadinho de Barroso...

Mas ele pode ir ali a Abadiânia, que a casa de João de Deus está no mesmo lugar. Ele, sentado aí... Ele, quando vai para o Supremo, que Gilmar briga com ele, manda ele fechar o escritório dele, que eles batiam boca, Gilmar: "Você veio aqui para poder legalizar o aborto". E não estava contando mentira não, né?

Então, o Sr. Barroso, quando estava lá, fez um voto pela legalização da maconha. Ele foi o primeiro.

Olha a justificativa dele, Bahia: "No Brasil, o cidadão pode trabalhar, passar o dia trabalhando, chegar em casa e tomar um porre, e dormir de porre. Por que é que ele não pode também fumar um baseado?".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maconha é liberado no Brasil, e isso foi bem antes, apologia ao crime de um ministro de tribunal superior.

E foi ele que, ao ir embora, deu o seu voto pelo aborto, para matar a chamada assistolia fetal, um ser humano formado.

E advirto com a vênia da Advocacia-Geral da União: o Sr. Messias, que vai sentar aí... Vai sentar aí.

Segunda coisa, o Sr. Alexandre de Moraes.

Quando essa figura impoluta sentou aqui, eu nunca vi ninguém falar sobre liberdade igual esse cara falou. Ninguém consegue. Ninguém consegue.

Se alguém tentar escrever, pode até fazer um texto copiado do dele. Dizem que ele gosta de copiar texto também, mas copiado do dele.

E daqui, eu sentado, olhando para ele, falei: "Vocês, pra botar essa capa nas costas, vendem até a mãe". Eu falei. E vende mesmo.

Quando chega do outro lado, o comportamento é outro.

Então, Toffoli, está ameaçando de tirar o mandato de quem? Do Relator? Então, é o seguinte: é a mesma coisa. Nós estamos pedindo o bandido para prender o delegado?

Quem é o dono do Tayayá, hein? Alguém me responde aí.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Sei não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para encaminhar.) – Dessa vez eu não perguntei a você não, Bahia, que eu sabia que você não sabe.

Quem é o dono do Tayayá?

E pior de apologia a crime é cometer o crime.

Nós estamos aqui lutando para derrubar a jogatina, Toffoli já tinha, já tinha o cassino dele, os caça-níqueis lá, e o outro diz, Gilmar Mendes, mas ele não indiciou os milicianos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê nome de miliciano! Por que você não procurou o Relator para dar nome de miliciano? Agora, conversar fiado na imprensa é fácil, né?

Mas é o decano; deixa ele viajar nos aviões de Vorcaro, tadinho. Ele não pode ir ao aeroporto, ele não tem condição de pagar uma passagem da Gol, dessas de madrugada, que viaja o Brasil inteiro para você chegar ao seu destino.

Então, ele está fraquinho já. Deixa ele ir à festinha de Vorcaro, deixa eles irem lá, com o Diretor da Polícia Federal junto, provar um uísque, nem sei o nome daquela peste, mas provar um uísque, né? Essas festas bacanas, com dinheiro do aposentado, roubado... Assim, é assim, ó...

Gente, eu estou no terceiro mandato, cara, assim – eu estou no terceiro mandato.

Eu até estava perguntando para Bahia, aqui, e lembrando que, quando ele foi indicado, o Gilmar Mendes – foi o Fernando Henrique que fez essa proeza, viu? –, a gente era Deputado Federal, quando hoje o decano... Ninguém pode tocar. Se falar no nome dele, atacou a instituição; tocar no nome dele, atacou a Constituição. Tocar...

Toffoli fez o quê com o ordenamento jurídico? O que Gilmar fez?

Agora, Cármen Lúcia está indo embora, porque disse que a família está pedindo para sair fora disso, porque não aguenta essa situação, e não vai aguentar não.

Eu entrei com requerimentos, e já está acontecendo no Brasil inteiro: as Câmaras de Vereadores estão instalando CPI do INSS.

Vai dar em alguma coisa? Não, mas o nome dos caras vai continuar a ser falado.

As Assembleias Legislativas estão instalando também. O nome dos caras não vai parar, não vai parar, porque o povo acordou.

Senador Alessandro, eu me decepção muito, porque os meus requerimentos... Eu não vi sentado aí o Fernandinho Beira-Mar, que tem forte relação... A relação mais forte está com Marcola, com o sistema. Não veio, mas eu quero me congratular com a disposição de V. Exa. em pedir esses indiciamentos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indiciamento não significa, exatamente, que você está pedindo prisão de alguém. V. Exa. só leu e colocou o que tinha nas investigações das duas CPIs, que depois foram retiradas e voltaram só um pouquinho, e aquilo que a mídia fala, e eles, nenhum têm coragem de abrir a boca para falar com a mídia do jeito que falaram com V. Exa. nas respostas aí.

Eu quero dizer ao Toffoli o seguinte: ó, comigo, comigo... Eu vou citar a Bíblia pra você: pra mim, morrer é Cristo; viver é lucro.

Eu também vim aqui por uma causa, Senador Alessandro. Eu não vou me intimidar.

A vergonha deste país é que o país, as suas autoridades viraram a própria essência do crime organizado. E não tem mais como um segurar na mão do outro, porque a mão está toda suja; escorrega, entendeu? Escorrega. Então, está ruim de blindar, porque não dá para segurar um na mão do outro.

Eu já ia falar a mão suja de quê, mas não vou falar, não, porque todo mundo já imaginou o que que é, então não vou falar.

Escorrega, escorrega...

E V. Exa... Não foi o relatório dos meus sonhos, mas eu vou votar pelo relatório de V. Exa.

Já sei qual é o resultado também, já sei qual é o resultado, e eu sei que o crime organizado colocou seus tentáculos nas vísceras do Estado, em todo o país. Não é só nas vísceras do Governo Federal; nas vísceras do Governo estadual.

O meu estado passa por isso, e o Presidente da CPI sabe, o Senador Fabiano Contarato, que é policial e sabe, porque é um delegado, sabe do que acontece, está acontecendo nas vísceras lá do estado, e eu não tive o prazer de ouvir o cara, pelo menos, contar mentira.

Porque é interessante, né? Como é que pode? O cara comete o crime – ele pode mentir para não fazer mais prova contra si –, mas a pessoa que vem para confirmar ou não, como testemunha, tem que fazer uma jura, porque, se mentir, vai presa. Que trem mais mal feito... Ou bem pensado.

Eu vou encerrar, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só tem um minuto, mas quero dizer ao Senador Alessandro que não se intimide. Quem guarda a nossa vida é Deus...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... e o Toffoli não tem autoridade moral. Vou repetir: autoridade moral. Nem ele, nem Alexandre, para estar julgando ninguém.

Eles deveriam arrumar a malinha deles e ir embora, porque este Governo, que está aqui – o Líder está aqui, o Bahia –, já deveria se juntar e chamar: "Rapaziada, faz aí a bolsa de vocês e saia fora, irmãos, porque já deu. Está chegando em nós aqui; está respingando em nós. Já deu!".

Então, quero dizer isto a eles: vocês não têm condição moral nenhuma de fazer qualquer tipo de contra-ataque, porque vocês estão atolados com o crime até o pescoço.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Neste momento, eu concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner, por dez minutos.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Presidente, eu começo cumprimentando-o e, já que eu ouvi aqui de um colega uma crítica à sua atuação, eu quero dizer que admiro muito a sua atuação.

Conheço poucos seres humanos – poucos, muito poucos – que têm a integridade moral de V. Exa.

V. Exa., independentemente do partido em que está, não abre mão de se conduzir pela sua convicção, até às vezes lhe criando problemas, porque, no mundo da política, a retidão não é bem um comportamento normal. Ao contrário: as pessoas fazem festa, fazem palco, fazem *show* para jogar para a galera, porque estamos em um ano eleitoral e nós precisamos jogar para a galera. Temos que convencer que nós somos melhores através de mentira, e eu ouvi um monte de mentira aqui. Então, eu quero dar meu depoimento, como seu amigo, para lhe dizer, e vou repetir: conheço poucos que têm a coragem cidadã de ter a integridade intelectual que V. Exa. tem. Meus parabéns pela sua condução!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, eu queria dizer que eu ouvi muita gente aqui dizer que eu não se intimida, não se intimida... Eu quero dizer que eu estou no ano eleitoral e não me intimido com redes ou com *fake news* que andam rodando por aí. Eu não estou nem aí para isso.

Eu não quero ser eleito falando aquilo que eu não acredito. Ou eu sou eleito falando no que eu acredito, ou é melhor perder, porque senão eu vou fazer aqui teatro rebolado, se eu andar por aquilo em que eu não acredito.

E já passei por isso várias vezes, e estou aqui. Nunca saí da minha verdade, da minha convicção – pode não ser a verdade de todos –, mas sempre me posicionei nesse formato, até para receber crítica dos meus.

Fiquei dois anos na geladeira por ter dito uma verdade – não do meu partido, do meu sindicato –, e depois fui ovacionado, porque eu tinha razão.

Então, para estar aqui, precisa ter coragem, coragem de dizer aquilo que acredita.

Então, fica o primeiro registro nesse sentido.

Eu quero ler aqui, Senador Alessandro, o requerimento que foi aprovado na constituição desta CPI. Eu não vou falar do começo, porque é aquela formalidade.

Apurar [...] a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o *modus operandi* de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor.

No vosso relatório, a primeira parte corresponde ao objetivo traçado pela CPI, porque, na primeira parte, V. Exa. coloca uma série de sugestões que, óbvio, eu as ouvi agora, não tenho condição de fazer juízo de valor, até porque algumas delas são projetos de lei, mas seguramente serão meritórios, até pela sua carreira como delegado e agora como Senador, ou seja, V. Exa., como o Presidente Contarato, conhece bem isso. Eu me lembro de que, quando foi feita essa proposta, porque aqui todo mundo é acusado de não assinar a CPI... Eu confesso aos senhores



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que assino pouquíssimas ou quase nenhuma CPI, porque, no meu primeiro ano de mandato, este que vos fala foi o autor da CPI dos "anões do orçamento", porque vários baianos que manipulavam para roubar o orçamento... E eu no meu primeiro mandato, aos 40 anos de idade, coletei assinatura para a CPI do Orçamento. A CPI foi arquivada pelo então Presidente Ibsen Pinheiro, que depois, na recriação, acabou sendo envolvido; nem estou dizendo que ele teve culpa ou não. Então, eu fiz essa CPI, porque era um crime dentro da Casa, era manipulação no orçamento, que só foi à frente, quando o funcionário do orçamento, José Carlos, sua esposa foi assassinada, acharam, quando foram à casa dele, tinha uma mala com US\$1 milhão, ou US\$2 milhões. Perguntado como é que ele conseguiu aquele dinheiro. Ele disse: "Não, são os Deputados que me dão para colocar suas emendas [ou sei lá o que] no orçamento". Então, foi para cortar dentro da carne, que acabou caçando os "anões do orçamento".

Depois eu fui verificando, Senador – e não estou dizendo isso para falar desta CPI – que muitas CPIs são criadas para achacar pessoas, para achacar pessoas! Há CPIs que são criadas para depois: "Seu nome vai aparecer, mas, se der um trocadinho, eu vou tirar seu nome daí". Todos nós sabemos que acontece várias vezes. E outras vezes as CPIs... Não estou dizendo que é o seu caso, mas estou dizendo que as CPIs, às vezes, são criadas para fazer o palco da disputa política. Aqui não é o lugar do palco da disputa política. O nome é Comissão Parlamentar de Inquérito, e não comissão parlamentar de escândalo. E aqui as pessoas não estão buscando a verdade em hipótese nenhuma, senhores. Algumas pessoas aqui estão querendo fazer o libelo por conta de nós estarmos no ano eleitoral. Aqui toda hora falam: "O Governo, o Governo de V. Exa...".

Não apareceu no seu relatório o indiciamento do ex-Presidente do Banco Central. O ex-Presidente do Banco Central foi quem autorizou este marginal chamado Daniel Vorcaro a comprar um banco. V. Exa. não o indiciou, não sei por quê. Mas não vejo ninguém aqui falar, só falam do Presidente Lula. Os nomes que foram mudados aqui, com o objetivo A, B ou C, foram feitos pelas lideranças partidárias, não tem nada a ver com o Governo. Vamos parar com essa coisa de que tudo aqui tem que ser o samba de uma nota só. É para fazer um libelo acusatório.

Qual é o problema que enfrenta, inclusive, o relatório de V. Exa.? Essa primeira parte, para mim, é boa, mas, do ponto de vista de indiciamento, Zettel não foi indiciado, Daniel não foi indiciado, o próprio ex-Presidente do Banco Central não foi indiciado, Beto Louco não foi



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indiciado e outros aqui não foram indiciados. No entanto, V. Exa. dedica uma boa parte... Eu não estou dizendo que está certo ou errado, eu não estou aqui para ser advogado de ninguém; eu só acho que as instituições têm que ser preservadas.

Senhores, quando o ex-Presidente foi derrotado na eleição de 2022, nós vimos uma cena de construção, de destruição das instituições: se questionou a urna eletrônica, se questionou o TSE e se fez aquela aberração do dia 8 de janeiro – aquela aberração! E hoje eu não estou mais procurando gente de direita e esquerda. Eu estou procurando gente racional, porque a democracia precisa de um grau de racionalidade para seguir adiante. Acampamentos na porta do Quartel-General do Exército. Eu fui aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro. O que foi aquilo ali? Aquilo é uma baderna, uma balbúrdia que se construiu aqui para depois descer para cá e quebrar a sede dos três Poderes.

Aí V. Exas. aqui: "Oh, que absurdo!". Se houve exagero ou não houve exagero, o exagero verdadeiro foi a afronta à democracia do dia 8 de janeiro, daqueles que não se conformaram em perder uma eleição. Essa que foi a afronta verdadeira da democracia.

E eu, como acho que a democracia é o melhor método para a gente se conviver, vou defendê-la a todo custo.

Se V. Exa.... Repare, Senador Alessandro, eu quero ser muito franco... Essa primeira parte de V. Exa., nas sugestões, tudo bem. Na hora em que V. Exa. parte para o indiciamento, perdoe-me a franqueza, peço vênias, mas V. Exa. só está indiciando Ministro do Supremo Tribunal Federal e Procurador-Geral da República. Era esse o centro da CPI que alguns colegas assinaram, que V. Exa. estava investigando? Não, não era esse o centro. Essa era uma lateralidade.

Depois, perdoe-me de novo, mas V. Exa., quando cita, inclusive a mim...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Opa!

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – ... quando V. Exa. cita...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, cita.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Amin?!

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Ah, não. (*Risos.*)

V. Exa. não teve essa sorte.

Porque, repare, Senador, quando V. Exa. diz que a empresa – sei lá como é o nome – Massa, para que no texto vem, depois do Ratinho apresentador, irmão ou sei lá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – ... pai do Governador? Isso é para produzir cena para o jornal. Ou quando V. Exa. cita a mim. É cena para o jornal.

Tem nome a empresa. Tem sócio a empresa. A empresa que V. Exa. cita é bom que investigue mesmo, porque ela conseguiu o convênio dela no Governo Bolsonaro, com altos escalões do Governo Bolsonaro. Não tenho nada a ver com isso. Eu estou muito tranquilo em relação a isso.

Então eu quero dizer que V. Exa., para mim – o Senador Magno Malta disse que V. Exa. fez contorcionismo –, na minha opinião, fez um desvio para chegar a um lugar – não estou dizendo que era esse o objetivo nacional –, a um lugar que, na minha opinião, é impróprio.

Eu também acho que ninguém é intocável na democracia. Todos têm que estar sob o manto da lei. Agora V. Exa. foi delegado. As investigações muitas vezes dependem de sigilo para chegar lá. E repare: a gente abre aqui um sigilo, como foi o do Master; daqui a pouco, está tudo na rua. Na verdade, a gente atrapalha a investigação, porque esta Casa não foi treinada para investigar. Quem foi treinada para investigar é a Polícia Civil, Polícia Federal, Ministério Público, CGU. Repare, quem é que iniciou a CPMI do INSS? A investigação da Polícia Federal e da CGU. De uma certa forma, quem despertou mais aguçadamente para esta CPI aqui? A Operação Carbono Oculto, que foi feita pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Perdoe-me, às vezes a Casa faz graça com o chapéu alheio. A gente repete o que os outros investigaram e faz a cena política. É por isso que eu não assino CPI, porque, na verdade, a investigação já estava feita. Mesmo na Operação Lava Jato, que foi conduzida pelo Senador Moro, na verdade quem investigou foi a Justiça, o Ministério Público e a Polícia Federal. Aqui não se investigou nada,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

independente de eu discordar profundamente de métodos assim ou assado, mas não quero entrar nesse mérito aqui. Eu estou dizendo que nós não temos esse treinamento.

Portanto, eu quero dizer a V. Exa. que vou votar contra, vou votar contra, porque eu acho que ali fugiu. Se a V. Exa. mantivesse aqui as sugestões legislativas feitas, conte com o meu voto. Com o restante do processo de indiciamento, que na minha opinião não indicia a centralidade da sua CPI, que é do Crime Organizado, me perdoe, eu tenho que votar contra, porque eu não vou corroborar com a sanha de querer atacar instituição Supremo Tribunal Federal, como muitos têm feito aqui.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, eu preciso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Relator.

Por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Agradeço a tolerância de V. Exa. Usarei o tempo estritamente necessário, pode ficar tranquilo.

Senador Wagner, primeiro, quero manifestar a reiteração dos melhores votos e referências com relação a V. Exa., um excelente colega, excelente Parlamentar da Bahia, mas me dou aqui o trabalho de responder pontualmente ao que o senhor colocou, porque acho que a resposta é importante para esclarecer aos demais colegas.

Primeira delas, com relação à questão do alcance da CPI, se a CPI poderia ou não apurar fatos ligados à atuação do Banco Master. Essa foi uma questão superada pela CPI em diversas votações. Nada foi feito sem a votação do Colegiado, não houve atropelamento da decisão da Comissão. Pelo contrário, a gente chega ao Banco Master pela constatação dos episódios de lavagem de dinheiro, através da Reag e Master, vinculados ao PCC.

O senhor se refere aqui à omissão de indiciamento de uma série de pessoas. O senhor falou de várias, mas eu me recordo aqui de Campos Neto. Campos Neto foi o ex-Presidente do Banco Central. Campos Neto foi convidado, depois convocado, em três oportunidades para essa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CPI, e recebeu um *habeas corpus* do Ministro André Mendonça incomum, o que facultou a ele, na condição de testemunha, a responder por escrito, se assim se interessasse em fazê-lo, o que é incompatível com o ordenamento jurídico. Então, essa seletividade não decorre de omissão do Relator, ela decorre de impossibilidades, porque, para fazer o indiciamento e fazê-lo com responsabilidade – é outra coisa que o senhor, na sua fala, ventila, registra, a importância de ter responsabilidade nos indiciamentos –, eu preciso ter os elementos trazidos aos autos. Eu não posso fazer indiciamento por convicção pessoal, por ideologia, por vontade, por deleite; eu tenho que fazer com base em fatos. Então, o senhor me pergunta: era fundamental ouvir Campos Neto para apurar, primeiro, como testemunha, tudo aquilo que aconteceu ao longo do processo de inclusão do Master na estatura que adquiriu? Sem dúvida nenhuma, mas não foi possível, não por vontade nossa; por restrição imposta pela Suprema Corte.

O senhor também tem que entender, Senador Wagner, a diferença entre crime de responsabilidade e crime comum. Para indiciamento pelo crime comum, o conjunto probatório exigido é mais robusto. Vou dar o exemplo da situação de corrupção. Não há dúvida de que o crime organizado, no Brasil e no mundo, só subsiste graças à corrupção, corrupção de agentes públicos nas diversas esferas. E o caso Master, de certa forma, dimensionou isso, porque você tem uma distribuição astronômica, na casa das centenas de milhões de reais. Mas é prematuro e é injusto fazer qualquer tipo de indiciamento, porque o ato de indiciamento significa dizer, na condição de autoridade que investiga: encontrei provas ou, pelo menos, indícios significativos da autoria e da materialidade desses fatos. Isso não foi possível no curso da apuração.

O senhor questiona também, e eu entendo o seu questionamento, da referência que é feita a diversas figuras públicas. Essa referência é consequência do cruzamento de dados, que foi objeto de ampla divulgação pela imprensa. E não há... ao parágrafo seguinte, ao descritivo dessas figuras públicas referidas, o parágrafo seguinte é claro, taxativo por assim dizer: a mera constatação desses fatos não configura *per se* ilícito, mas...

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Me perdoe, depois o nome vai para o jornal, o Senador do Alessandro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Já estava lá; se não estivesse lá, não citaria, até porque no relatório a gente não fez a divulgação de nenhum



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dado em sigilo, a gente teve esse cuidado. Como eu sou profissional de segurança pública, Fabiano também, eu posso lhe assegurar que não tem um milímetro, uma vírgula vazada partindo do Relator ou do Presidente, justamente porque o vazamento enfraquece a instituição como um todo. Virou um hábito aqui, virou uma praxe. A gente verificou, deu trabalho verificar os acessos, não é a minha função, mas me dei o trabalho de verificar os acessos, e você tinha assessoria de Senadores que não figuravam na CPI acessando os dados. Então, nenhum dado desse é inovação minha. Não fui eu que falei do recebimento de valores significativos. Não atribuí conotação criminosa, não fiz ilações, mas era minha obrigação fazer a referência, porque, com a devida apuração, feita por quem tem aparato e tempo para fazê-lo, é sim possível constatar eventualmente crimes. Em algumas dessas situações, outras me parecem que não, mas, em algumas delas, me parece que existe ali algum tipo de atuação nebulosa que exige uma apuração que a CPI não pôde fazer. Então, trato aí e explico a V. Exa. a questão do indiciamento por crimes e a citação de autoridades, lideranças, figuras públicas que eram referidas nos extratos e que eram notícia pública.

E, por fim, aproveito esse posicionamento de V. Exa. para que o Presidente já vá avaliando ao longo das discussões como vai conduzir a votação, porque eu entendo o dilema de V. Exa. V. Exa. quer votar favorável às várias sugestões, indicações e constatações do relatório, mas o senhor tem dificuldades em votar, tem restrições em votar os indiciamentos dos três Ministros do Supremo e do Procurador-Geral da República. Então, o Presidente, no momento oportuno, vai avaliar como se dará a votação para que a gente possa dar andamento a esse processo de forma equilibrada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Eu concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho, por dez minutos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu, ao tomar conhecimento do relatório, também fiquei surpreso com a pobreza de indiciados aqui apresentados, primeiro, porque se tratava ou se trata de uma CPI para investigação do crime organizado.

Nós tivemos, recentemente, a Operação Carbono Oculto e, naquele momento, a CPI do Crime Organizado ganhou força; no linguajar da imprensa "ganhou tração". E eu não vejo aqui



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum indiciamento ou nenhum aprofundamento que apontasse o indiciamento de pessoas vinculadas ao crime organizado e às organizações criminosas. Por exemplo, nós sabemos que as organizações criminosas de âmbito nacional são duas: o Comando Vermelho e o PCC, mas nós temos 78 organizações criminosas no Brasil, e nós não avançamos na identificação das outras organizações criminosas e nem apontamos nomes que pudessem ser indiciados por esta CPI ou que pudessem ser encaminhados para o Ministério Público. Eu já vi outras CPIs aqui em que se tratou, por exemplo, de pedofilia, em que se tratou de temas e em que esse objeto acabou gerando consequência para esse objeto.

Então, quando a gente fala de crime organizado, a expectativa do povo brasileiro era de que a gente pudesse, ao final... E eu nutri, de fato, uma grande expectativa de que a gente fosse mais fundo. Até, em alguns momentos, fiquei muito satisfeito com pessoas que vieram e que tecnicamente estavam apontando dificuldades que se têm para poder chegar ao esquema, ao *modus operandi* do crime organizado no nosso país e no combate a esse crime organizado e que nós poderíamos colocar luz sobre isso. E, infelizmente, eu não vejo, e não tem aqui, indiciamento. Tem sugestões de aprofundamento de investigação, certo? Mas, como isso aqui não é um inquérito policial clássico, isso aqui é um inquérito parlamentar e, como inquérito parlamentar, em cima do rumo que a gente dá à CPI, permite que a gente consiga jogar luz sobre vazios em que a própria Justiça tem dificuldades, em que a própria polícia tem dificuldades e que a gente, na nossa condição Parlamentar, tem mais liberdade de fazer. Portanto, eu sinto falta disso e me ressinto profundamente de ter feito parte de uma Comissão que não apresenta algo consistente a não ser sugestões que não precisariam da CPI para serem apresentadas, que são as questões que envolvem sugestões legislativas, parlamentares, que poderiam ser feitas em outro instrumento que não uma CPI.

A outra questão é que, quando entrou o debate do Banco Master, eu também fico muito preocupado, porque me parece que foi colocada uma cortina de fumaça para ninguém investigar o que efetivamente precisava ser investigado no Banco Master. Em nenhum momento, eu vi aqui citadas as corretoras que comercializaram CDBs do Banco Master, corretoras algumas prestigiadas, que venderam mais de R\$30 bilhões de CDBs do Banco Master. Sabe quantos bilhões de comissão isso representa, Presidente Fabiano Contarato? São 33 bilhões. A 7% dá mais de R\$2 bilhões só de comissão em cima da fraude. As pessoas ganharam comissão com



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fraude. Quem se beneficiou dessas comissões? Não sabiam que era impossível, sendo operadores do mercado financeiro, que aquele CDB não se sustentaria? Como esses reguladores do Banco Central não aparecem como indiciados? Não há indício suficiente se eram eles que faziam a auditoria, que acompanhavam? Então, aqui eu vejo... E, veja, começamos a olhar para a lateralidade.

E aqui eu hoje fiquei mais preocupado ainda quando eu li uma matéria – não sei se é verdade – de um portal de notícias que disse que determinadas ações, na CPI e no relatório, têm a ver com as decisões judiciais que impediram o funcionamento da CPI em algumas questões. Veja, CPI não pode ser instrumento de vingança. Aliás, instituição, cargo público de Parlamentar, de Comissão Parlamentar de Inquérito, exercício jurisdicional, delegado... Qualquer funcionário público não pode transformar o seu cargo, a sua função num instrumento de justificação ou de vingança, porque, veja, eu fico, sim, com certa decepção, eu esperava muito mais.

E, veja, eu não estou me colocando contra aprofundar a investigação. Veja, se inclusive o termo fosse aprofundar a investigação sobre a atuação de Ministros do STF, no caso do Banco Master, que seria quase equidistante ou parecido com os demais, guardaria uma certa correspondência de medida do ponto de vista do relatório, estaria dentro do razoável. Mas aí pinçam três pessoas, mas tem outros ministros – outros ministros – e tem, por exemplo, pessoas aqui que poderiam ser indiciadas e que não foram. Por exemplo, o ex-Prefeito de Salvador recebeu 5 milhões; o Presidente do União Brasil, 6 milhões; o ex-Presidente do Banco Central, 18 milhões; o escritório de advocacia de Michel Temer, 10 milhões... Tantos outros receberam dinheiro do banco, porque critério de ter recebido dinheiro não pode ser critério para indiciar, mas pode ser critério para aprofundar as investigações, e aí guardaria um certo equilíbrio.

Então, Sr. Presidente, eu me sinto frustrado. Eu queria mais desta CPI, mas eu queria também um pouco mais de equilíbrio, porque, veja, eu não acho que ninguém deve... Eu não gosto muito de gente certinha, eu gosto de gente séria, e uma questão como essa não se trata... Se trata de muita seriedade...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... porque o que está em risco e o que estava em jogo é o crime organizado, veja, é a sociedade brasileira, é o modo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como organizações criminosas dominam território, dominam parte da vida econômica, submetem pessoas, criam regras paralelas e ocupam territórios. De que maneira a gente pode...

E eu imaginei que a gente fosse identificar mecanismos de estrangulamento da entrada de dinheiro, de arma de suprimento, dos esquemas de negociação. Ou seja, a gente avançar sobre o que a Operação Carbono Oculto fez. Mas não. No final, a gente só propõe indiciamento de três Ministros. Eu acho que poderíamos tratar com o mesmo peso para que não parecesse que é uma vingança. Uma vingança porque comandou o inquérito que botou na cadeia aqueles que atentaram contra a democracia. Uma vingança porque comandou o inquérito que botou na cadeia quem tentou matar o Presidente da República, o Vice-Presidente e o Presidente do Superior Tribunal Eleitoral. Eu não quero acreditar nisso. Não quero. Mas está passando essa ideia de que é uma vingança e de que é uma posição política. Por quê? Se o compromisso é a gente ir fundo e investigar, poderia ter dado o mesmo peso e a mesma medida para todos – para todos – e não destacar apenas alguns que dialogam com uma parte do interesse político momentâneo. Isso não vai passar para os anais como algo que tenha um propósito de organizar o Estado brasileiro e de dar uma contribuição para a sociedade brasileira se tornar mais civilizada, mais autocontrolada.

Inclusive, poderíamos ser muito mais eficazes na relação contra o STF, poderíamos ter aqui, como eu fiz sugestão recentemente de criar um grupo de trabalho, uma Comissão, e a gente apresentar um conjunto de medidas de reforma constitucional para rever o modo como está funcionando o nosso Judiciário, que não é só a Suprema Corte, é o Judiciário como um todo. Acho que a gente precisa fazer isso, urgente. A sociedade clama por isso. Isso é legítimo, mas nós não podemos tratar dessa questão com dois pesos e duas medidas, quando se trata de questões tão sérias.

E, para concluir, eu quero dizer que, apesar de o Banco Master não fazer parte do objeto inicial, ele se apresentou, está correto, mas a gente não podia se submeter à cortina de fumaça que se criou para proteger o próprio mercado financeiro, que está por trás do crime financeiro que foi perpetrado pelo Banco Master. Porque foi perpetrado um crime financeiro e o sistema financeiro patrocinou, ganhou dinheiro com isso, e isso não foi investigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, novamente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pode falar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – ... para benefícios dos trabalhos.

Primeiro, para acalantar a decepção do nosso Senador Rogério Carvalho, eu pediria que na p. 15 o senhor observasse onde estão descritas e citadas todas as facções violentas e a sua distribuição geográfica. Nas páginas seguintes, a gente ataca, com base nos depoimentos que foram colhidos aqui – quem acompanhou e esteve presente na CPI, viu –, a gente ataca a forma de atuação, as rotas de acesso, por que essas rotas são conhecidas e não são enfrentadas. E me permita antecipar uma constatação que é muito evidente: o que falta é uma vontade política, que não é culpa deste Governo, porque é uma falta de vontade política que se arrasta há décadas no Brasil.

Então, nisso tranquilizo o Senador Rogério, porque foram, sim, descritas, enumeradas e tiveram sua forma de atuação questionada, assim como foi apontado um fato importantíssimo – tem um nome bonito: novas ilegalidades –, que é o fato de você ter atividades que são, em princípio, lícitas sendo ocupadas, absorvidas pelo crime organizado. E elas geram, já hoje, muito mais recursos para o crime organizado do que a atuação violenta das facções. Então, isso foi plenamente atendido, me deixa tranquilo.

Eu respeito muito o critério de alguns, porque na democracia a gente tem que respeitar opiniões, mesmo que não pareçam razoáveis, mas a gente tem que respeitar, quando se diz: "Olha, você tem que ter a configuração dos fatos para fazer um indiciamento". E, na visão de alguns, falta a configuração de fatos para os indiciamentos que nós fizemos. Mas, ao mesmo tempo, essas mesmas pessoas apresentaram requerimentos e fizeram solicitações e agora aqui verbalizam demanda pelo indiciamento de figuras contra as quais não se logrou encontrar a configuração plena do cometimento de crime. Então, no mesmo rol onde a gente cita – e foi objeto de uma reclamação, de um lamento do Senador Jaques Wagner uma contratação de uma empresa de um familiar dele –, citamos esses nomes todos a que o Senador Rogério se referiu, ACM Neto, Rueda, Temer... Não tenho aqui preocupação com ninguém, não. Não preciso



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

botar nada debaixo do tapete. Não devo nada para ninguém, graças a Deus. Então, para mim, foi muito tranquilo. Então, só quero deixar claro que isso foi feito.

Por que não adiantamos o passo?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – O Senador não cita Ibaneis.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ibaneis me parece que está referido no ponto que trata do BRB, mas eu posso recuperar para o senhor.

Inclusive, muito inspirado na atuação do ex-Governador Ibaneis, que também foi intimado, em pelo menos três oportunidades... E, na última delas, já como ex-Governador, se recusou a receber a intimação e buscou o Supremo, e Supremo concedeu a ele o direito de não comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. São muito inspiradas na forma de atuação do Ministro Ibaneis as propostas de regulação do mercado de precatórios e crédito – a gente tem que regular isso, é uma porta aberta, potencialmente, para lavagem –, mas sempre tratando com muita preocupação, com muita cautela.

E aí eu bato de novo, porque acho que talvez não tenha sido claro o suficiente, na diferenciação necessária entre crime de responsabilidade e crime comum. São situações diferentes. O crime de responsabilidade nem é, no *stricto sensu*, crime; é uma infração política e administrativa, que vai ser processada e julgada pelo Legislativo, no caso, pelo Senado da República. Então, são coisas diferentes e que exigem conjunto probatório diferente. Por isso a escolha – é muito simples – e que vai ser objeto de análise e decisão.

Agora, as afirmações ou ilações no sentido de que há aqui um ataque à democracia, que há aqui um abuso de autoridade, um justicamento de vítimas inocentes ou coisa que o valha... Veja, nada disso encontra aderência pelo que está escrito e pelo que está falado aqui. Nada. Eu sei que existe uma dificuldade de alguns em compreender que crime organizado transcende o pobre, preto, armado, na periferia, e que crime organizado é mais que isso – e o Senador Rogério Carvalho menciona o mercado financeiro –, mas, justamente por conta dessa compreensão, é preciso entender que nós avançamos para outras áreas de atuação que tiveram interseção com o crime organizado. E cada passo desse foi validado por votação de Colegiado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há de se ter responsabilidade nas coisas. Não há nenhum tipo de ataque à instituição, à democracia. Em algum momento, chegaremos à maturidade institucional de compreender que democracia não tem como sinônimo o nome de A, de B, de C; e nem que as instituições Senado, STF ou Presidência têm como sinônimo Lula, Alessandro ou Alexandre de Moraes. Nós ocupamos cargos, passamos por eles.

Então, esse manejo da democracia, eu acho que já passou muito da conta, da suposta defesa da democracia. A defesa aqui é de outra coisa, é a do não indiciamento – e é legítima. A defesa é a do não indiciamento de autoridades poderosas. Isso é compreendido e vai ser tratado no processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, por 10 minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu acho que, antes de mais nada, nós deveríamos fazer uma reflexão sobre o sentido, a importância das Comissões Parlamentares de Inquérito dentro daquela que é uma tarefa precípua do Parlamento, que é a da fiscalização da ação do Poder Executivo e de outros Poderes. Isso, com o passar do tempo, se perdeu. E a eficácia e a capacidade de produzir resultados que as CPIs têm tido estão com sérias limitações: políticas, de um lado, porque a gente... Ainda bem que, aqui no Senado, nunca aconteceu, mas essas CPIs mistas são cenas de pugilato, de impropérios trocados, uma verdadeira bagunça. E não há quem coloque ordem nisso. Para os presidentes que querem cantar de galo é arriscado levarem uma lixa ali na hora, no meio daquela confusão.

Portanto, a gente tem que discutir um pouco, discutir porque é que testemunha que deveria obrigatoriamente vir depor, consegue, especialmente no Supremo Tribunal Federal, a possibilidade de não comparecer. Muitas vezes, quando elas podem dar importantes contribuições às investigações daqui e de fora. Então, talvez valha a pena a gente pensar, um pouquinho mais para a frente, se não seria bom a gente rever, do ponto de vista regimental, tudo o que trata de CPI e também do ponto de vista legal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CPI é definida, por essência, como uma instituição de investigação e não um espaço de debate político, não um espaço de afirmação de posições políticas.

Eu tenho, por V. Exa., o mesmo respeito que o Senador Jaques Wagner tem. Aliás, aqui, entre as recomendações que V. Exa. fez de aprimoramento, existem coisas de que V. Exa., inclusive, foi Relator e corrigiu distorções absurdas que havia anteriormente. Porém, eu acho que V. Exa. se deixou seduzir por um caminho da política nesse processo e terminou produzindo um relatório que nos deixou a todos com a sensação de que está faltando muita coisa aqui e de que tem coisa que não deveria estar aqui.

Coisas que estão faltando. Ainda que essas pessoas já estejam respondendo a processos na Justiça, indiciá-las pela CPI seria uma reafirmação, uma confirmação do caráter delituoso das ações dessas pessoas. Aqui vou citar o Daniel Vercaro, que foi citado, o Zettel, os funcionários do Banco Central, que eram, na verdade, funcionários do Banco Master, o Sr. Roberto Campos que, pelo menos, deveria ter uma recomendação para se investigar melhor como aquela decisão de autorizar a compra do Master, por esse cidadão, pôde acontecer.

E o tal do Beto Louco aí, que já está visto que é uma pessoa importante nas relações institucionais e políticas – o primo também, não é?. O Mansur, que veio aqui, veio aqui depor, o dono da Reag... Nossa, por que nós não indiciamos esse homem, pelo menos para dizer: o Parlamento também confirmou que esse cidadão precisa pagar com a Justiça.

Aqui foi dito: o Ibaneis Rocha, não é? E o Cláudio Castro, Governador do Rio de Janeiro? E o Rodrigo Bacellar, o Presidente da Assembleia, que ligou para o Deputado TH Joias, que dormia num colchão de cédulas de R\$200, não é? "Sai daí, leva a carne para não apodrecer, que a polícia está chegando aí."

Por que a gente não enveredou um pouco por aí para saber um pouco mais das relações dos políticos do Rio de Janeiro, e de outros lugares também, com o crime organizado, né? Essas pessoas possuem vastos indícios que o curso das investigações demonstrou, e não estão relatados aí.

Outra coisa: V. Exa., no documento, propõe intervenção federal no Rio de Janeiro, coisa que, pelo menos do ponto de vista daquelas GLOs, já foi feita, não uma intervenção



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propriamente dita. Mas como fazer essa recomendação e não responsabilizar os agentes implicados nesse cenário, não é? Como é que a gente trata de crime organizado e não fala de *bet*? Não fala de *bet*, que a gente sabe que hoje são espaços importantes para lavagem de dinheiro do crime organizado. No nosso país, nenhuma palavra, nenhuma vírgula... Então, eu acho que o relatório de V. Exa. tem muitos buracos, e essa será uma das razões pelas quais eu votarei contra.

Além do mais, quando se vai tratar dos beneficiários desses recursos do Banco Master... Às vezes eu penso assim: esse Vorcaro era uma espécie de Silvio Santos do mercado financeiro. "Quem quer dinheiro?"

Aí, rapaz, tem coisa aqui que eu digo... não quero nem dizer que as pessoas não sejam competentes, mas aí R\$10 milhões por um serviço de mediação na tentativa de venda do banco ao BRB – o ex-Presidente Michel Temer. Eu acho que ele fez tudo corretamente, não tenho nada contra ele, mas é muita competência, é muita competência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Pior não é quem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Henrique Meireles com uma consultora macroeconômica para o banco: 18,4 milhões.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O Presidente do União Brasil, Antônio de Rueda, escritórios de advocacia: 6,4 milhões...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Ele estava certíssimo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... e por aí vai. E não há referência a essas pessoas, pelo menos para dizer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – V. Exa. permite que eu termine aqui?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Eu estou tão empolgado com o que você está falando...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Aí, eu acho que deveria, pelo menos no final, dizer: "Ó, vamos saber em que é que consistiram esses recursos de 24 milhões que foram pagos à empresa do pai do Governador do Paraná". Pelo menos pode haver uma suspeita; pode ser que não esteja tudo certo também. Valeria a pena.

Recomendamos aqui ao Ministério Público que analise esses contratos, para saber se isso tudo é legal, se tudo é certo – é ou não é.

Então, eu acho que V. Exa. poderia agregar a recomendação de que haja aprofundamento da investigação em face desses nomes.

Com relação a essa questão dos Ministros do Supremo, a extrema direita, no Brasil, é muito engraçada, não é? Ela agora quer transformar em disputa eleitoral para a eleição do Senado neste ano qual é o Senador que vai votar pelo *impeachment* de um Ministro do Supremo? Aí a gente vai num lugar, o cara no rádio: "O senhor vota?". Voto, se tiver comprovado que ele cometeu o crime de responsabilidade, se tiver feito o devido processo legal definido pela Constituição para um processo de *impeachment*, mas não fazer disso um oba-oba, porque na verdade é isto: um oba-oba.

No mundo inteiro, você tem, lá na Europa, a extrema direita tem um bode expiatório, que é o imigrante daqueles diversos países. Na época do nazismo, eram os judeus. Aqui são o PT, a esquerda e o Supremo Tribunal Federal. Então, é óbvio que qualquer pessoa que esteja bem-intencionada vai dizer: "Mas por que só os Ministros do Supremo e o Procurador-Geral da República?". Por exemplo, eu não tenho nenhuma procuração nem quero ser procurador de ministro nenhum do Supremo. E acho que, se tiver indício de cometimento de qualquer tipo de crime, tem que ser investigado e tem que tirar de lá de dentro, está certo?

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Mas eu digo, por exemplo... Eu acho que V. Exa., em alguns casos aqui, transformou uma decisão judicial – está certo? – como se fosse um crime. Aqui já teve proposta, inclusive, de o Congresso ter o poder



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de reformar decisões do Supremo, não é? Aí V. Exa. diz assim, por exemplo: "O pedido de quebra do sigilo da empresa que é do irmão ou que é do Ministro Dias Toffoli".

Aqui, na CPI da Covid – V. Exa. inclusive fazia parte –, nós aprovamos a quebra do sigilo de uma pseudoempresa de comunicação que é a maior produtora de *fake news* que tem neste país, que se chama Brasil Paralelo, e o Supremo tomou a decisão de que não podia quebrar o sigilo dessa Brasil Paralelo. E foi essa decisão agora que baseou a decisão do Ministro Gilmar Mendes. Pegou-se, ele pegou, inclusive, um precedente, um antecedente de uma decisão do Supremo para impedir que se fizesse isso. Então, na verdade, tenha sido certa ou errada essa decisão, mas foi em cima de algo que estava, que está... Pelo menos até que se mude, é um precedente estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal, não é?

Então, eu acho o seguinte: nós aqui tínhamos panos para as mangas para indiciar um bocado de gente. Por exemplo, chegou aqui quebra de sigilo bancário, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telefônico, etc., etc. Isso dava para se ter trabalhado muito e dar uma grande contribuição para essas investigações, e nós não fizemos. Foi exatamente onde a gente não aprofundou que V. Exa. propôs os indiciamentos.

Então, eu não quero falar mais; quero somente dizer que vou votar contra esse relatório, porque ele não está dentro daquilo que era esperado. Ele falha por omissão em várias situações, e outras – não digo que em tudo, mas em outras – questões que são próprias de decisão judicial, estão sendo colocadas como crime, não é? A questão da desídia, por exemplo, queira ou não, é uma coisa um tanto subjetiva, é uma coisa subjetiva! Quem sabe, se se chamasse aqui o Procurador-Geral da República, ele fosse explicar por que ele não agiu de forma tão rápida em relação a um detalhe: "Não, a minha decisão foi por isso...". Então, eu não posso criminalizar uma coisa como essa, pelo menos em princípio. Está certo?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Com a palavra o Relator.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Humberto, primeiro quero retribuir as manifestações de apreço e valoração do trabalho.

O senhor questiona o porquê de a gente não ter avançado com as oitivas e apurações referentes ao Bacellar, Deputado Estadual e ex-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, e ao TH Joias, ex-Deputado Estadual, identificado pela Polícia Federal e denunciado como faccionado, como integrante do Comando Vermelho. Essas oitivas não foram realizadas, porque, apesar da aprovação pela Comissão, não foram autorizadas pelo Ministro Alexandre de Moraes; o Ministro Alexandre de Moraes, até onde eu tive conhecimento, sequer despachou – sequer despachou –, sendo que podia ouvi-los. E, obviamente, é impossível arrancá-los de dentro da cadeia para ouvi-los aqui, no braço, como se diz.

A questão, novamente, dos indiciamentos. E aí, assim, de novo, as opiniões são absolutamente aceitáveis e tudo bem, mas é bom a gente ter um critério. Entendeu? Porque ou bem a gente falha, porque a gente tinha um monte de indícios e não indiciou as pessoas, ou bem a gente falha, porque indiciamos pessoas com indícios insuficientes. As duas coisas não dão, porque, veja, quando me cobram assim: "Por que não indiciou [sei lá] qualquer uma dessas pessoas que receberam...?". E aí eu peço a V. Exa. se não já o fez, a partir da p. 60, aí pelo menos por cinco ou seis páginas, a gente trata mais detalhadamente do caso Master, e, até onde conseguimos identificar, a gente cita todos esses pagamentos atípicos, todos! Os pagamentos para consultorias e escritórios de advocacia que são diretamente ligados – ou indiretamente, mas, de forma próxima – a figuras políticas relevantes superam R\$100 milhões; os pagamentos a escritórios de advocacia em geral passam do R\$0,5 bilhão. Tudo isso foi identificado, foi referido, mas se faz a ressalva, que é a mesma que eu faço, quando estou falando da empresa que tem uma conexão familiar com um parente do Senador Wagner, eu tenho que fazer com os outros, de dizer a eles: "Olha, esse simples pagamento não configura indícios suficientes para indiciamento. É preciso apurar mais". E é o que a gente faz.

Essas coisas todas já são objeto de apuração e investigação pelas instituições ordinárias: Polícia Federal, Ministério Público Federal. O que que não é objeto de apuração e em que nós encontramos indícios suficientes? A conduta dos três Ministros e do PGR, indícios suficientes, na minha opinião, que será submetida ao crivo da opinião de V. Exas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas faço o registro, é importante, até porque nem todos têm a obrigação de ter formação na área: estamos falando de crime de responsabilidade. O acervo probatório necessário é menor do que aquele do crime de corrupção, por exemplo. Eu não estou acusando de corrupção o Ministro que recebe através de familiares dezenas de milhões de reais. Fazê-lo seria irresponsabilidade, mas estou apontando que esta conduta, à luz da lei – que não é nova, é de 1950, e que foi utilizada várias vezes, inclusive para aprovar o impedimento de Presidente da República; e o senhor acompanhou isso presencialmente, né? –, que essa lei descreve pelo menos dois tipos, os quais na minha visão se coadunam com as condutas que estão descritas, fatos, notas públicas dos próprios envolvidos, documentos da Receita Federal... Fatos! A gente não trabalha aqui com ideia de politicagem. Eu estou andando para a extrema direita da esquina da Europa, da África, tanto faz para mim isso daí. Eu não tenho essa coisa ideológica e não estou aqui atrás de voto com esse trabalho. Esse trabalho me rendeu até o momento a ameaça direta de dois Ministros e uma insinuação do terceiro. O Ministro Toffoli... O Ministro Toffoli, esse Toffoli, dono da Maridit; Toffoli, que devolveu a relatoria e que depois se declarou suspeito para não julgar a prisão do Vercaro, decretada pelo Ministro Relator André Mendonça... Esse mesmo verbalizou agora, na reunião da Segunda Turma, que eles têm que aventar a cassação e a inelegibilidade desse Senador que faz um relatório desses, abusado.

Sabe qual é o problema, Senador Humberto, com toda sinceridade? E, de novo, respeitando as opiniões e os votos. Democracia só se faz assim: tem que respeitar as opiniões e os votos, mesmo quando não concorda. Mas a verdade é que nós temos ainda uma profunda dificuldade de tipificar, de reprimir, de condenar quem é poderoso. É uma profunda dificuldade. A gente não consegue nem visualizar como uma realidade o fato de que pessoas tão poderosas podem ser enquadradas num tipo previsto na lei! Mas elas podem – elas podem –, desde que aquelas pessoas a quem a Constituição e a lei atribuíram a responsabilidade exerçam essa responsabilidade. Mas, se não quiserem exercer, também é uma opção legítima, que vai cobrar seu preço nas respectivas biografias. Vai ter biografia que vai entender isso como engrandecimento e outras como demérito. Aí a história aponta. Mas quero deixar claro que tudo isso foi feito...

E só mais um ponto – desculpe, Fabiano –: a preocupação que V. Exa. verbaliza de que o Legislativo estaria reavaliando o conteúdo de decisão do Judiciário. Não! Não! As decisões do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Judiciário com as quais a Comissão não concordou foram objeto de recurso no próprio Poder Judiciário. O que questionamos aqui? Questões processuais. Como é que você tem... E aí eu tenho certeza de que é um vício de linguagem por quem não é da área. O Ministro Gilmar Mendes não usou um precedente para decidir; ele ressuscitou um processo para alegar prevenção. É outra coisa. É outra coisa. O senhor imagine: o senhor tem uma ação na Justiça e o senhor vai escolher o ministro, porque esses ministros que estão lá tem décadas. Eles julgaram qualquer coisa que o senhor queira. Aí o senhor vai pegar o caderninho e vai olhar aqui: "Quero hoje o Gilmar"; "não, eu quero agora o Alexandre". E vai peticionar não para distribuição, o senhor não vai entrar com ação; o senhor vai fazer uma petição direta para aquele ministro que o senhor escolheu ou para o juiz, se for na primeira instância. E vai dizer: "Juizão, é o seguinte, tenho que resolver esse caso aqui, e há cinco anos, dez anos, cem anos, dois anos, o senhor resolveu um parecido; ressuscita aí, diz que é prevento e decide". É isso que a gente está falando. E não há como, para usar uma expressão do Ministro Gilmar, decano da Suprema Corte... Não há como um estudante de Direito achar que isso é razoável, porque não é. Tenho absoluta certeza de que será revisto. Mas qual é o drama aí também? O processo para revisão dessa decisão. O sistema é complicado. O Presidente da Comissão, legitimado que é, apresentou, através da Advocacia do Senado, três recursos. O primeiro deles, que é o mais ordinário, o agravo. Esse agravo tem que passar pelo despacho do Relator, o Ministro Gilmar. E o Ministro Gilmar não despachou. Está lá parado. A CPI acaba hoje, vai perder o objeto. Não é a primeira vez que isso acontece. Os outros dois foram direcionados diretamente ao Presidente: pediu-se uma suspensão da liminar do Ministro Gilmar e se pediu uma revisão da distribuição, uma retificação da distribuição, porque é uma questão administrativa. A distribuição não é de conteúdo de decisão. O Ministro Fachin, após um despacho conosco, muito respeitoso, muito correto, em que pedimos apenas que ele decidisse, que não se omitisse, e ele decidiu. A decisão dele diz o quê? "Não tenho, como Presidente da corte, hierarquia sobre o Ministro Relator, de modo que não posso suspender essa liminar. Tenho que aguardar o andamento ordinário do agravo, que será levado a Plenário no dia em que o Relator o fizer". E que, já sabemos, não o fará, porque vai perder o objeto. Está entendendo o tamanho do drama? Então não é fácil esse negócio.

E por fim, *bets*, está referido no relatório, inclusive com a recuperação das medidas de combate à *bet* ilegal e de elevação da tributação das *bets*, para que você tenha mais recursos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para aplicar no combate ao crime organizado. A gente retoma isso, salvo engano, pp. 100 a 120, que é um projeto ali apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, por dez minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, este é um dia muito importante. Eu não vou comentar sobre modificações ocorridas hoje no time que V. Exa. preside. V. Exa. é o Presidente, logo é o Presidente de um time que funcionou ao longo desta CPI, assim como o Relator fez o seu texto com base naquilo que foi coletado. Houve modificações hoje. Eu que sou suplente, desde o começo, estou aqui para trazer a minha contribuição.

E eu começo cumprimentando o Senador Humberto Costa. Faço minhas todas as suas palavras, como um aditamento ao seu relatório. Quem não foi mencionado explicitamente, por favor, peça para anexar ao seu relatório, ainda que tenha sido um acréscimo com uma certa tendência, porque houve exclusão de alguns nomes. Por exemplo, eu não ouvi o nome do ex-Ministro Lewandowski na lista de contratados, mas o que ele ofereceu faz parte. Concorde em gênero, número e até em grau com o aditivo que ele ofereceu, porque é um aditivo. Há muito mais por adicionar.

Na minha opinião, trata-se do melhor argumento em favor da prorrogação da CPI, que infelizmente, não por culpa dele, nem sua, nem do Senador Contarato, não foi concedida, mesmo recorrendo-se ao Supremo. Uma decisão que não guarda exatamente sintonia com outras decisões tomadas, considerando que a CPI é um instrumento da Minoria. E a manipulação de integrantes, é claro, pode ser feita, mas é um recurso da Maioria.

Portanto, eu concordo com o que falou o Senador Humberto Costa, para adicionar ao seu relatório tudo o que ele disse. Gênero, número e grau. Emenda. Aceita a emenda *in totum*. Agora, eu que estava em dúvida se poderia votar ou não, desfiz a dúvida, não pelo que está faltando, mas pelo que sobrou. E eu vou ler, porque eu quero transcrever isso. Aspas. Citação da CNN Brasil. Estou dando a fonte.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Não podemos deixar de nos furtar a cassar [com dois "s"] eleitoralmente aqueles que abusaram, atacando as instituições [aquele velho bordão: quando você fala de um malfeito de um dos deuses do Olimpo, você está atacando o Olimpo e toda a sua constelação], para obter voto e conspurcar o voto do eleitor. Porque é disso que se trata, quando surge um relatório aventureiro desse. É tentativa de obter votos", afirmou [o Ministro] Toffoli.

Eu tinha dúvida se eu ia votar a favor ou contra, mas não posso fugir da raia. Assim como concordo com aqueles acréscimos, eu discordo desse excesso, porque não é a primeira vez que se parte para a desmoralização de um voto que um Senador dê que contrarie um Ministro do Supremo. Lembro que, quando votamos a PEC das decisões monocráticas – vocês lembram? –, qual foi a expressão que o Ministro Gilmar Mendes usou para os 52 Senadores que votamos a favor? "Pigmeus morais". Eu acho que os pigmeus estão morando lá, lá naquela casa que é a casa mais excelsa do Brasil. O mesmo Ministro Gilmar Mendes disse naquela ocasião: "Eu exijo a demissão [a palavra foi essa] do Líder do Governo, Senador Jaques Wagner".

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Eu. A mim...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Amin foi solidário com o senhor, porque quem fez essa declaração foi o Ministro Gilmar Mendes, contrariado pelo voto, absolutamente livre, consciente, que o Senador Jaques Wagner deu. "Eu exijo a demissão", a palavra foi essa, como se fosse um funcionário do Governo. Gilmar Mendes, o mais respeitável posto que o decano... A tradição manda que se proceda assim. Então, nós, "pigmeus morais"; e ele tem que ser demitido. É assim que reagem.

Então, é impossível que a sua temperatura não aumente um pouquinho com isso. A minha aumenta. Eu me controlo, mas eu não gosto disso, de ser tratado na base da ameaça: "Cassar eleitoralmente quem escrever alguma coisa contra mim"? Isso é textual, eu não estou inventando, estou lendo. Matéria de hoje. É uma... E, repito, não quero listar todas. É o jeito de ver as coisas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inquérito 4.781, sete anos e alguns dias, vamos ver se há consenso, porque que ele é errado, eu sei que é, mas está há sete anos... E, se um jornalista do Maranhão quer saber se a placa do carro é fria ou quente, do carro que está atendendo ao Ministro, taca ali o Inquérito 4.781. Ele serve para tudo que signifique blindar – leia-se, atemorizar – o cidadão brasileiro, seja ele investido de mandato ou não.

E nessa ladainha de que, cada vez que se fala de um erro cometido, estão agredindo a instituição, faço minhas as palavras do Presidente Lula: "Você quer ser Ministro do Supremo? Não pode ter como ambição enriquecer". Está na profissão errada. Vá negociar, vá empreender, vá arriscar – é assim que se gera riqueza, para a nação e para o investidor. É isso no mundo; no mundo capitalista é assim. Agora, formar uma verdadeira estação de *startups* na casa mais importante do Brasil? *Startups* que, com volúpia, faturam 129 milhões num contrato, que já foi, aqui, dissecado e apresentado por V. Exa... Eu não vou repetir. Então faço minhas as palavras do Presidente Lula, parodiando aquele filme indiano, de Mumbai e Bangalore: Quem Quer Ser um Milionário? Quem quer ser milionário? Resposta: não seja Ministro do Supremo. Não deveria ser; não deveria ter esse objetivo na vida e essa função.

De igual sorte, eu quero dizer que revisão de procedimentos não é revisão de sentença. E é isso que nós vamos alcançar, porque as assinaturas para a CPI da "vaza toga" já existem. Não se trata de revisar a decisão. Não é isso que se quer com a dosimetria? Não é isso que se quer com a anistia?

(Soa a campanha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas, no caso da "vaza toga", é muito singelo o procedimento para atestar se o preso – naquela tarrafada, logo depois do dia 8 de janeiro de 2023 – investiu contra o patrimônio público, se participou daquela aberração, como foi dito aqui hoje, ou daquele vandalismo. Tem que responder, mas responder pelo que ele fez e não pelo que as mensagens do seu WhatsApp insinuam ou sugerem o que ele pense. É isso que tem que ser revisado, para que nós tenhamos clareza e para que nós possamos, realmente, respeitar a Justiça e os seus operadores.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, sou obrigado a votar, no seu relatório, a favor, correndo esse risco que já foi ameaçado. E, talvez, por isso mesmo, vou correr o risco e vou votar a favor, porque o que consta não foi contestado. O que foi oferecido foi um acréscimo, com o qual eu concordo.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Marcio Bittar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Não vai pedir direito de resposta?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone.*) – Concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Marcio Bittar, por gentileza, por dez minutos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Para discutir.) – Senador Sergio Moro, futuro Governador do Paraná, eu lhe garanto que não vou usar os dez minutos. Acho que V. Exa. foi retirado até da suplência, e eu ainda continuo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. *Fora do microfone.*) – Foi, e até da fila.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Até da fila... *(Risos.)*

Mas eu quero cumprimentar e não poderia deixar de vir aqui... Eu me envolvi muito com o Senador Girão, na CPMI do INSS, outro escândalo e escárnio no Brasil, e isso me impediu de estar mais nesta tão relevante Comissão, o que não significa dizer que não pudeste vir aqui hoje, para reconhecer o vosso trabalho como Presidente. Na época da montagem desta Comissão, eu os defendi, dizendo do comportamento de V. Exas. nas votações nesta Casa, particularmente na CCJ, não só com votos, mas com proposições.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Relator, o Senador Alessandro Vieira, e dizer que, nesse dia, não tinha como não vir aqui manifestar a minha opinião.

É estarrecedor, Relator Alessandro, quando V. Exa. narra as ameaças, as tentativas de intimidação que V. Exa. sofreu de Ministro do Supremo Tribunal Federal. É inequívoco, a sociedade brasileira percebe com clareza que o crime organizado no Brasil, não só das facções criminosas, que é gravíssimo, que hoje faz com que um quarto da população brasileira durma sob o domínio de facções criminosas, que cresceram muito, fruto, e me perdoe a franqueza, de oito anos... Perdão, de sete mandatos da esquerda. Nós estamos hoje completando o quinto mandato do PT, dois do PSDB, que são pessoas que têm uma tendência a passar a mão na cabeça do bandido, diferentemente de V. Exas., no comportamento diário na CCJ. Mas nós temos quase 30 anos de uma prática que levou aonde chegamos. O crime organizado no Brasil, que domina hoje um quarto da população brasileira, não chegou aonde chegou de uma hora para outra. Foram quase três décadas de uma mentalidade que se preocupou, ao longo desses anos, muito mais com os direitos, entre aspas, do criminoso do que com o das vítimas. Isso é resultado de quase 30 anos desse comportamento!

E aí o Banco Master vem mostrar que o troço ganhou outras proporções, envolvendo, inclusive, com suspeitas gravíssimas, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

E, quando esta Comissão tem a coragem... E eu vivo dizendo, aliás, repetindo uma frase que Nelson Mandela dizia muitas vezes: "A coragem não é a ausência do medo; é a superação dele". Nem é que, imagine, eu goste, como valentão, de bater no peito e desafiar Ministro do Supremo. Não. É porque é o nosso dever, é a nossa tarefa.

Então, eu vim aqui hoje para parabenizar.

Não é possível que o Brasil vá aceitar, e as pesquisas mostram que não aceitam, porque há a percepção clara de que até na mais Alta Corte do Brasil, o crime organizado conseguiu criar pelo menos uma suspeita de envolvimento descabido de autoridade do Supremo Tribunal Federal. Olha a frase do Ministro Dias Toffoli! (*Risos.*) No dia de hoje... Numa clara alusão... Mexe comigo... Você pode ser cassado, como já tem vários.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, para dar consequência, Presidente e Relator, ao resultado da nossa CPI, que vai contar com o meu voto favorável, com a minha posição favorável... E disse aqui o Esperidião Amin, com a sua experiência e sua grandeza... Quer dizer, o nosso Senador Humberto não contestou o vosso relatório, ele apenas agregou, ou seja, então, subentende-se que ele aprova o vosso relatório: ele apenas sugeriu outros nomes, que podem ser muito bem apensados, e, quem sabe, assim, ele votará a favor.

V. Exa. disse: "É natural que o Governo faça o que acabou de fazer, como fez na CPMI do INSS, troca nome de pessoa que não apareceu, que não participou de nenhuma sessão". Troca, tira, põe para votar. É claro que há denúncias de que houve favorecimento. Tudo bem, mas é do jogo – é do jogo.

Agora, eu quero terminar, dizendo mais uma vez: é por essas e outras, Presidente Contarato, Relator Alessandro, que eu venho dizendo que este Senado, depois de tudo a que o Brasil assistiu e mais essa agora, não deveria aprovar ninguém mais do Supremo Tribunal Federal. Pela primeira vez, o Brasil vai ter uma eleição em que o tema Supremo Tribunal Federal vai ser central no debate. É a primeira vez na história da República brasileira.

Portanto, depois de tudo o que aconteceu, é um pinga de amor-próprio que o Senado não aprove mais ninguém. O ambiente está completamente contaminado.

Hoje o Supremo tem uma vaga a menos. Alguém está sentindo falta? Não está. Ninguém está sentindo falta de que, em vez de 11, tenha 10.

É uma questão de respeito à população brasileira. Daqui a seis meses tem eleições. Vota-se, elege-se o novo Presidente do Brasil. Elegem-se os dois terços do Senado, e os novos eleitos, legitimados pelo debate que vai acontecer nas eleições, que indiquem quem quiser, e o Senado aprova ou não.

Portanto, a minha posição de votar contra o indicado Messias não é pessoal. Eu votaria contra qualquer nome que o atual Governo apontasse, porque este ambiente está contaminado. Um ambiente em que... Alguém tem dúvida de que qualquer indicado por este Governo vai fazer coro a esses Ministros que lhe ameaçam, Senador Alessandro? Claro que não. Alguém aqui imagina que, se qualquer outro indicado do Presidente Lula estivesse lá agora, seria mais... Não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seriam três a lhe ameaçar, seriam quatro. Portanto, esse ambiente completamente contaminado, em que nós temos a certeza absoluta que qualquer indicação, se este Senado aprovar, cair nesse descrédito mais ainda, vai ser mais do mesmo que nós estamos assistindo.

Por isso, eu faço uma humilde campanha para dizer que este Senado deveria ter um pouquinho ainda de amor-próprio e não aprovar mais ninguém. Respeite as eleições, respeite quem vai ganhar eleição neste ano, o debate que vai legitimar os eleitos, e ele, sim, indique quem quiser, e o Senado aprova ou não.

Por isso, quero registrar – e mais ainda – louvor, porque V. Exas. fazem parte de partidos da base do Governo, mas mostram, como muitas vezes – às vezes é raro, mas aparece –, muitas pessoas têm mais caráter, e o caráter pesa muito mais do que o partido político das pessoas. Então, parabenizo. Eu fiz questão de vir hoje para isso, para parabenizá-lo e para dizer que o que V. Exa. diz de ameaça de ministros é mais um elemento que mostra como esta Casa não deve aprovar mais ninguém, porque qualquer um que aprovar vai engrossar isso que nós estamos criticando e indiciando hoje no seu relatório.

Conte com o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, querido Senador.

Vou conceder a palavra ao Senador Sergio Moro e vou finalizar as discussões para posteriormente deliberarmos sobre o relatório. Conto com a colaboração de todos os colegas.

Com a palavra o Senador Sergio Moro por dez minutos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Para discutir.) – Presidente, Relator, eu diria o seguinte: o rei está nu, Senador Alessandro, porque hoje nós vimos uma truculência institucional praticada contra V. Exa. na condição de Relator desta CPI.

Eu confesso que, quando vi o relatório de V. Exa. ontem, tudo muito apressado por conta da finalização da falta de prorrogação da CPMI, eu tinha minhas divergências, algumas até foram aqui colocadas em relação a um termo ou outro, alguma colocação, mas, no fundo, toda essa truculência que foi direcionada contra V. Exa. até me impede de declinar qualquer espécie



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ponderação em relação ao conteúdo do relatório. Acho que a Casa foi agredida, o Senado Federal foi agredido hoje quando há um ataque à independência de um Senador.

E o que é pior: não foi nem velada a ameaça, uma ameaça explícita a um Senador que desempenha a sua função. Aí que se vê o grau de deterioração institucional a que o nosso país chegou.

Podemos discutir nuances, detalhes. "Ah, mas será que era realmente a CPI o lugar certo para investigar esses fatos?" Mas os fatos estão ali. E aí o rei está nu por outro motivo.

Hoje, nós estamos assistindo a uma incapacidade institucional da República brasileira para investigar suspeitas envolvendo Ministros do Supremo Tribunal Federal, suspeitas claras, como, por exemplo, o fato de que há transações do Banco Master envolvendo fundos que adquiriram cotas do Resort Tayayá, que, no curso do processo, descobrimos, por uma espécie de confissão na imprensa, que pertence ao Ministro Dias Toffoli, que é dono de um *resort*. Quem nunca havia se colocado como dono, proprietário de um *resort*, agora sabemos que é. Há um fato relevante do ponto de vista da investigação. Se investigar e concluir que não há nenhum ilícito, é algo possível; mas, se investigar e concluir que há um crime, um ilícito, precisa estrear as consequências.

Então, o rei está nu, primeiro, ameaças explícitas a V. Exa., que, a meu ver, é uma agressão ao Senado Federal. Dois: o rei está nu porque nós hoje temos dúvida se o Brasil tem capacidade institucional para fazer uma investigação dessa espécie. Deveriam outros estar realizando: a Polícia Federal, o Ministério Público Federal. Esta CPI encontrou uma oportunidade para colocar uma luz, porque esse fato, de certa maneira, se relacionava com um banco que lavava dinheiro para o crime organizado e quis cumprir a sua missão.

Mas o rei está nu também em outra perspectiva aqui, Senador Alessandro, porque hoje nós assistimos a uma manobra vergonhosa do Governo Lula com o objetivo deliberado de matar e derrotar o seu relatório. E V. Exa. não é exatamente um, vamos dizer assim – fez um relatório independente –, opositor ao Governo Lula. Às vezes, figura na base; às vezes, vota de maneira independente. Mas hoje o Governo Lula trabalhou de maneira vergonhosa para matar o seu relatório. O mesmo Governo do mesmo Presidente que disse que, no Governo dele, não interfere, que não protege ninguém, que quer que os fatos sejam apurados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a população, Senador Girão, já identifica as ligações do Presidente Lula, do Governo Lula, com esses fatos que estão sendo investigados e vê, de maneira muito clara, que existe uma oposição a este Governo que tem se posicionado sempre a favor da investigação desses fatos, enquanto que o Governo Lula busca matar.

Essa é a segunda CPI que matam no período de um mês. Primeiro, a CPMI do INSS, por quê? Porque surgiram suspeitas fundadas de que Lulinha recebia uma mesada do Careca do INSS. Tiveram a ousadia lá de apresentar um voto em paralelo, que sequer citava o Alessandro Stefanutto, Presidente do INSS, preso por suspeita de receber R\$250 mil por mês de mesada do Careca do INSS, nomeado pelo Lula. Aqui não tiveram essa coragem, essa ousadia, Senador Alessandro, de apresentar um voto paralelo. Mas eu fico pensando o que poderia ser isso.

Agora, eu fui indicado como membro desta CPI, trabalhei aqui desde o início, vim em todas as sessões que eu pude, apresentei requerimentos de diligências, inclusive de quebra de sigilo bancário e fiscal do fundo Arleen, que foi aprovada. E nós vimos, desde o início, uma atuação de parte dos ministros do Supremo, e aqui não vou colocar todos na vala comum, mas de parte dos ministros do Supremo impedindo as investigações, impedindo que as investigações prosseguissem, em particular, as liminares do Ministro Gilmar Mendes, impedindo a quebra do sigilo bancário e fiscal desses fundos e da própria Maridt.

Na data de hoje, vim aqui e tinha ponderações em relação ao relatório de V. Exa., até manifestei pessoalmente alguns pontos de discordância, mas fui retirado desta CPI por uma manobra feita pelo Governo Lula. E a digital é tão clara, porque tiraram... me tiraram e tiraram igualmente o Senador Marcos do Val, e colocaram quem? Senadores do PT para votar contra o relatório de V. Exa.

Então, assim, o rei está nu porque temos uma dúvida da nossa capacidade institucional do Brasil, e é uma pena, porque daí tem pessoas acima da lei; se a gente não consegue investigar na prática, estão imunes ao crime. Isso é muito perigoso para a democracia e para o Estado de direito. O rei está nu porque o Governo manobrou para derrotar o relatório de V. Exa. e proteger pessoas investigadas aí pelo crime organizado. E o rei está nu porque chegamos a um momento em que ministros do Supremo Tribunal Federal fazem ameaças explícitas a um Senador da República. E quando aqui esta Comissão deveria, por unanimidade, aprovar o relatório de V. Exa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só por esse motivo – ainda que, eventualmente, alguém aqui com algumas ressalvas, mas só por esse motivo, em solidariedade deveria fazer isso –, o PT, a base do Governo, orientada pelo Lula, dá azo e vazão a essas ameaças feitas a V. Exa.

A meu ver, é uma data vergonhosa, inclusive para esta Casa, se o relatório de V. Exa. for rejeitado. Mas a opinião pública está aí, a sociedade está aí e haverá essa resposta, porque essa situação de anomalia institucional, na qual tem pessoas acima da lei e que normalizam fatos como esse, tem o seu tempo para acabar. Espero que acabe logo. E a resposta virá.

O próprio Lula já tenta se dissociar desses escândalos, mas não consegue, porque, nos bastidores, a impressão digital está ali, protegendo o que não deveria ser protegido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Declaro encerrada a discussão.

Quero agora pedir um pouco a paciência dos colegas para fazer uma manifestação, com todo o respeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, antes da sua manifestação, só... pode ser após a manifestação, eu gostaria de apresentar uma questão de ordem para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito, perfeito. Será dado oportunamente.

A CPI do Crime Organizado encerrou suas atividades com um total de 18 reuniões e 19 oitivas realizadas.

Durante o período de funcionamento, foram apresentados 314 requerimentos, dos quais 204 foram apreciados, 178 aprovados pelo Colegiado.

Entre as medidas autorizadas, destacam-se 57 convocações, 41 convites, 32 pedidos de informações e 37 transferências de sigilo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe registrar que dois requerimentos de transferência de sigilo aprovados foram posteriormente invalidados por decisão do Supremo Tribunal Federal.

Gostaria de fazer uma fala de agradecimento a todos que contribuíram para que chegássemos até este momento. Há muitas pessoas que precisamos agradecer. Existem várias pessoas e órgãos que nos auxiliaram.

Agradeço o profissionalismo do Relator, Senador Alessandro Vieira, que, junto com a sua equipe, se esforçou ao máximo e se aprofundou nos temas espinhosos afetos a esta CPI para poder entregar esse relatório, com dados a serem analisados por esta Comissão.

Agradeço ao Senador Hamilton Mourão, que assumiu a Vice-Presidência desta Comissão e nos ajudou na condução deste trabalho.

Quero aqui, caros colegas e membros dessa CPI, neste momento em que chega ao fim a nossa Comissão, fazer um agradecimento a todos que contribuíram para o trabalho deste Colegiado.

Início minha fala pelos servidores da Secretaria desta CPI: Anderson Antunes de Azevedo, Antônio das Dores Neto, Breno de Lima Andrade, Camila Daeh Kim, Fernanda Moreira Pinheiro Lima, Marcelo Assaife Lopes e Renata Felix Perez.

Agradeço também o Sr. Leandro Augusto de Araújo Cunha Teixeira Bueno, Coordenador do Coset e o Sr. Marcos Machado Melo, Diretor das Comissões.

Na pessoa do meu Chefe de Gabinete, Levi Borges de Oliveira Veríssimo, e da Chefe de Gabinete do Senador Alessandro Vieira, Elaine da Silva Gontijo, e de todos os membros da minha equipe, agradeço o trabalho desempenhado por todos os demais servidores efetivos e comissionados lotados nos gabinetes dos Senadores que participaram e contribuíram para os trabalhos desta CPI.

Estendo meus cumprimentos aos demais servidores cedidos de outros órgãos a esta Comissão que também deram sua contribuição para a conclusão dos trabalhos.

Agradeço o empenho dos advogados do Senado Federal e dos consultores desta Casa que muito auxiliaram a nós, Senadores, nas questões técnicas e jurídicas que demandavam



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento aprofundado acerca dos mais variados temas objeto de estudo por parte dessa CPI.

Na pessoa do servidor Gleison Carneiro Gomes, Diretor da Prodasen, faço os meus agradecimentos a todos os servidores responsáveis por gerir, prover e manter a infraestrutura de TI, soluções de *software* e segurança da informação no Senado Federal.

Aproveito também para agradecer ao apoio dos demais colegas Senadores que participaram dos trabalhos desta Comissão e deram suas contribuições para que chegássemos a este momento.

Quero agradecer ao pessoal terceirizado que realizou o serviço de copa durante as reuniões, todos sempre foram solícitos em nos atender no Plenário.

Quero agradecer a todos, em meu nome, e agora, antes de encerrar, eu queria fazer algumas considerações e pediria, só por gentileza, se for digno de um pouco de atenção, assim eu queria fazer.

Eu sempre busquei pautar a minha vida primando por um comportamento ético e moral. Eu sempre falei que não existe nenhum ordenamento jurídico, nem mesmo a Constituição Federal, se ela não for sedimentada em cima de um comportamento ético e moral. Existe um freio moral que faz com que a gente exerça o múnus público, exerça um cargo político. Eu acho que é isso que nós esperamos de todos nós, mas é um fato – e contra fatos não há argumentos – de que, infelizmente, essa CPI não apresentou um resultado daquilo que nós almejássemos.

Nós fomos impedidos, efetivamente, de termos essa CPI – tão importante – do Crime Organizado, que deixa a população fragilizada naquele direito constitucional de que segurança pública é direito de todos e dever do Estado, porque, infelizmente, a Presidência desta Casa não prorrogou a Comissão Parlamentar de Inquérito. Daí, a impossibilidade de fazer outras oitivas e coletar novas provas de natureza objetiva e subjetiva. Esse é um fato, e contra esse fato não há argumento.

Quero também fazer um registro, porque a instituição Supremo Tribunal Federal tem em mim total apoio e sempre a estarei defendendo, porque a forma como nós fortalecemos a democracia é fortalecendo as instituições. Você mata a democracia quando você fragiliza as



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituições. Então, a instituição Supremo Tribunal Federal, pelo princípio da impessoalidade, tem que ser preservada a todo momento.

Mas eu não posso deixar de fazer as minhas críticas, e acho que vai chegar o momento de fazer uma autoanálise, para fazer uma regulação sobre como, efetivamente, nós podemos ter essa autocritica para os próprios integrantes, a própria instituição Supremo Tribunal Federal, que tem esse tipo de comportamento.

Então, eu não posso deixar aqui de falar, enquanto Senador eleito pelo Estado do Espírito Santo, mas também enquanto Presidente desta Comissão eleito pelos meus pares – claro, com divergência de alguns, mas isso faz parte da democracia –, da minha insatisfação também com relação a decisões tomadas por alguns membros do Supremo Tribunal Federal, quando, por exemplo, não permitem a oitiva de testemunhas por esta Comissão; quando não permitem a oitiva de pessoas convocadas por esta Comissão; quando invalidam quebras de transferência. Tudo isso é muito grave, e isso tem que ser dito por esta Presidência.

Agora, eu tenho que fazer aqui algumas considerações, porque, antes de ser Senador, Senador Jaques Wagner, eu sou delegado de polícia, com muito orgulho, e professor de Direito Penal e Processo Penal. Eu não posso deixar de fazer uma reflexão com relação a condutas com as quais, a meu sentir, eu tenho que ter responsabilidade. É muito grave...

Desde quando eu passei no concurso para delegado, ao final de um inquérito policial, Senador Rogério ou Senador Magno Malta, eu atribuí responsabilidade indiciando uma pessoa. Esse ato de indiciamento é um ato de grande responsabilidade, porque você está lidando com a reputação e a vida das pessoas, e isso é muito grave, isso é muito sério dentro da democracia. Isso é uma premissa elementar dentro do Direito e que tem que ser observada. Para as pessoas de bem, o simples fato de você ser indiciado em um inquérito policial já é uma condenação, já é uma sanção.

Por isso, eu aqui ousar, com todo o respeito e admiração que eu tenho ao Relator, fazer essas ponderações, concordando com o relatório, naqueles pontos que, efetivamente, para mim, são pontos positivos de contribuição para que nós tenhamos a segurança pública e uma resposta de acordo com o escopo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, quando ela



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

taxativamente diz que a ela compete apurar o crime organizado no Estado brasileiro, vírgula, especialmente a atuação de milícias e organizações criminosas.

Daí a gente ter que ter a responsabilidade, e aí eu volto a falar na responsabilidade de um indiciamento.

Quando eu pego aqui... Com todo o respeito ao Relator – não leve isso para o lado pessoal jamais, porque a V. Exa. sabe da minha admiração e respeito –, mas eu tenho que ser subserviente ao Código Penal e à Constituição Federal.

O Código Penal é claro. No art. 12, ele fala – aspas: "As regras gerais deste Código aplicam-se [...] [à legislação] especial, se esta não dispuser de [...] [forma diferente]".

E o próprio Código Penal, no art. 18, diz:

Diz-se o crime:

Crime doloso

I - doloso, quando o agente quis o resultado [...];

Crime culposo

II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

Mas aí ele, taxativamente, vai ao parágrafo único do art. 18 e diz:

Art. 18

Parágrafo único - Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.

Então, por que é que eu não concordo com o indiciamento? Porque, quando eu falo que, por exemplo, o Ministro Dias Toffoli praticou crime de responsabilidade – e o crime de responsabilidade não é diferente do crime comum; ambos são crimes, ambos têm como elemento subjetivo da conduta o dolo –, ora, eu tenho que provar.

Por isso, por mais que eu tenha críticas com relação ao Supremo Tribunal Federal, quando eu digo que o Ministro Dias Toffoli praticou crime de responsabilidade quando proferiu o julgamento, quando, por lei, enseja suspeito da causa, nós sabemos que, dentro do Código de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Processo Penal, o instituto de suspeição ou impedimento são incidentes procedimentais que têm a sua via adequada. Eu não posso presumir pelo simples fato.

Por mais que a imprensa tenha noticiado, eu não posso presumir que a suspensão ou o impedimento de um magistrado não se dê pela via adequada, que é o incidente processual de suspeição ou impedimento.

Eu não posso simplesmente prever ou presumir essa responsabilidade que tem que ser dada aqui no indiciamento, tendo como elemento subjetivo da conduta o dolo, seja ele o dolo direto, quando é intenção, seja o dolo indireto, quando assume o risco de produzir o resultado.

Então, quando você tem, efetivamente, um comportamento em que você, ao final, ao término desta CPI do Crime Organizado, que teve como esse escopo, chega e fala: "Eu estou indiciando", e aí coloca lá a conduta típica, você tem que ter...]

O que é tipicidade, minha gente? O que é tipicidade? É a perfeita adequação do comportamento humano à norma, mas essa adequação da tipicidade eu tenho que estar amparado com o elemento subjetivo da conduta: dolo. Se eu não provar isso, eu não posso presumir, porque nós acabamos, graças a Deus, com a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, com aquilo que era chamado de responsabilidade penal objetiva: condenava-se pelo simples fato de ali estar.

Então, eu não poderia deixar de também aqui...

Eu vejo aqui muitos Parlamentares que invocam Deus – é muito comum isso, mesmo diante de uma laicidade do Estado democrático –, mas também é bíblico que, entre a porta larga e a porta estreita, eu, na minha vida toda, sempre optei pela porta estreita, porque eu jamais posso renunciar à minha honestidade intelectual. Eu jamais posso renunciar às minhas convicções, antes de ser Senador, como professor de Direito Penal e de Processo Penal, com muito orgulho, que é uma missão na minha vida. Eu jamais posso renunciar à minha função como delegado, porque eu tenho que ter a honestidade intelectual para falar: "Olha, ele, por prova objetiva e subjetiva, eu estou indiciando, porque ele agiu com dolo, com base nessa e nessa, nesses elementos de convicção".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Volto a falar: eu não posso presumir o indiciamento, eu não posso presumir o dolo; eu tenho que provar efetivamente isso.

Por mais que eu tenha as minhas críticas, com todo o respeito, a todos, a alguns comportamentos que não são positivos dentro... E acho que vai chegar este momento dessa autoanálise, da aprovação de código de ética, e, se necessário, configurado o crime de responsabilidade, esta Casa enfrentar pedidos de *impeachment* de Ministro do Supremo, mas não é e não foi o objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito fazer esse tipo de análise, mesmo porque nós não tivemos nem a oitiva, nem a quebra, mesmo que por força de decisão do próprio Supremo, mas eu tenho que me render à decisão judicial e postular aquela modificação daquela decisão judicial pelos caminhos adequados.

Quais foram esses caminhos? Os recursos que nós, efetivamente, interpusemos, via Advocacia do Senado.

Eu não posso, mais uma vez, falar em impedimento e em suspeição, se não teve um incidente de suspeição ou impedimento, para que pudéssemos ter, ao fim e ao cabo, aquela declaração, e aí, sim, caracterizados os crimes ali previstos no art. 39 da Lei dos Crimes de Responsabilidade.

Então, eu não poderia deixar, por força desse freio moral, de não fazer o discurso fácil.

Eu não quero e nunca me deixei seduzir pelo discurso simplista, fácil, populista, para jogar, efetivamente, para aqueles que estão nos assistindo. Eu quero ter a responsabilidade de que, com minha consciência, a minha consciência de que, se eu... E olha que somos dois delegados – dois delegados –, mas que com comportamentos nesse contexto, nessa análise...

Eu prefiro, ante a ausência do elemento subjetivo da conduta – dolo –, que é elemento indispensável para a caracterização dos crimes de responsabilidade ali previstos, e não poderia deixar de me manifestar sobre este relatório, nesse contexto, e peço o respeito, assim como respeitei a fala de todos os Senadores e Senadoras, por esta minha manifestação.

Então, finalizo aqui, mais uma vez, agradecendo a todos os membros; e concedo a palavra ao Relator, para fazer as suas considerações.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom, primeiro de tudo, quero retribuir as manifestações de carinho e apreço e reiterar as divergências de matriz intelectual.

Na minha visão – e não estou sozinho nesta compreensão –, está configurado o cometimento de crime de responsabilidade. E outra: não seria o juízo razoável, uma vez que, a seguir com a compreensão de V. Exa., se transfere, integralmente, o poder de decisão para outra Casa, para o Supremo. Porque, se eu decido que só posso aplicar a lei se ela for reconhecida – a sua incidência – por quem é investigado, eu chego a esse complexo "kafkiano" que a gente está enfrentando aqui, o processo de Kafka – ele é infundável e não tem sentido.

Mas me prendo, Presidente Fabiano, e peço sua atenção para uma sugestão de encaminhamento.

As manifestações de V. Exa. e da integralidade dos Senadores foi profundamente favorável ao conteúdo do relatório, com exceção do tópico que trata dos indiciamentos. E, aí, sugiro a V. Exa., como encaminhamento, que se faça o destaque desse trecho específico, que trata dos indiciamentos, para votação em apartado, e se possa fazer a aprovação do relatório, no que toca às sugestões, análise e tudo mais que já foi colocado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Acolho a sugestão de V. Exa., mas esta Presidência decide por deliberar o relatório na integralidade. Então, fica rejeitada a proposição, e eu pediria que...

Tendo em vista a Ordem do Dia, não pode abrir a votação, é isso? (*Pausa.*)

Essa votação vai ser nominal, e eu só queria, pediria, se o Senador puder tomar o assento, porque eu teria que ir lá votar rapidamente e voltaria aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu posso falar pela ordem? Alguém assumiu a mesa? Não, né?

Está suspenso? É isso?

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Bahia, senta ali...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, tu não sabes nada de capoeira.

O capoeirista está aqui do meu lado. Então...

Saiu do Rio de Janeiro. Não sabe nem o que é Bima, pô... *(Pausa.)*

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Fora do microfone.*) – O senhor me permite?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Permito.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – É só para suspender a reunião, na medida em que está em votação lá; aguardar cair a Ordem do Dia, para a gente votar.

Está certo?

Então, está suspensa a reunião até o final da Ordem do Dia e nós vamos votar.

(Suspensa às 18 horas e 45 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 53 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Vou fazer a nominal.

Está reaberta a reunião e vamos proceder à votação nominal que esta Presidência toma, a votação nominal de ofício.

A votação do relatório final de autoria do Senador Alessandro Vieira será feita nominalmente.

Aqueles que o aprovam devem votar "sim"; os que o rejeitam devem votar "não".

Determino à Secretaria que abra o painel para a votação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à votação.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, para a orientação, o Senador Marcos Rogério, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpa, Senador.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, apenas deixo consignada, registrada, a orientação do Bloco Vanguarda, PL e Novo, favorável ao relatório apresentado.

É uma pena que esta CPI não possa ter a sua continuidade para aprofundar nas investigações naquilo que é o escopo maior desta CPI, mas, neste momento da vida nacional, se faz necessário deixar registrada e consignada qual é a posição de cada um dos Srs. e das Sras. Senadoras.

Portanto, a orientação do Bloco Vanguarda é o voto favorável ao relatório. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Já foi? *(Pausa.)*

Está aberta a votação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu abri esta Comissão Parlamentar de Inquérito quando V. Exa. e o Senador Alessandro me convocaram para essa finalidade. Realmente, eu devo dizer que V. Exa. e o Relator, o Senador Alessandro Vieira, como em outras tantas relatorias que foram feitas por



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele, por exemplo, quando nós, na CCJ, sepultamos a PEC da blindagem, com a relatoria do Senador Alessandro Vieira...

Depois, o Senador Alessandro Vieira também aprovou... relatou, e nós aprovamos o projeto antifacção, com a relatoria do Senador Alessandro Vieira – que tem dado uma grande contribuição ao Senado nessas matérias; nós estamos, inclusive, uma delas, nessa CPI, observando.

Quando da instalação desta Comissão... e eu vou ler aqui o requerimento e o fato determinado dela, que diz exatamente assim:

"Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta [...] [por] 11 (onze) membros titulares e número de membros suplentes igual à metade dos titulares mais um, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias e com limite de despesa de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), apurar a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial facções e milícias" – repetindo: em especial facções e milícias – "investigando-se o *modus operandi* de cada qual [delas], as condições de instalação e desenvolvimento de cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio [...] [de] legislação [...] [atual] em vigor".

Eu não tive condição, Sr. Presidente, nobre Relator, de participar de todas as reuniões, e V. Exa. sabe disso – tanto o Presidente como o Relator Alessandro Vieira. Não pude participar por um problema de saúde. Eu tive que me submeter a uma cirurgia cardíaca, portanto não pude participar ativamente das reuniões. Mas, depois de ler o relatório do Senador Alessandro Vieira e, de tal sorte, também, observando várias reuniões que me foram passadas, eu acredito que, de alguma forma, se levou a CPI para fora do fato determinado no requerimento, que está aqui.

Isso, numa CPI, pode acontecer que se leve a essa condição. Eu já participei de cinco CPIs aqui, inclusive a da covid-19, em que nós tivemos um relatório que mostrou aquilo que foi feito de forma incorreta no tratamento da saúde dos acometidos por aquela pandemia que aconteceu, de tal sorte que, no caso específico de indiciamento do Procurador-Geral da República e de Ministros do Supremo Tribunal Federal, que não estavam nesse relatório... nesse



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento, na minha modesta opinião, pelo que eu conheço de experiência, de alguma forma, deveria, como a V. Exa. propôs – o Senador Alessandro Vieira –, fazer o destaque para votar em separado esse indiciamento.

Eu não participei de todas, mas, o meu ver, pela minha análise, eu não vejo, assim, dentro da legislação, forma de se indiciar sem ter, na verdade, se aprofundado na investigação dos fatos. Eu não estou, de maneira nenhuma, querendo falar ponto por ponto, pessoa por pessoa, esse ou aquele que foi indiciado, porque cada caso é diferente do outro.

Então, na minha opinião, deveria o Presidente ter aceitado destacar, para que se aprovasse o seu trabalho, que é meritoso no cômputo geral, mas se tirassem esses casos que foram levantados e com muitas críticas, inclusive, de nossos colegas e outros não, mas a democracia exige isso. De tal sorte que essa é uma matéria que não correspondeu ao escopo do requerimento, do fato determinado para se fazer esta Comissão Parlamentar de Inquérito, do fato determinado, se fugiu muito do fato determinado, ao ponto de ser talvez questionado, de alguma forma, por alguém que queira levar isso à análise do Poder Judiciário.

Mas eu quero parabenizar V. Exa. Repetindo: a contribuição de V. Exa. foi fundamental em várias matérias, como eu citei aqui, a PEC da blindagem e a relatoria do projeto antifacção.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, enquanto o Senador Otto Alencar vai votar agora, está faltando só o voto dele, eu queria lhe pedir rapidamente aqui, só para efeito, é importante... Estou votando "sim", quero deixar muito claro, é um voto que faço com muita consciência, é um voto equilibrado, a partir de um relatório sério, um relatório que é histórico. E só para, esse cuidado, de que o senhor falou há pouco tempo, de questão de indiciamento, porque isso envolve a família, eu sei que o senhor é muito humano, nesse aspecto, tem esse cuidado, isso é importante, mas, na CPI do dia 8 de janeiro, nós tivemos ali 61 pessoas indiciadas. Então é importante que a gente compreenda que nós estamos aqui neste debate, forte sempre, mas a coerência é algo muito importante. Então, eu quero deixar muito claro que esta CPI termina hoje de forma forçada, de forma prematura e que ela poderia ir muito mais além. Novamente, chega no andar de cima, e aí ela é abafada. Nós devemos ter um relatório, pelas movimentações que ocorreram de forasteiros que nunca vieram a esta CPI para votar, mas vêm hoje para votar, nunca participaram, nunca fizeram requerimento



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de nada, mas os forasteiros chegam e aí nós vamos ter uma votação de 7 a 4, porque o senhor não vota, então vai ser 6 a 4.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Obrigado.

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria que mostre o resultado no painel.

Votaram SIM 4 Senadores, NÃO, 6 Senadores.

Está rejeitado o relatório final.

Antes do encerramento, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 19ª Reunião, realizada na data de hoje.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião e os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado.

(Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 04 minutos.)